

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Daniela Leite Rodrigues

**A INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE
PRESIDENCIAL DO BRASIL (1985 - 2011)**

**Santa Maria, RS
2017**

Daniela Leite Rodrigues

**A INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL DO
BRASIL (1985 - 2011)**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Sara Regina Scotta Cabral
Coorientador: Prof. Dr. José Iran Ribeiro

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rodrigues, Daniela Leite
A interpessoalidade nos discursos de posse
presidencial do Brasil (1985 - 2011) / Daniela Leite
Rodrigues.- 2017.
209 p.; 30 cm

Orientador: Sara Regina Scotta Cabral
Coorientador: José Iran Ribeiro
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2017

1. Semântica Interpessoal 2. Política Brasileira 3.
Discursos de Posse I. Cabral, Sara Regina Scotta II.
Ribeiro, José Iran III. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Daniela Leite Rodrigues. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: danielarodrigs@hotmail.com

Daniela Leite Rodrigues

**A INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL DO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Letras**.

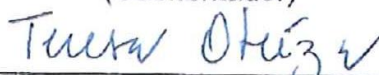
Aprovada em 12 de dezembro de 2017:



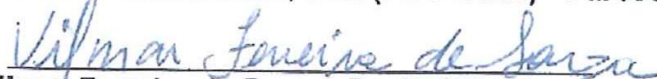
Sara Regina Scotta Cabral, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Jose Iran Ribeiro, Dr. (UFSM)
(Coorientador)



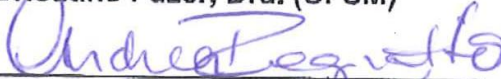
María Teresa Oteiza Silva, Dra. (PUC-Chile) - Parecer



Vilmar Ferreira de Souza, Dr. (IFCE) - Parecer



Cristiane Fuzer, Dra. (UFSM)



Andrea Ad Reginatto, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

RESUMO

A INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL DO BRASIL (1985 - 2011)

AUTORA: Daniela Leite Rodrigues
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral
COORIENTADOR: José Iran Ribeiro

Dentre os diversos contextos específicos de uso da linguagem, esta pesquisa está inserida no contexto político brasileiro. Este estudo visa explorar funcionalmente os recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais que instanciam a interpeessoalidade em discursos proferidos por presidentes da República brasileira na ocasião de sua posse. Para tanto, o *corpus* selecionado compreende oito discursos de seis diferentes presidentes, cujos mandatos datam desde 1985, ano em que se instaurou o fim da ditadura militar, até 2011, ano em que se realizou o discurso mais recente à época do estabelecimento desta investigação. Esta pesquisa situa-se na área da semântica do discurso (MARTIN; WHITE, 2005) e ampara-se nos pilares teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) e nos recursos da Linguística de *Corpus* (SARDINHA, 2004). Outros estudos também sustentam esta pesquisa, especialmente aqueles que dizem respeito à caracterização do discurso político (CHARAUDEAU, 2013). Os procedimentos de análise compreendem a organização do *corpus*; a coleta de dados quantitativos; o delineamento da configuração contextual; a análise dos recursos interpeessoais semântico-discursivos e léxico-gramaticais e, por fim, a análise semântico-interpretativa. A pesquisa revelou que, de acordo com a época política e os ideais que a permeiam, a identidade autoral dos presidentes varia. Eles assumem, em geral, a postura de "chefe", delineando a audiência como subordinada aos seus desígnios, uma vez que há, nos discursos, predomínio de declarações. As escolhas semântico-discursivas dos mandatários revelam, ainda, que o público-alvo dos discursos corresponde, em sua maioria, a membros e personalidades do contexto político.

Palavras-chave: Semântica Interpeessoal. Política Brasileira. Discursos de Posse.

ABSTRACT

THE INTERPERSONALITY IN BRASIL'S PRESIDENTIAL ACCEPTANCE SPEECHES (1985 - 2011)

AUTHOR: DANIELA LEITE RODRIGUES
ADVISOR: SARA REGINA SCOTTA CABRAL
CO-ADVISOR: JOSÉ IRAN RIBEIRO

Among the several specific contexts of language use, this research is inserted in the Brazilian political context. This work aims to explore functionally the semantic-discursive and lexico-grammatical resources which instantiate the interpersonality in speeches pronounced by Brazilian Republic's presidents in the moment of their acceptance. Therefore, the selected *corpus* comprises eight speeches of six different presidents, whose presidential terms are since 1985, when it was established the end of the military dictatorship, until 2011, when the last presidential term started, before the elaboration of this research project. This work is situated in the area of discourse semantics (MARTIN; WHITE, 2005) and it is supported on the theoretical pillars of the Systemic Functional Grammar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) and the resources of the *Corpus* Linguistics (SARDINHA, 2004). Other studies also support this research, specially those which concern the description of political speech (CHARAUDEAU, 2013). The analytical procedures comprehend the *corpus* organization; the gathering of quantitative data; the delimitation of contextual configuration; the analysis of the semantic-discursive and lexico-grammatical interpersonal resources and, lastly, the semantic-interpretative analysis. The research demonstrated that, according to the political period and the ideals which permeate it, the presidents' author identity varies. They assume, in general, a "boss" posture, delineating the audience as subordinate to their wishes, because there are, in the speeches, predominance of statements. The mandating representatives' semantic-discursive choices show, still, that the target audience of the speeches is, mostly, members and personalities of the political context.

Key words: Interpersonal Semantics. Brazilian Politics. Acceptance Speeches.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linguagem como sistema de estratos.....	30
Figura 2 –	Dimensões da variável relações.	33
Figura 3 –	Gênero em relação ao registro e à linguagem.	35
Figura 4 –	Graus de elevação interpessoal na oração.	44
Figura 5 –	Sistema dos Adjuntos Modais.	45
Figura 6 –	Sistema dos Adjuntos de Modo.....	48
Figura 7 –	Modalidade, polaridade e valor.	57
Figura 8 –	Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado.	62
Figura 9 –	Sistema de modalidade e tipos de julgamento.	64
Figura 10 –	Sistema de engajamento.....	68
Figura 11 –	Recursos de avaliatividade.	73
Figura 12 –	Esboço das funções de fala.	75
Figura 13 –	Rede das funções de fala consolidadas.....	79
Figura 14 –	Dimensões da variável relações em D#8.	133
Figura 15 –	Dimensões da variável relações em D#7.	143
Figura 16 –	Dimensões da variável relações em D#6.	150
Figura 17 –	Dimensões da variável relações em D#5.	157
Figura 18 –	Dimensões da variável relações em D#4.	164
Figura 19 –	Dimensões da variável relações em D#3.	171
Figura 20 –	Dimensões da variável relações em D#2.	178
Figura 21 –	Dimensões da variável relações em D#1.	184
Figura 22 –	Síntese da variável relações nos discursos de posse.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Discursos de posse que compõem o <i>corpus</i>	23
Quadro 2 – Dar e pedir, bens e serviços ou informação	38
Quadro 3 – Funções de fala e reações	39
Quadro 4 – Funções de fala e seus modos oracionais mais típicos.....	40
Quadro 5 – Operadores verbais do Finito	42
Quadro 6 – Metafunções e tipos de Adjuntos.....	44
Quadro 7 – Advérbios funcionando como Adjuntos de modalidade	46
Quadro 8 – Advérbios funcionando como Adjuntos de temporalidade	47
Quadro 9 – Advérbios funcionando como Adjuntos de intensidade	47
Quadro 10 – Sistema dos Adjuntos de Comentário.....	51
Quadro 11 – Realizações gramaticais alternativas de comandos	76
Quadro 12 – Realizações metafóricas e congruentes das funções de fala	78
Quadro 13 – Semântica interpessoal em relação à léxico-gramática.....	86
Quadro 14 – Sistema de Avaliatividade em D#8	125
Quadro 15 – Sistema de Negociação em D#8	129
Quadro 16 – Sistema de Envolvimento em D#8.....	131
Quadro 17 – Sistema de Avaliação em D#7.....	136
Quadro 18 – Sistema de Envolvimento em D#7	139
Quadro 19 – Sistema de Avaliatividade em D#6	145
Quadro 20 – Sistema de Envolvimento em D#6.....	148
Quadro 21 – Sistema de Avaliatividade em D#5	152
Quadro 22 – Sistema de Envolvimento em D#5.....	155
Quadro 23 – Sistema de Avaliatividade em D#4	159
Quadro 24 – Sistema de Envolvimento em D#4.....	162
Quadro 25 – Sistema de Avaliatividade em D#3	166
Quadro 26 – Sistema de Envolvimento em D#3.....	169
Quadro 27 – Sistema de Avaliatividade em D#2	173
Quadro 28 – Sistema de Envolvimento em D#2.....	176
Quadro 29 – Sistema de Avaliatividade em D#1	180
Quadro 30 – Sistema de Envolvimento em D#1	183
Quadro 31 – Síntese da Avaliatividade nos discursos de posse	185
Quadro 32 – Síntese da Negociação nos discursos de posse	187
Quadro 33 – Síntese do Envolvimento nos discursos de posse.....	188

SUMÁRIO

ESTABELECENDO AS BASES	15
CAPÍTULO 1 – DEFININDO AS METAS	21
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
1.2 SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	22
1.2.1 Organização do <i>corpus</i>	23
1.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	24
1.3.1 Delineamento da configuração contextual	24
1.3.2 Coleta dos dados quantitativos	24
1.3.3 Análise dos recursos interpessoais	25
1.3.4 Descrição das dimensões relacionais	26
1.3.5 Análise dos valores e estratégias do discurso político	26
1.3.6 Análise semântico-interpretativa	26
CAPÍTULO 2 – PREPARANDO O DISCURSO	29
2.1 CONTEXTO.....	29
2.1.1 Contexto de Situação	31
2.2 METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	34
2.3 METAFUNÇÃO INTERPESSOAL	37
2.3.1 Componentes oracionais interpessoais	40
2.3.2 Polaridade	52
2.3.3 Modalidade	54
CAPÍTULO 3 – INTERAGINDO COM A AUDIÊNCIA	59
3.1 SEMÂNTICA DO DISCURSO.....	59
3.2 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE	60
3.2.1 Atitude	61
3.2.2 Engajamento	66
3.2.3 Gradação	70
3.3 SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO.....	74
3.3.1 Funções de fala e MODO	76
3.4 SISTEMA DE ENVOLVIMENTO.....	80
3.4.1 Vocativos	80
3.4.2 Formas de endereçamento	82
3.4.3 Expletivos	83
3.4.4 Formas Lexicais	83
3.4.5 Linguagem formal e informal	85
CAPÍTULO 4 – DISCURSANDO	87
4.1 POLÍTICA E DISCURSO	87
4.2 CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO.....	88
CAPÍTULO 5 – RECORTANDO A HISTÓRIA	97
5.1 O BRASIL ANTERIOR A 1985	97
5.2 NOVA REPÚBLICA (1985-1989).....	103
5.2.1 Governo Sarney (1985-1989)	104
5.3 CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO.....	106
5.3.1 Governo Fernando Collor (1990-1992)	107
5.3.2 Governo Itamar Franco (1992-1994)	108
5.3.3 Primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	109

5.3.4	Segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)	110
5.3.5	Primeiro governo Lula (2003-2006)	111
5.3.6	Segundo governo Lula (2007-2010)	113
5.3.7	Primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)	115
	CAPÍTULO 6 – DESENVOLVENDO O PLANO	119
6.1	CONFIGURAÇÃO CONTEXTUAL DOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL	119
6.2	DESCRIÇÃO DA INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE	123
6.2.1	Discurso de posse do presidente José Sarney (1985)	123
6.2.2	Discurso de posse do presidente Fernando Collor de Melo (1990)	134
6.2.3	Discurso de posse do presidente Itamar Franco (1992)	144
6.2.4	Discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995)	150
6.2.5	Discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999)	158
6.2.6	Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003)	165
6.2.7	Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007)	171
6.2.8	Discurso de posse da presidente Dilma Rousseff (2011)	179
6.3	ANÁLISE SEMÂNTICO-INTERPRETATIVA	185
6.3.1	Síntese da Avaliatividade nos discursos de posse	185
6.3.2	Síntese da Negociação nos discursos de posse	187
6.3.3	Síntese do Envolvimento nos discursos de posse	188
6.3.4	Síntese da variável relações nos discursos de posse	190
	CONCLUSÃO – ENCERRANDO O DISCURSO	193
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
	ANEXO	207
	ANEXO A – RECORRÊNCIA DE PRONOMES NO <i>CORPUS</i>	209
	ANEXO B – MAPEAMENTO DO SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO
	ANEXO C – DISCURSOS DE POSSE QUE COMPÕEM O <i>CORPUS</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO

ESTABELECENDO AS BASES

Esta pesquisa de doutoramento (GAP nº 036907) está vinculada à linha de pesquisa “Linguagem no Contexto Social” e ao GRPesq “Linguagem como prática social”, do Programa de Pós-graduação em Letras, e atende aos propósitos do projeto “Mídia, política e Gramática Sistêmico-Funcional”, do Departamento de Letras Vernáculas. Situa-se na área dos Estudos Linguísticos com uma abordagem sistêmico-funcional, balizada pelos estudos de Halliday (1989, 1994), Halliday e Matthiessen (2004), além dos de seus seguidores (MARTIN; WHITE, 2005; EGGINS; MARTIN, 1997; HUNSTON; THOMPSON, 1999).

A política e, mais especificamente, os discursos políticos têm sido tópicos de relevância em estudos de análise linguística. No âmbito da Linguística Sistêmico-funcional, DeSouza (2011) analisa o discurso político epistolar de Padre Cícero. Callegaro (2015) investiga o papel do marcador "não" nos discursos do presidente Lula. Bochet (2015) estuda a modalidade em discursos proferidos em Audiências Públicas sobre o meio ambiente. Cabral (2015) discorre sobre a transitividade e a auto/representação em discursos proferidos durante o debate presidencial, na ocasião da campanha eleitoral de 2014. Oteiza (2009) explora os padrões valorativos realizados pela voz da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação de 1991, estabelecida após a ditadura militar no Chile.

Além do escopo sistêmico-funcional e com enfoque nos discursos presidenciais, destacam-se os estudos de Espírito Santo (2007), que investiga as tendências de comunicação em discursos de posse dos presidentes portugueses de 1976 a 2006; Indursky (2013), que, a partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD), debruça-se sobre os discursos dos presidentes militares brasileiros (1964 - 1985); Fernandes (2011), que explora, também no campo da AD, a argumentação nos discursos de posse dos presidentes de 1964 a 2007.

Em consonância com as demais pesquisas desenvolvidas pela linha, que se preocupam em estudar a linguagem em uso em diferentes contextos, configurados por diferentes práticas sociais e culturais, e entendendo que há uma lacuna investigativa no que concerne à aplicação dos pressupostos teóricos da LSF a discursos de posse presidencial, delimitamos nossa investigação sobre uma das formas de uso da linguagem em um contexto social específico: a política brasileira. Nosso objeto de análise consiste na realização interpessoal, tanto no nível

contextual quanto no nível semântico-discursivo da linguagem. Para tanto, selecionamos um *corpus*¹ constituído por oito discursos de posse de presidentes da República do Brasil.

A inscrição teórico-metodológica desta pesquisa busca dar continuidade à investigação desenvolvida por Rodrigues (2013), que aplicou a categorização do Sistema de Avaliatividade a colunas de opinião sobre política redigidas por Eliane Cantanhêde, a fim de delinear a "assinatura valorativa" (MARTIN; WHITE, 2005) da jornalista. Nesta tese, contudo, ampliamos o escopo teórico para abranger os três sistemas interpessoais (Avaliatividade, Negociação e Envolvimento), além do contexto de situação, e enfocamos o discurso político em si.

Neste estudo, buscamos responder à seguinte questão de pesquisa: qual é, a partir das escolhas semântico-discursivas e léxico-gramaticais, a identidade autoral expressa em cada um dos discursos proferidos pelos presidentes da República (1985 - 2011) na ocasião de sua posse? Sabemos, conforme demonstramos na fundamentação teórica deste trabalho, que a Linguística Sistêmico-Funcional dispõe de um aparato teórico e metodológico consistente que nos permite investigar as trocas interpessoais entre usuários da língua através das escolhas linguísticas.

Coadunando com o Hunston e Thompson (1999), entendemos que o estudo da interessoalidade linguística “cobra desde a expressão da atitude do falante ou escritor, sua postura diante de algo, seu ponto de vista, ou seus sentimentos sobre as entidades ou proposições sobre as quais ele ou ela está falando” (p. 5), sendo possível, portanto, a partir da definição da “postura” do falante, identificar o perfil do interlocutor ao qual o discurso é direcionado. Além disso, compartilhamos do entendimento de Fairclough (1995, p. 55) e compreendemos que o uso da linguagem, ou seja, qualquer texto é sempre simultaneamente constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças.

Tomando como ponto de partida essas concepções, defendemos a tese de que, através da investigação contextual e semântico-discursiva dos textos selecionados, será possível delinear como os presidentes do Brasil, cada um a sua época, posicionaram-se frente ao povo brasileiro. Em decorrência disso, acreditamos poder caracterizar essa audiência, determinando qual era o grau de distância interpessoal entre o recém-empossado presidente e seus interlocutores.

¹ O detalhamento do *corpus* será apresentado no Capítulo 1.

O universo de análise desta pesquisa está articulado ao contexto político brasileiro. Nesse contexto, detivemo-nos em investigar o registro textual da Posse Presidencial do Brasil – formalidade composta por várias cerimônias que acontecem no mesmo dia e que marcam a vigência do mandato presidencial.

No Brasil, a posse presidencial sofreu alterações durante os anos, mas adquiriu o formato atual a partir do Decreto² nº 70.274, de 9 de março de 1972. Hoje, na ocasião da posse, ao chegar ao Congresso Nacional, presidente e vice-presidente eleitos são recebidos pelos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e convidados. Após o juramento de compromisso constitucional e a assinatura do termo de posse, eles se tornam Presidente e Vice-presidente da República. O Hino Nacional é executado e o Discurso de Posse é proferido.

Esse conjunto cerimonial é um momento histórico que oficializa a instauração de um novo Governo, de uma nova era política. Ao longo dos tempos, pudemos testemunhar diferentes momentos políticos, eleições democráticas, golpes militares, renúncias, *impeachments* e mortes, fatos que transformaram as posses presidenciais em eventos singulares na história brasileira. Essas cerimônias adquiriram diferentes significados em diferentes momentos, assumindo caráter patriótico, oligárquico e até popular.

Podemos argumentar que as posses presidenciais se desenvolveram, passo a passo, com a própria democracia brasileira, mostrando-se um tópico de inegável relevância para um estudo de abordagem sociodiscursiva. Além disso, justificamos esta pesquisa também pelo resgate histórico dos diferentes momentos políticos do Brasil, compreendidos em um intervalo superior a três décadas.

Inclinando-nos mais para a abordagem teórico-metodológica adotada, argumentamos que a investigação do discurso, seja ele qual for, provê subsídios para um melhor entendimento do seu contexto de produção, de circulação e de consumo. Sendo assim, ao evidenciarmos, analiticamente, os mecanismos linguísticos que realizam os discursos de posse, podemos compreender, além da configuração contextual desse evento comunicativo, as relações que se estabelecem, de modo geral, entre presidentes e cidadãos.

Em vista dessas considerações, o objetivo geral deste trabalho consiste em determinar, por meio da investigação dos recursos interpessoais contextuais e

² PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2013.

semântico-discursivos dos discursos de posse, a identidade autoral (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1) dos presidentes brasileiros eleitos para mandatos presidenciais em diferentes momentos políticos e delinear a audiência construída por esse enunciador.

Esse objetivo se desdobra em seis objetivos específicos, que são:

1. descrever a configuração contextual, campo, relações e modo (HALLIDAY, 1989), dos discursos de posse que compõem o *corpus*;
2. descrever, através dos sistemas de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento (MARTIN; WHITE, 2005), os recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais interpessoais utilizados pelos presidentes recém eleitos;
3. caracterizar, a partir das escolhas linguísticas dos enunciadores dos textos, a audiência (MARTIN; WHITE, 2005) de cada discurso de posse analisado;
4. identificar, a partir da análise da variável contextual relações, as dimensões de “*status*” e “*solidariedade*” (MARTIN; WHITE, 2005) em cada exemplar de discurso de posse;
5. relacionar os resultados da análise dos sistemas interpessoais aos valores e estratégias do discurso político (CHARAUDEAU, 2013);
6. estabelecer relações entre o panorama histórico e os resultados das análises de cada discurso, com base no perfil dos presidentes nos diferentes mandatos.

Este trabalho está sustentado sobre uma base teórica tridimensional. Para o detalhamento do período político que compreende (e antecede) os oito mandatos cujos discursos são analisados, estabelecemos um recorte histórico que parte da instauração da ditadura militar no Brasil (VIEIRA, 2000; SILVA, 2000a; REDENTI, 2004), até meados de 2011 (ARTURI, 2001; CASTRO, 2011a, 2011b; GIAMBIAGI, 2011a, 2011b; SILVA, 2000b), ano em que se iniciou o último mandato presidencial anterior à elaboração do projeto desta pesquisa. Para a contextualização cultural e social da temática político-discursiva, buscamos respaldo em estudos a partir da interface linguagem-política (CHILTON, 2004; CHARAUDEAU, 2013). Para a análise da interpessoalidade a partir do contexto situacional e dos recursos

semântico-discursivos, apoiamo-nos nas premissas da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, MARTIN; WHITE, 2005).

O estudo apresentado aqui está organizado em seis capítulos, além da Introdução. No Capítulo 1, Definindo as bases, apresentamos a descrição da metodologia que sustenta nossa investigação. No Capítulo 2, Preparando o discurso, trazemos uma revisão da abordagem sistêmico-funcional no que concerne aos recursos interpessoais nos níveis contextual e léxico-gramatical. No Capítulo 3, Interagindo com a audiência, apresentamos a abordagem semântico-discursiva da linguagem, com base nos sistemas de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento. No Capítulo 4, Discursando, discutimos os fundamentos teóricos relativos às práticas discursivas no âmbito político. No capítulo 5, Recortando a história, exploramos a contextualização histórica dos discursos de posse que substanciam o *corpus* desta pesquisa. No Capítulo 6, Desenvolvendo o plano, descrevemos as análises realizadas a partir do aparato teórico delimitado nos capítulos anteriores. Por fim, no Capítulo 7, Concluindo o discurso, apresentamos as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – DEFININDO AS METAS

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, que visa investigar os recursos interpessoais contextuais e semântico-discursivos em discursos de posse presidencial, a fim de delinear o perfil dos presidentes brasileiros eleitos em diferentes momentos políticos e também da audiência construída por esse enunciador. Primeiramente, fazemos uma caracterização do tipo de pesquisa realizada e explicitamos o processo de coleta do *corpus*. Logo após, descrevemos os procedimentos adotados na investigação, na organização do *corpus*, na coleta dos dados quantitativos e nas categorias de análise para abordagem do contexto e do texto. Por fim, registramos o percurso da análise semântico-interpretativa a partir da síntese dos resultados coletados nas etapas anteriores.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta tese caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo com uso de recursos quantitativos. Os métodos quantitativos, realizam-se, conforme descrito na subseção 1.3.2 deste capítulo, pela coleta de recorrências e coocorrências de itens lexicais pertinentes à inscrição teórica desta tese, A abordagem qualitativa, entendida como uma série de práticas que interpretam fenômenos em termos de significados a eles atribuídos (DENZIN; LINCOLN, 2005, p. 3), sustenta os procedimentos descritos nas subseções 1.3.1, 1.3.3, 1.3.4, 1.3.5 e 1.3.6. O processo analítico qualitativo demonstra-se adequado para nosso propósito uma vez que nos possibilita traçar recorrências linguísticas significativas no *corpus*, bem como interpretá-las à luz do suporte teórico adotado.

Para tanto, esta pesquisa explora funcionalmente os recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais que instanciam a interpessoalidade em discursos de posse proferidos por presidentes da República brasileira na ocasião de sua posse. Situa-se na área da semântica do discurso (MARTIN; WHITE, 2005), ampara-se nos pilares teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), nos recursos da Linguística de *Corpus* (SARDINHA, 2004) e nas estratégias do discurso político (CHARAUDEAU, 2013).

Outros estudos também sustentam essa tese, especialmente aqueles que dizem respeito ao discurso político (CHILTON, 2004; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e à caracterização histórica (VIEIRA, 2000; SILVA, 2000a, 2000b; REDENTI, 2004; CASTRO, 2011a, 2011b; GIAMBIAGI, 2011a, 2011b). Além dos fundamentos epistemológicos, esta pesquisa realizou uma busca em *sites* oficiais do Governo, dentre eles a Fundação Biblioteca Nacional³, o Palácio do Planalto⁴ e a Biblioteca da Presidência da República⁵ para reunir informações oficiais acerca da solenidade de posse presidencial, dos mandatos dos presidentes da República e de seus discursos.

Entretanto, dos *sites* consultados, apenas o da Biblioteca da Presidência da República dispunha de um acervo histórico com biografia e documentos oficiais dos 41 ex-presidentes do país, além da biografia e documentos da então presidente do Brasil Dilma Rousseff. Contudo, o referido site não apresenta um registro documental dos discursos de posse de todos os ex-presidentes.

Além dos veículos eletrônicos, foi utilizada como fonte bibliográfica para coleta do *corpus* a publicação de Bonfim (2004), que oferece um apanhado historiográfico das falas inaugurais de todos os períodos governamentais da República presidencialista brasileira.

1.2 SELEÇÃO DO CORPUS

Por meio da pesquisa do conteúdo disponível na página do *site* da Biblioteca da Presidência da República e no livro *Palavra de Presidente* (BONFIM, 2004), pode-se ter acesso a todos os discursos de posse presidencial desde a instauração da República no Brasil. Dos 33 discursos reunidos, optamos pela seleção apenas dos discursos proferidos após o fim do período de Ditadura Militar. Nosso critério para esse recorte deve-se ao fato de que o período pós-ditadura e pré-democracia foi significativo para os rumos da política nacional contemporânea, tal como detalhado no Capítulo 5. Desse modo, o *corpus* desta pesquisa compreende um

³ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

⁴ PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

⁵ BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

total de 8 discursos de posse de 6 diferentes presidentes, cujos mandatos datam desde o ano 1985 até 2011.

A coleta dos textos foi realizada por três diferentes processos. Os discursos de 1985 a 2003 foram extraídos a partir da relação apresentada por Bonfim (2004). Os discursos de 2007 e 2011 foram retirados do *site* da Biblioteca da Presidência da República. Para fins de organização, os textos foram dispostos no Quadro 1 - Discursos de posse que compõem o *corpus*⁶.

Quadro 1 – Discursos de posse que compõem o *corpus*

Código	Referência do texto		
	Presidente	Ano	Nº palavras
D#1	Dilma Rousseff	2011	3.617
D#2	Luiz Inácio Lula da Silva	2007	2.244
D#3	Luiz Inácio Lula da Silva	2003	3.887
D#4	Fernando Henrique Cardoso	1999	2.636
D#5	Fernando Henrique Cardoso	1995	3.269
D#6	Itamar Franco	1992	2.781
D#7	Fernando Collor	1990	6.064
D#8	José Sarney	1985	207
Nº total de palavras			24.705

Fonte: Autora.

O Quadro 1 traz a indicação do nome do presidente, do ano em que o discurso foi proferido e do número de palavras de cada texto. Os discursos reunidos possuem extensão irregular, variando desde 207 até 6.064 palavras. Para identificação e posterior referência ao longo desta pesquisa, os textos receberam um rótulo composto pela letra "D" e o símbolo #, para designar o número. Os textos foram enumerados de 1 a 8, obedecendo a ordem do mais recente para o mais antigo. Dessa forma, o rótulo D#3 refere-se ao discurso de posse do Presidente Lula em 2003.

1.2.1 Organização do *corpus*

⁶ Os oito discursos de posse analisados nesta tese podem ser consultados na seção Anexo c, a partir da página 267.

Os textos coletados diretamente dos *sites* da Biblioteca da Presidência da República foram arquivados em formato de texto PDF. Os discursos constantes no livro de Bonfim (2004) foram digitalizados e arquivados também em formato PDF. Cada discurso foi salvo e etiquetado individualmente de acordo com o nome do presidente que o proferiu e a data do início do mandato. Posteriormente, os arquivos foram transformados em formato TXT (texto sem formatação), a fim de possibilitar a análise dos dados quantitativos pelo programa *WordSmith Tools* 6.0 (SCOTT, 2008). Nesta etapa, os textos foram salvos em uma mesma pasta digital e identificados conforme os rótulos mencionados no Quadro 1.

1.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

1.3.1 Delineamento da configuração contextual

A análise do contexto consiste na identificação do registro dos discursos de posse (MARTIN; ROSE, 2006). Para tanto, descrevemos as variáveis campo, relações e modo com base nas características gerais dos discursos. Essa etapa, de cunho qualitativo-indutivo compreende a identificação: 1) da situação comunicativa que permeia o *corpus*; 2) dos participantes da interação e suas relações de *status* e solidariedade e 3) do papel desempenhado pela linguagem nessa situação.

Correlacionada a variável modo, estabelecemos a estrutura textual regular dos discursos de posse. Este procedimento identifica os passos que compõem os discursos de posse e que são mais recorrentes no *corpus*.

1.3.2 Coleta dos dados quantitativos

Cada discurso foi submetido ao programa de tratamento de dados para análise linguística *Word Smith Tools* (SCOTT, 2008). Esse programa possibilitou a investigação de uma série de recursos que nos auxiliaram a evidenciar indutivamente diversos aspectos interpessoais da linguagem dos discursos. A identificação desses recursos baseou-se nas categorias da Semântica Interpessoal, detalhadas ao longo do Capítulo 3, e deteve-se aos significados explícitos que os itens lexicais desempenham no contexto específico do *corpus*. A partir dessa etapa, foi possível desvelar os primeiros dados quantitativos no que se refere a: 1)

ocorrências de itens lexicais significativos; 2) a recorrência e/ou frequência desses itens e 3) a coocorrência de itens, enquanto parte de um conjunto formado por outros itens.

Nesta etapa de análise, utilizamos, inicialmente, a ferramenta *Wordlist*, que gera automaticamente uma lista de todas as palavras do *corpus*, o que permite evidenciar a ordem de frequência com que as palavras aparecem. Dentre todas as palavras do texto, enfocamos apenas as que compõem os dez por cento mais frequentes. Assim, em D#6, por exemplo, que apresenta 2.781 palavras, analisamos apenas da primeira até a 278ª mais recorrente.

Posteriormente, selecionamos, dentro do recorte mencionado, os itens lexicais de relevância para o estudo, tais como as categorias de modo e marcação, que realizam o Sistema de Negociação; os recursos avaliativos de modalidade, polaridade, numeração, intensificação, repetição, extensão e lógico-semânticos, que realizam o Sistema de Avaliatividade, e elementos como nomes próprios, linguagem técnica e especializada, gírias, linguagem afrontosa e metáforas gramaticais, entre outros, que realizam o Sistema de Envolvimento (MARTIN; WHITE, 2005). Esses elementos léxico-gramaticais e sua relação com os sistemas semânticos interpessoais e a variável contextual relações podem ser contemplados no Quadro 17, no Capítulo 3.

A partir da identificação das categorias de análise previstas, foi realizada a análise do contexto com o auxílio da ferramenta *Concord*. Esse recurso produz concordâncias ou listagens das ocorrências de um item específico, o que possibilita a verificação da relevância de cada palavra no que se refere à sua funcionalidade interpessoal.

1.3.3 Análise dos recursos interpessoais

Esta etapa da análise comporta três procedimentos que foram aplicados em cada um dos discursos separadamente. Em primeiro lugar, a partir dos resultados do procedimento 1.3.2., os recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais que realizavam significados interpessoais explícitos, foram descritos com base nas categorias dos sistemas de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento. Em segundo lugar, foram elaborados três quadros distintos, um para cada sistema interpessoal, contendo os itens agrupados em subdivisões relativas às categorias e

subcategorias de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento. A partir desse mapeamento, foi possível observar o comportamento linguístico de cada discurso.

Em terceiro lugar, tendo em vista nossa premissa teórica e com base na escolha lexical e na densidade linguística de determinadas categorias, os dados linguísticos foram relacionados aos acontecimentos históricos referentes a cada discurso.

1.3.4 Descrição das dimensões relacionais

Esta etapa compreende o detalhamento da variável contextual relações em cada discurso. Para tanto, inicialmente, foram analisadas as relações de poder e hierarquia entre os participantes do discurso a fim de situá-lo no eixo do *status*. Em seguida, foi descrita a distância interpessoal entre o presidente e audiência. Posteriormente, cada discurso foi inscrito em uma figura que representa visualmente a localização relacional no que se refere às duas dimensões analisadas.

1.3.5 Análise dos valores e estratégias do discurso político

Os resultados das análises já descritas foram associados aos valores e estratégias do discurso político. Com base nos dados dos sistemas interpessoais e no mapeamento das dimensões relacionais de cada discurso, foi possível identificar a "imagem de si" que cada presidente constrói pelo discurso, bem como as crenças compartilhadas com a audiência.

1.3.6 Análise semântico-interpretativa

Esta etapa consistiu em uma síntese dos resultados finais das análises contextual e textual individuais. Nesta etapa final, inicialmente, foram correlacionados os dados quantitativos de cada sistema interpessoal em um quadro, a fim de evidenciarmos as densidade lexical em cada categoria. Em seguida, situamos todos os discursos em uma mesma figura representativa das dimensões relacionais. Neste passo, pudemos observar em que medida os participantes de cada discurso estabelecem os relações mais ou menos semelhantes. Nessa etapa,

as sínteses analíticas dos discursos de posse foram relacionadas à funcionalidade do discurso de posse que permeou cada mandato.

Por fim, estabelecidos em uma linha do tempo, cada discurso foi caracterizado quanto à identidade autoral interpessoal do presidente e a sua audiência putativa delineadas pelas escolhas linguísticas marcadas nos textos.

CAPÍTULO 2 – PREPARANDO O DISCURSO

A Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) constitui-se em uma teoria de base sociossemiótica na qual a linguagem é vista como um recurso para estabelecer trocas de significados entre indivíduos em um determinado meio social. Nesse campo teórico, a linguagem é particularmente definida como funcional, uma forma de agir, de dar e de solicitar bens e serviços.

À linguagem, nessa perspectiva, atribui-se a noção de ação, uma vez que é por meio dela que a interação social é estabelecida e os papéis sociais são determinados. Dessa forma, a linguagem, entendida como a sistematização das realizações da língua, tem como propriedade fundamental a função (HALLIDAY, 1989, p. 17).

Em vista da propriedade essencialmente social da linguagem, o estudo do contexto revela-se capital para a análise linguística. Segundo Halliday (1989), é preciso compreender-se a língua a partir de suas relações com a estrutura social, pois por meio do discurso do falante são expressos, além de suas concepções de mundo, a cultura na qual ele está inserido.

2.1 CONTEXTO

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), o contexto corresponde ao nível mais externo dos estratos do sistema linguístico. Os estratos, tais como a semântica, a léxico-gramática e a fonologia e grafologia, diferenciados conforme sua ordem de abstração, são interdependentes e subordinados ao contexto, conforme a Figura 1.

O contexto abrange desde a cultura que permeia determinado texto, até a situação que o institui. As particularidades do contexto são definidas pelas realizações linguísticas dos estratos a ele subordinados. A semântica é o sistema de significados que se realiza pela léxico-gramática – sistema de fraseado que articula estruturas gramaticais e itens lexicais. A léxico-gramática, por seu turno, realiza-se pela fonologia – sistema de sonoridade – e grafologia – sistema de grafia.

Figura 1 – Linguagem como sistema de estratos



Fonte⁷: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 25).

Halliday (1989, p. 5) entende que texto e contexto são aspectos do mesmo processo, sendo o primeiro precedido pelo segundo. Partindo dessa premissa, o autor considera necessário para o entendimento de um texto confrontá-lo não somente às características imediatas do evento comunicativo, mas também à história cultural que envolve os participantes e os tipos de práticas a que estão engajados a fim de determinar sua significância para a cultura (HALLIDAY, 1989, p. 6). Com base nessa necessidade, são distinguidos dois tipos de contexto: o de cultura e o de situação.

O contexto de cultura está relacionado ao ambiente sociocultural mais amplo, atravessado por ideologias, convenções sociais e instituições. Compreende desde as práticas sociais mais abrangentes, relacionadas às culturas de diferentes países e etnias, até as práticas institucionalizadas em grupos sociais, tais como a igreja, a família, a política (FUZER; CABRAL, 2014). Nesse sentido, estando pautado nas práticas sociais, o contexto de cultura evidencia os diferentes propósitos sociais da linguagem.

⁷ Adaptado de Halliday e Matthiessen (2004, p. 25) para distinção dos contextos de situação e de cultura.

O contexto de situação é o lugar de formação do texto, o ambiente imediato no qual ele está funcionando. Halliday e Hasan (1989) descreve o contexto de situação por meio das variáveis campo, relações e modo. O campo refere a atividade que está acontecendo, o tipo de ação social desempenhada pelo evento comunicativo. As relações envolvem os participantes, os papéis que esses desempenham, o grau de domínio de um sobre o outro, a relação hierárquica ou não, a distância social ou o grau de formalidade entre eles. O modo remete ao papel da linguagem, à função por ela exercida, ao tipo de veículo utilizado, ao canal (gráfico ou fônico) e ao meio (oral ou escrito, verbal ou não verbal).

2.1.1 Contexto de Situação

A análise de discursos precisa levar em consideração a descrição linguística de padrões (palavras e estruturas) de similaridades e de diferenças que geram diferentes efeitos nos textos (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 231). Nesse entendimento, os autores partindo da conceituação de Halliday (1989) do contexto de situação, argumentam que é possível identificar três diferentes áreas em um texto.

A primeira delas está preocupada com o papel exercido pela linguagem. Diz respeito aos graus de formalidade da linguagem usada e corresponde à dimensão contextual de modo. Essa região comporta a significação, em textos, da presença – ou da ausência – de referências pessoais, vocabulário nominalizado, verbos de ação/verbos conceituais, frases nominais com significados densamente “empacotados” (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 233).

A segunda região de diferenças linguísticas, referida pelos autores como relações, está diz respeito aos papéis desempenhados pelos produtores textuais. Essa área diz respeito às escolhas avaliativas e atitudinais em um texto no qual a linguagem ilustra o papel do discurso para o qual o papel social dá acesso (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 233).

A terceira dimensão linguística compreende os significados supostos pelos produtores textuais como acessíveis a sua audiência. Essa região, denominada como campo do discurso, evidencia o contraste entre vocabulário técnico e cotidiano e pode estar relacionada aos graus de familiaridade que os produtores textuais

supõem que sua audiência tenha com o tópico de um texto (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 233).

Considerando o problema de pesquisa deste trabalho, cujo foco recai sobre os significados interpessoais do discurso evidenciados no *corpus*, a variável relação é um tópico de inegável relevância para nossa pesquisa, fazendo-se necessária uma descrição mais detalhada de suas funcionalidades.

No modelo de sistematização das variáveis contextuais situacionais, desenhado por Martin (1992) e seguido por Martin e Rose (2008), a variável relações diz respeito à natureza das relações sociais entre os interlocutores e apresenta duas dimensões: *status* e solidariedade. Ambas, segundo Martin e Rose (2008, p. 12), são complementaridades e estão presentes em todas nossas interações.

O *status*⁸, que representa esquematicamente a dimensão vertical das relações, pode ser igual ou desigual; quando desigual, preocupa-se com quem domina e quem se submete (MARTIN; ROSE, 2008, p. 12). Essa dimensão é gerida segundo o princípio da “reciprocidade” de escolhas (POYNTON, 1990), afetando quem pode/não pode expressar sentimentos, que tipos de sentimentos são expressos, quão fortemente eles se expressam e quão diretamente eles são obtidos (MARTIN; WHITE, 2005, p. 30).

Assim sujeitos sociais de igual status constroem igualdade tendo acesso e ocupando o mesmo tipo de escolhas, enquanto sujeitos de status desigual fazem escolhas de diferentes tipos. Termos de endereçamento são um exemplo óbvio dessa área – endereçamo-nos um ao outro da mesma forma (chamando-nos pelo primeiro nome), ou tratamo-nos de forma oblíqua (você me chama ‘professor’, eu te chamo pelo primeiro nome) (MARTIN; ROSE, 2008, p. 13)⁹.

A solidariedade, que constitui a dimensão horizontal das relações, está preocupada com a distância social, que pode ser próxima ou distante dependendo da intensidade ou do tipo de contato que as pessoas têm umas com as outras, e também da carga emocional das relações entre elas (MARTIN; ROSE, 2008, p. 12). Essa dimensão compreende os princípios de realização de “proliferação” e de

⁸ Martin e Rose (2008, p. 12) ressaltam que os termos *status* e poder (“power”) são frequentemente usados indiscriminadamente. Entretanto, os autores optam por reservar o termo ‘poder’ apenas para relações mais gerais, referindo-se a situações específicas na distribuição ampla de recursos na sociedade, a serem discutidas no decorrer da obra.

⁹ Livre tradução da autora.

“contração” (POYNTON, 1990). A proliferação refere-se à ideia de que quanto mais próximo se é de alguém, mais significados serão compartilhados.

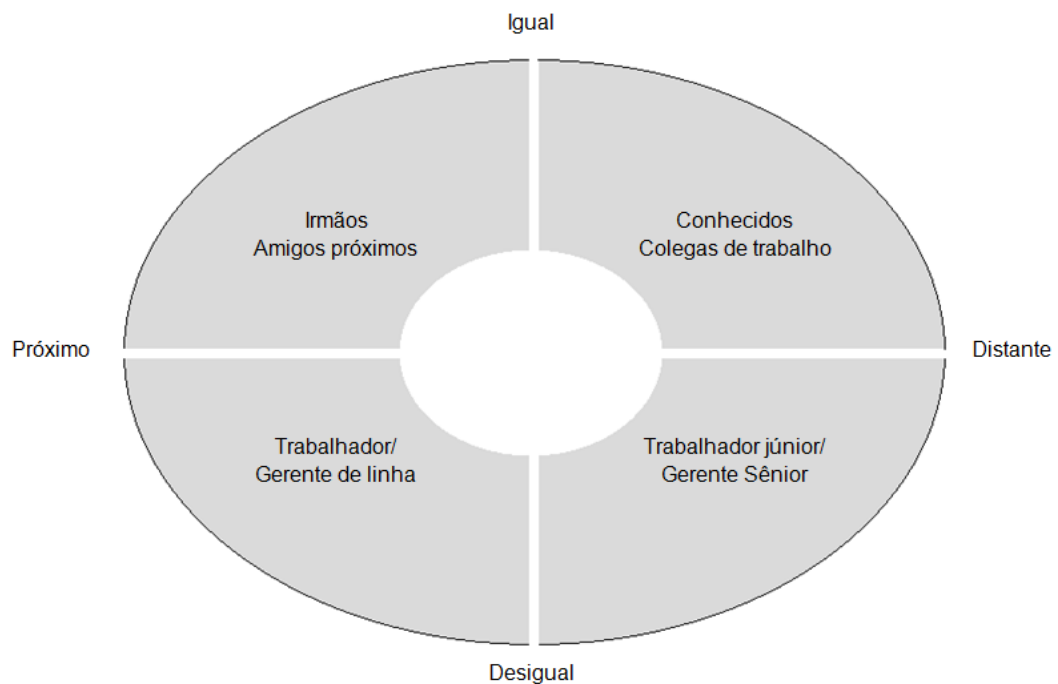
Uma maneira de pensar sobre isso é imaginar o processo de conhecer alguém e o que você pode falar sobre quando você não os conhece (muito poucas coisas) e o que você pode falar sobre quando você os conhece muito bem (quase qualquer coisa) (MARTIN; ROSE, 2008, p. 13).

A contração refere-se à quantidade de empenho que é necessário para trocar significados entre sujeitos e à ideia de que quanto melhor o falante / escritor conhece seu interlocutor, menos será necessário dizer / escrever para compartilhar significados.

Poynton exemplifica isso em parte por meio de nomeação, apontando que conhecer alguém muito bem envolve nomes curtos, enquanto que conhecê-los menos bem favorece nomes mais longos (por exemplo, Mike vs Professor Michael Alexander Kirkwood Halliday, FAHA) (MARTIN; ROSE, 2006, p. 13).

Para fins de exemplificação do funcionamento das duas dimensões da variável relações – *status* e solidariedade – apresentamos a Figura 2.

Figura 2 – Dimensões da variável relações



Fonte: (MARTIN; ROSE, 2006, p.13).

De acordo com a Figura 2, as relações de igualdade, cujas distâncias são mais estreitas, são características entre irmãos ou amigos próximos. Já as relações de igualdade distantes são mais prováveis entre conhecidos ou colegas de trabalho. As relações desiguais com contato próximo podem ser encontradas entre um trabalhador e seu gerente de linha, que trabalham juntos todos os dias, apesar de estarem relativamente distantes em hierarquia. Já uma relação desigual distante é mais provável entre um trabalhador júnior e um gerente sênior, que raramente se encontram.

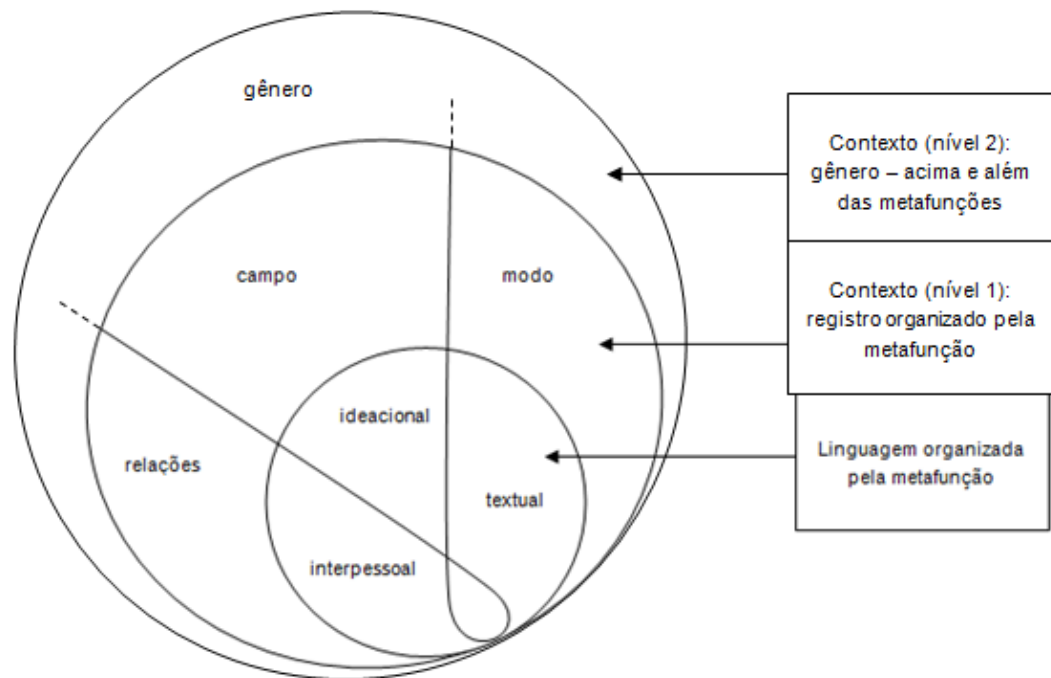
Assim como a linguagem realiza contextos sociais, cada dimensão de um contexto social é realizada por uma dimensão funcional particular da linguagem (MARTIN; ROSE, 2008, p. 11).

2.2 METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM

As dimensões funcionais da linguagem são definidas por Halliday (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) como “metafunções da linguagem”: construindo a experiência (metafunção ideacional), organizando o discurso (metafunção textual) e estabelecendo as relações (metafunção interpessoal). Desse modo, proporcionalmente, a metafunção ideacional está para a dimensão contextual campo, assim como a textual está para o modo, da mesma forma como a interpessoal está para as relações. Essa ligação entre as variáveis contextuais e as metafunções da linguagem denomina-se realização (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 241). A realização, para Martin e Rose (2006, p. 10), pode ser entendida como uma forma de recodificação, ou de simbolização. A gramática simboliza e codifica o discurso, da mesma forma, o discurso codifica e simboliza a atividade social.

A sistematização da linguagem e do registro, organizados pelas metafunções, e do gênero, como nível mais abstrato do contexto, pode ser representada sistematicamente pela Figura 3.

Figura 3 – Gênero em relação ao registro e à linguagem



Fonte: (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 243).

Na perspectiva da Linguística Sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a linguagem é entendida a partir da sua sistematização em metafunções. As metafunções organizam-se a partir das realizações, no sistema linguístico, dos usos da linguagem, de suas funções. Dessa forma, o sistema da língua, para a LSF, configura-se segundo as metafunções ideacional, interpessoal e textual.

A metafunção ideacional relaciona os significados experienciais (responsáveis pela construção do conhecimento, das crenças, das representações do mundo – material ou interno) e lógicos (encarregados de organizar os grupos lexicais e oracionais em um todo coerente) da língua. Esses significados são realizados gramaticalmente pelo sistema de transitividade, em termos de participantes, processos e circunstâncias, no qual a oração é entendida como representação. O exemplo¹⁰ 1 evidencia a categorização oracional segundo o Sistema de Transitividade.

¹⁰ Os exemplos utilizados a partir daqui, salvo ocasiões especificadas, são excertos dos discursos de posse que compõem o *corpus* desta pesquisa.

1	A geração de empregos	virá	com a retomada do crescimento [...]	D#5
	Participante	Processo	Circunstância	

A metafunção textual diz respeito a construção textual. A oração, vista como mensagem, consiste da união dos elementos Tema e Rema. A textual estabelece uma relação de concessão com as demais metafunções, uma vez que a ideacional e a interpessoal dependem dela para construir sequências de discurso, organizar o fluxo discursivo, dar coesão e continuidade ao texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 30). O exemplo 2 demonstra a análise oracional segundo a Estrutura Temática.

2	O povo brasileiro	retoma o Estado em suas mãos [...].	D#6
	Tema não marcado	Rema	

A metafunção interpessoal organiza os recursos gramaticais que expressam as relações interativas entre os participantes de um evento comunicativo. Nessa metafunção, realizada pelo sistema de MODO, a oração é entendida como troca (de informações ou bens e serviços) e tem como seus constituintes o Sujeito, o Finito, o Complemento, o Predicador ou o Adjunto. O exemplo 3 representa a análise oracional a partir do Sistema de MODO.

3	O Brasil	É	um País imenso.	D#3
	Sujeito	Finito/Predicador	Complemento	

Os estudos desenvolvidos no âmbito da semântica discursiva interpessoal, como evidenciaremos na seção seguinte, partiram do trabalho seminal de Halliday (1994; 2004; 2014) sobre a metafunção interpessoal, especialmente das estruturas de MODO e modalidade, das funções de fala e da dinâmica de troca (de informações e de bens e serviços). Desse modo, faz-se necessário um detalhamento dessa metafunção, cujo foco é a oração como um evento interativo – troca – envolvendo o falante/escritor e sua audiência (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 108).

2.3 METAFUNÇÃO INTERPESSOAL

O principal sistema interpessoal é o MODO, que manifesta gramaticalmente os significados interpessoais. Nesse nível, a oração é vista como parte da interação entre falante e ouvinte e também como realização de funções de fala.

No ato da fala, o falante adota para si um papel de fala, atribuindo ao ouvinte um papel complementar. “Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante está assumindo o papel daquele que busca informação, requerendo que o ouvinte desempenhe o papel daquele que fornece a informação solicitada” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 134).

As funções de fala na Gramática Sistêmico-funcional (doravante GSF) compreendem dois papéis fundamentais: dar e pedir. Essas duas categorias elementares envolvem outras mais complexas, pois, dar significa “convidar a receber”, e pedir significa “convidar a dar”, estando, dessa forma, o falante não somente fazendo algo, mas também pedindo algo do ouvinte. Halliday e Matthiessen (2014, p. 134) sintetizam a dinâmica do “ato” de fala como “uma ‘interação’: [...] uma troca, na qual dar implica receber, e pedir implica dar em resposta”. Na interação, há dois tipos de “mercadorias” que podem ser trocadas: informações ou bens e serviços.

Na troca de informações, o elemento de troca é a própria linguagem. “É solicitado ao interlocutor para desempenhar um papel verbal – afirmar, negar ou fornecer informação ausente” (HALLIDAY, 1994, p. 70). O exemplo 4 apresenta uma oração que realiza troca de informações.

4	Este é um país extraordinário.	D#3
---	--------------------------------	-----

Na troca de bens e serviços, a linguagem é usada pelo falante como mecanismo de persuasão do interlocutor. Ao usá-la, o falante espera que o interlocutor “aja”, que “faça” algo ou lhe “dê” o que é enunciado. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). O exemplo 5 evidencia uma troca de serviços.

5	Vamos trabalhar, Senhores Ministros.	D#8
---	--------------------------------------	-----

Ao passo que, na troca de informações, a linguagem é o fim e também o meio – pois se espera uma resposta verbal –, na troca de bens e serviços, a linguagem é secundária – pois a resposta esperada é um ato ou um objeto, uma troca não necessariamente verbal.

Quando a língua é usada para trocar informações (em declarações e perguntas), a oração assume a função semântica de uma “proposição”. Quando a língua é usada para trocar bens e serviços (em ofertas e comandos), a oração passa a ser chamada “proposta” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 111).

As funções de fala primárias, definidas pelos papéis “dar” e “solicitar” e pelos produtos trocados – “informações” e “bens e serviços”, estão dispostas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Dar e pedir, bens e serviços ou informação

Papel na troca	Produto trocado	
	BENS E SERVIÇOS	INFORMAÇÃO
Dar	“Oferta” Você quer este bule?	“Declaração” Ele está dando o bule a ela.
Solicitar	“Comando” Me dá aquele bule!	“Pergunta” O que ele está dando a ela?
	Proposta	Proposição

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.107).

Os papéis desempenhados pelos participantes do ato de fala são determinados por condições particulares (sociais, econômicas, profissionais, etc.). Nesse sentido, Halliday (1989) argumenta que a análise das trocas linguísticas dá conta do tipo de proposta ou proposição que está ocorrendo, das atitudes e dos julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal.

As quatro funções da fala – OFERTA, COMANDO, DECLARAÇÃO E PERGUNTA – associam-se a um conjunto de reações do ouvinte, que pode ser a resposta esperada ou uma resposta alternativa. As funções de fala e as reações podem ser visualizadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Funções de fala e reações

		Iniciação	Reação	
			Esperada	Alternativa
Dar	Bens e serviços	Oferta	Aceitação	Rejeição
Solicitar		Comando	Realização	Recusa
Dar	Informação	Declaração	Compreensão	Contradição
Solicitar		Pergunta	Resposta	Desconsideração

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 137).

Os autores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 136) esclarecem que apenas a solicitação de informações requer uma reação essencialmente verbal. Mesmo assim, “tipicamente, em situações da vida real, todas as reações são verbalizadas, acompanhadas, ou não, de uma ação não verbal”.

A fim de que possamos compreender formalmente os elementos que realizam a interação no nível da gramática da língua, faz-se imperativo reconhecer os sistemas envolvidos na metafunção interpessoal. Com base na GSF, a metafunção interpessoal é realizada pelo sistema de MODO.

“MODO é o nome do sistema interpessoal primário – a gramaticalização do sistema semântico de funções de fala na oração” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 142). De acordo com essa sistematização, a interação entre participantes de um evento comunicativo pode realizar-se de diferentes formas, tendo em vista o papel assumido pelos interactantes e a natureza da negociação. É por meio desse sistema que as proposições e propostas são realizadas no estrato léxico-gramatical, na forma dos modos oracionais interrogativo, declarativo (ou indicativo) e imperativo. Os exemplos 6, 7, 8 e 9, a seguir, representam, respectivamente, a realização de proposições (pelo modo declarativo e interrogativo) e de propostas (pelos modos interrogativo e imperativo).

6	A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana.	D#7
---	--	-----

7	[...] para que servirá [o Estado]?	D#6
---	------------------------------------	-----

8	Vamos trabalhar? ¹¹	
---	--------------------------------	--

¹¹ A partir deste ponto, os exemplos que não forem especificados pelo código que identifica os textos do *corpus* (D#) não pertencem a esse. Tratam-se de adaptações do *corpus* original.

9	Não deixem que o peso da dívida externa nos sufoque.
---	--

O Quadro 4, a seguir, demonstra as relações entre as funções de fala e os modos oracionais que tipicamente as realizam na léxico-gramática.

Quadro 4 – Funções de fala e seus modos oracionais mais típicos

Funções de Fala		Modos Oracionais
Proposições	Declaração	Declarativo
	Pergunta	Interrogativo
Propostas	Oferta	Interrogativo
	Comando	Imperativo

Fonte: (FUZER; CABRAL, 2014, p. 108), com base em Halliday e Matthiessen (2014).

O princípio geral subjacente à expressão do modo da oração é destacado por Halliday e Matthiessen (2004) da seguinte forma:

A categoria gramatical que é caracteristicamente usada para troca de informação é o indicativo; dentro da categoria do indicativo, a expressão característica da declaração é a declarativa; da pergunta é a interrogativa; e dentro da categoria do interrogativo, há ainda uma distinção entre interrogativa sim/não, para perguntas polares, e interrogativa WH¹², para perguntas de conteúdo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 114).

Em Língua Portuguesa, o modo interrogativo é expresso nas orações através de perguntas QU- ou de questões que necessitam de respostas polarizadas sim/não, realizando perguntas e ofertas. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 107).

2.3.1 Componentes oracionais interpessoais

A oração, no sistema de MODO, é constituída por dois componentes básicos – o Modo¹³ e o Resíduo. O Modo, cuja função semântica é carregar o fardo da oração como evento interativo, compreende dois elementos: (1) o Sujeito, que é o

¹² Em língua Portuguesa, as questões WH- correspondem às questões que iniciam com os elementos “quem”, “quando”, “como”, “onde” e “por que”. Por convenção, sentenças interrogativas que iniciam com um desses elementos são chamadas questões QU-.

¹³ MODO (com todas as letras maiúsculas) é o nome do sistema interpessoal primário, da gramaticalização do sistema semântico de Funções de Fala na oração. Modo (com inicial maiúscula) é o nome de um dos elementos da estrutura interpessoal da oração (Modo + Resíduo). O termo modo (todas minúsculas) é o sistema interpessoal do verbo (grupo verbal) – indicativo, subjuntivo, optativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 114).

grupo nominal (também representado por pronomes pessoais e demonstrativos), e (2) o Finito, que é parte do grupo verbal (expressa o tempo verbal, a modalidade e a polaridade) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

O elemento Sujeito preenche, junto ao Finito, o restante do que é necessário para formar uma proposição, o que serve como referência para que a proposição possa ser afirmada ou negada. Em outras palavras, esse elemento especifica a entidade à qual a asserção é feita, como destacado, em negrito, no exemplo 10, tornando-a responsável pelo funcionamento da oração como evento interativo.

10	A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino.	D#5
----	--	-----

Halliday e Matthiessen (2004, p. 117) consideram ser mais fácil identificar o princípio da responsabilidade em propostas, onde o Sujeito especifica quem é o responsável pela realização da ação. O exemplo 11 evidencia a atuação do Sujeito em uma proposta.

11	Vamos [nós] assegurar com energia direitos iguais aos iguais?	D#5 ¹⁴
----	--	-------------------

O princípio da responsabilidade é também aplicável às proposições. Nessas, o Sujeito também especifica o elemento ‘responsável’, mas, nesses casos, além da responsabilidade, ele carrega a validade da informação. A seguir, o exemplo 12 representa o elemento Sujeito em uma proposição.

12	Eu os convoco para mudar o país.	D#5
----	---	-----

As diferentes escolhas que envolvem a função do Sujeito na oração nos permitem compreender a motivação do falante ao dar destaque a um item, selecionando-o como Sujeito.

O elemento Finito do Modo é o responsável por tornar a proposição finita (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 115). Ele faz com que ela possa ser argumentada, dando um ponto de referência, dentro do contexto, para o evento discursivo. Isso pode ser feito de duas maneiras: (1) por referência ao tempo do discurso (tempos verbais – passado, presente e futuro, no momento do discurso);

¹⁴ Adaptado.

(2) por referência ao julgamento do falante (modalidade – igual ou diferente em proposições, desejável ou indesejável em propostas).

Essas noções têm em comum a “*déixis* interpessoal” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 116); ambas localizam a troca – a interação – em um espaço semântico que se abre entre falante e ouvinte. Com o tempo verbal, a dimensão é o tempo. Com a modalidade, a dimensão é a avaliação. A finitude, em língua inglesa, em síntese, é expressa por meio de um operador verbal, que pode ser temporal ou modal. Em língua portuguesa, entretanto, ela é expressa por verbos auxiliares e locuções verbais. Os exemplos a seguir demonstram a funcionalidade do Finito expressando tempo verbal (exemplo 13) e modalização (exemplo 14) em português.

13	[...] uma comissão está sendo instituída [...].	D#8
----	--	-----

14	A comissão deverá também atentar para a necessidade.	D#8
----	---	-----

Os autores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 116), destacam ainda a existência de uma terceira característica essencial do Finito: a polaridade – a escolha entre positivo e negativo. Para que algo seja argumentável, ele tem que ser especificado pela polaridade: seja “é” ou “não é” (proposição), seja “faça!” ou “não faça” (proposta). Assim, o elemento Finito, por expressar o tempo verbal e a modalidade, realiza também uma polaridade positiva ou negativa. O Quadro 5 lista os operadores verbais do Finito, positivos e negativos. em língua portuguesa.

Quadro 5 – Operadores verbais do Finito

Operadores temporais			
	Passado	Presente	Futuro
Positivo	foi, teve, costumava	é, está, tem	será, deverá, poderá
Negativo	não foi, não teve, não costumava	não é, não está, não tem	não será, não deverá, não poderá
Operadores modais			
	Baixo	Médio	Alto
Positivo	pode, poderia	será, deveria	deve, necessita
Negativo	não pode, não poderia	não será, não deveria,	não deve, não necessita

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 116).

Fuzer e Cabral (2014) destacam ainda que, em língua portuguesa, o Finito nem sempre estará presente como um item lexical à parte, muitas vezes ele

aparecerá agregado ao próprio verbo. “É diferente da língua inglesa: na oração ‘*He will go*’, ‘*will*’ é o Finito. Já em português, esse tempo verbal não utiliza verbo auxiliar, mas marca-o com a desinência modo-temporal, como em ‘Ele virá’” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 109).

Tendo-se identificado o Modo (o Sujeito e o Finito), o restante de uma oração denomina-se Resíduo. O Resíduo compreende três elementos: Predicador, Complemento e Adjunto(s). Esses elementos podem, ou não, aparecer juntos na oração. Tipicamente, o Predicador aparece uma vez, o Complemento pode aparecer uma ou duas vezes, enquanto o Adjunto pode aparecer um número indefinido de vezes na mesma oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 121).

O Predicador é realizado através de um grupo verbal. As funções dele, na oração, são: (1) fazer referência ao tempo (passado, presente ou futuro em relação ao tempo da fala); (2) especificar vários outros aspectos e fases, tais como semelhança, tentativa, espera; (3) especificar a voz, se ativa ou passiva e (4) especificar o processo (ação, evento, processo mental, relação) que é predicado pelo Sujeito. No exemplo 15 podemos evidenciar o elemento Predicador especificando o processo “dar” na oração.

15	O povo brasileiro [...] tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade [...].	D#3
----	---	-----

O Complemento é realizado tipicamente por um grupo nominal, mas pode também ser realizado por um grupo adjetivo. Dentro do Resíduo, o Complemento é o elemento que tem potencial de ser Sujeito, mas não é. Ele pode ter um *status* interpessoal elevado para ter responsabilidade modal, mas não desempenha o papel de Sujeito. A seguir, no exemplo 16, podemos visualizar o Complemento em posição temática, representando seu potencial semântico.

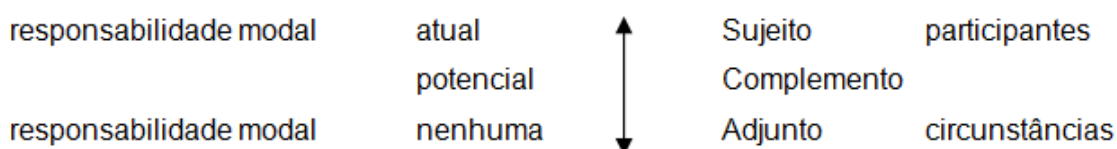
16	Este apoio , recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos.	D#4
----	--	-----

O Adjunto é realizado por um grupo adverbial ou uma locução prepositiva, indicando tempo, causa, finalidade, modo, espaço, etc. Os Adjuntos são do tipo circunstancial e atribuem informações relativas ao evento representado – quando, onde, como e por que (exemplo 17).

17	A guerra contra a inflação será uma luta incondicional no nosso governo .
----	--

Um Adjunto ou um Complemento podem aparecer em posição temática dentro da oração (como elementos QU-, em orações interrogativas, ou como Tema marcado, em orações declarativas). Mesmo assim, pertencem à estrutura do Resíduo e não podem se tornar Sujeito. Por esse mesmo motivo, não têm responsabilidade modal na oração. A Figura 4 demonstra a distribuição de responsabilidade modal entre os elementos Sujeito, Complemento e Adjunto.

Figura 4 – Graus de elevação interpessoal na oração



Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 124).

Dentro da categoria dos Adjuntos, existem dois tipos que não seguem o mesmo princípio de ordenação e que não pertencem ao Resíduo. Esses dois tipos são os Adjuntos de modo e os Adjuntos conjuntivos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 125). A distribuição dos adjuntos segundo as metafunções e a localização deles dentro da estrutura de MODO pode ser visualizada no Quadro 6.

Quadro 6 – Metafunções e tipos de Adjuntos.

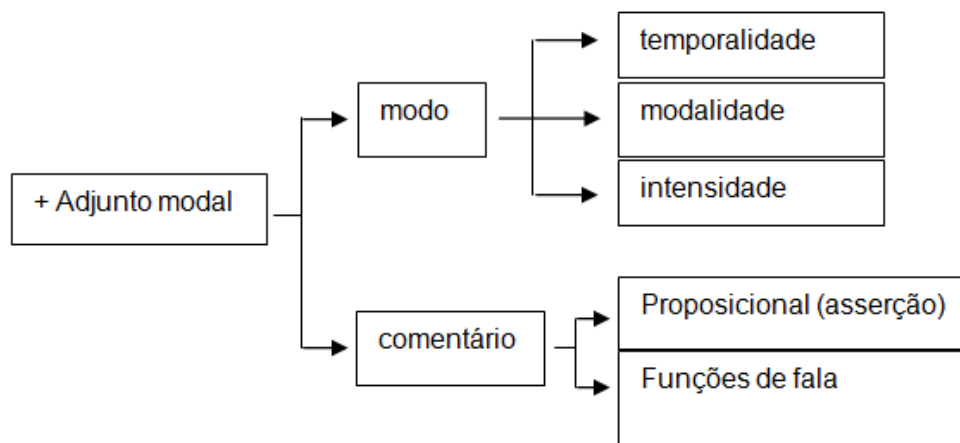
Metafunção	Tipo de Adjunto	Localização na estrutura de MODO
Ideacional	Adjunto circunstancial	No Resíduo
Interpessoal	Adjunto modal	No Modo ou no Comentário
Textual	Adjunto conjuntivo	Não pertence à estrutura de MODO

Fonte: (HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2004, p. 125).

A diferença entre os tipos de Adjuntos reside na metafunção. Os Adjuntos circunstanciais, discutidos até este ponto, pertencem à metafunção ideacional; os Adjuntos modais pertencem à metafunção interpessoal, enquanto os Adjuntos conjuntivos pertencem à metafunção textual.

Os Adjuntos Modais, que pertencem à metafunção interpessoal, são divididos segundo duas subcategorias: modo e comentário. A distinção que há entre eles reside na base interpessoal, pois representam diferentes tipos de avaliação de proposição ou proposta. As categorias mais gerais de Adjuntos Modais são exemplificadas na Figura 5, que representa o sistema de avaliação modal.

Figura 5 – Sistema dos Adjuntos Modais



Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 125).

Os Adjuntos de modo são assim chamados em função de sua proximidade com os significados construídos pelo sistema de MODO: modalidade e temporalidade, e também intensidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 126). Isso significa que sua posição neutra na oração é ao lado do operador verbal Finito, pouco antes ou logo depois dele. Há também dois outros locais possíveis: antes do Sujeito (em posição temática – especialmente os Adjuntos de temporalidade e de modalidade) e no final da oração (como uma reflexão ou explicação posterior). Nos exemplos 18, 19 e 20 observamos o adjunto "finalmente" ocorrendo em cada uma das posições possíveis, respectivamente, próximo ao Finito, anterior ao Sujeito e no final da oração.

18	A esperança venceu finalmente o medo [...].	D#3
----	--	-----

19	Finalmente a esperança venceu o medo [...].	D#3
----	--	-----

20	A esperança venceu o medo finalmente [...].	D#3 ¹⁵
----	--	-------------------

Dependendo da localização do Adjunto, ele também pode mostrar a polaridade da oração, tal como demonstram os exemplos a seguir, adaptados de Halliday e Matthiessen (2004, p. 126).

- a) mas **normalmente** eles não abrem antes das dez. (Temática)
 b) mas eles **normalmente** não abrem antes das dez. (Neutra)
 c) mas eles não abrem **normalmente** antes das dez. (Neutra)
 d) mas eles não abrem antes das dez **normalmente** . (Reflexiva)

Em “a”, o Adjunto localiza-se antes do Sujeito, indicando a posição temática. Em “b” e “c”, o Adjunto localiza-se, respectivamente, antes e após o Finito, indicando a posição neutra. Em “d”, o Adjunto localiza-se ao final da oração, indicando uma reflexão. A diferença de polaridade pode ser evidenciada entre “a”, que apresenta polaridade positiva, e “d”, que demonstra polaridade negativa.

Os Adjuntos de modalidade podem indicar probabilidade, usualidade, inclinação ou obrigação. O Quadro 7 mostra alguns advérbios, em português, funcionando como Adjuntos de modalidade.

Quadro 7 – Advérbios funcionando como Adjuntos de modalidade

	Médio	Alto	Baixo
Probabilidade	Provavelmente	Certamente, definitivamente, de jeito algum, de jeito nenhum	Possivelmente, talvez, dificilmente
Usualidade	Usualmente, geralmente	Sempre, nunca	Às vezes, ocasionalmente, poucas vezes, raramente, excepcionalmente

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 128).

Os Adjuntos de temporalidade podem indicar tempo (próximo ou remoto, passado ou futuro, relativo ao presente do falante), ou expectativa (positiva ou negativa, com relação ao momento em questão). O Quadro 8 mostra alguns advérbios da língua portuguesa funcionando como Adjuntos de temporalidade.

¹⁵ Adaptado.

Quadro 8 – Advérbios funcionando como Adjuntos de temporalidade

	Remoto	Próximo
Futuro	eventualmente	Logo
Não futuro (passado/presente)	uma vez	quase, há pouco
	Desde	A partir de
Positivo	Ainda	Já
Negativo	não mais	ainda não

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 128).

Os Adjuntos de intensidade podem indicar graus de expectativa (total, alto ou baixo) ou contraexpectativa (limitada ou excessiva). O Quadro 9 mostra alguns advérbios funcionando como Adjuntos de intensidade.

Quadro 9 – Advérbios funcionando como Adjuntos de intensidade

Grau	Total	totalmente, absolutamente, integralmente, completamente
	Alto	bastante, quase, aproximadamente
	Baixo	escassamente, dificilmente
Contraexpectativa	Excessiva	até mesmo, na verdade, realmente, de fato
	Limitada	apenas, simplesmente, meramente, única

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 129).

A cadeia de Adjuntos de Modo pode ser mais detalhadamente visualizada na Figura 6, que demonstra o sistema de Adjuntos de Modo.

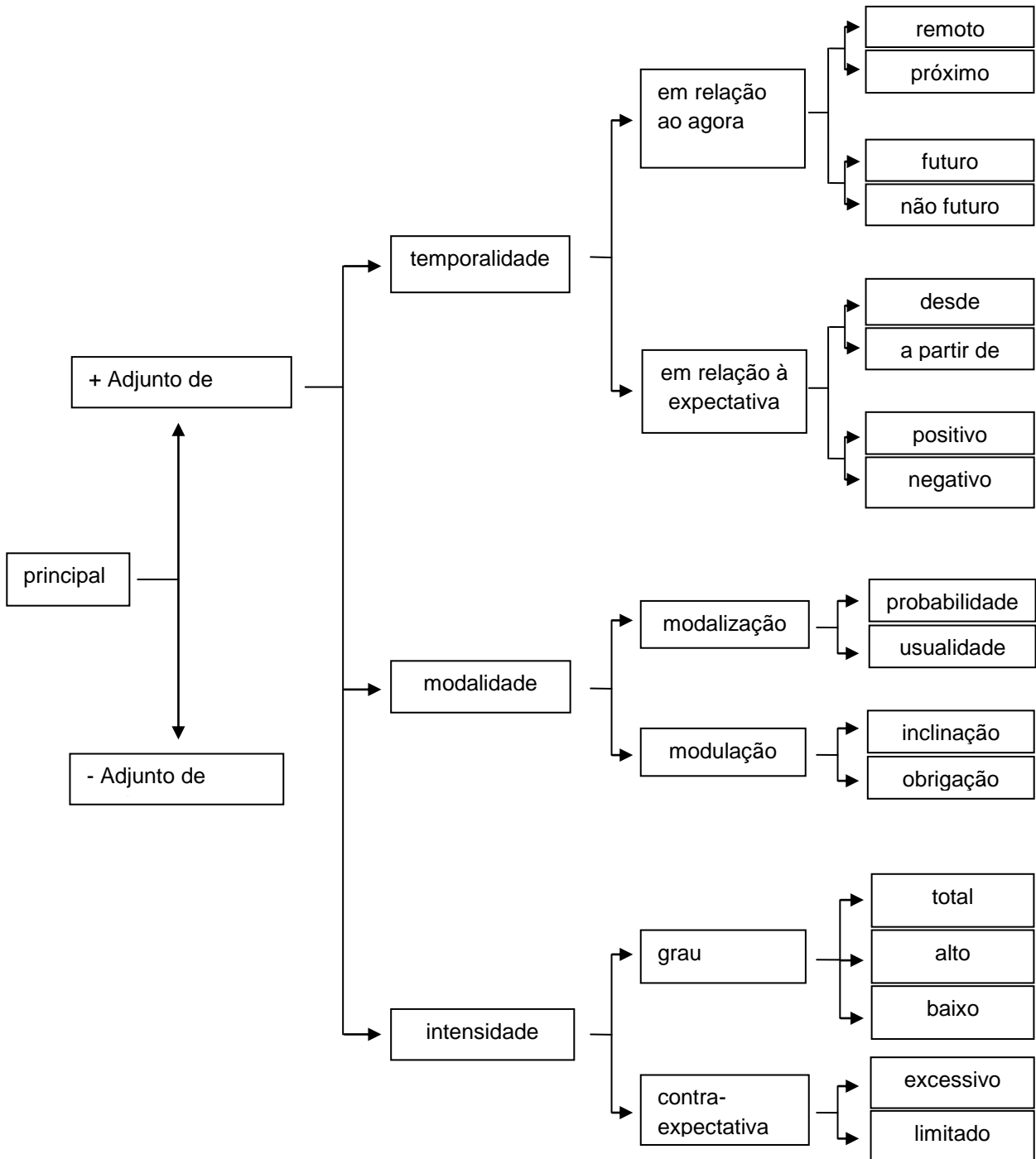
Os Adjuntos de comentário indicam a opinião do falante e podem expressar previsão, pressuposição e desejo. São restritos às orações indicativas (aquelas que funcionam como proposições) e expressam a atitude do falante sobre a proposição como um todo ou sobre a função de fala em particular, como demonstra o exemplo 21. Em outras palavras, o encargo do comentário pode ser tanto ideacional quanto interpessoal (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 129).

21	[...] somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos [...].	D#1
----	--	-----

O tipo proposicional (ideacional) ocorre somente com orações declarativas. Embora apareçam na oração nas mesmas posições que os Adjuntos de Modo, fazem-no por razões diferentes. Em particular, são fortemente associados às

fronteiras entre as unidades informacionais. Geralmente ocorrem no meio da oração, seguindo o item que é proeminente; caso contrário, eles podem ocorrer como Tema, frequentemente como uma unidade de informação em separado, ou em posição final, como reflexão tardia.

Figura 6 – Sistema dos Adjuntos de Modo



Os exemplos 22, 23, 24 e 25, a seguir, demonstram as possíveis posições desse tipo de Adjunto de Comentário.

22	Sem dúvida , a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a recuperação da economia.
23	A marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, sem dúvida , foi a recuperação da economia.
24	A marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi, sem dúvida , a recuperação da economia.
25	A marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a recuperação da economia, sem dúvida .

Por meio desse tipo de Adjunto, o locutor comenta tanto a proposição como um todo quanto o papel desempenhado pelo Sujeito. No primeiro caso, o comentário pode ser asseverativo (“é isso então”) ou qualificativo (“isto é o que eu penso sobre isso”). No segundo caso, o papel do Sujeito está sendo avaliado pela sabedoria ou pela moralidade; tais expressões podem ocorrer circunstancialmente (contraste entre “sabidamente, ele não agiu”, comentário, e “ele não agiu sabidamente”, circunstância de modo).

O tipo de Adjunto de comentário de Funções de fala (interpessoal) pode ocorrer tanto em orações declarativas como em orações interrogativas. Nas declarativas, expressam o ângulo do falante; nas interrogativas, buscam o ângulo do ouvinte. Suas posições na oração são mais restritas; elas favorecem fortemente a posição inicial ou a final. Os exemplos 26 e 27 demonstram as duas posições possíveis de ocorrência desse tipo de Adjunto de comentário na oração.

26	Francamente , se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá?	D#6 ¹⁶
27	Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá, francamente ?	D#6 ¹⁷

¹⁶ Adaptado.

¹⁷ Adaptado.

Esse tipo também se divide em dois subtipos: qualificado e não qualificado. O qualificado está intimamente relacionado à projeção, podendo ser expandido; o não qualificado não pode ser expandido, pois expressa tanto alegações de veracidade quanto sinais de garantia ou admissão (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 131).

O Quadro 10 demonstra o sistema dos Adjuntos de Comentário, tipos e subtipos, exemplificando-os com alguns advérbios que os realizam em língua portuguesa.

Assim como os Adjuntos interpessoais de Modo e de Comentário, os Vocativos são elementos que figuram na estrutura da oração como troca, mas fora do escopo do Modo e do Resíduo. Eles podem acompanhar uma oração de qualquer “modo”, sendo relativamente mais frequentes em orações de 'pedir' (interrogativas e imperativas) do que em orações de 'dar' (declarativas) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 133). A ocorrência de Vocativos em orações declarativas (exemplo 30), interrogativas (exemplo 31) e imperativas (exemplo 32) pode ser visualizada a seguir.

30	Senhoras e Senhores , volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado [...].	D#7
31	Srs. Congressistas , de que vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade?	D#4 ¹⁸
32	Nestes primeiros três meses, Ministros , devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas.	D#8 ¹⁹

¹⁸ Adaptado.

¹⁹ Adaptado.

Quadro 10 – Sistema dos Adjuntos de Comentário

Tipo				Advérbios	
Proposicional	Sobre proposição	Asseverativo	Comum (natural)	Naturalmente, inevitavelmente, é claro	
			Obvio	Obviamente, claramente	
			Certo	Indubitavelmente	
		Qualificativo	Predição	Previsível	Previsivelmente, não surpreendentemente
				Surpreendente	Surpreendentemente, inesperadamente
			Suposição	Rumor	Supostamente
				Argumento de prova	Comprovadamente
				Hipótese	Presumivelmente
			Desejo	Desejável: fortuna	Felizmente, afortunadamente
				Desejável: esperança	Confiantemente, se tudo der certo,
	Não desejável	Infelizmente, desafortunadamente			
	Sobre o sujeito	Sabedoria	Positiva	Sabidamente, doutamente, sensatamente, habilmente, brilhantemente, inteligentemente	
			Negativa	Estupidamente, tolamente, ridiculamente, insensatamente	
		Virtude	Positiva	Corretamente, justificadamente	
Negativa			Injustificadamente, incorretamente		
Discursivo-funcional	Não qualificada	Persuasivo	Convicção, garantia	Honestamente, seriamente, verdadeiramente	
			Concessão	Certamente, sem dúvida, com certeza	
		Factual	Realmente, de fato		
	Qualificada	Validade		Geralmente, amplamente, ordinariamente, como um todo, aproximadamente	
		Engajamento pessoal	Honestidade	Francamente, honestamente	
			Sigilo	Confidencialmente, secretamente	
			Individualidade	Pessoalmente, da minha parte	
			Exatidão, precisão	Estritamente, verdadeiramente, de fato.	
			Hesitação, indecisão	provisoriamente	

Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 130).

Ao usar um Vocativo, o falante está decretando a participação do(s) interlocutor(es) na troca. Ele pode funcionar tanto para identificar uma pessoa em particular a ser abordada, quanto para chamar a atenção dessa pessoa. Além

dessas funções, o Vocativo também pode ser realizado como um sinal textual, por exemplo, em uma conversa telefônica.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 133) destacam ainda que, em muitos contextos dialógicos, a função de Vocativo é mais negociativa. Ou seja, o falante usa-o para marcar o relacionamento interpessoal com seu interlocutor, às vezes afirmando, assim, *status* superior ou poder. A função característica dos Vocativos na negociação interativa entre os participantes será detalhada na seção 4.2.1 do capítulo seguinte.

Da mesma forma que os Vocativos, fora da estrutura do Modo e do Resíduo, e ocorrendo mais ou menos nas mesmas posições, estão os Expletivos, elementos segundo os quais o falante encena sua própria atitude ou estado de espírito atual (emoção). Ambos, Vocativos e Expletivos, são parte do diálogo, especialmente em conversas casuais quando eles ocorrem um após o outro reforçando a dimensão de sentido do “eu-e-você” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 134). O exemplo 33 demonstra o uso de Expletivos.

33	[...] eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus , por vocês existirem [...].	D#2
----	---	-----

É preciso, segundo os autores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 134), distinguir dos Expletivos, os itens lexicais individuais (“palavrões”). Esses elementos, diferentemente dos Expletivos, têm pouca função na oração, exceto para servir como a pontuação contínua de expressão quando o falante não tem nada significativo a dizer (por exemplo, “droga” em “é uma droga de política, meu Deus”).

Ao longo da subseção anterior, referimo-nos às noções de polaridade e de modalidade que concorrem com os demais elementos interpessoais da linguagem. A seguir, abordaremos cada um desses recursos separadamente.

2.3.2 Polaridade

A polaridade diz respeito à oposição entre negativo e positivo em associação com a oração como proposição ou proposta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 143). Tipicamente, a oração positiva é formalmente não marcada, enquanto a negativa é realizada por algum elemento adicional: em português, pela palavra “não” localizada próxima ao verbo, no elemento Finito. De maneira geral, cada operador

verbal Finito apresenta uma forma positiva (é, era, tem, pode) e outra negativa (não é, não era, não tem, não pode). A seguir, os exemplos 34 e 35 retratam a polaridade positiva, não marcada e a negativa, com o marcador não.

34	O Brasil é grande.	D#3
----	---------------------------	-----

35	Não há segurança para o cidadão.	D#8
----	---	-----

Em inglês, o marcador negativo pode ser reduzido, a ponto de positivo e negativo serem mais ou menos equivalentes em peso, impedindo o marcador negativo de ser extraído para deixar uma forma positiva intacta, como por exemplo em “*can / can’t*”. Este tipo de fusão acontece somente com o elemento Finito, o “not” não se reduz se o verbo é não finito e isto reflete a associação sistêmica de polaridade com o modo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 143).

Halliday (1994, p. 88) destaca que, em orações interrogativas do tipo sim/não, o elemento Finito assume a posição temática, uma vez que essas orações são justamente um pedido de informação sobre a polaridade. A respeito do significado da polaridade em orações interrogativas, Halliday e Matthiessen (2004, p. 144) acrescentam que, enquanto a forma interrogativa positiva não contém em si uma sugestão de resposta esperada, provável, a forma interrogativa negativa tem, pois é “uma pergunta que espera um ‘sim’ como resposta”.

Tal como evidenciam os autores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 144) as palavras “sim” e “não” são expressões diretas de polaridade e apresentam mais de um estado funcional. Se eles estão expressando uma função de fala, são Adjuntos de modo; se não, eles são continuativos e não têm lugar na estrutura de Modo.

“Sim” e “não”, por se apresentarem como respostas possíveis para orações interrogativas, podem funcionar como orações, seja para responder a uma pergunta, em reconhecimento a uma sentença, seja para atender a um comando ou aceitar uma oferta. Nesses casos, então, configuram Adjuntos de modo. São fonologicamente salientes e carregam proeminência tônica.

Além disso, “sim” e “não” podem funcionar como parte de um tema textual. Nesses casos, são, então, continuativos, servem para sinalizar que um novo movimento do discurso está começando. Em geral – mas não necessariamente –

representam a tomada de turno de um novo falante. Não têm função de discurso por si só, não estão selecionando positivo e negativo.

Outra possibilidade, ainda, é o “sim” (mas não o “não”), funcionando como resposta a um chamado, como no exemplo 36, tendo proeminência tônica. Funções como essa, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 145), não necessitam ser rotuladas gramaticalmente.

36	- Sr. Presidente! - Sim?
----	-----------------------------

Por fim, em se tratando especificamente da língua inglesa, a palavra negativa “not” pode ocorrer em duas funções: ou como uma variante escrita ou formal do elemento negativo “n̩”, neste caso sendo parte do Finito; ou como um Adjunto modal distinto no Modo, ou Resíduo, neste último caso é saliente fonologicamente e pode ser tônica.

We were / not / impressed

She could simply / not / have stayed.(?)

Em orações não finitas, onde não há o elemento Finito, a forma reduzida “n̩” não pode ocorrer.

Not having been told about it.

Not to allow it.

Nesses casos, o “not” constitui um elemento do Modo ou sozinho ou com o Sujeito, em orações com Sujeito.

2.3.3 Modalidade

Apesar da importância interpessoal da polaridade, as possibilidades não estão limitadas à escolha entre “sim” e “não”. Há, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004) graus intermediários, tipos de indeterminação, tais como “às vezes” ou “talvez”. Esses graus intermediários entre os polos positivo e negativo são conhecidos coletivamente como MODALIDADE.

O recurso interpessoal de modalidade expressa os diferentes graus de comprometimento do falante. Demonstra a posição que o locutor assume ao expressar sua opinião a partir de um ponto de vista particular. “O que o sistema de modalidade faz é construir a região de incerteza que reside entre o ‘sim’ e o ‘não’”

(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 147). Para esses autores, há, entre as certezas do “é” e “não é”, probabilidades relativas de “deve ser”, “será”, “pode ser”. Da mesma forma, entre as definitivas de “faça” e “não faça!”, encontram-se as opções discricionárias “você deve fazer”, “você deveria fazer”, “você pode fazer”. O espaço entre “sim” e “não” tem uma significação diferente para proposições e propostas.

No sistema de modalidade, as proposições (troca de informações) são vistas como modalização e correspondem ao entremeio dos polos de afirmação e de negação. Nesse mesmo sistema, as propostas (troca de bens e serviços), são tratadas como modulação e dizem respeito aos polos de determinação e de proibição.

A MODALIZAÇÃO, significados intermediários em proposições, apresenta dois graus distintos: (I) probabilidade (possivelmente, provavelmente, certamente, como no exemplo 37) e (II) usualidade (às vezes, geralmente, sempre, *vide* exemplo 38). A probabilidade é equivalente a “ou sim ou não”, “pode ser sim, pode ser não”, com diferentes graus de possibilidade. A usualidade é equivalente a “tanto sim quanto não”, “às vezes sim, às vezes não”, com graus diferentes de frequência.

37	[...] porque certamente nos momentos difíceis ela [Dona Mariza] era o ombro, o consolo e a consciência política.	D#2
----	---	-----

38	[...] porque sempre nos momentos difíceis ela [Dona Mariza] era o ombro, o consolo e a consciência política.	D#2 ²⁰
----	---	-------------------

Tanto a probabilidade quanto a usualidade podem ser expressas por meio de diferentes recursos léxico-gramaticais. São eles: verbos modais (poder, dever), Adjuntos modais (possivelmente, talvez, certamente, seguramente, usualmente, frequentemente, sempre, normalmente, raramente, ocasionalmente, eventualmente), grupos adverbiais (sem dúvida, com certeza, às vezes, com frequência) e expressões (é possível, é provável, é certo, é costume) (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114).

É preciso notar, como destacam Halliday e Matthiessen (2004, p. 147) que, em declarações, a modalidade configura a expressão da opinião do falante: “deve

²⁰ Adaptado.

ser John”. Entretanto, em perguntas, a modalidade caracteriza um pedido de opinião do ouvinte: “será John?”. Além disso, quanto ao valor, os autores destacam que mesmo um valor modal alto (certamente, sempre) é menos determinado do que uma forma polar (é, não é). Sendo assim, “certamente é John” é menos certo que “é John”; ou, ainda, “sempre chove no verão” é menos invariável que “chove no verão”. “Em outras palavras, você só diz que tem certeza quando não tem”.

A MODULAÇÃO, significados intermediários em propostas, articula-se entre os polos positivo e negativo de ordenar e proibir (“faça isso”, “não faça isso”). Apresenta dois graus intermediários: (I) em comandos, representam graus de obrigação (“permitido”, “suposto”, “requerido”, como no exemplo 39); (II) em ofertas, representam graus de inclinação (“disposto a”, “ansioso para”, “determinado a”, exemplo 40).

39	[...] o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho [às mulheres].	D#7
----	---	-----

40	[...] o Brasil estará [...] disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico.	D#8
----	--	-----

As categorias de modulação – obrigação e inclinação – podem ser expressas gramaticalmente em língua portuguesa por recursos como verbos modalizadores (deve, deveria), adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente, voluntariamente, alegremente) e expressões (é necessário, é preciso, é esperado, está inclinado a, está disposto a) (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115).

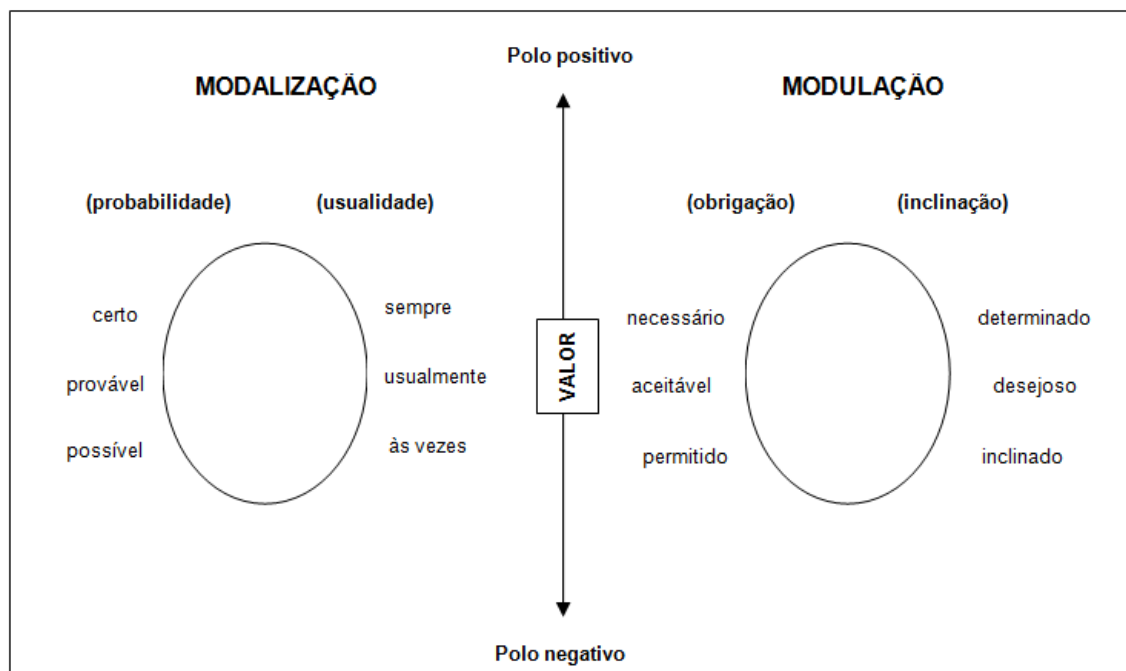
As propostas positivas e negativas são trocas de bens e serviços entre falantes e ouvintes, por meio das quais o falante oferece-se para fazer algo, pede ao ouvinte para que faça algo ou sugere que ambos façam algo. Raramente, apenas em preces e juramentos, as propostas compreendem um Sujeito na 3ª pessoa.

Entretanto, orações moduladas, que frequentemente ocorrem como ofertas, comandos e sugestões (“estarei indo”, “devemos estar indo”), normalmente implicam uma 3ª pessoa. Casos como esses expressam declarações de obrigação e inclinação feitas pelo falante a respeito de outros. “Funcionam como proposições, já que, para a pessoa a quem são dirigidas, soam mais como informação do que bens e serviços” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 148).

O Sistema de Modalidade é, sobretudo, uma expressão de indeterminação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), que se configura em propostas e proposições a partir da combinação de VALOR e de POLARIDADE. Sendo assim, cada uma das dimensões da modalidade – probabilidade, usualidade, obrigação e inclinação – é organizada com base em um sistema de três valores (alto, baixo e médio) combinados à polaridade (positiva e negativa).

A Figura 7, apresenta o esboço do sistema de Modalidade balizado pelos polos positivo e negativo e também pelo eixo de valor.

Figura 7 – Modalidade, polaridade e valor



Fonte: (FUZER; CABRAL, 2014, p. 116).

O propósito deste trabalho, como evidenciamos, não se restringe ao estrato contextual, tampouco à metafunção interpessoal. Nosso interesse recai também sobre os demais significados interpessoais que constituem o estrato semântico discursivo. Para tanto, no Capítulo 3, apresentamos a revisão teórica referente aos significados interpessoais e semânticos da linguagem.

CAPÍTULO 3 – INTERAGINDO COM A AUDIÊNCIA

A relação interpessoal, tal como demonstramos através dos estudos arrolados nesta pesquisa, perpassa as diversas instâncias discursivas, indo desde a constituição do texto, passando por sua significação, até o seu ambiente contextual. Faz-se imperioso lembrarmos que o processo interativo dispõe de recursos linguísticos diversos que constroem/ sustentam o “diálogo” entre o falante/ escritor e o ouvinte/ leitor.

3.1 SEMÂNTICA DO DISCURSO

Anteriormente, no Capítulo 2, abordamos algumas noções centrais em Linguística Sistêmico-funcional e que, juntas, concorrem para o entendimento da temática desta pesquisa: a língua como sistema de estratos, a importância do(s) contexto(s) – de cultura e de situação (em especial, a variável relações) – e as metafunções da linguagem.

Como observamos, a LSF preocupa-se em delinear, sob os mais diversos aspectos, um modelo multiperspectivo com a finalidade de prover análises complementares para interpretar a linguagem em uso. Uma das complementaridades básicas é, de acordo com Martin e White (2005), a noção de tipos de significados – “a ideia de que a linguagem é um recurso para mapear significados ideacionais, interpessoais e textuais [...] em praticamente todo ato de comunicação” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 7).

Da mesma forma que Martin e White (2005) delimitam seu estudo dentro dos significados interpessoais no discurso escrito, nós, nesta pesquisa, também estamos concentrados dentro do escopo da semântica do discurso, a fim de descrever e analisar as diferentes facetas interpessoais realizadas pela materialidade dos discursos de posse que instituem nosso *corpus*.

Enquanto a semântica é o sistema de significados realizados pela léxico-gramática (estruturas gramaticais e itens lexicais), a semântica do discurso está preocupada com significados que vão além da oração, que estão presentes em textos.

No nível de abstração semântico-discursivo, como explicam Martin e White (2005, p. 9), estão em pauta vários aspectos da organização do discurso. São eles: a identificação (como pessoas, lugares e coisas são introduzidas e referidas no

texto); a conjunção (como os eventos e estados de coisas são ligados uns aos outros em termos de tempo, causa, contraste e semelhança); a ideiação (como os participantes estão relacionados como parte do todo e subclasse de classe); a negociação (como turnos de fala são organizados em troca de bens e serviços e informações); a avaliação (como a avaliação é estabelecida, amplificada, orientada e mantida).

Esses aspectos organizam-se de acordo com as metafunções que realizam. Dessa forma, a identificação leva em consideração a semântica do discurso dos significados textuais; a conjunção, a semântica do discurso dos significados lógicos; a ideiação, a semântica do discurso dos significados experienciais e a negociação, a semântica discursiva dos significados interpessoais (MARTIN, 1992, p. 26).

O sistema interpessoal, como pudemos compreender pelos estudos revisados até este ponto, é realizado em todos os estratos da linguagem, abrangendo desde a léxico-gramática (metafunção interpessoal), a semântica do discurso (sistemas de avaliatividade, negociação e envolvimento articulados) e o contexto (variável relações).

O sistema de avaliatividade configura os recursos de avaliação em textos (MARTIN; WHITE, 2005). O sistema de negociação focaliza os aspectos interativos do discurso, as funções de fala e as estruturas de troca. O sistema de envolvimento complementa a avaliatividade, focalizando os recursos não graduáveis, especialmente no que se refere à dimensão da solidariedade, negociando a relações entre membros de um mesmo grupo ou de grupos diferentes.

A seguir, dada sua importância para este estudo, cada um dos sistemas interpessoais semântico-discursivos será explorado detalhadamente.

3.2 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

A avaliatividade é um aporte teórico desenvolvido por J. R. Martin e seus colegas na década de 90 e consolidado em 2005 com o advento da publicação da obra *Language of evaluation – appraisal in English* (MARTIN; WHITE, 2005). Nessa obra, são exploradas as questões relacionadas aos significados da língua inglesa, ao seu uso e à sua função em determinado contexto. O sistema assim estabelecido orienta-se para o funcionamento da linguagem, objetivando: (1) identificar como o autor/falante se posiciona frente aos processos e fenômenos do mundo; (2) abordar os recursos linguísticos selecionados pelos textos/falantes ao se expressarem,

negociarem e compartilharem, intersubjetivamente, suas posições ideológicas através do discurso e (3) investigar e explicar os mecanismos utilizados pelos falantes para atribuir valores e assumir posicionamentos sobre um objeto, fenômeno ou evento.

Como já expusemos anteriormente nesta mesma seção, esse aporte sistemático desenvolvido e proposto como ferramenta de análise dos significados interpessoais discursivos, apesar de contar com recursos teóricos da léxico-gramática, não se limita a eles. Vai mais além, centra-se no estrato da semântica do discurso, chegando ao contexto de situação – variável relações. Os autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 10) apresentam três motivos que justificam essa organização:

1. a realização da atitude ultrapassa os limites gramaticais,
2. a realização linguística de uma dada atitude pode ser instanciada por diferentes categorias léxico-gramaticais. Em decorrência disso, é necessário sair da léxico-gramática para realizar generalizações dos significados avaliativos,
3. a realização da metáfora gramatical introduz um grau de tensão entre o sentido literal e o significado.

Segundo Martin e White (2005) o sistema de avaliatividade articula três domínios interativos – atitude, engajamento e gradação – a serem abordados a seguir.

3.2.1 Atitude

A atitude é um sistema de significados que relaciona os valores e opiniões do falante/escritor acerca do mundo, das pessoas, dos objetos e do comportamento humano. Haja vista o caráter interpessoal da expressão de avaliações, o falante ao realizá-las espera uma resposta – de aceitação – do interlocutor.

Os significados atitudinais compreendem a emoção, a ética e a estética. Esses três significados são sistematizados pelos autores (MARTIN; WHITE, 2005) como, respectivamente, afeto, julgamento e apreciação. O afeto perpassa os outros dois, pois a emoção é um recurso expressivo nato, com o qual interagimos desde o nascimento (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42). Ele atravessa e institui os outros dois domínios, tal como demonstra a Figura 8, a seguir.

Figura 8 – Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado



Fonte: (MARTIN; WHITE, 2005, p. 45).

A Figura 8 evidencia a Atitude como institucionalização dos sentimentos. Assim, o afeto corresponde ao centro das emoções ligadas ao subjetivo, enquanto o julgamento diz respeito aos sentimentos relacionados ao comportamento humano e a apreciação representa os sentimentos sobre o valor das coisas.

Afeto compreende a sistematização dos significados linguísticos que realizam as emoções. Avaliações desse tipo são baseadas nos sentimentos positivos ou negativos do falante/escritor, representados como recursos semânticos para expressar felicidade/infelicidade, segurança/insegurança, satisfação/insatisfação sobre determinados fatos, pessoas, objetos.

Linguisticamente, podem ser manifestados no discurso por processos mentais ou comportamentais e por Adjuntos modais (MARTIN; WHITE, 2005, p. 46). Além disso, sua manifestação pode ser implícita, nesse caso, o significado estará ancorado no contexto.

Para identificarmos avaliações de afeto, segundo os autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 46) é necessário que sejam observados seis critérios: (1) os sentimentos são popularmente construídos pela cultura como positivos ou negativos?; (2) os sentimentos são o resultado de emoções?; (3) os sentimentos são resultado de alguma ação externa?; (4) a gradação dos sentimentos é lexicalizada?;

(5) os sentimentos relacionam mais intenções do que reações? (6) as emoções são agrupadas em felicidade/infelicidade (sentimentos de tristeza, ódio, amor, felicidade, como no exemplo 41), segurança/insegurança (emoções de ansiedade, temor, confiança, paz, como no exemplo 42), satisfação/insatisfação (sentimentos de tédio, desprazer, desagrado, curiosidade, respeito, como no exemplo 43)?

41	Não serão tempos felizes , mas de sacrifício.	D#6
----	--	-----

42	A própria classe média vive sob a angústia do empobrecimento rápido [...]	D#6
----	--	-----

43	[...] Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.	D#5
----	---	-----

O julgamento é a articulação semântica das avaliações sobre o comportamento humano. As realizações podem ser positivas ou negativas e construir significados de sanção social ou estima social.

A sanção social corresponde ao julgamento de comportamentos avaliados quanto à propriedade – quão ético alguém é (exemplo 44) e à veracidade – quão verdadeiro alguém é (exemplo 45).

44	Não permitiremos que a corrupção , a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.	D#3
----	---	-----

45	[...] o combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto à existência de verbas adequadas.	D#5
----	--	-----

Esse tipo de avaliação incide sobre pessoas (ou objetos e animais caracterizados por traços humanos) e tem como base os códigos institucionalizados (regulamentações, leis, decretos, regras) que regem a conduta do homem em instituições sociais (tais como a Igreja e o Estado). A violação desses códigos envolve punições e penalidades (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52).

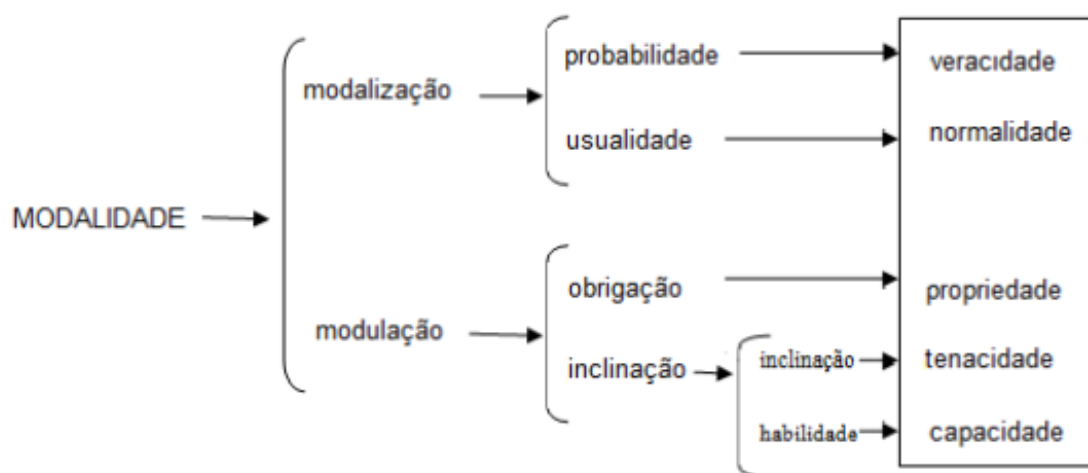
A estima social diz respeito às avaliações do comportamento quanto à normalidade – quão usual alguém é (exemplo 46) –, à capacidade – quão capaz alguém é (exemplo 47) – e à tenacidade – quão persistente alguém é (exemplo 48).

Julgamentos desse tipo compreendem regulamentações, sem implicações legais, baseadas na cultura oral e nas relações humanas em determinadas esferas sociais, tais como família, trabalho, amizades (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52).

46	Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que [...]	D#7
47	Reitero meu compromisso de agir no combate as drogas [...]	D#1
48	Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão .	D#3

De acordo com os autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 54), a disposição dos tipos de julgamento (sanção e estima social) reflete a organização gramatical do sistema de modalidade (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A Figura 9, a seguir, evidencia a relação entre o sistema de modalidade e os tipos de julgamentos.

Figura 9 – Sistema de modalidade e tipos de julgamento



Fonte: (MARTIN; WHITE, 2005, p. 54).

Martin e White (2005, p. 54) afirmam ainda que o trabalho de Halliday sobre MODO, modalidade e metáfora interpessoal representa a “ponte” entre a gramática interpessoal e a avaliatividade, na qual subjazem essas conexões.

Essa região semântica da atitude representa as avaliações sobre a estética de objetos, fenômenos naturais, coisas que fazemos ou performances que

apresentamos (MARTIN; WHITE, 2005, p. 56). A apreciação compreende avaliações e reações, positivas ou negativas, que o falante/escritor expressa sobre a forma, a aparência, a composição, o impacto e o valor de determinado artefato. Os significados de apreciação dividem-se em reação, composição e valoração.

A reação está relacionada à afeição. Diz respeito à forma como o falante reage diante de algo. Essa categoria compreende dois tipos: reação-impacto (isso me cativou?), como no exemplo 49, e reação-qualidade (isso me agradou?), como no exemplo 50.

49	O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor.	D#7
----	---	-----

50	O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor.	D#7
----	---	-----

A composição corresponde à percepção do falante sobre a organização de algo. Esse tipo de apreciação envolve proporção (isso está coeso?), como demonstra o exemplo 51, e complexidade (isso está complicado?), como no exemplo 52.

51	A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável [...].	D#3
----	---	-----

52	[a sociedade moderna] heterogênea e complexa como é com o caos predatório das ambições em grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.	D#7
----	--	-----

A valoração compreende as opiniões consideradas do falante. Esse tipo está voltado para o valor de um artefato (isso é interessante?), observando características como autenticidade, atualidade e inovação (exemplo 53).

53	À iniciativa individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso Território quanto em nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos.	D#8
----	---	-----

3.2.2 Engajamento

O engajamento é uma sistematização de recursos linguísticos que evidenciam o posicionamento do falante/escritor em relação a seus interlocutores e aos textos que produzem (VIAN Jr., 2010, p. 33). Esse sistema está orientado aos significados no contexto e aos efeitos retóricos associados aos posicionamentos, além de explorar o porquê da escolha de determinada posição em detrimento de outra (MARTIN; WHITE, 2005, p. 92).

Os recursos linguísticos de engajamento compreendem diferentes locuções lexicais e gramaticais que localizam o falante/escritor com relação às posições de valor sendo referenciadas no texto e também às posições alternativas, “plano de fundo”, pontos de vista e julgamentos de valor contra os quais todos os textos operam. Dito de outra forma, os recursos de engajamento são todas as locuções que dão significado para a voz autoral posicionar-se ou, ainda, engajar-se às outras vozes e posições alternativas construídas no mesmo contexto comunicativo (MARTIN; WHITE, 2005, p. 94).

Articulam-se ao engajamento os recursos de gradação, que são mecanismos que possibilitam ao falante/escritor “graduar” a força do enunciado e o foco da categorização pela qual os valores semânticos são identificados. Ao graduar a expressão de engajamento, o falante/escritor pode demonstrar-se “mais fortemente alinhado ou menos fortemente alinhado com a posição de valor do texto que está sendo promovida pelo texto”. Além disso, a gradação serve para localizar o falante/escritor em relação às comunidades de valores e crenças compartilhadas associadas às posições que ele assume (MARTIN; WHITE, 2005, p. 94).

Esses recursos de posicionamento intersubjetivo estão orientados também à construção de efeitos dialógicos-chave associados a esses significados: alinhamento/desalinhamento do falante/escritor com (1) as posições de valor referenciadas no texto ou (2) com as comunidades socialmente construídas, que compartilham crenças e atitudes, associadas a essas posições.

Ao anunciar sua posição atitudinal, o falante/escritor não somente expressa o que está na sua própria mente, mas simultaneamente convida outros a aprovar e compartilhar sentimentos, gostos ou avaliações normativas que estão sendo expostas (MARTIN; WHITE, 2005, p. 95).

A negociação do alinhamento/desalinhamento constrói também a relação entre o falante/escritor do texto e o leitor putativo, a quem o texto é dirigido. Ao produzirmos um texto, construímos, por meio de vários indicadores, um leitor “ideal” com o qual nos apresentamos mais ou menos alinhado (MARTIN; WHITE, 2005, p. 95). As formas como esses recursos agem para inscrever o leitor dentro do texto e, de uma forma mais abrangente, construir a solidariedade entre falante/escritor e interlocutor/leitor são o foco da abordagem dos autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 96).

Os posicionamentos dialógicos construídos em um texto podem ser de natureza monoglóssica (exemplo 54) ou heteroglóssica (exemplo 55).

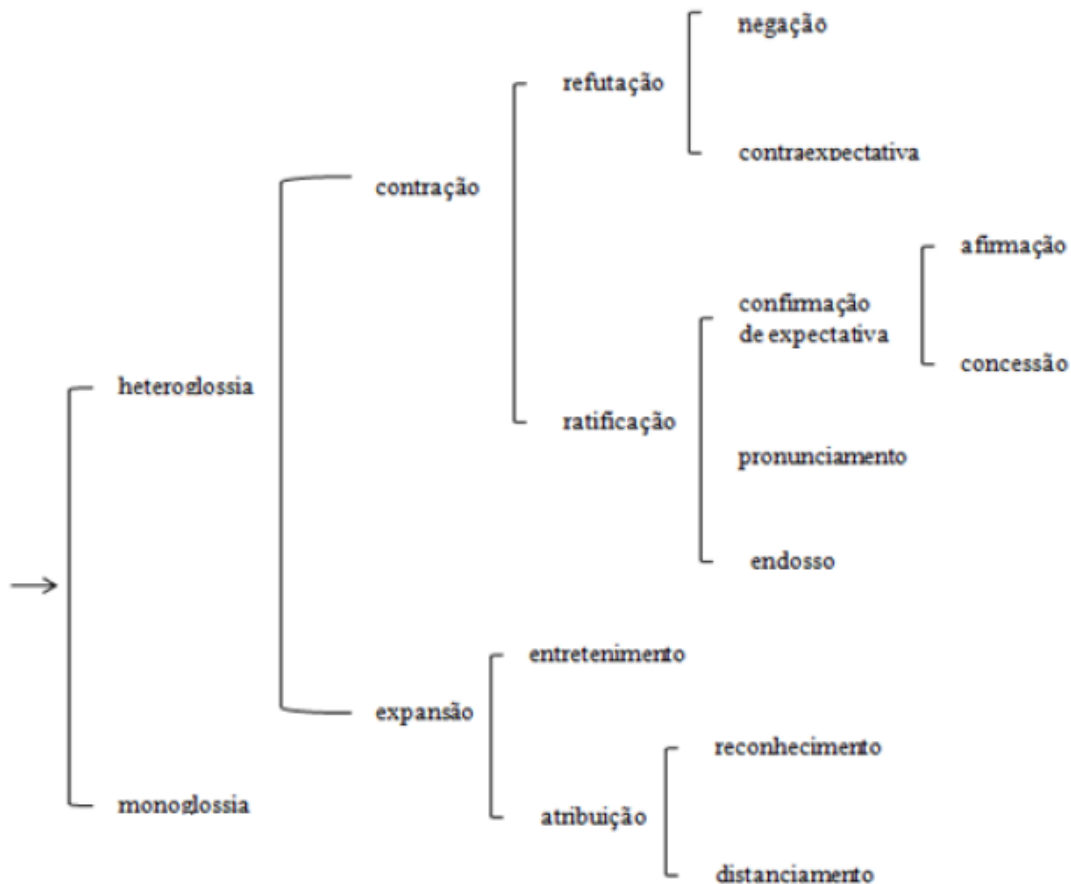
54	Esta é a minha visão do País para o século XX.	D#4
55	Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.	D#3

Os enunciados monoglóssicos são assertivos, não apresentam outras vozes ou pontos de vista além do que o falante expressa. Os enunciados heteroglóssicos apresentam abertura para a possibilidade de inserção de outras vozes.

Para que possamos compreender e analisar os posicionamentos dialógicos heteroglóssicos, os recursos de engajamento são categorizados, de acordo com os autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 102) quanto à expansão – abertura para posicionamentos alternativos (de aceitação ou de rejeição) - e à contração – restrição do escopo das posições e vozes alternativas (VIAN Jr., 2010, p. 37) – do potencial dialógico do enunciado.

Podemos observar o sistema de engajamento, os mecanismos de contração e expansão dialógica, suas subcategorias e a hierarquia entre elas a partir da Figura 10. Na sequência, cada categorização do sistema será abordada distintivamente.

Figura 10 – Sistema de engajamento



Fonte: (MARTIN; WHITE, 2005, p. 134).

A expansão dialógica relaciona os mecanismos de entretenimento e de atribuição. O entretenimento diz respeito às posições ancoradas na opinião autoral, tal como no exemplo 56.

56	A paz parece estar ao alcance de nossas mãos	D#7
----	---	-----

A atribuição nomeia as posições fundamentadas em um participante externo e pode manifesta-se por meio de reconhecimento ou distanciamento. A atribuição pode ser de dois tipos:

- reconhecimento, posições autorais expressas pela voz de outro participante, como mostra o exemplo 57.

57	O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa. Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas andanças pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas.	D#4
----	---	-----

- distanciamento, posições que representam afastamento explícito sobre determinada proposição de outrem, tal como no exemplo 58.

58	Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele.	D#7
----	--	-----

A contração dialógica articula os mecanismos de refutação e de ratificação. A refutação diz respeito à discordância da voz autoral para com uma posição contrária. Esse mecanismo pode ser de dois tipos:

- negação, que evidencia contrariedade frente à determinada posição, como no exemplo 59.

59	Não venho para enaltecer a minha biografia	D#1
----	---	-----

- contraexpectativa, que demonstra contrariedade à uma posição, suplantando-a por outra, tal como no exemplo 60.

60	[...] normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente [rainhas, reis, príncipes, empresários, pequenos, grandes e médios, deputados, senadores, governadores], mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos [...].	D#2
----	---	-----

A ratificação limita o escopo das alternativas dialógicas. Esse mecanismo pode manifestar:

- Confirmação da expectativa: baseia-se em uma posição como senso comum, seja por meio de afirmação, como no exemplo 61, seja por meio de concessão, como no exemplo 62.

61	Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e consequente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos , o destino do gênero humano em seu conjunto.	D#7
----	---	-----

62	A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas.	D#4
----	---	-----

- Endosso: demonstra uma posição validada por fontes externas, como evidencia o exemplo 63.

63	O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo,	D#1
----	--	-----

- Pronunciamento: dá ênfase à posição em si, tal como demonstra o exemplo 64.

64	Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo.	D#2
----	--	-----

Os recursos heteroglóssicos, como pudemos observar, permitem que o produtor do texto referencie outras vozes e pontos de vista. Ao mesmo tempo, os mecanismos de contração e de expansão dialógica abrem possibilidade para que autor e leitor negociem mutuamente a interação.

3.2.3 Gradação

A gradação, mais do que um sistema em si, é uma propriedade definidora, tanto dos significados atitudinais, construindo altos ou baixos graus de positividade ou negatividade, quanto dos posicionamentos dialógicos, definindo os graus de intensidade de alinhamento do falante/escritor ou do seu investimento na avaliação. De acordo com Martin e White (2005), essa propriedade é um conceito central no Sistema de Avaliatividade. Os autores consideram, inclusive, a atitude e o engajamento como domínios de gradação que diferem quanto aos tipos de significados graduados (MARTIN; WHITE, 2005, p. 136). A semântica dos significados graduáveis é definida segundo dois eixos: força e foco.

O eixo da força sistematiza os recursos linguísticos de intensificação e de quantificação das avaliações. A intensificação pode incidir sobre atributos, processos e verbos modais (MARTIN; WHITE, 2005, p. 140). Essa categorização compreende as estratégias de fusão (exemplo 65), isolamento (exemplo 66) e repetição (exemplo 67).

65	O grande agente desta política é a Petrobrás [...]	D#1
66	O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia mais forte porque solidária e humana, aliada à honradez na administração do Estado.	D#6
67	Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas. Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil. Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.	D#1

A intensificação-fusão é o grau de intensidade incorporado ao significado de um item lexical. A intensificação-isolamento é o aumento ou a diminuição de intensidade de gradação, expresso por meio de advérbios ou locuções adverbiais de intensidade ou de modo relacionado ao atributo ou processo avaliado. A intensificação-repetição é a reprodução do mesmo item lexical ou de itens relativos ao mesmo campo semântico.

Os recursos de força quantificação, assim como a intensificação, também relacionam estratégias de fusão (exemplo 68) e isolamento (exemplo 69). Martin e White (2005, p. 152) esclarecem, ainda, que a quantificação do tipo isolada é a forma típica de ocorrência, enquanto a do tipo infusionada é uma estratégia mais comum em realizações metafóricas.

68	Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.	D#7
69	Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.	D#2

A gradação de quantificação isolada pode referir-se a diferentes elementos. À quantidade indeterminada, expressa por numerativos e quantitativos indefinidos, tais como “poucos”, “muitos”, “alguns”, “todos”. Ao volume, quanto ao tamanho

(“pequeno”, “grande”), ao peso (“leve”, “pesado”), à espessura (“fino”, “grosso”) e à luminosidade (“escuro”, “claro”). À extensão, quanto à distribuição (espacial e temporal) e à proximidade (espacial e temporal).

As realizações de gradação-força, além de aumentar e diminuir o “volume” das avaliações, implicam outros efeitos no texto que dizem respeito ao alinhamento e à solidariedade nas relações entre escritor-leitor. Acentuar a atitude frequentemente constrói o falante/escritor como alguém altamente comprometido com a posição de valor assumida e fortemente alinhado ao leitor (MARTIN; WHITE, 2005, p. 152). Por outro lado, atenuar a atitude constrói o falante/escritor como alguém parcialmente, ou tenuemente, afiliado à posição de valor referenciada (MARTIN; WHITE, 2005, p. 153).

Outro importante papel dos recursos de gradação-força é tornar evidentes os significados que não estão explícitos e que, mesmo assim, são carregados de avaliações. “A força é um dos mecanismos pelo qual as avaliações implícitas ou provocadas são construídas” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 153).

O eixo de gradação-foco sistematiza os recursos que se aplicam tipicamente às categorias que, do ponto de vista experiencial, são não graduáveis. Essas categorias são limitadas, “operando conforme taxonomias experienciais cuja filiação é mais ou menos precisamente determinada por uma combinação de condições suficientes e necessárias” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 137). A gradação-foco recai sobre as noções de prototypicalidade (exemplo 70) e precisão (exemplo 71).

70	Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores [...].	D#7
----	---	-----

71	Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular [...] ²¹ .
----	--

Ao indicar uma escala alta – por meio da acentuação –, o foco determina o membro prototípico de uma categoria. Em contrapartida, ao indicar uma escala baixa – pela atenuação – o foco caracteriza os membros marginais em uma categoria (MARTIN; WHITE, 2005, p. 138).

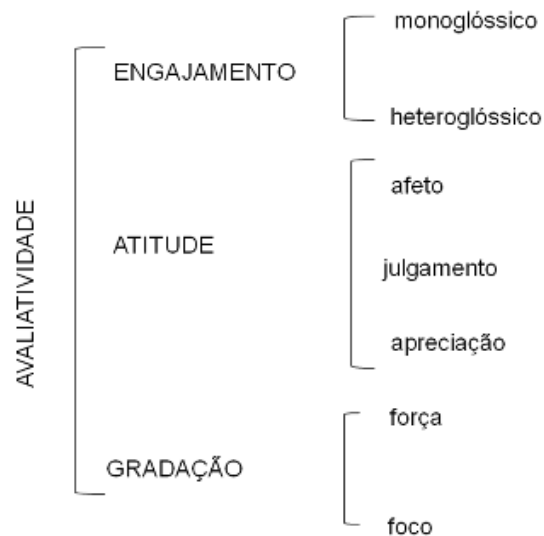
²¹ Este exemplo não pertence ao *corpus* da pesquisa. O referido excerto foi retirado do discurso de posse do presidente Getúlio Vargas, em 1951.

Assim como os recursos de gradação-força, os de foco também implicam efeitos retóricos, e esses variam conforme o valor que é acentuado ou atenuado. A acentuação indica alto grau de investimento da voz autoral sobre a posição de valor (seja ela positiva ou negativa) e forte alinhamento com o leitor. Com a atenuação, contudo, o efeito retórico depende do valor assumido.

Quando a atenuação recai sobre um termo negativo, há menor investimento do falante/escritor na posição de valor, representando um gesto “conciliatório” para manter a solidariedade com os que não compartilham o mesmo ponto de vista (MARTIN; WHITE, 2005, p. 139). Quando a atenuação incide sobre um termo positivo, a posição de valor é construída como potencialmente problemática para a solidariedade entre escritor-leitor (MARTIN; WHITE, 2005, p. 140).

A Figura 11, a seguir, evidencia o sistema de avaliatividade e seus principais recursos.

Figura 11 – Recursos de avaliatividade



Fonte: (MARTIN; WHITE, 2005, p. 38).

Na seção 3.3, a seguir, detalharemos o Sistema de Negociação, que, juntamente ao de Avaliatividade e de Envolvimento, constitui a semântica interpessoal do discurso.

3.3 SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO

A negociação é um dos três sistemas que constituem a semântica interpessoal do discurso. Nessa dimensão, o foco é a interação como uma troca entre falantes, “como falantes adotam e atribuem papéis entre si no diálogo, e como os movimentos são organizados em relação um ao outro” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 219).

Partindo da teorização proposta por Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen, (2004) sobre as funções de fala, que instanciam semanticamente o sistema interpessoal de MODO, a negociação provê recursos para tomada de papéis de fala na conversação – afirmar, questionar, oferecer serviços e pedir bens (MARTIN; ROSE, 2008, p. 221). Com base nesses quatro papéis de fala essenciais e nas respostas esperadas (Quadro 3), três dimensões do diálogo precisam ser observadas: (1) que tipo de movimentos os falantes estão fazendo; (2) como são sequenciados e (3) o que acontece quando o desenvolvimento do diálogo não corre como planejado.

Acerca dos papéis de troca nas funções de fala, Martin e Rose (2008, p. 223) estabelecem três parâmetros de negociação. O primeiro diz respeito ao que está sendo negociado, se informação ou se bens e serviços, pois o tipo de resposta esperada será diferente. Ao negociarmos informação, esperamos uma resposta verbal (ou gestual). Ao negociarmos bens e serviços, esperamos uma ação como resposta.

O segundo parâmetro refere-se à complementaridade dos movimentos de iniciação e resposta no diálogo. Movimentos de resposta condescendente podem ser bastante elípticos, uma vez que o conteúdo negociado é facilmente recuperado do movimento inicial. Além disso, nas trocas de bens e serviços, a linguagem é um acompanhamento opcional ao comportamento, salvas as ocorrências de promessa de ação futura (MARTIN; ROSE, 2008, p. 223).

O terceiro parâmetro corresponde ao tipo de papel de fala: dar ou pedir. Esses dois papéis opõem afirmações a perguntas, na troca de informação, e ofertas a comandos, na troca de bens e serviços (MARTIN; ROSE, 2008, p. 223).

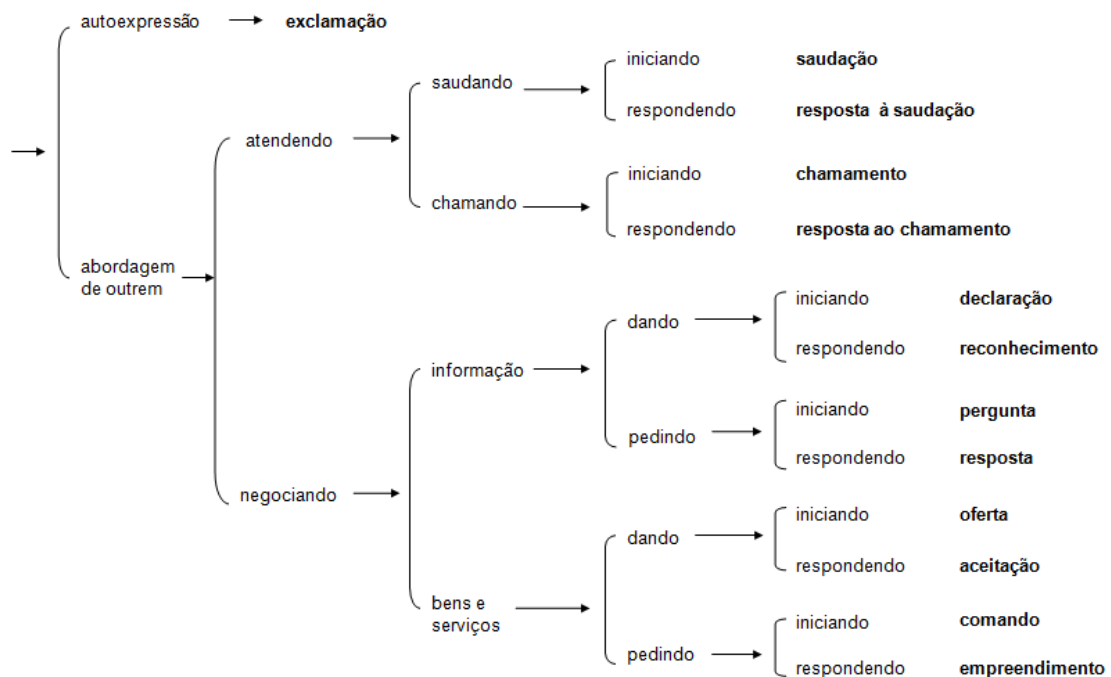
Essas três diretrizes formalizam as funções de fala básicas – abordadas em Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004) – que consistem no ponto de partida do trabalho de Martin (1992) e Martin e Rose (2008) sobre o sistema de negociação. “Elas dão origem a oito atos de fala, que formam o coração do sistema semântico do

discurso [...]. No mínimo, precisamos de mais cinco atos de fala para completar o quadro” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 224).

Os cinco atos de fala complementares cobrem desde as saudações – e resposta a saudação –, os chamamentos (de atenção do interlocutor) – e resposta ao chamado – e as exclamações. As exclamações ou “explosões de avaliação” podem funcionar também como respostas emocionais a atos de fala de outros tipos. Nesses casos, as exclamações não são realmente negociáveis e, por esse motivo, raramente precisa-se reconhecer um movimento de resposta (MARTIN; ROSE, 2008, p. 225).

As funções de fala básicas complementadas pelos cinco atos de fala adicionais propostos por Martin e Rose (2008) formalizam o sistema das funções de fala. A Figura 12, a seguir, exhibe o esboço do desse sistema.

Figura 12 – Esboço das funções de fala



Fonte: (MARTIN; ROSE, 2008, p. 226).

Os autores (MARTIN; ROSE, 2008, p. 225) fazem uma distinção quanto aos movimentos que contêm vocativos (que especificam quem é esperado a responder) ou perguntas confirmativas (“*tag questions*” orientadas ao ouvinte²²). Os vocativos,

²² *Addressee* é o termo utilizado por Martin e Rose (2008). Nesta tese, usaremos, no lugar de “endereçado”, os termos “audiência”, “público”, “eleitores”, “ouvintes”, dentre outros.

por propósitos analíticos, não devem ser tratados separadamente quando estiverem simplesmente acompanhando um ato de fala. Entretanto, quando funcionarem como um movimento autônomo, como em saudações e sequências de chamamentos, consistem em um ato de fala em si. As perguntas confirmativas também não funcionam como movimento separado e são tratadas como convites explícitos de resposta a um ouvinte (MARTIN; ROSE, 2008, p. 226).

3.3.1 Funções de fala e MODO

Como diretriz analítica para distinguir os 13 atos de fala, dispostos na Figura 12, Martin e Rose (2008, p. 227) baseiam-se na perspectiva gramatical do sistema de MODO (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), que realiza, no nível léxico-gramatical, as funções de fala do nível semântico discursivo.

Um útil conjunto de marcadores de movimentos [do diálogo] inclui 'por favor', 'amavelmente', 'obrigado', 'ok', 'bem', 'não se preocupe', 'seja bem vindo', 'sem problema', que normalmente indicam movimentos relativos a bens e serviços. [...] Quando esses marcadores não estão presentes, nós podemos checar para ver se eles poderiam ter estado (adicionando, por exemplo, 'por favor' a [...] um comando [...]) (MARTIN; ROSE, 2008, p. 227).

Diferentes estruturas gramaticais podem ser usadas para realizar a mesma função de fala – apesar da relação entre as funções de fala e os Modos oracionais, representada no Quadro 4 –, um comando pode ser realizado tanto pelo imperativo quanto pelo declarativo e interrogativo. Essa variação consiste em um importante tópico na análise do discurso (MARTIN; ROSE, 2008, p. 227). O Quadro 11, a seguir, apresenta exemplos de realizações gramaticais alternativas de comandos.

Quadro 11 – Realizações gramaticais alternativas de comandos

Exemplos	Funções de fala	Modo gramatical
Eu os convoco para mudar o Brasil. [D#6]	comando	Declarativo
Vamos mudar o Brasil?	comando	Interrogativo
Mude o Brasil.	comando	Imperativo

Fonte: (MARTIN; ROSE, 2008, p 227).

Retomando as categorias de Modo – Sujeito e Finito – propostas por Halliday (e apresentadas na seção 2.3.1 deste estudo) Martin e Rose (2008) demonstram como a presença ou ausência desses dois elementos do Modo determinam o modo oracional em uma função de fala. “Sujeito e Finito são tudo de que podemos precisar para negociar funções de fala em respostas” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 228). O destinatário Sujeito ‘você’ em uma questão (Você está saindo?), pode se tornar o falante Sujeito ‘eu’ na resposta (Claro que eu estou.).

As diversas formas de realização de um ato de fala, como o comando (*vide* Quadro 11), evidenciam que, às vezes, em virtude do contexto, uma forma gramatical alternativa se faz mais efetiva que a forma convencional. Esse tipo de realização é denominado “ato de fala indireto” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 229) e combina o significado semântico do discurso de ato com o significado gramatical de um modo alternativo. Fazer um comando por meio de uma declaração (dando informação) ou uma interrogação (solicitando informação).

Há, nesses casos, uma tensão entre a semântica do discurso e a gramática. O comando põe o destinatário como encarregado do serviço a ser prestado, “como um servo do falante”. O modo interrogativo, ao contrário, posiciona o destinatário como alguém que sabe a resposta, “a autoridade na situação”. O comando na forma interrogativa marca a desigualdade de *status* (falante-destinatário). O comando na forma declarativa, não é apenas um pedido, representa uma oferta de informação (o Sujeito é o próprio falante) (MARTIN; ROSE, 2008, p. 229).

As perguntas também podem ser realizadas por formas outras que não a interrogativa tendo-se em vista os efeitos semântico-discursivos pretendidos. A forma natural de realização de perguntas é por meio das questões QU- (quem, como, onde, quando, por que), especificando, logo no início, o tipo de informação requerida. Uma forma menos direta é a interrogativa polar, que dá a opção de recusa. Uma forma mais autoritária, entretanto, será pedir informação usando o imperativo (comandando o destinatário a dar a informação) ou o declarativo (fazendo com que o destinatário complete a declaração pelo falante) (MARTIN; ROSE, 2008, p. 230). O tipo de troca é o mesmo (solicitação de informação), mas cada tipo de interação está construindo “diferentes relações sociais entre os falantes, abrindo mais possibilidades de negociação de status” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 230).

As formas de realização dos atos de fala pelos modos oracionais, tal como dispostos no Quadro 4, no Capítulo 2, consistem em realizações congruentes. As formas indiretas, por cujas realizações se dão pelos modos oracionais não

congruentes, são metafóricas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). As metáforas gramaticais, nesse caso, interpessoais, “abrem um grande potencial para graduar elegantemente significados como obrigação em comandos” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 230). As realizações congruentes e metafóricas das funções de fala são representadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Realizações metafóricas e congruentes das funções de fala

	Realização congruente	Amostra de possibilidade metafórica
Declaração	Essa vida anormal é uma violação cruel dos direitos humanos.	O que mais pode ser essa vida anormal além de uma cruel violação dos direitos humanos?
Pergunta	Quem é esse?	E esse é...?
Comando	Faça isso amanhã!	Você tem que/precisa /poderia fazer isso amanhã.
Oferta	Vamos sentar?	–

Fonte: (MARTIN; ROSE, 2008, p. 231).

Dentre as quatro funções de fala básicas, a oferta é a única que não apresenta uma forma gramatical incongruente. Sua realização mais distintiva refere-se às formas interrogativas com o Finito “deve, devemos” (*shall* em inglês).

As declarações, as questões, as ofertas e os comandos, como observamos, atribuem ao interlocutor da conversação uma posição de respondente do ato. As respostas aos atos de fala, que dão sequência aos movimentos interativos, quando ocorrem de forma complacente – esperada – aceitam os termos da negociação estabelecidos pela estrutura Sujeito-Finito do movimento inicial. A estrutura de uma resposta pode envolver uma oração inteira ou apenas o Sujeito e o Finito, omitindo o restante da oração, ou, ainda, somente um sinal de polaridade (sim, não, *ok*), deixando o conteúdo do movimento precedente totalmente presumido.

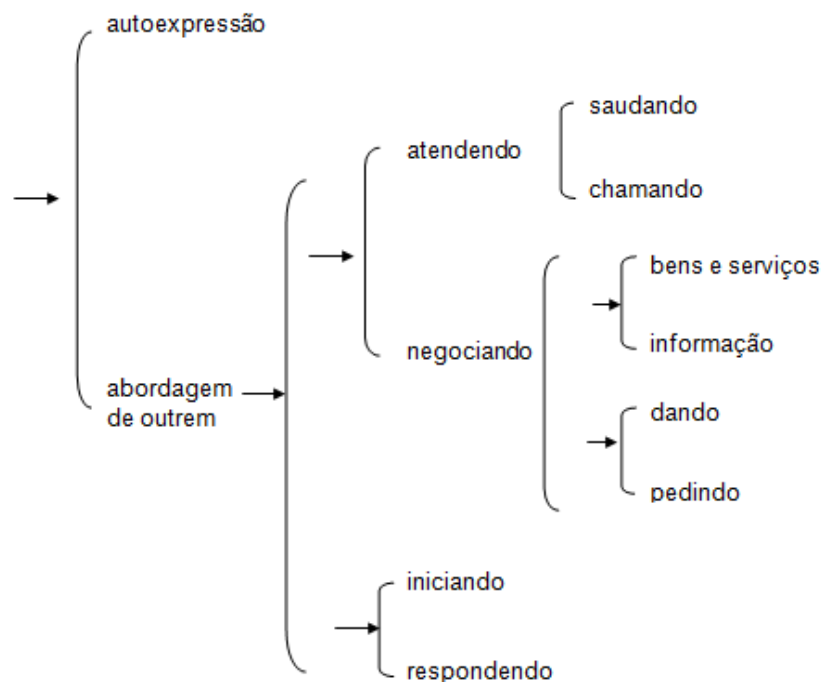
Os movimentos subsequentes ao movimento que inicia a conversação, na estrutura de troca, podem ocorrer um número indefinido de vezes. A troca de bens e serviços pode envolver desde um até cinco movimentos, dependendo de quem inicia a troca, se a pessoa que solicita bens e serviços ou a pessoa que oferece bens e

serviços (MARTIN; ROSE, 2008, p. 237). A troca de informação, entretanto, consiste em um movimento obrigatório. Quando negociamos informação, o movimento inicial é o que autoritariamente estabelece os elementos em questão (MARTIN; ROSE, 2008, p. 237).

Com base em Barry (1981, *apud* MARTIN; ROSE, 2008), os autores (2008, p. 238) denominam a negociação de bens e serviços como “troca de ação”, sendo a pessoa responsável por prover o bem ou desempenhar o serviço entendida como “ator primário”. A negociação de informações é referida pelos autores como “troca de conhecimento”, na qual a pessoa que tem autoridade para declarar a informação é referida como “conhecedor”. Os interactantes são referidos, respectivamente, como “ator secundário”, quem recebe o bem ou tem o serviço realizado por ele, e “conhecedor secundário”, quem recebe a informação proferida pelo “conhecedor primário”.

A sistematização das escolhas relativas às funções de fala e aos movimentos sequenciais consolidada por Martin e Rose (2008) no que concerne, no nível semântico-discursivo, ao Sistema de Negociação pode ser visualizada na Figura 13, a seguir.

Figura 13 – Rede das funções de fala consolidadas



Fonte: (MARTIN; ROSE, 2008, p. 252).

Nesta tese de doutoramento, as estruturas dos movimentos subsequentes de interação, que dão continuidade à conversação, como as respostas, os movimentos sequenciais, as buscas por informações ou os desafios (MARTIN; ROSE, 2008), não serão abordadas ao analisarmos o sistema de Negociação no *corpus*. Essa delimitação se justifica em razão da própria caracterização do *corpus* selecionado: expressão de uma voz autoral, sem possibilidade imediata de resposta.

Os discursos de posse, como pretendemos demonstrar nas análises, representam um movimento de troca – inicial. São a declaração de informações (discurso que performatiza a posse) fornecidas pela pessoa que tem autoridade para tal (presidentes da República). O interlocutor – ou, nos termos de Martin e White (2005), o leitor putativo – mesmo estando compreendido na troca, não participa ativamente da negociação.

3.4 SISTEMA DE ENVOLVIMENTO

O sistema de Envolvimento, de acordo com Martin e White (2005, p. 33), consiste em um agrupamento de recursos não graduáveis que complementam a avaliabilidade, atuando de forma a estabelecer, no nível contextual, na variável relações, a negociação de solidariedade entre os participantes. Os recursos de envolvimento compreendem desde as formas de endereçamento, por meio dos vocativos, o uso de expletivos (e eufemismos relacionados), as interjeições, além das formas lexicais que sinalizam afiliação a grupos (tais como gírias e léxico técnico e especializado) (MARTIN; WHITE, 2005, p. 33). A seguir, exploraremos cada uma dessas categorias.

3.4.1 Vocativos

Abordamos a funcionalidade dos vocativos anteriormente, na seção 3.3.1.5, ao detalharmos os componentes oracionais interpessoais que figuram na estrutura da oração como troca, mas que não fazem parte da estrutura Modo + Resíduo. Poynton (1990, citando QUIRK et al., 1985) apresenta uma caracterização dos vocativos como grupos nominais e os classifica de acordo com as seguintes categorias:

- a) Nomes: primeiro nome, último nome, nome completo, com ou sem titulação, apelido, nome de animal de estimação: “David”, “Caldwell”, “Sara Peterson”, “Sr. Johnson”, “Dr. Turner”, “Canela”.
- b) Apelativos padrão, usualmente sem modificação:
- i. Termos para relações familiares: “mãe”, “pai”, “filho”; ou formas mais familiares como “mamãe”, “mãezinha”, “titia”, “vô”.
 - ii. Títulos de respeito: “madame”, “senhor”, “Vossa Excelência”, “Vossa Majestade”.
 - iii. Marcadores de *status* (podem ser usados em todos os momentos – conferir termos para ocupações, listados a seguir): “Sr. Presidente”, “Pai” (para padres), “professor”, “doutor”, “general”, “vigário”
- Termos em bi) e bii), salvo elementos que possuem referência única (como em “mãe” ou “Sr. Presidente”), podem ser combinados com nomes em a): “Tio David”, “vó Peterson”, “Professor Johnson”.
- c) Termos para ocupações (normalmente usados como vocativo quando a pessoa endereçada está atuando na função): “garçom”, “motorista”, “taxista”, “atendente”, “condutor”, “enfermeira”, “oficial” (para um membro da força policial).
- d) Epítetos (sintagmas nominais ou adjetivos) expressando uma avaliação:
- i. Favorável (alguns precedidos por “meu/minha”): (minha) “querida”, “(meu) prezado”, (minha) “amada”, “lindo”, “docinho”.
 - ii. Desfavorável (também precedidos por “você/seu” em sintagmas nominais): “bastardo”, “gordo”, “idiota”, “canalha”, “indolente”, “malando”, “porco”.
- e) Nomes gerais, mas que são frequentemente usados em sentidos mais especializados: “irmão”, “camarada”, “garota”, “senhora”, “cavalheiro”, “companheiro”.
- f) O pronome pessoal “você” ou um pronome indefinido como “alguém”
- g) Orações nominais (muito ocasionalmente): “quem disse isso?”, “qual é seu nome?”.
- h) Itens do a), d), e) e f) podem ser expandidos pela adição de modificadores ou elementos opositivos de vários tipos.
- a) “Meu querido Sr. Johnson”; “jovem David”
 - d) “Meu muito estimado”; “seu bastardo bobo”; “seu mentiroso sujo”
 - e) “Jovem homem”, “velho garoto”, “meu querido companheiro”

- f) “Você aí”, “você do cabelo vermelho”. Menos polido e em tom mais jocoso são os opositivos “vocês, garotos”, “campeão”. “Vocês todos” e “caras” não são polidos.

Os vocativos constituem uma instância particularmente reveladora da subjetividade, a partir não apenas da perspectiva da dêixis pessoal, mas também da dêixis social. Eles localizam “simultaneamente o eu e o(s) outro(s), não só em termos do evento comunicativo imediato, experiencial e interpessoalmente, mas dentro de um quadro cultural mais amplo” (POYNTON, 1990, p. 123).

3.4.2 Formas de endereçamento

Em vista da propriedade constitutiva social, os vocativos são mais expressivos em contextos interativos, funcionando de modo a construir as relações sociais. Mesmo assim, não se restringem à interação face-a-face entre falante e destinatário copresentes na situação e aptos a ouvir e responder ao que está sendo dito. Poynton (1990) argumenta que os vocativos podem ser “endereçados” àqueles que:

- i. Não estão presentes visível ou fisicamente, como em conversações de uma sala para outra ou pelo telefone;
- ii. Não se encontram dentro da área de audição, como em abusos de outros motoristas na estrada ou de árbitros de competições esportivas;
- iii. São não humanos, como em endereçamento a animais de estimação.
- iv. São não animados, como endereçamento a carros que, não raro, possuem nomes.

Nos casos i) e iii), os vocativos funcionam tanto como chamamento quanto endereçamento. Em contrapartida, em ii) e iv), chamamento não é uma categoria relevante. Essas duas classificações têm em comum o valor atitudinal fortemente presente, por isso, faz-se necessária uma distinção entre essas formas e outras, que também localizam socialmente as pessoas, mas que não envolvem expressão pessoal e subjetiva de significados. “No que diz respeito à variável relações, todos os vocativos são relevantes para os sistemas de Poder [Status] e de Distância

[Solidariedade], mas apenas os atitudinais também realizarão o sistema de Afeto [Avaliatividade]²³ (POYNTON, 1990, p. 124).

3.4.3 Expletivos

Assim como os Vocativos, os Expletivos também são componentes interpessoais da oração e como tais, foram explorados na seção 3.3.1.6, no capítulo 3, em conjunto com os demais elementos léxico-gramaticais da metafunção interpessoal. Entretanto, sua funcionalidade é diferente da dos Vocativos. Os Expletivos dizem respeito à expressão da atitude (exemplo 72) ou estado de espírito do falante, estando fortemente relacionados à dimensão conversacional da interação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

72	[...] eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus , por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm [...].	D#2
----	---	-----

As vozes dominantes ilegitimam a expressão da atitude, fazendo disso uma tática para caracterizar seus discursos como hegemônicos, autoevidentes, verdadeiros, priorizando o senso comum.

O que essas vozes jamais reconhecem [...] é que todos os discursos incluem não apenas representações (o componente experiencial), que sempre, necessariamente, codifica um ponto de vista, mas também ocupa uma posição avaliativa sobre essas representações/pontos de vista, seja codificada mais abertamente (pelo léxico) ou mais veladamente (por meio das escolhas gramaticais) (POYNTON, 1990, p. 29).

Poynton (1990) argumenta em favor da indistinção quanto à expressão da atitude e à racionalidade na linguagem. Segundo a autora, no âmbito político das poderosas instituições públicas, utopicamente destaca-se o privilégio das formas “racionais”, da linguagem prática, excluindo-se a “linguagem emocional”.

3.4.4 Formas Lexicais

Poynton (1990, p. 27) reconhece que uma gama de fenômenos linguísticos têm sido considerados no que concerne à negociação social e interpessoal. Dentre

²³ A terminologia que a autora utiliza, com o advento da publicação do “*Language of evaluation: appraisal in English*” (MARTIN; WHITE, 2005), sofreu reformulações. Portanto, onde se lê “poder”, leia-se “status”; onde se lê “distância”, leia-se “solidariedade”, onde se lê “sistema de afeto”, leia-se “Sistema de Avaliatividade”.

esses, o léxico talvez seja o mais referenciado e, mesmo assim, as categorizações dos itens quanto à origem e à aceitação social permanecem turvas.

Formas lexicais como gírias e xingamentos são estigmatizadas por representarem a expressão de resistência à autoridade legitimada. Essa figura autoritária pode representar, no contexto familiar, os pais dos adolescentes; no contexto de classes sociais, o controle político e social exercido pelas classes dominantes sobre as operárias (POYNTON, 1990, p. 28).

As gírias e as expressões de xingamentos, são compreendidas não apenas quanto ao seu potencial subversivo, em particular quando há a confluência de um comportamento linguístico inaceitável socialmente e um comportamento “antissocial” – formas de se vestir, sexualidade, etc. – exibidos publicamente por classes sociais inferiores – desempregados, jovens negros, imigrantes. Elas evidenciam também o compartilhamento de significados que possibilitam a aceitabilidade de membros em uma comunidade social. Nesse sentido, as gírias funcionam de forma a criar e manter a coesão social entre esses grupos.

Categorias lexicais como a linguagem técnica (exemplo 73) e a expressão de atitude são também relevantes no que concerne ao estabelecimento das relações sociais e interpessoal e, confrontadas às gírias, levantam pertinentes observações. Segundo Poynton (1990), aqueles que se veem vitimados pelos que estão em posições “autoritárias”, estigmatizando as expressões de gírias, sentem-se também desconfortáveis frente às expressões de léxico técnico, que são mais usuais na linguagem dos que os subjugam. “Eles veem o uso de tal léxico como excluindo-os do conhecimento e, em alguns casos, da possibilidade de participação real nas instituições sociais significativas, tais como a lei” (POYNTON, 1990, p. 29).

73	Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro , empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.	D#7
----	--	-----

Martin (2006) esclarece que os termos técnicos não devem ser entendidos como “jargões” (fraseologia peculiar a uma classe ou profissão). Eles servem para organizar o mundo de uma forma diferente da do dia a dia e são também uma forma de exclusão daqueles que não compartilham os significados do discurso técnico. “Os termos [técnicos] implicam taxonomias que organizam a realidade diferentemente do

senso comum. Entender o discurso técnico significa ser familiarizado a essas taxonomias e aos princípios que regem sua construção” (MARTIN, 2006, p. 213).

3.4.5 Linguagem formal e informal

Partindo da distinção corrente entre linguagem formal e informal, que considera a primeira como oposição aos termos que expressam intimidade, familiaridade em cujo sistema de formalidade são referidos como mais ou menos apropriados socialmente a situações formais (CRISTAL, 1980, *apud* POYNTON, 1990, p. 34), Poynton (1990) argumenta sobre a complexidade de sua investigação.

Segundo a autora (POYNTON, 1990, p. 36), pode-se compreender a distância social em situações formais de acordo com duas funções: (1) distância dos participantes da atual experiência, de acordo com um *continuum* de ação-para-reflexão e (2) distância entre os participantes em termos de possibilidades de comentários, em um *continuum* de monólogo-para-diálogo. No exemplo 74, podemos evidenciar uma expressão formal da linguagem, no exemplo 75, observamos o uso informal da linguagem.

74	Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores , Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.	D#5
----	---	-----

75	Meus queridos brasileiros e brasileiras, É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês.	D#2
----	---	-----

A ausência de simetria e reciprocidade entre os participantes de uma interação é característica das situações formais. Nesse sentido, a disparidade das relações atua de forma a restringir as escolhas linguísticas disponíveis.

Médico e paciente, advogado e cliente, policial e suspeito, professor e aluno, entrevistador e entrevistado, o vendedor e comprador 'não têm o mesmo grau de controle da situação e isso se manifesta na falta de paralelismo em movimentos de conversação e em padrões de escolha lexical disponíveis, bem como em eventuais disparidades na pronúncia e outras características fonológicas (incluindo fluência) (POYNTON, 1990, p. 37).

Articulam-se a esses fatores, outros, como diferenças de classe social, de gênero e de raça, baseados em desigualdades sociais, que, juntamente à diferenças de conhecimento, concorrem para o estabelecimento das relações de poder e de *status* (POYNTON, 1990, p. 37).

A semântica interpessoal compreende três sistemas – Avaliatividade, Negociação e Envolvimento – que se complementam entre si. Esses sistemas configuram-se, tal como evidenciamos no capítulo que se encerra aqui, a partir da interconexão com o contexto de situação – variável relações – e com a constituição léxico-gramatical da interpessoalidade. As correspondências entre os estratos e a realização dos níveis semânticos e discursivos interpessoais podem ser visualizadas no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 – Semântica interpessoal em relação à léxico-gramática

Contexto	Semântica do discurso	Léxico-gramática
<p>Relações</p> <p>Poder (<i>status</i>)</p> <p>Solidariedade (contato)</p>	<p>Negociação -funções de fala -estrutura de troca</p> <p>Avaliação -engajamento -afeto -julgamento -apreciação -gradação</p> <p>Envolvimento -nomeação -tecnicidade -abstração -linguagem afrontosa -palavrões</p>	<p>- modo - marcação</p> <p>-léxico avaliativo - verbos modais - adjuntos modais - polaridade - pré/ numeração - intensificação - repetição - forma, extensão - lógico-semânticos - vocativos</p> <p>- nomes próprios - linguagem técnica - linguagem especializada - gírias - linguagem tabu - metáfora gramatical</p>

Fonte: (MARTIN; WHITE, 2005, p. 35).

As sistematizações para a análise linguística e contextual, propostas pela LSF, e as concepções teóricas apresentadas até o momento fundamentam este estudo. Na sequência, o Capítulo 4 apresenta, à luz dos pressupostos teórico-linguísticos revisados, a fundamentação de discurso político, bem como sua caracterização face às relações entre linguagem e política.

CAPÍTULO 4 – DISCURSANDO

O estudo da linguagem relativo a uma prática social pode apresentar-se sob diversos modos, em diferentes instâncias. Nesse sentido definir o que é e como se articula o domínio político demonstra-se uma tarefa extenuante, uma vez que esse campo representa o objeto de estudo de disciplinas diversas, tais como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia Social, as Ciências Políticas e as Ciências da Linguagem (CHARAUDEAU, 2013).

4.1 POLÍTICA E DISCURSO

Chilton (2004, p. 3), acerca da definição de política, pondera que essa varia de acordo com a situação e com seus propósitos, podendo ser observada, na tradição dos estudos de Política e de discurso político, sob dois eixos. Em um deles, a política é vista como uma luta de poder entre aqueles que buscam afirmá-lo e mantê-lo e aqueles que procuram resistir a ele. Em outro, a política é vista como cooperação, como as práticas e instituições que uma sociedade tem para resolver confrontos de interesse sobre dinheiro, influência, liberdade, etc.

Esses dois eixos são atravessados por dois níveis. No nível micro, encontram-se os conflitos de interesse, confrontos por dominância e esforços de cooperação entre indivíduos, sexos e grupos sociais. No macro, concentram-se as instituições políticas do estado que, ao mesmo tempo, resolvem conflitos de interesses e afirmam o poder de um indivíduo ou grupo (CHILTON, 2006, p. 3).

Uma circunstância comum aos dois eixos de práticas tradicionais de estudos políticos é propriedade linguística que ambos apresentam. Segundo Chilton, (2006, p. 4), no nível micro, os comportamentos de conflito, dominância e cooperação são formas de ação linguística; no nível macro, as instituições são tipos de discurso com características específicas, como é o caso dos discursos de posse presidencial.

Para o autor, na tradição ocidental, há, sem dúvida, a visão de que a linguagem e a política estão intimamente interligadas em um nível fundamental. “A atividade política não existe sem o uso da linguagem”, sendo que “o fazer político é predominantemente constituído de linguagem” (CHILTON, 2004, p. 6). Esse entendimento é reforçado por Charaudeau (2013), embora em outra perspectiva teórica:

não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam os espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2013, p. 39).

Podemos, então, entender o discurso político como a linguagem em uso, organizada em um contexto específico de práticas – o contexto da política – o qual procura organizar a vida dos indivíduos em sociedade (CHARAUDEAU, 2013, p. 27-32). Pelo exposto, ambas as visões (Chilton e Charaudeau), mesmo em abordagens diferentes, concordam que a linguagem - objeto de nosso estudo - é constitutiva do discurso político. O contexto específico de práticas políticas é o que caracteriza um discurso como político, uma vez que é nele que se instaura a situação de comunicação, na qual se produz o pensamento político.

4.2 CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

O pensamento político é elaborado a partir da produção de significado gerada na interação, que envolve os modos de interação e a identidade dos participantes (CHARAUDEAU, 2013, p. 40). A elaboração do pensamento político, por meio da interação, pode ocorrer de três maneiras: 1) o discurso político como sistemas de pensamento; 2) o discurso político como ato de comunicação; 3) o discurso político como comentário.

Charaudeau (2013) discorre acerca das três formas de elaboração do pensamento político: 1) o discurso político como sistema de pensamento resulta de uma atividade discursiva, em que determinados princípios servem como referência na elaboração de opiniões e de posicionamentos, buscando fundar um ideal político; 2) o discurso político como ato de comunicação se constitui dos atores engajados na situação de comunicação, na cena de comunicação política, que objetiva a obtenção de adesões, rejeições ou consensos ao fazer com que ideais sejam apoiadas, refutadas ou aceitas; 3) o discurso político como comentário tem como propósito o conceito político, estando, por sua vez, inscrito em uma situação externa ao contexto da ação política – “é um discurso a respeito do político, sem risco político” (2013, p. 40).

Interessa-nos abordar um pouco mais acerca do discurso político como ato de comunicação, uma vez que, de acordo com Charaudeau (2013, p. 40), é nessa forma de elaboração do pensamento que se constitui a cena de comunicação política, espaço em que os atores desse contexto desempenham papéis voltados à persuasão e à sedução, empregando diversas estratégias retóricas, a fim de obter o apoio da audiência.

Comícios, debates, apresentações de *slogans*, reuniões, declarações televisivas, – assim como os discursos de posse –, são exemplos de manifestações de cenas de comunicação política que gradativamente orientam a ação política e possibilitam a construção de representações de filiação comunitária (CHARAUDEAU, 2013). Nesses espaços em que o ato de comunicação ocorre, cabe ao político convencer a audiência acerca da relevância de seu projeto político e, ao mesmo tempo, conquistar o maior número de cidadãos para que esses compartilhem os mesmos valores²⁴ (IBID., p. 79).

No Brasil, a tradição política apresentou, ao longo da história, três grandes tendências retóricas (BONFIM, 2014, p. 18): uma conservadora, uma libertária e uma conciliação entre ambas – o populismo. A tendência conservadora representava valores ligados à nobreza, ao clero e à burocracia. Padre Antônio Viera foi um dos representantes dessa tendência, seus discursos, direcionados aos nobres, comerciantes e bacharéis, eram altamente estilizados e rebuscados. A tendência libertária guiava-se pelos valores de igualdade de direito, liberdade, industrialização. Essa corrente ganhou ênfase a partir da década de 1920, com a efervescência das manifestações culturais e políticas ligadas ao nacionalismo, como o modernismo, o movimento operário urbano e o tenentismo. O populismo teve início com os discursos de Getúlio Vargas, que propunha a quebra do padrão de política dos governadores, “senhores agrícolas encastelados nos comandos dos Estados”, ao mesmo tempo que dava “sucessivos golpes para se manter no poder”, restringindo o funcionamento do Congresso e da oposição.

“É nessa matriz que frutifica o chamado ‘populismo’ brasileiro. Por que não popular, simplesmente? Por que, de fato, não é uma prática de governo sempre ‘em favor’ do povo; mas o exercício do poder ‘em nome’ do povo” (BONFIM, 2004, p. 19). Nessa tendência retórica, é evidente a assimetria da relação entre o produtor

²⁴ O termo “valores” é entendido pelo autor como as ideias defendidas no espaço de discussão (CHARAUDEAU, 2013, p. 20).

do discurso, o orador político, e a audiência, uma vez que é o político quem fala “ao povo”, em favor do povo, mas não é o povo quem fala.

Getúlio Vargas dirigia-se aos “Brasileiros!” ou aos “Trabalhadores do Brasil!”, contrariando a tradição que se direcionava a “Vossas Excelências!” ou aos “Ilustríssimos Senhores e Senhoras!”. José Sarney passou a incorporar em seus discursos “Brasileiras e Brasileiros!”, que além de incluir a mulher, dirigia-se primeiramente a elas. Segundo Bonfim (2004, p. 20), a tendência do populismo, de falar em nome do povo e a ele se dirigir, perdura até a atualidade.

Podemos associar a tendência “populista” no Brasil ao que Charaudeau (2013, p. 163) denomina “*ethos* de solidariedade”. O *ethos* diz respeito ao cruzamento de olhares, do outro sobre quem fala e de quem fala sobre como ele pensa que o outro o vê. A solidariedade, nesse viés, caracteriza-se pela disposição de estar junto, de não se distinguir da audiência, de partilhar os mesmos anseios. É dessa forma que mais recentemente podemos observar a mudança retórica nas saudações em discursos políticos.

No discurso político, são construídas diversas figuras de si, que, além do tipo “solidariedade”, podem ser de “sério”, de “virtude”, de “competência”, de “potência”, de “caráter”, de “inteligência”, de “humanidade” e de “chefe” (CHARAUDEAU, 2013). Sua construção parte da relação triangular: entre “si”, o “outro” e um “terceiro”.

A imagem de “si” é criada com base na imagem do “terceiro”, que está ausente e representa um ideal de referência. O “outro” se sujeita a um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa imagem ideal de referência (CHARAUDEAU, 2013, p. 137).

São vários os procedimentos discursivos que concorrem para a construção da imagem de si que se quer expressar pelo discurso. Procedimentos linguísticos intencionalmente combinados podem, por exemplo, construir uma imagem positiva do orador (o político) e negativa do adversário, ao mesmo tempo em que conquistam a empatia da audiência (CHARAUDEAU, 2013, p. 167). É preciso, para tanto, considerarem-se circunstâncias como os valores da época, a situação de comunicação e a personalidade do orador. A apresentação das ideias, nesse sentido, deve levar em consideração a pluralidade de valores e as condições de apresentação desses valores em termos de simplicidade e de argumentação (CHARAUDEAU, 2013).

Com relação à pluralidade de valores, o consenso de ideias, salvo exceções, não é homogêneo. “A opinião majoritária que o constitui é na maior parte do tempo o resultado de um compromisso entre opiniões diversas em torno de valores circunstancialmente dominantes” (ibid, p. 95). Isso faz com que o político seja “obrigado” a adequar-se aos valores – que ele imagina – serem compartilhados pela maioria.

Chilton (2004) complementa acerca das propriedades recursivas da linguagem, das quais o político lança mão para anteciper as ideias dos rivais ou, ainda, meta-representar os valores da audiência. Em acordo com Charaudeau (2013), Chilton (2004, p. 202) observa que os indivíduos – neste caso, os atores políticos – precisam dissociar a representação do mundo que eles assumem como “verdade” ou “real” daquelas que eles reconhecem que outras pessoas – neste caso, a audiência, os adversários, a mídia – têm.

Frente a essa diversidade de valores e de representações de mundo, no âmbito político, dois imaginários são constantes (CHARAUDEAU, 2013, p. 96): a Tradição e a Modernidade. A Tradição representa um recurso que serve à defesa dos princípios de soberania e também à justificativa de práticas de exclusão, de purificação étnica e de preservação feudal. A Modernidade consiste em um recurso de promoção de valores relativos à globalização ou à excessiva autonomia regional.

Outro fator a ser observado, além dos valores, das ideias e representações do mundo, é a forma como esses são apresentados no discurso, ou seja, suas condições de apresentação. Uma dessas formas diz respeito à simplicidade, outra, à argumentação.

A condição de simplicidade está relacionada à heterogeneidade da audiência do discurso. Em vista disso, o político “deve” procurar o maior denominador comum das ideias do grupo para o qual se dirige, observando a melhor maneira de apresentá-las. Também Chilton (2004, p. 42) compreende, a partir de interpretações dos trabalhos de Habermas, que a comunicação tem um objetivo, e esse objetivo é uma forma de consenso com base no entendimento e na aceitação. “[...] O processo de construção das opiniões é complexo: simplificar é, portanto, tentar reduzir essa complexidade a sua expressão mais simples” (CHARAUDEAU, 2013, p. 98).

A simplificação faz uso de outros dois procedimentos: a singularização e a essencialização. Segundo o autor (ibid, p. 99), essa dupla condição acarreta o efeito

de evidência ao discurso. A condição de argumentação é considerada a partir de sua perspectiva persuasiva, a qual

não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa, que tende a elucidar ou fazer existir uma verdade, mas o da veracidade: não é o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer verdadeiro (CHARAUDEAU, 2013, p. 101).

Para atender a essa condição, é necessário que o político proponha um raciocínio causal simples, apoiado em crenças fortes partilhadas pela maioria do público, e reforçado por argumentos que produzam um efeito de prova, que validem o discurso.

O raciocínio causal simples opera um “deslize lógico” que faz com que uma “causalidade possível”, torne-se uma “causalidade fatal”, por meio de dois procedimentos: o “principista”, que apresenta a finalidade como um princípio de ação (ex.: “Porque querem uma França forte, vocês votarão por um projeto liberal”); e o “pragmático”, que evidencia uma premissa que implica uma consequência mais ou menos certa ou que visa a um objetivo (ex.: “Se baixarmos os impostos, aumentaremos o poder de compra”, “Domingo vote para salvar a República”) (CHARAUDEAU, 2013, p. 102).

A construção dos raciocínios lógicos está sustentada na força da argumentação, entendida como uma atividade social e racional que visa justificar ou refutar uma alegação para persuadir o interlocutor (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 36). Tradicionalmente, os argumentos são dedutivos ou indutivos.

Nos argumentos dedutivos, a conclusão decorre das premissas, sendo que sua validade dependerá da delas. É possível, contudo, que argumentos dedutivos válidos sejam construídos sobre premissas falsas. Nos argumentos indutivos, a conclusão não será válida ou falsa, mas sim forte ou fraca, certa ou provável. Esse tipo de argumento sustenta-se por generalizações empíricas. Um terceiro tipo de argumento, o “condutivo”, é defendido por Fairclough e Fairclough (2004). Nesse, o padrão de suporte é convergente, as premissas aparecem separadas no texto como independentemente relevantes. Cada premissa provê justificativa suficiente por si mesma, mas juntas tornam o argumento mais forte (IBID, p. 38).

Para abordar argumentos de validação, Chilton (2004, p. 43) recorre a Habermas e considera que qualquer uso da linguagem em uma enunciação realiza

quatro instâncias: a “compreensibilidade” (falar a mesma língua, considerar o dialeto, o registro e os padrões de conhecimentos compartilhados); a “verdade” (verdade objetiva das asserções, independentemente das crenças do enunciador); o “falar a verdade” (relação entre o que o enunciador acredita e o que ele fala) e a “correção” (ser normativamente certo para enunciar o que se pretende e reivindicar a autoridade para realizar o ato de fala). Essa última instância, a “correção”, é particularmente relevante no discurso político, pois está relacionada à relativa distribuição de poder entre enunciador e audiência.

A força dos argumentos pode ser entendida como um conjunto de estratégias discursivas que, ao serem mobilizadas, podem contribuir para o convencimento e a adesão da audiência. Charaudeau (2013, p. 102-104) apresenta algumas categorias que, no nível semântico-discursivo, contribuem para a produção da força nos argumentos.

1) Força das crenças partilhadas – argumento usado pelo político que, na tentativa de convencimento, apela para um valor partilhado. No exemplo 76, está implicitamente construída a crença de que o povo brasileiro é alegre, forte e esperançoso.

76	Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.	D#3
----	---	-----

2) Peso das circunstâncias – argumento que constrói uma carga de seriedade, dificuldade, responsabilidade, como condição existente a ser enfrentada. O exemplo 77 aponta o esforço necessário para fazer do Pré-sal o passaporte do Brasil para o futuro.

77	O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico [...]	D#1
----	--	-----

3) Vontade de agir – argumento que projeta a intenção de realização de ações. No exemplo 78, o argumento expressa o desejo de melhorar a oferta de empregos no país.

78	Tudo que o Governo puder fazer na área do emprego será feito.	D#4
----	--	-----

4) Risco – argumento que constrói a possibilidade de se ter decidido pela opção errada, produzindo um efeito de ameaça. Conforme mostra o exemplo 79 há um valor implícito de que o momento não é favorável para país crescer e se desenvolver, mas é um risco que se assume correr que deve ser superado.

79	A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. [...] Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil.	D#7
----	---	-----

5) Autoridade de si – argumento que concede ao político a dimensão de legitimidade ou credibilidade. No exemplo 80 o sujeito da oração, alguém ao qual o poder de gerir foi atribuído, coloca-se como o conhecedor de um princípio – respeitar o povo, que é apresentado como lema aos demais adversários.

80	Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo.	D#1
----	---	-----

6) Desqualificação – argumento em que são apontadas as falhas do adversário. O exemplo 81 traz o argumento em que são apresentadas atitudes desqualificadas de governos anteriores.

81	O povo brasileiro retoma o Estado em suas mãos depois de período turbulento, carregado de intranquilidade, indignação e constrangimentos.	D#6
----	---	-----

7) Analogia – estratégia argumentativa em que se busca comparar ações, de modo que fique evidente a diferença de propostas ou de acontecimentos de governos. O exemplo 82 traz uma comparação em que é ressaltado o atendimento à classe necessitada, vantagem de um governo que detecta os problemas e apresenta soluções.

82	Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam [...].	D#4
----	--	-----

8) Humor – categoria argumentativa em que uma “enunciação humorística diverte-se à custa do adversário (como no exemplo 83), obtém a cumplicidade do auditório, [e] constrói em favor de si um *ethos* de inteligência” (CHARAUDEAU, 2013, p. 104, ênfases do autor).

83	[...] e amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar ²⁵ , senão o País não cresce como precisa crescer.	D#2
----	---	-----

Com base nas categorias de força dos argumentos, podemos entender o pragmatismo da linguagem articulada ao contexto, às práticas sociais pré-estabelecidas e aos valores que atravessam – e ao mesmo tempo constroem – os discursos de posse presidencial analisados. Além disso, a observação dessas estratégias possibilita-nos compreender que representações de filiação política são construídas, qual é o objetivo da construção dessas representações e como a audiência é delineada na situação comunicativa. Esses serão os tópicos que buscamos responder a partir das análises reportadas no Capítulo 6.

A seguir, no Capítulo 5, apresentamos um detalhamento histórico do período que compreende desde a ditadura militar, a abertura política, a retomada do regime democrático, passando pelos diferentes mandatos presidenciais que instauram os discursos de posse analisados. Esse recorte na história política brasileira provê subsídios para a interpretação da análise linguística, detalhada no Capítulo 6.

²⁵ A expressão “deixa o homem trabalhar” é uma alusão ao *jingle* da campanha presidencial de Lula. O termo corresponde a uma resposta às críticas da oposição que o queriam fora do governo. Ao recontextualizar o refrão do *jingle* no discurso que inaugura o novo mandato e que oficializa a vitória do presidente sobre os adversários, o discurso, não enuncia apenas humor, mas também ironia.

CAPÍTULO 5 – RECORTANDO A HISTÓRIA

Temos como norte desta pesquisa a premissa dada pela LSF de que é por meio da linguagem que o indivíduo revela seus valores e suas representações (BARBARA; MACEDO, 2009), sendo que, para a compreensão geral de um texto, faz-se necessário confrontá-lo ao seu contexto imediato de formação e à história que envolve os participantes desse evento comunicativo (HALLIDAY, 1989). Partindo desse “espaço” teórico-metodológico, para que possamos desenvolver o tema proposto na Introdução, é imperativo que olhemos para o entorno histórico que permeia e instaura cada um dos discursos de posse selecionados.

Para esse fim, neste capítulo apresentamos a contextualização histórica de cada um dos governos cujos discursos de posse foram analisados e as principais conjunturas que antecederam o período de abertura política pós-ditadura militar no Brasil. Para tanto, na seção 5.1 mostramos o panorama histórico político-social do Brasil anterior a 1985. Na seção 5.2 abordamos o período de abertura política, com a restituição gradual da democracia. Na seção 5.3 discutimos os fatores determinantes e o impacto político da formulação da Constituição do Brasil de 1988. Por fim, na seção 5.4 apresentamos uma breve biografia de cada Presidente, cujos mandatos estão compreendidos no período de 1985 a 2011, bem com uma síntese de seu governo.

5.1 O BRASIL ANTERIOR A 1985

A história política do Brasil é atravessada por diversas crises que, cada uma a seu tempo, influenciaram o desenvolvimento político e determinaram a atual conjuntura democrática. Assim, para que tenhamos uma visão ampla do cenário democrático contemporâneo, tomamos como ponto de partida o início do processo de redemocratização. Esse período é definido historicamente por dois processos que se sucederam: a instauração da ditadura militar e o retorno à democracia.

No Brasil, a ditadura militar vigorou entre os anos de 1964 a 1985. Esse intervalo de tempo pode ser compreendido a partir da divisão em quatro fases sucessivas²⁶ que serão destacadas a seguir. O retorno à democracia, com o

²⁶ Para Codato (2005, p. 83), a ditadura militar no Brasil durou 25 anos, de 1964 a 1989, incluindo a vigência do governo civil, de 1985 a 1989. Sendo assim, segundo esse autor, o período de ditadura compreende 5 fases. Por motivos metodológicos, neste trabalho, abordaremos o referido período como o início da “Nova República”.

término da ditadura militar, ocorreu por meio de um período de transição, marcado pela vigência do regime liberal-democrático, de 1985 a 1989.

A primeira fase (1964 a 1969) diz respeito ao período de instauração da ditadura militar e abrange os governos dos presidentes Castello Branco e Costa e Silva.

Em 1º de abril de 1964, diante de um cenário de instabilidade política e econômica no país, atravessado por movimentos sociais trabalhistas e ameaçado pela “sombra” do Comunismo, o então presidente João Goulart, que governou entre os anos de 1961 e 1964, foi deposto e o poder do Estado passou a ser exercido pela Junta Militar “Comando Supremo da Revolução”. Instituíam-se, então, o fim do regime democrático no Brasil e iniciava-se o período de ditadura militar que duraria mais de 20 anos.

A criação da Junta Militar, apoiada por parte da classe média e por segmentos conservadores da sociedade (SILVA, 2000a, p. 367), apesar de defender o retorno à normalidade constitucional, deu início a uma série de governos militares que administraria o país à margem da Constituição Federal, por meio dos Atos Institucionais. Em 9 de abril de 1964, a Junta Militar, composta pelos ministros general Artur da Costa e Silva (Guerra), almirante Augusto Rademaker (Marinha) e brigadeiro Francisco Correia de Melo (Aeronáutica), decretou o Ato Institucional nº 1, que estabelecia eleições presidenciais para outubro de 1965 e concedia à Junta o poder de cassar mandatos parlamentares (VIEIRA, 2000, p. 192).

De acordo com Almeida e Weis (1998), a instauração da ditadura, no Brasil, revelou um traço peculiar no que consiste aos seus efeitos sobre a vida privada de seus opositores por ser uma ordem autoritária pouco institucionalizada.

Suas regras eram cambiantes, e móveis as divisas entre o proibido e o permitido. Manteve, distorcidas, instituições e liturgias próprias do sistema democrático: eleições (semi-competitivas), partidos políticos (cerceados), espaço (estrito) para o Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 327).

Nesse novo sistema estabelecido, em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegeu como presidente o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que era o Chefe-Maior do exército e fora coordenador do golpe contra João Goulart. As principais medidas de governos de Castello Branco foram a revogação da nacionalização das refinarias de petróleo; a revogação da desapropriação de terras;

cassação e suspensão de direitos políticos de 378 pessoas, entre elas, os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart (SILVA, 2000a).

O Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e instituiu o sistema bipartidário, que tornava indiretas as eleições para presidente e vice-presidente da República. A partir de então, os partidos políticos seriam a Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição (VIEIRA, 2000, p. 193). Já o Ato Institucional nº 3, de janeiro de 1966, decretava que as eleições para governadores e vice-governadores passariam a ser indiretas. Além disso, a escolha dos prefeitos de capitais dos estados seria por meio de nomeação dos governadores.

Ainda na fase de instauração do regime, houve, em outubro de 1966, a eleição indireta do general Artur Costa e Silva para presidente da República. Seu nome foi indicado pelas Forças Armadas e referendado pelos políticos da Arena. Nesse ínterim, o partido MDB, em protesto, ausentou-se da votação (VIEIRA, 2000, p. 195). O governo Costa e Silva (de 1967 a 1969) foi regido sob nova Constituição Federal. Encomendada pela cúpula militar ao jurista Carlos Medeiros Silva, a nova Carta Magna incorporava os atos institucionais, determinava a censura prévia à imprensa e a prisão, mesmo sem provas, de suspeitos de crimes contra o Estado e a segurança nacional (SILVA, 2000a, p. 371).

O reforço da repressão, com a cassação de mandatos de parlamentares, levou ao enfraquecimento do partido MDB, além da extinção, por decreto, da Frente Ampla (movimento de oposição criado por ex-membros do MDB). Ao mesmo tempo, a insatisfação popular aumentava, tomando força com o movimento estudantil e agregando diversos grupos sociais em mobilização. Almeida e Weis (1998, p. 328) ressaltam que a oposição perpassou pelas diversas fases do período ditatorial, demonstrando-se distintamente de acordo com o maior ou menor espaço dado à competição política e ao exercício das liberdades públicas e individuais.

Nesse contexto, segmentos opositores, movidos pela insatisfação e pelo desejo de mobilização, deram origem a grupos de extrema esquerda que optaram pela luta armada contra o governo. Dentre esses, a Ação Libertadora Nacional, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, a Vanguarda Popular Revolucionária e muitos outros (REDENTI, 2004). Como resposta às manifestações de oposição, em dezembro de 1968, o governo decretou o Ato Institucional nº 5.

O AI-5, como ficou conhecido, concedia ao presidente o poder de fechar o Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Além disso, o presidente podia cassar mandatos de parlamentares, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa, demitir funcionários públicos, decretar estado de sítio, suspender as garantias do poder Judiciário e o *habeas corpus* nos casos de crimes contra a segurança nacional (VIEIRA, 2000, p. 197). De acordo com Fausto (2001, p. 265), “o AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra revolução dentro de uma contra revolução”, estabelecendo na prática a censura à imprensa e fazendo da tortura um método integrante do governo. Como resultado, os grupos de luta armada intensificaram a oposição contra o governo.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um derrame e foi afastado do cargo. Seu sucessor legal, o vice-presidente Pedro Aleixo, político civil mineiro, foi substituído por uma Junta Provisória, criada por ministros militares, que assumiu a presidência.

A segunda fase (1969 a 1974) relaciona a consolidação do regime militar e corresponde ao governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do “Serviço Nacional de Informações” (SNI), órgão de espionagem interna do governo. Médici foi indicado à presidência em outubro de 1969 por oficiais-generais.

Em janeiro de 1970, a censura por parte do governo para com a imprensa e as produções culturais ficou ainda mais rígida. Por meio de um decreto-lei, as redações de jornais passaram a ser controladas por censores da Polícia Federal, que vetavam a publicação de assuntos como tortura a presos políticos e artigos favoráveis à anistia e aos direitos humanos. Além disso, peças de teatro, músicas e filmes que reproduzissem mensagens consideradas contrárias ao governo ou ao sistema também eram proibidas (SILVA, 2000a). Esse cenário de coibição pode ser descrito, nas palavras de Fausto (2001, p. 267), como “um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira”. Diante desse contexto, as organizações militantes de luta armada foram sendo desarticuladas e praticamente desapareceram.

A terceira fase (1974 a 1979) compreende a transformação do regime ditatorial-militar e coincide com o governo do presidente general Ernesto Geisel, que sucedeu Médici. O governo Geisel proclamava a retomada do crescimento econômico e o reestabelecimento da democracia. Fausto (2001, p. 270) ressalta que Geisel, de um lado, sofria pressão da linha dura do exército, que representava uma

ameaça ao retrocesso. De outro lado, ele desejava controlar a abertura política na direção de uma indefinida democracia conservadora, evitando, assim, que a oposição conquistasse o poder cedo demais. Esse paralelo levou a um processo de distensão lenta, gradual e insegura.

Nesse ínterim, o governo Geisel deu sinais de que a abertura seria uma realidade. Iniciou-se o afrouxamento da censura à imprensa, o que possibilitou o encrudescimento da oposição. Em 1974, o MDB alcançou ampla vitória nas eleições para deputados e senadores (SILVA, 2000a, p. 374). O caminho para o embate entre as medidas distintivas do governo e a linha dura militar foi sendo intensificado pela repercussão dos casos de tortura seguida de morte do jornalista Wladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976), nas dependências do II Exército (FAUSTO, 2001). Frente a essas circunstâncias, o presidente Geisel tomou providências a respeito dos “excessos”. O comandante do II Exército foi demitido. “Era uma derrota para os ‘duros’ das Forças Armadas” (VIEIRA, 2000, p. 201).

Em 1976, com o avanço da oposição e temendo a possibilidade de uma derrota para a Arena nas próximas eleições municipais, a propaganda eleitoral foi limitada e os debates foram proibidos. Com o advento da vitória do MDB, Geisel introduziu, em abril de 1977, um pacote de medidas repressivas para conter a composição de uma maioria de oposição no Senado (FAUSTO, 2001).

O retorno à política repressiva do governo levou à mobilização da oposição apoiada por diferentes grupos civis (estudantes, sindicalistas, advogados, membros das organizações de base da Igreja Católica). Esse levante conquistou, com a reabertura do Congresso Nacional, a aprovação da proposta de governo que revogava o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979. De acordo com a nova lei, o governo não podia mais fechar o Congresso nem cassar os direitos políticos dos cidadãos (VIEIRA, 2000, p. 204).

A quarta fase (1979 a 1985) corresponde ao período de desagregação da ditadura militar e compreende o governo do presidente general João Batista Figueiredo, que sucedeu Geisel no comando da República. Figueiredo, que fora chefe do Serviço Nacional de Informação, foi eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, em outubro de 1978. Segundo Fausto (2001, p. 278), um dos paradoxos da abertura política reside no fato de que “o homem indicado para continuar a promovê-la fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo” como o SNI.

Ao assumir o cargo, em março de 1979, Figueiredo destacou como compromisso “aprofundar o processo de abertura política”. Seguindo esse propósito, o presidente promoveu a normalização da atividade parlamentar e deu seguimento ao calendário eleitoral (CODATO, 2005, p. 84). Além dessas medidas, foi também aprovada a Lei de Anistia, que possibilitou aos políticos exilados e aos militantes esquerdistas a reintegração à vida pública, e a reforma partidária, que pôs fim ao bipartidarismo compulsório, que vigorava desde 1966 (KINZO, 2001, p.6).

A reinstauração do pluripartidarismo demonstrou um avanço no caminho da liberalização política, mas, de acordo com Kinzo (2001, p. 6), foi também uma estratégia para que o governo mantivesse o controle sobre a oposição, que estaria dividida. Dessa divisão, que extinguiu o MDB e a Arena, surgiram os partidos de oposição: PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PDT – Partido Democrático Trabalhista, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e PT – Partido dos Trabalhadores. De apoio ao governo, foi criado o PDS – Partido Democrático Social.

Em 1982, à ocasião das eleições diretas para governador, a oposição ganhou força significativa, principalmente pelo PMDB, que elegeu nove governadores e passou a ocupar 200 cadeiras na Câmara dos Deputados (KINZO, 2001, p. 6). Mesmo assim, o governo militar ainda manteve-se em maioria no Colégio Eleitoral, assegurando o poder de decisão na escolha do próximo presidente.

Em 1983, na Câmara de Deputados, foi apresentado um projeto de emenda à Constituição Federal, visando ao reestabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Em resposta, os segmentos de oposição, entre eles o PT, o PMDB e o PDT, convocaram a população à mobilização em favor do projeto. Esse movimento repercutiu em uma “imensa campanha política por eleições presidenciais diretas” (SILVA, 2000a, p. 375), que ficou conhecida como “Diretas Já”.

Apesar de tamanho empenho da sociedade civil, a campanha em favor do voto direto foi derrotada no Congresso, levando a escolha do novo presidente, mais uma vez, a ficar sob responsabilidade do Colégio Eleitoral. Em meio a esses fatores, por discordâncias sobre o candidato proposto pelo governo, o PDS segmentou-se, levando seus dissidentes a se aliarem à oposição. Dessa aliança surgiu a Frente Liberal, que lançou a candidatura de Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais pelo PMDB, para presidente da República. Como vice-presidente, foi escolhido José Sarney, antigo líder da Arena e do PDS, que se tornara uma liderança da Frente Liberal (SILVA, 2000a, p. 376).

Conquistando a maioria dos votos do Colégio Eleitoral, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos em 15 de janeiro de 1985. Assim, iniciou-se a Nova República (1985 – 1990).

Kinzo discute o regime militar no Brasil confrontando-o às experiências autoritárias vividas por outros países da América Latina na mesma época. Segundo ele, assim como na América Latina, no Brasil, a ditadura foi sustentada por alicerces singulares, dignos de referência ao se investigar a influência de fatores de longo prazo no processo de democratização (KINZO, 2001, p. 4). Esses fatores eram de duas ordens: um estava relacionado às instituições políticas sob as quais o governo militar operava, outro compreendia o modelo de desenvolvimento adotado e suas consequências.

No campo da política, a ditadura foi marcada pelo caráter paradoxal que pode ser definido, nas palavras de Kinzo (2001, p. 4), como “um arranjo que combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático”. Após o golpe civil militar, que passou a vigorar com a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, as Forças Armadas assumiram a regência do país. Esse fator foi responsável por disputas de poder no âmbito institucional militar, refletindo uma instabilidade política causada por conflitos entre oficiais moderados e radicais. De acordo com Kinzo (2001), essas disputas permearam os 21 anos de vigência do governo militar e foram responsáveis, em grande parte, pelas crises políticas atravessadas pelo regime que alternavam fases de repressão e liberação.

No campo econômico, na primeira década da ditadura, os objetivos foram combater a inflação, promover o crescimento econômico e melhorar as contas externas. De acordo com Hermann (2011, p. 68), os primeiros quatro anos (1964-67) alternaram curtos períodos de recuperação e desaceleração econômica; já o período de 1968-73 demonstrou uma clara tendência expansiva. A segunda década da ditadura, entre 1974-84, foi marcada, no plano econômico, pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e pela instabilidade da economia internacional.

5.2 NOVA REPÚBLICA (1985-1989)

A Nova República indica o fim do longo período de transição política – da ditadura militar à reestabilização democrática – marcando a hegemonia dos partidos

de oposição (em 1986), promulgando a nova Constituição Federal (em 1988) e a eleição popular para presidente da República (1989).

Fausto (2001, p. 285) argumenta que, mesmo com a eleição de Tancredo Neves, a transição para o regime democrático não terminara e estaria sujeita ainda a imprevistos. Dentre os contratempos enfrentados pelo novo governo, o mais significativo foi, sem dúvida, o que envolve as circunstâncias relacionadas à morte de Tancredo que, antes mesmo de assumir a presidência, foi internado em Brasília por motivo de doença. Em março de 1985, o vice-presidente, José Sarney, tomou posse do cargo no Planalto, sob uma situação que se acreditava ser transitória.

Tancredo veio a falecer em 21 de abril de 1985, levando o país a lamentar, além da morte de um presidente em circunstâncias tão pungentes, a perda de uma figura política importante, em um momento frágil (FAUSTO, 2001, p. 285). No entender de Kinzo (2001, p. 7), esse fatídico determinante significava que a Nova República nascia sob circunstâncias bastante delicadas, especialmente para um presidente substituto que precisaria enfrentar a crescente crise econômica e social do país.

5.2.1 Governo Sarney (1985-1989)

Sendo substituto, Sarney tomou posse sem ter um plano de governo estabelecido. Contudo, o maior desafio a ser vencido foi sua falta de legitimidade no recente cenário político estabelecido (KINZO, 2001; FAUSTO, 2001). Como denomina Fausto (2001, p. 285), Sarney era um “oposicionista de última hora”, que deixou o PDS, passando à Frente Liberal pouco antes do lançamento da candidatura à presidência. Para Kinzo (2001, p. 7), a figura política de Sarney estava “marcada por anos de vínculos com os militares” e, por esse motivo, “assumia o poder sem o respaldo das urnas”, além de não pertencer às “fileiras do partido que esperava desta vez governar, o PMDB”. No campo administrativo, Sarney ficou, assim, condicionado a fatores que atribuíram maior dificuldade a sua gestão.

No campo político, as primeiras medidas tomadas foram em relação às emendas à Constituição vigente, a fim de se revogar as leis provenientes da ditadura militar e respeitar as liberdades públicas. Essas emendas estabeleceram, entre outras determinações, as eleições diretas do presidente da República que sucederia Sarney, o direito de voto aos analfabetos, a legalização de todos os partidos

políticos, que tornou legais partidos de orientação comunista como o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro (FAUSTO, 2001, p. 286).

Em 1986, realizou-se a eleição da Assembleia Nacional Constituinte para elaboração da nova Constituição Federal. Os trabalhos da Constituinte perduraram de fevereiro de 1987 a outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição. A Carta política buscou representar os diversos grupos da sociedade, que trataram de fixar o máximo de regras no texto constitucional (FAUSTO, 2001, p. 288).

De fato, a Constituição de 1988 expressa bem os anseios da sociedade no período em que foi promulgada. Após vinte anos de ditadura e violação aos direitos humanos, a Carta Política de 1988 consagrou em especial os direitos individuais, dando atenção especial ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e aos direitos conexos a este princípio, como a proibição da tortura (5º, III) e a prática de racismo como crime inafiançável (5º, XLII), entre outros. Também consagra a Carta Magna os direitos sociais em capítulo específico, com atenção especial ao direito dos trabalhadores, bem como assegura a igualdade material em diversos momentos (art. 5º, XXXII, L, LXXIV, art. 6º, XVIII, XXV, entre outros exemplos), além de destinar título específico (Título VIII, arts. 193 a 250) para a ordem social (VAINER, 2010, p. 188).

Para Fausto (2001, p. 289), “a Constituição pode ser vista como um marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário”. Sobretudo, ela representa a concretização das aspirações do povo brasileiro por um Estado realmente democrático.

Apesar da euforia no campo político e da sensação de vitória do povo sobre os direitos constitucionais conquistados, no campo econômico, entretanto, a sensação era de crise. Em 1985, a economia do país, que já estava fragilizada desde o final da década de 70, deu mostras de que havia entrado em colapso, atingindo a marca de inflação de 237% ao ano. Para contornar a situação, em 1986, o governo Sarney anunciou o Plano Cruzado, que previa a estabilização econômica a partir da implementação de medidas de congelamento de preços; de substituição da moeda corrente, o Cruzado, pelo Cruzeiro; de “gatilho” salarial, determinando o reajuste dos salários sempre que a inflação chegasse a 20% ao mês (SILVA, 2000b, p. 394).

Os resultados imediatos da instauração do novo Plano refletiram em prestígio ao presidente, que convocou o povo a colaborar com o governo e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. A partir de então, instaurou-se um clima de otimismo generalizado no país. A exemplo, o índice de preços ao consumidor, que em janeiro de 1986 chegavam aos 15% ao mês, baixaram para praticamente

zero. "Como a manchete de alguns jornais sintetizava: 'o dragão da inflação era de papel'" (CASTRO, 2011a, p. 112).

A exaltação com o Plano foi efêmera, pois, com os preços congelados, o consumo aumentou, fazendo com que o congelamento fosse violado. Outro fator que levou à ruína o Plano foi o fortalecimento artificial da moeda que impulsionou as importações, resultando no desequilíbrio das contas externas (FAUSTO, 2001, p. 288). Ao final de 1986, o Plano já havia fracassado, contudo, os resultados desastrosos do plano ainda não eram perceptíveis para maioria do público.

Nas eleições de novembro de 1986, embalado pelo entusiasmo popular, o partido do governo, o PMDB, angariou maioria absoluta das cadeiras da Câmara de Deputados e do Senado. Além disso, elegeu 22 dos 23 governadores do país (FAUSTO, 2001, p. 288). Passadas as eleições, as medidas do plano tornaram-se ineficazes, a inflação voltou a subir e o país reiniciou mais um período de crise econômica. A credibilidade do governo havia diminuído e era crescente a indiferença ou condenação pela opinião pública (SILVA, 2000b, 395). O reflexo desse descontentamento da população pode ser evidenciado nas eleições de 1989, quando todos os candidatos buscaram marcar sua diferença com relação ao governo de Sarney. Ao final do governo, em março de 1990, o país enfrentou o mais um recorde de inflação, atingindo índice anual de 1.198,5% (SILVA, 2000b, p. 404).

5.3 CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

No Brasil, até o final da década de 80, viveu-se, após o fim da ditadura militar, uma "situação democrática" (FAUSTO, 2001, p. 290). A democracia, de fato, foi consolidada apenas a partir das eleições de 1989. O processo de votação direta para a escolha presidencial realizado nesse ano marcou o início efetivo do regime democrático no país e o fim da longa transição política (ARTURI, 2001, p. 23).

A campanha presidencial de 1989 contou com 22 candidatos. Dentre eles, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva obtiveram maior expressividade de votos, chegando a disputar entre si o 2º turno. Ligados ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Partido dos Trabalhadores (PT), respectivamente, ambos apresentavam-se como a oposição e a rejeição da maioria da população às figuras políticas tradicionais e ao governo (ARTURI, 2001, p. 23).

Collor alicerçou sua campanha sob o fato de representar a contramão da tradição política. Prometeu combater a corrupção, dar assistência às camadas mais desfavorecidas da sociedade e mudar profundamente a economia (CASTRO, 2011b, p. 132). Lula, em sua campanha, enfatizou a desigualdade social, apelando para os setores populares organizados. Propôs-se a promover o crescimento do mercado interno, elevar o padrão de vida das camadas populares, priorizar as políticas sociais do Estado e combater a hiperinflação (FAUSTO, 2001, p. 290).

Ao final do 2º turno, Collor venceu as eleições com 35 milhões de votos, contra 31 milhões obtidos por Lula. Segundo Fausto (2001, p. 291), dois elementos significativos puderam ser vislumbrados com as eleições de 1989. O primeiro deles corresponde ao fato de que “o Brasil estava se convertendo em uma democracia de massas”, em razão do número de eleitores que compareceram às urnas – 100 milhões – totalizando cerca de 85% da população. Além da obrigatoriedade do voto, o elevado comparecimento representava o “forte valor simbólico atribuído ao voto pelos brasileiros”. O segundo fator destacável foi a “expressiva votação de Lula, que se firmou como líder popular”.

5.3.1 Governo Fernando Collor (1990-1992)

Em março de 1990, o presidente Collor tomou posse. A primeira medida de seu governo foi a implementação do Plano Collor, cujo objetivo era acabar com a inflação. O plano contava com determinações de grande impacto, a mais polêmica delas consistia no bloqueio das contas correntes e de poupanças por 18 meses. Além disso, houve também o congelamento de preços e salários, a extinção do Cruzado e o retorno do Cruzeiro. Como resultado, houve uma diminuição da atividade econômica e industrial, culminando em aumento do desemprego e desvalorização dos salários (VIEIRA, 2000).

O governo lançou a liberalização da economia, permitindo a importação maciça de produtos a fim de, com o aumento da concorrência, promover a queda dos preços dos produtos nacionais. Passou-se também a privatizar empresas públicas para reduzir gastos do governo. Contudo, apesar dos esforços para estabilizar a economia, no primeiro semestre de 1992, a inflação voltou a subir (VIEIRA, 2000, p. 263).

Ainda no início de 1992, começaram a ser noticiadas acusações de corrupção por parte do governo. As denúncias foram agravadas a partir da acusação do irmão do presidente – Pedro Collor – de que o tesoureiro da campanha presidencial de Collor exigia contribuições em dinheiro de empresários em troca de favores do governo (SILVA, 2000b, p. 406). Em setembro desse ano, a Câmara dos Deputados votou o afastamento do presidente, até que o pedido de *impeachment* fosse julgado pelo Senado.

Segundo Fausto (2001, p. 291) “o andamento das acusações, acompanhado pela TV em todo país, e a mobilização dos jovens de classe média [os caras-pintadas], que saíram às ruas para exigir o impeachment, pronunciaram que Collor jamais voltaria à Presidência”. Em setembro, o presidente renunciou ao mandato, passando o cargo ao vice-presidente, Itamar Franco.

5.3.2 Governo Itamar Franco (1992-1994)

Em 1993, o vice Itamar Franco assumiu a presidência da República. Franco, que seguira, à época da ditadura, a linha moderada de oposição ao regime, era ex-Senador de Minas Gerais. O primeiro problema a ser enfrentado por seu governo foram as elevadas taxas de inflação, que, devido ao fracasso do Plano Collor, estavam variando de 29% a 36% ao mês (FAUSTO, 2001, p. 292).

Em 1994, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com economistas elaborou um plano gradual de estabilização da economia. Em março desse ano, foi implementada a Unidade Real de Valor (URV), um indexador que passaria a corrigir diariamente preços, salários e serviços. Em julho, passou a vigorar no Brasil a nova moeda, o Real.

A partir da introdução do Real, os níveis de inflação chegaram ao mínimo. Os resultados positivos atribuíram, entre a população, prestígio à atuação de Fernando Henrique Cardoso, lavando-o a se candidatar para as próximas eleições presidenciais. Após a instauração das primeiras medidas, o ministro afastou-se do cargo para dar seguimento à campanha presidencial, concorrendo por uma aliança formada pelo PSDB e o PFL. Era “intelectual altamente respeitado que transitara, com êxito, da vida acadêmica para a vida política” (FAUSTO, 2001, p. 292).

Em outubro de 1994, FHC venceu as eleições, elegendo-se presidente no primeiro turno, com quase 54% dos votos válidos. O principal opositor de FHC, Lula,

que concorreu pelo PT e ficou em segundo lugar na votação, atribuiu a vitória do presidente ao “engodo eleitoreiro” do Plano Real. Entretanto, apesar de o momento ser propício, o Plano Real não se limitou a um ardil de campanha eleitoral. De acordo com Castro (2011b, p. 161), o “Plano Real fica na história como uma estratégia complexa e bem sucedida de desmonte de um sofisticado sistema de indexação, construído ao longo de 30 anos, desde 1964”.

5.3.3 Primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

O governo FHC iniciou, em 1995, reunindo avaliações positivas pelo êxito do Plano Real e pela estabilidade monetária do país. Contudo, nem todas as críticas foram favoráveis ao governo. Uma das marcas negativas do primeiro mandato do presidente foi a retomada do programa de privatizações de empresas estatais, iniciado por Collor, o que foi amplamente criticado pelos partidos de esquerda (VIEIRA, 2000, p. 278). Por meio das privatizações, foram vendidas mais de 50 empresas do Estado, incluindo a Companhia Siderúrgica do Nacional de Volta Redonda (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce e a Telebrás. O governo também estabeleceu altas taxas de juros sobre produtos nacionais como medida para estimular a entrada de investimentos estrangeiros no país. Esse fator levou a uma desaceleração da produção. A recessão impulsionou o desemprego, além de aumentar a dívida e o déficit públicos (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 916).

No decorrer do primeiro mandato de FHC, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, chegou a crescer mais de 9% em 1994 com a implementação do Plano Real. Na sequência, ocorreram quedas seguidas, chegando a – 2%, deixando claro que o período de políticas para contornar as crises havia começado a afetar a economia (REZENDE, 2009, p. 29).

Em 1997, o presidente obteve do Congresso Nacional aprovação para uma Emenda à Constituição, prevendo a possibilidade da reeleição para presidente, governadores e prefeitos. Até então, segundo a Carta Constitucional de 1988, nenhum ocupante de cargo executivo poderia ser reeleito para mandato consecutivo. O processo de liberação à reeleição sofreu críticas por parte da oposição, desencadeando inclusive pedidos de investigação por suspeita de corrupção. Não obstante as críticas da oposição, o governo FHC terminou o primeiro mandato avaliado positivamente pela população. De acordo com Carreirão (2004, p.

180), em 19 medições feitas pelo Datafolha – instituto de pesquisa brasileiro ligado ao Grupo Jornalístico Folha – entre março de 1995 e dezembro de 1998, os percentuais de eleitores que avaliaram o governo como ótimo ou bom variaram entre 30% e 47%, com média de 39%.

Embalado pela aprovação da população, nas eleições presidenciais de 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, com 53% dos votos, no primeiro turno para seu segundo mandato como presidente da República. Seu concorrente, mais uma vez o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ficou em segundo lugar, totalizando 31% dos votos (TSE, 2015)²⁷.

5.3.4 Segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

Fernando Henrique venceu as eleições presidenciais, contudo a oposição angariou vitórias significativas elegendo diversos representantes em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Esses resultados denunciavam a insatisfação de alguns setores populares quanto à política do governo federal. O segundo mandato de FHC, que teve início em 1999, foi abalado pelos reflexos da economia internacional, especialmente pela desvalorização da moeda russa, que acabou repercutindo no mundo todo. A insegurança financeira gerou desconfiança quanto aos investimentos. No Brasil não foi diferente (REZENDE, 2009, p. 16).

Em decorrência desse panorama, o Real sofreu desvalorização com relação ao dólar (o valor da moeda norte-americana relativo ao da brasileira passou de 1,21 para 2,15) logo em janeiro de 1999. Os setores diretamente atingidos foram as empresas cujas dívidas eram em dólares. Houve demissões de trabalhadores e desaceleração da produção, instaurando-se, mais uma vez, o quadro de recessão econômica do Brasil. A economia brasileira foi prejudicada por uma confluência de eventos, como a crise de energia, a diminuição da entrada de capitais na Argentina e os atentados terroristas de 11 de setembro, que abalaram os mercados mundiais. Nesse contexto, o risco-país voltou a aumentar, comprometendo o desempenho médio da economia no segundo mandato de FHC (GIAMBIAGI, 2011a, p. 180).

Em 2001, durante o último ano do governo, a crise de abastecimento energético que se estabeleceu no país tomou grandes proporções e ficou conhecida

²⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1998/result_blank.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.

como “apagão”. O programa de privatizações de estatais (dentre as quais empresas de fornecimento energético) mantido pelo governo, a escassez dos reservatórios de água no ano de 2001, haja vista o fato de que mais de 90% da produção energética do país era proveniente de usinas hidroelétricas, as medidas de contenção de gastos públicos, que vinham sendo aplicadas desde o início do primeiro mandato de FHC, levando a um déficit de investimentos em fontes de abastecimento alternativas, foram alguns dos fatores desencadeantes do quadro crítico (BARDELIN, 2004).

Para conter os danos do “apagão”, o governo impôs medidas de racionamento de energia, levando a indústria a apresentar queda de produção de 9% entre 2001 e 2002. Diante disso, e com o agravamento do fraco desempenho da economia (que teve crescimento de apenas 0,8% em 1999, 4,3% em 2000 e 1,5% em 2002), os índices de desemprego mantiveram-se altos, atingindo, em 2002, 7,6% da população economicamente ativa.

Nesse contexto de recessão e crise, ocorreram as eleições presidenciais de 2002. O PT, embalado pela insatisfação pública pelo governo do Partido da Social Democracia Brasileira – segundo pesquisa do Datafolha, realizada antes do primeiro turno das eleições, 34% da população avaliou o governo como ruim ou péssimo (CARREIRÃO, 2004, p.181) – adquiriu destaque. Na Câmara Federal, o PT elegeu a maior bancada, no Senado, o número de cadeiras cresceu 63%.

A vitória mais significativa do PT, entretanto, foi na presidência da República. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (concorrendo pelo PT em aliança com o Partido Liberal, o PCdoB e outros partidos) venceu, em segundo turno, com 62% dos votos, o candidato José Serra (que concorria pelo PSDB, com apoio do PMDB). Lula concorria à presidência pela quarta vez, desde 1989.

5.3.5 Primeiro governo Lula (2003-2006)

As medidas anunciadas ainda na campanha eleitoral e reafirmadas após a posse direcionavam esforços em favor da diminuição das desigualdades sociais. Dentre elas, destacavam-se: (1) a realização de ampla reforma agrária, democratizando o acesso à terra; (2) o combate à fome, à pobreza; (3) a melhora na distribuição de renda; (4) o combate à corrupção e (5) o acesso das classes de baixa renda à saúde e à educação.

No âmbito social, a primeira medida anunciada pelo governo foi a implementação do programa “Fome Zero”, prevendo a garantia de, no mínimo, três refeições diárias a todos os brasileiros. Esse programa, mais tarde, juntamente a outros planos sociais e assistenciais, deram origem ao “Bolsa Família”, que previa a transferência direta de renda do governo federal a famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema, sob condição de que mantivessem as crianças na escola²⁸ (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015). Outra medida foi a instauração do programa “Luz para todos”, em benefício da universalização do acesso à energia elétrica.

O governo Lula iniciou, em 2003, uma era de retomada do crescimento (CURADO, 2011; GIAMBIAGI, 2011b). As tendências inflacionárias, que preocupavam os governos anteriores, foram revertidas. O índice do risco-país, que mensura a confiança dos investidores na economia de países a partir da avaliação de instituições financeiras internacionais, foi reduzido. Logo no primeiro ano do governo, foram submetidos à aprovação do Congresso Nacional projetos que previam a Reforma Tributária e a Reforma Agrária.

A diminuição progressiva das taxas de juros – chegando a 12% em 2007 – foi um indicativo de que a economia havia se estabilizado. Na visão de muitos observadores (REZENDE, 2009, p. 41), a preocupação do governo em manter o equilíbrio econômico e conter a inflação representava um impedimento ao estímulo do crescimento econômico. Nesse sentido, a política de Lula aproximava-se da de FHC no que concerne à busca pela estabilidade econômica (GIAMBIAGI, 2011b, p. 209).

A credibilidade do primeiro mandato de Lula foi abalada pela descoberta de casos de corrupção envolvendo membros ligados ao governo. Em 2004, o assessor do Ministro da Casa Civil foi acusado de extorquir empresários do ramo de jogos para arrecadar fundos para o PT, o que ficou conhecido como “o escândalo dos bingos”. Em 2005, o deputado federal Roberto Jefferson denunciou um esquema de pagamento de “mesadas” para que deputados votassem de acordo com os interesses do governo. O caso ficou conhecido na mídia como “escândalo do mensalão”.

²⁸ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 18 out. 2015.

Apesar das denúncias de esquemas de corrupção e das críticas quanto às medidas protetivas para com a economia, o governo finalizou o primeiro mandato com avaliação positiva entre os eleitores. Nas eleições presidenciais de 2006, Lula foi reeleito em segundo turno com 60% dos votos. O segundo candidato mais votado, Geraldo Alckmin, que concorreu pelo PSDB, obteve 39% da preferência dos eleitores²⁹.

5.3.6 Segundo governo Lula (2007-2010)

O segundo mandato do governo Lula iniciou-se, em 2007, sob pressões políticas e empresariais para que o crescimento econômico do país fosse retomado. A justificativa do governo era a de que a estabilidade econômica atingida no primeiro mandato garantiria condições para isso. As taxas de juros vinham caindo e a inflação estava controlada. De fato, segundo Curado (2011, p. 92), “as expectativas do mercado (...) sinalizavam para um crescimento superior aos 7,0% em 2010. É salutar lembrar que entre 2007 e 2010, (...) as taxas de crescimento do PIB foram superiores aos 5% a.a”. Ainda na área econômica, a elevação do superávit comercial, a queda do valor do dólar e a consequente valorização do real contribuíram para que o governo pudesse pagar a dívida externa. Esses fatores concorreram também para que o índice do risco-país diminuísse (REZENDE, 2009, p. 47).

Em 2007, foi lançado pelo governo o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. A proposta era garantir o desenvolvimento da economia e a geração de empregos por meio de projetos de obras de infraestrutura, construção de pontes, estradas, portos, saneamento básico, abastecimento hídrico. A retomada do crescimento (comprovada pela relação investimento/PIB, que, no início de 2003, era de 16,23%, passou a 20,1% em 2008 e se manteve em 17,85% em 2010), refletiu na diminuição da taxa de desemprego, que passou de 11,3% em 2003 a 6,1% em 2010 (CURADO, 2011, p. 93).

Na área social, as conquistas do setor econômico com a retomada do crescimento, repercutiram uma melhora na distribuição de renda e na redução da pobreza, registradas pelo índice Gini e pelo IPEA (CURADO, 2011, p. 93).

²⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/apuracao2.html>>. Acesso em: 18 out. 2015.

Contribuíram para esses dados fatores como o aumento real do salário mínimo, o controle da inflação e a concessão de benefícios em dinheiro através do “Bolsa Família”.

Diante dos escândalos ocorridos durante o primeiro mandato de Lula, em 2007 foi proposta uma reforma política. Estavam em discussão novas regras para o sistema eleitoral brasileiro, prevendo maior fidelidade partidária e o fim dos financiamentos ilícitos das campanhas eleitorais. Ainda assim, o segundo mandato do governo foi assolado por mais denúncias de corrupção. A maioria dos casos envolvia a execução de obras do governo federal, a sonegação de impostos e o contrabando de produtos diversos.

Curado (2011) avalia que o desempenho do governo Lula foi favorecido pelo cenário internacional favorável até 2008, antes do advento da crise financeira global (que contou com altas taxas de desemprego na Europa e com a bolha imobiliária nos EUA e que também teve impacto na economia do Brasil). Entretanto é “bom lembrar que o cenário internacional modificou-se drasticamente a partir de setembro de 2008 e, após o forte impacto da crise, a economia retomou sua trajetória de crescimento” (CURADO, 2011, p. 103).

Nas eleições presidenciais de 2010, o Partido dos Trabalhadores lançou a candidatura de Dilma Roussef como sucessora do presidente Lula ao Planalto. A disputa no primeiro turno envolveu dois grandes grupos políticos: a coligação PT-PMDB, com apoio do Partido Democrático Trabalhista, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro, Partido da República, Partido Republicano Brasileiro, Partido Trabalhista Cristão e Partido Trabalhista Nacional, com Dilma Rousseff para presidente e Michel Temer para vice-presidente; e a coligação PSDB-Democratas, apoiada pelo Partido Popular Socialista, Partido da Mobilização Nacional, Partido Trabalhista do Brasil e Partido Trabalhista Brasileiro, promovendo a candidatura de José Serra para presidente e Índio da Costa para vice.

De acordo com Barrionuevo (2009), Rousseff, que fora, durante o governo Lula, Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, Chefe da Casa Civil, era pouco conhecida fora da capital de seu estado, Rio Grande do Sul. Até sua candidatura à presidência da República, ela jamais tinha sido eleita para um cargo público e,

segundo o autor, as pesquisas³⁰ mostravam-na com menos de 16% de apoio público. Em contrapartida, seu opositor, José Serra, que era então governador do estado de São Paulo, contava com mais de 40% de aprovação.

No primeiro turno, Dilma obteve 47% dos votos válidos e Serra, 33%. No segundo turno, Dilma venceu as eleições com 56% dos votos, deixando Serra em segundo lugar com 44% (TSE 2015)³¹,

5.3.7 Primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)

A eleição de Dilma Rousseff como a primeira mulher a assumir o mais alto cargo público como presidente da República representou uma conquista histórica. Esse feito pôde ser visto como “sinal de que os avanços das mulheres em posição de liderança estão cada vez mais consolidados”, e também como o momento para que elas “avancem ainda mais na carreira” (GASPAR; TOYAMA, 2010³²).

O ano de 2011, o primeiro do governo Dilma, foi marcado por novos escândalos de corrupção envolvendo altos membros da administração pública. Esse foi também o momento de lançamento dos programas assistenciais. Entre eles, o "Rede Cegonha", para acompanhamento de gestantes, nutrizes e bebês, e o "Plano Brasil sem Miséria", para erradicação da extrema pobreza, aumentando o orçamento de famílias que recebiam menos de R\$ 70 reais mensais por pessoa, prevendo a ampliação do cadastro do Bolsa Família, a construção de cisternas e a capacitação técnica da população (SENADO FEDERAL, 2015).

Em 2012, o governo lançou o programa "Brasil Carinhoso", cujo objetivo era, por meio da distribuição de suplementos como vitamina A, ferro e remédios contra asma e ampliação na oferta de creches, beneficiar famílias com crianças de até 6 anos com renda per capita inferior a R\$ 70. Esse programa é também ligado ao Bolsa Família e, assim como os demais, visa assistir pessoas em extrema pobreza.

No âmbito educacional, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o Brasil tinha um duplo desafio: o de democratizar o acesso às universidades e o de manter

³⁰ INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/fernando_rodriques/pesquisas/2010/1turno/presidente.jhtm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

³¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

³² GASPAR, M.; TOYAMA, L. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/portaldoservidor/jornal/jornal120/carreira_gestao.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2015.

um alto nível de ensino e a meritocracia. Nesse sentido, o governo sancionou a lei que destina 50% das vagas em universidades federais a alunos provenientes de escolas públicas e instituiu o Enem – Exame Nacional do Ensino Médio - como forma universal de acesso às universidades Federais.

A presidente Dilma finalizou o ano de 2012 com alto índice de popularidade. De acordo com a pesquisa CNI-Ibope (2012), realizada em dezembro desse ano, o índice de aprovação pessoal da presidente chegou a 78%. Foi um índice de popularidade mais alto que o obtido pelos seus antecessores Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Em 2013, o governo enfrentou uma desaceleração da economia. Para contornar a situação, foram tomadas novas medidas de desoneração a produtores e consumidores e lançados pacotes de estímulos fiscais e financeiros. Em julho do mesmo ano, o Brasil foi marcado por um levante de protestos que pulularam em diversas capitais do país, chegando, no dia 17, a ocupar a esplanada dos Ministérios. Os movimentos criticavam especialmente os gastos do governo com as obras de infraestrutura para sediar o evento esportivo Copa do Mundo, da FIFA. Além disso, outras questões, como o aumento da tarifa do transporte público, investimentos em saúde e educação e a preservação dos poderes do Ministério Público, também foram pauta das manifestações populares. Em resposta aos protestos, a presidente Dilma fez um pronunciamento em rede nacional de televisão e rádio, conclamando um pacto entre parlamentares e governadores a fim de atender às melhorias exigidas. Em especial, o pacto deveria abranger desde

a mobilidade urbana e transporte público, a garantia de reverter 100% dos recursos do petróleo para educação e o combate à corrupção, entre outros temas. Ela também propôs a realização de um plebiscito para a eleição de temas constantes de uma reforma política a ser elaborada em constituinte exclusiva. A ideia foi rejeitada pelos congressistas de um modo geral e vista com reservas no Supremo Tribunal Federal, razão pela qual foi abandonada (SENADO FEDERAL, 2015).

Em 2014, surgiram novas denúncias de corrupção envolvendo a empresa estatal Petrobrás. Investigações deflagradas pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, identificaram o desvio de recursos da estatal para o pagamento de propinas a membros do Congresso.

O ano de 2014 foi também de eleições presidenciais. A presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, foi a mais votada no primeiro turno, mas não

angariou maioria absoluta dos votos. No segundo turno, Dilma venceu a eleição com 51% dos votos, em segundo lugar ficou o candidato Aécio Neves, do PSDB, com 48% dos votos.

Apresentamos neste capítulo o recorte histórico e contextual que perpassa e instaura os discursos de posse selecionados. A seguir, no Capítulo 6, Desenvolvendo o plano, descrevemos pormenorizadamente os resultados das análises dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

CAPÍTULO 6 – DESENVOLVENDO O PLANO

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção, 6.1, descreve a configuração contextual do discurso de posse presidencial, tendo como parâmetro os discursos que compõem o *corpus*. A segunda seção, 6.2, apresenta a descrição da interessoalidade em cada discurso, tal como previsto na metodologia desta pesquisa.

6.1 CONFIGURAÇÃO CONTEXTUAL DOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL

Considerando a construção do evento comunicativo a partir da correlação entre a linguagem e prática social, mas tratando especificamente da esfera política, Charaudeau (2013) define que

o poder comunicacional é o que torna possível a construção de um espaço político ao colocar em cena a questão da legitimidade, e que o poder administrativo, ao se fundar sobre essa legitimidade, ao tirar partido de uma vontade popular, implementa um dispositivo de realização concreta do poder ao se impor às próprias pessoas que o fundaram (CHARAUDEAU, 2013, p. 257).

Nesse sentido, podemos entender a linguagem como fator que autoriza – legitima – o estabelecimento das relações de poder entre os participantes do espaço político (cidadãos e políticos). Seguindo essa compreensão, o discurso político, na concepção de Charaudeau (2013), é ao mesmo tempo o lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação. Coadunamos com esse entendimento e compreendemos que o discurso político está articulado segundo as diretrizes situacionais do ato comunicativo que o instaura.

Como já argumentamos neste trabalho, os discursos de posse presidencial emergem de um contexto de situação particular, instituído por práticas sociais que formalizam a transição de um ciclo político para o seguinte. Nos termos da LSF (HALLIDAY, 1989; EGGINS; MARTIN, 1997), a seguir, os discursos de posse serão descritos, em linhas gerais, segundo as variáveis contextuais campo, relações e modo.

A configuração do campo compreende uma situação comunicativa no âmbito político nacional brasileiro. O discurso de posse é uma das formalidades que marca a passagem do governo antecessor para o subsequente. Segundo o protocolo oficial³³, a cerimônia de posse do presidente da República, que ocorre no dia primeiro de janeiro, inicia-se com a passagem da faixa presidencial na rampa de entrada do Palácio do Planalto. Em seguida, segue-se o desfile presidencial, que contempla inúmeros pontos turísticos de Brasília. Após, no Congresso Nacional, Presidente e Vice-presidente são recebidos pelos Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Nesse momento, os mandatários recebem honras militares, o Hino Nacional é executado, o termo de posse é lido. Na sequência, o Presidente do Congresso declara empossados Presidente e Vice. Nesse momento, o Presidente eleito realiza o "discurso à nação". De volta ao Palácio, a nova equipe do governo é empossada, a fotografia oficial é feita e, por fim, o coquetel de recepção às missões especiais e às altas autoridades da República é realizado. Esse evento social, entendido na sua totalidade, performatiza a mudança do governo presidencial vigente para o sucessor, enquanto o discurso à nação compreende a primeira manifestação textual oficial do presidente. Cabe destacar, como comprovamos nas análises, que, apesar da denominação, esses discursos, em sua maioria, não são dirigidos aos brasileiros.

As relações se estabelecem entre o presidente da República recém-empossado, cuja autoridade fora instituída por voto popular direto (com exceção ao D#8, cujo presidente fora escolhido por um Colégio Eleitoral), e a audiência, constituída por eleitores, Ministros, chefes de Estado internacionais, Parlamentares, membros do Congresso, do Senado, do Judiciário, entre outros. As posições interpessoais são hierarquicamente desiguais: quando o presidente, representante máximo dos interesses do Estado, dirige-se aos membros do seu governo, na figura dos Ministros, delegando atribuições e definindo diretrizes a serem seguidas em seu mandato, assume posição de comando; quando se dirige aos eleitores, para agradecer a conquista do cargo, para relatar-lhes suas esperanças, desejos, medos, o presidente posiciona-se com gratidão e busca afirmar-se como alguém competente e merecedor da responsabilidade assumida. Ao dirigir-se aos demais representantes políticos, cujos membros compreendem a

³³ Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/descubra-curiosidades-sobre-a-posse-presidencial> > Acesso em: 20 dez. 2017.

oposição, o presidente busca conquistar apoio e cooperação para gerir os problemas do país.

Quanto ao modo, pode-se argumentar que o papel da linguagem é constitutivo nos discursos de posse, uma vez que esses se realizam essencialmente por meio dela. Ela é também performativa, pois instaura oficialmente a transição entre dois mandatos presidenciais. Em uma primeira instância, a de produção do discurso, o meio é verbal escrito e o canal é gráfico. Em uma segunda instância, a de pronunciamento, o meio é oral e o canal é fônico. Interessa-nos nesta pesquisa, dado o recorte do *corpus*, a realização verbal escrita dos discursos. Apesar de entendermos as implicações diversas que a análise de ambas instâncias – a de elaboração e a de pronunciamento – dessa materialidade linguística proveriam se consideradas em conjunto, detemo-nos aqui a observar apenas a linguagem escrita dos discursos.

Quanto à estrutura esquemática, os discursos de posse apresentam três partes fixas: as saudações iniciais, as finais e o anúncio de propostas. As saudações iniciais indicam a quem o presidente se dirige (exemplo 84): em geral, podem ser pessoas (figuras públicas e brasileiros), representantes de instituições e de países estrangeiros.

84	Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores,	D#7
----	--	-----

As saudações finais evidenciam, na maioria das vezes, o conclame do presidente à nação, aos demais membros governistas, ao trabalho, às mudanças necessárias, como no exemplo 85, e os agradecimentos finais, a Deus e ao povo.

85	A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho. Eu os convoco para mudar o Brasil. Muito obrigado.	D#5
----	--	-----

O anúncio de propostas, o que o presidente fará em seu governo, dá-se, recorrentemente, por meio de proposições genéricas, como no exemplo 86.

86	Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.	D#4
----	--	-----

Além desses três elementos que denotam cortesias, agradecimentos, propostas e conclamações, são também presentes nos discursos temas como: menção a problemas a serem enfrentados (exemplo 87); advertências (exemplo 88); manifestação de regozijo e de apoio (exemplo 89) e expressão de crenças e valores (exemplo 90).

87	Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos [...] sejam administrados de forma tão criminosa sem que os responsáveis recebam exemplar punição.	D#8
----	--	-----

88	Se queremos transformá-lo [o Brasil], a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.	D#3
----	---	-----

89	É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês. Hoje é para mim um dia de profunda emoção. [...] Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato.	D#2
----	---	-----

90	Senhores Congressistas, Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver na política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração.	D#7
----	---	-----

Quanto à forma, os nove discursos que compõem nosso *corpus* apresentam uma média de 3.395 palavras e 68 parágrafos.

6.2 DESCRIÇÃO DA INTERPESSOALIDADE NOS DISCURSOS DE POSSE

De acordo com a circunscrição teórica desta pesquisa e o levantamento bibliográfico realizado previamente, compreendemos que, para descrevermos as relações estabelecidas entre participantes de uma situação discursiva, é necessário analisarmos o texto sob diferentes lentes. Dessa forma, nesta seção, cada discurso de posse será descrito de acordo com as análises dos sistemas de avaliação, negociação e envolvimento. Os resultados dessas descrições serão relacionados a: (1) as dimensões contextuais de status e solidariedade, (2) o contexto histórico de cada mandato e (3) os valores e estratégias do discurso político.

6.2.1 Discurso de posse do presidente José Sarney (1985)

De acordo com a contextualização realizada no Capítulo 2, a posse do, então, vice-presidente Sarney foi um momento histórico marcado tanto pela significação do início de retorno à democracia quanto pelos problemas de saúde que impossibilitaram o presidente eleito, Tancredo Neves, de assumir seu posto. Dada essa complexidade, o discurso de posse oficial, que é dirigido à nação, proferido por Sarney, foi o que havia sido escrito para Tancredo Neves.

Para nossa análise, considerando o tema de pesquisa - a identidade autoral do presidente e de sua audiência putativa - optamos por analisar não o discurso à nação, mas o que fora proferido por Sarney na ocasião da posse dos ministros. De tamanho consideravelmente menor do que a média dos demais discursos analisados - com apenas 207 palavras, D#8 apresenta uma objetividade que se justifica pela composição de sua audiência.

Inicialmente, realizamos as análises dos três sistemas interpessoais, tal como fora descrito no Capítulo 1 - Metodologia. A partir da lista de palavras do texto, fornecida pelo programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 2008), separamos as ocorrências lexicais relevantes (conforme itens apresentados no Quadro 13) em categorias e subcategorias dos sistemas de Avaliação, Negociação e Engajamento.

A configuração do Sistema de Avaliatividade em D#8 pode ser evidenciada no Quadro 14.

Ao lado de algumas ocorrências, como a palavra "compromissos", está especificada a quantidade de vezes que ela se repete no texto, realizando o mesmo significado. Dessa forma, a palavra "compromissos" realiza quatro vezes, nesse discurso, o significado de julgamento por tenacidade (exemplo 91).

91	Os nossos compromissos , meus e dos Senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País. Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos, das mudanças e das transformações.	D#8
----	---	-----

Quadro 14 – Sistema de Avaliatividade em D#8

(continua)

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Bondade Felicidade	Compromissos (4) tenacidade			Eu (3) pronunciamento	Me (3) reconhecimento	Absoluta intensidade	
(prisioneiro de uma) emoção (que não se esgota) Felicidade	Coragem capacidade			Não (3) Negação	O Deus...quis... reconhecimento	Ainda intensidade	
(Deus da minha) fé Segurança	Determinação tenacidade			compromissos que jama s abandonaremos negação		(emoção que não se) esgota intensidade	
	Deveres propriedade			Tenho absoluta certeza Pronunciamento		Grande (estadista) intensidade	
	Equilíbrio capacidade					Jamais intensidade	
	Escravos tenacidade					Tão longe intensidade	
	Estadista (Tancredo) capacidade					Maior intensidade	
	Êxito (aos Ministros) capacidade					Poucos (dias) quantidade	
	Firmeza tenacidade						

Quadro 14 – Sistema de Avaliatividade em D#8

(conclusão)

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
	Empossado (Ministério) capacidade						
	(meu) Idealismo tenacidade						
	Impossibilidade (de assumir o governo) capacidade						
	(minha) visão maior das responsabilidades capacidade						
	(Minha) paciência tenacidade						
	Comandante (Tancredo) Capacidade						
	Líder (Tancredo) capacidade						

Fonte: Autora.

Quanto aos significados atitudinais, a categoria de afeto apresenta três ocorrências, e a de julgamento, 20. Não identificamos ocorrências de apreciação. Esses dados demonstram que o presidente Sarney não estava preocupado com questões de complexidade ou composição.

Por outro lado, a expressividade de ocorrências de julgamento evidencia os significados de capacidade (dez ocorrências) e tenacidade (nove³⁴ ocorrências). Ao assumir a presidência, diante dos fatos que se impuseram, o Presidente Sarney, que fora eleito para exercer a função de vice-presidente, precisa, por meio desse discurso, afirmar sua identidade como político que preza valores como coragem, determinação, êxito, firmeza, idealismo, liderança (exemplo 92).

92	Ele [Deus] não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência , do equilíbrio , da coragem , do idealismo , da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua História.	D#8
----	--	-----

O presidente ainda associa à sua imagem virtudes como paciência, equilíbrio, coragem, idealismo, firmeza e visão. Além disso, colocando-se ao lado dos ministros por meio do pronome pessoal inclusivo "noss[o, os]", reafirma compromisso, dever e determinação com o encargo recebido.

Quanto aos significados de engajamento, o que prevalece no discurso é a contração dialógica, com um total de oito ocorrências. Há quatro ocorrências de negação, que se realizam por meio dos adjuntos adverbiais "não" (três vezes) e "jamais" (exemplo 93).

93	Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos [...]	D#8
----	--	-----

Há também três ocorrências de contração por pronunciamento, evidenciada pelo pronome "eu", como mostra o exemplo 94.

³⁴ No quadro aparecem seis palavras que realizam tenacidade, contudo, a palavra "compromissos" ocorre quatro vezes, totalizando nove ocorrências de tenacidade.

94	O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade.	D#8
----	---	-----

A expansão é menos evidente que a contração e apresenta quatro ocorrências. O pronome "me" realiza três vezes o significado de reconhecimento, como mostra o exemplo 95.

95	O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes [...]	D#8
----	--	-----

Quanto ao sistema de gradação, foram identificados apenas elementos pertencentes à categoria de força (oito ocorrências). A intensidade prevalece com sete ocorrências, dos quais três ocorrências são de intensificação-fusão ("absoluta", "esgota" e "grande") e quatro de intensificação-isolamento ("ainda", "jamais", "tão" e "maior"). Os exemplos 96 e 97 demonstram, respectivamente, significados de intensificação fusão e isolamento.

96	E ainda [estou] prisioneiro de uma emoção que não se esgota .	D#8
----	--	-----

97	E ainda [estou] prisioneiro de uma emoção que não se esgota .	D#8
----	---	-----

A configuração do Sistema de Negociação, que contempla as categorias de modo (declarativo, interrogativo e imperativo) e funções de fala (declaração, pergunta, oferta e comando), em D#8, está representada no Quadro 15. Os processos destacados na lista de palavras foram separados quanto ao modo que realizavam. Em seguida, com base na análise do cotexto de cada ocorrência, foi feita a marcação com "X" na função de fala realizada por esse processo.

Quadro 15 – Sistema de Negociação em D#8

NEGOCIAÇÃO						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
Desejo a todos os Senhores Ministros êxito em suas tarefas.			X			X
[...] compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos			X			
Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República [...]			X			
[O] grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.			X			
Declaro empossado o Ministério [...]			X			
Declaro [empossado o Ministério e] encerrada esta solenidade.						X
[Tancredo, a quem] entregarei o Governo [...]			X			
Eu estou com os olhos de ontem.			X			
Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores [...]			X			X
[...] assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo [...]			X			
E ainda [estou] prisioneiro de uma emoção que não se esgota .			X			
O Deus da minha fé, que me guardou a vida [...]			X			

Fonte: Autora.

As 12 ocorrências identificadas pertencem ao modo declarativo. Os modos interrogativo e imperativo não foram contemplados, o que corrobora a condição de propriedade que o discurso de posse representa (exemplo 98).

98	Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República [...]	D#8
----	---	-----

Como já argumentamos no Capítulo 4, seção 4.4, o discurso analisado representa um movimento de troca inicial, por meio do qual o presidente "declara" informações a cerca do seu governo. Nesse sentido, a maioria das ocorrências realiza a função de fala declaração (oito declarações realizadas congruentemente pelo modo declarativo), como evidenciado no exemplo 98.

Entretanto, há três ocorrências que realizam, ao mesmo tempo, as funções de declaração e comando, como é o caso dos exemplo 99 e 100.

99	Desejo a todos os Senhores Ministros êxito em suas tarefas.	D#8
----	--	-----

100	Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores [...]	D#8
-----	--	-----

No exemplo 99, ao mesmo tempo em que faz uma declaração, desejando êxito aos Ministros, o presidente realiza um comando "Tenham êxito!". Semelhante caso ocorre no exemplo 100, no qual, ao declarar que exercerão seus deveres, os presidente impõe ao Ministros "Exerçam seus deveres!".

Além dessas ocorrências, há outra que realiza apenas comando (exemplo 101). Nesse, por meio do modo declarativo, o presidente dá a ordem que performatiza o encerramento da solenidade de posse.

101	Declaro [...] encerrada esta solenidade.	D#8
-----	---	-----

A configuração do sistema de Envolvimento, que comporta as categorias nomes próprios, léxico técnico, vocativos, linguagem formal, linguagem informal e expletivos, em D#8, está representada no Quadro 16.

Quadro 16 – Sistema de Envolvimento em D#8

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Tancredo Neves	Constituição Federal		Solenidade (2)		
Tancredo Almeida Neves	Constituição (2)		Senhor Presidente da República		
Deus	Empossado				
Nação	Empossados				
História	Ministério				
Constituição Federal	Ministros				
	Leis (2)				
	Aliança Democrática				
	Governo				

Fonte: Autora.

Como esclarecemos quanto ao quadro das ocorrências de Avaliação, o número entre parênteses representado ao lado de alguns itens lexicais indica a quantidade de vezes que esse mesmo item apareceu no texto exercendo o mesmo significado.

Em D#8, as categorias de Envolvimento realizadas são os nomes próprios (seis ocorrências), o léxico técnico (11 ocorrências) e a linguagem formal (três ocorrências). De acordo com esses dados, o presidente prioriza a linguagem mais específica do contexto político, citando três vezes a Constituição Federal, referindo-se ao Governo, ao Ministério, aos Ministros, às leis (exemplo 102).

102	Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição , das Leis .	D#8
-----	---	-----

O fato de haver, dentre as 11 ocorrências de léxico técnico, três referências à Constituição e duas às Leis é significativo. Tendo em vista o cenário político, social e histórico da ocasião da posse, como discutido no Capítulo 2, esse dado demonstra a preocupação do presidente em afirmar o posicionamento seu e de seu governo quanto ao cumprimento das Leis. Dessa maneira, o discurso constrói a imagem de um presidente (que será) idôneo, que não comandará à margem das leis, tal como os governos anteriores o fizeram.

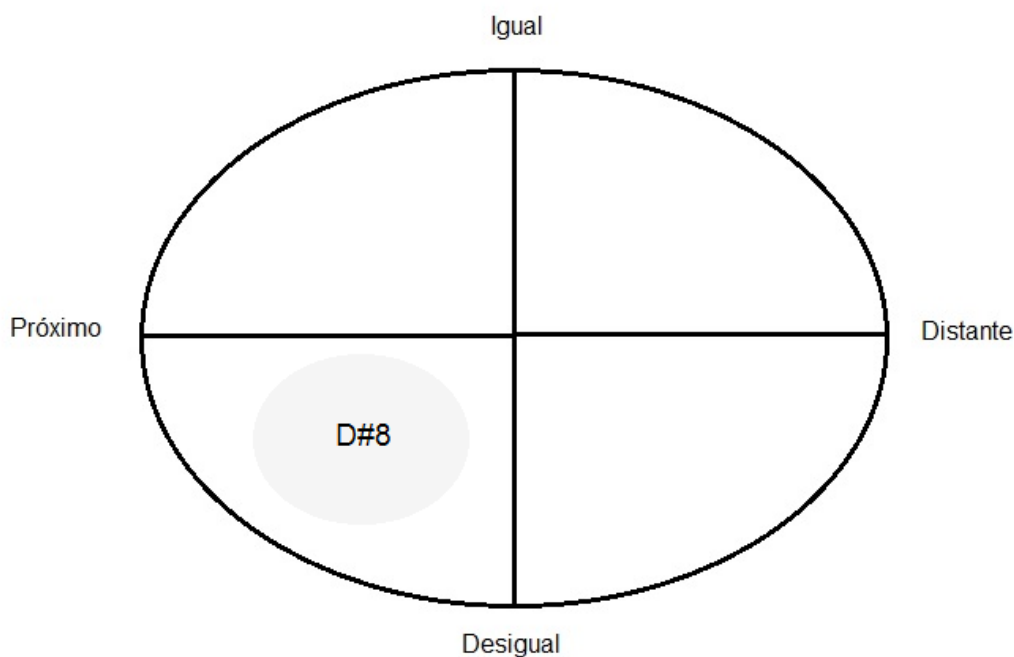
Como evidenciam os dados apresentados aqui, em D#8, o Presidente dirige-se especificamente aos Ministros do governo que ele está assumindo, ainda na condição de "Presidente em exercício". O Presidente Sarney fala aos seus encarregados imediatos (Ministros recém empossados), trata-se, portanto, de uma relação cujo eixo de "*status*" está mais próximo do pólo desigual. O presidente determina, declara, comanda, enquanto a [imagem construída pelo discurso da] audiência putativa acata as determinações e exerce os comandos.

Diante dessa mesma estrutura interpessoal, a distância social entre enunciador e audiência é menor. Concorre para essa interpretação a recorrência de construções em terceira pessoa do plural³⁵ e o fato de os ministros serem nomeados diretamente pelo Presidente da República. Dessa forma, o eixo de "solidariedade" pende para o mais próximo.

³⁵ O mapeamento da recorrência de pronomes no *corpus* encontra-se na seção Anexo.

A figura 14 representa a configuração contextual da variável relações e situa D#8 nos eixos de "status" e de "solidariedade".

Figura 14 – Dimensões da variável relações em D#8



Fonte: Autora.

A Figura 14 está constituída de dois eixos que se cruzam – o do *status* e o da solidariedade. O eixo do *status* realiza-se em um *continuum* vertical que se desenvolve do “igual” para o “desigual”. Já o eixo da solidariedade, em um *continuum* horizontal, parte do “próximo” e chega ao “distante”. Criam-se, então, quatro quadrantes, que assim podem ser interpretados:

- quadrante superior esquerdo: *status* igual e solidariedade próxima;
- quadrante superior direito: *status* igual e solidariedade distante;
- quadrante inferior esquerdo: *status* desigual e solidariedade próxima;
- quadrante inferior direito: *status* desigual e solidariedade distante.

A configuração discursiva em D#8 constrói para o Presidente Sarney uma imagem de competência, de *status* desigual que o autoriza a exercer a função que lhe foi atribuída, e solidariedade próxima, conforme a análise realizada. Além disso, também institui-lhe a imagem de "chefe", o qual guiará o governo conforme as Leis e a Constituição.

Quanto aos valores em D#8, o presidente apela para a força das crenças compartilhadas, uma vez que busca deixar claro que o novo governo representa o retorno à ordem democrática - situação almejada pela maioria da população brasileira. O peso das circunstâncias - os fatores que o levaram a assumir a presidência - e a autoridade de si - que o faz merecedor de tal atribuição - são também valores acionados pelo discurso.

6.2.2 Discurso de posse do presidente Fernando Collor de Melo (1990)

O discurso de posse do presidente Collor apresenta 6.064 e marca o retorno absoluto ao regime democrático no Brasil. Enquanto Sarney havia sido eleito por voto indireto à exercer o que ficou conhecido como "período de transição" à democracia, Collor foi escolhido pelo voto popular a presidir o país. Esse fator atribui à significação de D#7 o "tom" de inauguração de uma "nova ordem" política.

Quanto às análises, os procedimentos adotados foram os mesmos descritos no Capítulo 1 - Metodologia e detalhados na análise anterior a esta (D#8). Inicialmente, realizamos a investigação do Sistema de Avaliatividade, que pode ser evidenciada no Quadro 17.

No subsistema de Atitude, as categorias mais expressivas foram apreciação (com 141 ocorrências) e julgamento (com 58). Tais dados evidenciam que, em D#7, o presidente prioriza mais as avaliações sobre o governo, o mercado, os acontecimentos, a economia, os problemas do país.

Dentre as avaliações de apreciação, destacam-se as de valoração (131 do total), que atribuem valores centrados na opinião do falante/autor. No exemplo 103, é possível observar a palavra "permanentes" valorando os "anseios de justiça" a partir do ponto de vista do presidente.

103	Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.	D#7
-----	--	-----

Quanto às avaliações de julgamento, que incidem sobre o comportamento humano, na figura da sociedade ou do próprio presidente, as categorias capacidade (28 ocorrências) e tenacidade (26 ocorrências) apresentam-se equilibradamente. Os exemplos 104 e 105 demonstram, respectivamente, significados de capacidade e de tenacidade.

104	Meu respeito , e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.	D#7
105	As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro [...] corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.	D#7

Quadro 17 – Sistema de Avaliação em D#7

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Paz (13) Segurança	Respeito (9) Capacidade	Econômica*[o,os,a,as] (28) Valoração	é (58)	Não (61) Negação	Contra (8) distanciamento	Mais (29) intensidade	
Liberdade (9) Segurança	[solicitando] Apoio (7) Capacidade	Histórico* (8) Valoração		Mas (26) Contraexpectativa		Também (13) intensidade	
[tenho] certeza (4) + certeza (2) Segurança	Esforço (7) Tenacidade	Novas (8) Valoração		Sem (20) Negação		Toda* (13) intensidade	
Confiança (4) Segurança	Vontade (6) Tenacidade	Público (6) Valoração		nem (6) Negação		Melhor (10) intensidade	
	Luta (5) Tenacidade	Permanente (6) Valoração		Tenho (4) Pronunciamento		Não só (7) intensidade	
	Potencial (5) Capacidade	Problema (6) Reação				Ainda (7) intensidade	
	Combate (4) Tenacidade	Coletivo (5) Valoração				Grandes (7) Intensidade	
	Compromisso (4) Tenacidade	Socia* (20) Valoração				Maior (7) Intensidade	
	Desafio (4) Capacidade	Dimensão (4) Composição				Todos (7) quantidade	
	Direito (4) Propriedade	Política (4) Valoração				Sempre (6) intensidade	
	Presidente (3) Capacidade	Nacional (9) Valoração				Só (5) intensidade	
		Internacional* (17) Valoração				Cada (5) quantidade	
		Externa (9) Valoração				Muito (5) intensidade	
		Ecológico (6) Valoração				Tudo (5) intensidade	
		Financeira (5) Valoração				Coletivo (5) intensidade	

Fonte: Autora.

Quanto ao Engajamento, prevalece a contração dialógica, que apresenta um total de 117 ocorrências. A categoria mais expressiva é a negação (87 ocorrências), que dá ao texto um tom relativamente fechado, que pode ser entendido como a necessidade de marcar, através do discurso, a ruptura com o passado. Essa interpretação pode ser corroborada também pelos dados de construções monoglóssicas em D#7 (o uso do processo relacional "é" totalizando 58 ocorrências) que não abrem espaço para outras vozes. Os exemplos 106 e 107 representam a negação e a monoglossia, respectivamente, em D#7.

106	Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções.	D#7
-----	--	-----

107	A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial.	D#7
-----	---	-----

No que concerne aos significados de gradação, dentre a parcela de itens lexicais observados em D#7, obtivemos apenas ocorrências de força. É possível observar, no quadro 23, que a categoria mais evidente foi a de intensidade, com 126 ocorrências de um total de 141. No exemplo 108 podemos observar o item "mais" funcionando como intensificador de uma avaliação de apreciação.

108	Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta.	D#7
-----	---	-----

É preciso considerar a expressividade do uso de gradação força intensificação relacionada às avaliações predominantemente de valor apreciativo, ao número de construções monoglóssicas e à significativa quantidade de negações, em D#7. Justapostos, esses dados deixam evidente a imagem de um presidente que avalia o cenário a partir de seu ponto de vista, que tem certeza sobre suas asserções e que não está disposto a "negociar" com sua audiência.

O levantamento do sistema de Negociação, em D#7, corrobora nosso entendimento de que o Presidente Collor não está disposto ao "diálogo" (apesar de essa ser uma das palavras mais recorrentes no texto - aparece 13 vezes). Todos os processos evidenciados dentro do ponto de corte da lista de palavras - os 10% mais

recorrentes no texto - foram catalogados quanto ao modo (declarativo, interrogativo e imperativo) e quanto à função de fala que exerciam³⁶.

No total, foram analisadas 124 ocorrências de processos, sendo todos pertencentes ao modo declarativo. Quanto à função de fala, praticamente todas as ocorrências são congruentes e expressam declarações, como no exemplo 109. Apenas uma ocorrência de modo declarativo exerce a função de comando, tal como mostra o exemplo 110.

109	[a concessão de benefícios, a definição de privilégios] são incompatíveis com a receita do Estado.	D#7
-----	---	-----

110	[Não viver da política, mas viver para a política] É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política [...].	D#7
-----	---	-----

No que diz respeito ao sistema de Envolvimento, a categoria que se destaca dentre as demais é o léxico técnico, com 259 ocorrências, como pode ser observado no Quadro 18.

A categoria de léxico técnico engloba desde a itens de fácil compreensão para o público geral (como as palavras "povo", "nação") até itens com significação menos acessível (como "estabilização", "mercado"), desde que sejam pertencentes ao contexto político. O exemplo 111 mostra os itens lexicais "democracia", "cidadania", "inflação" e "modernização".

111	[o grandes temas de meu programa] São eles: democracia e cidadania ; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente,, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.	D#7
-----	--	-----

³⁶ Optamos por não apresentar aqui, e nas próximas análises, o quadro com as ocorrências de Negociação, tendo em vista que a extensão dos dados consumiria inúmeras páginas seguintes. No entanto, esses dados quantitativos podem ser consultados no Anexo B.

Quadro 18 – Sistema de Envolvimento em D#7

(continua)

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Brasil (51)	Governo (25)	Senhor* (21)	Excelentíssimo* (9)		
Estado (25) + Estado (5)	Desenvolvimento (20)				
República (6)	Nações (8) + Nação (6)				
História (5)	Povo (8) + povos (5)				
Congresso (5)	Política (12)				
Congresso Nacional (4)	Inflação (12)				
América (4)	Democracia (12)				
Europa (4)	Justiça (12)				
Câmara dos Deputados (2)	Mundo (12)				
	País (12)				
	Economia (10)				
	Modernização (9)				
	Países (9)				
	Mercado (7)				
	Plano (7)				
	Crescimento (6)				
	Direito (6)				
	Presidência (6)				
	Presidente (6)				
	Projeto (6)				
	Abertura (5)				
	Propostas (5)				
	Sociedade (5)				
	Base (4)				
	Campanha (4)				
	Cenário (4)				

Quadro 18 – Sistema de Envolvimento em D#7

(conclusão)

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
	Congressistas (4)				
	Educação (4)				
	Elites (4)				
	Estabilização (4)				

Fonte: Autora.

Outra categoria também recorrente em D#7 são os nomes próprios (111 ocorrências), com destaque para o item "Brasil" (como demonstra o exemplo 112), que ocorre 51 vezes. Ao lado desse, os demais itens dizem respeito às instituições democráticas (como "Estado", "República", "Congresso") e a outros continentes ("América" e "Europa").

112	Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais.	D#7
-----	--	-----

A categoria de vocativos está materializada pelo item "Senhor" e suas variações "senhores", "senhoras" (com 21 ocorrências). Esses vocativos são direcionados para "Congressistas", "Deputados", "Senadores", "membros do Congresso", entre outros, e, ao mesmo tempo em que inserem o interlocutor no texto, graduam para mais a incisividade do discurso. O exemplo 113 evidencia nossa argumentação.

113	Senhores Congressistas, Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão.	D#7
-----	--	-----

Os vocativos realizam léxico-gramaticalmente as saudações iniciais em D#7 e deixam explícito a quem o discurso é dirigido. Conforme o exemplo 114, a plateia na cerimônia de posse, onde esse discurso fora proferido, era composta, como é de costume, por diversas autoridades públicas.

114	Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades, da República, Senhoras e Senhores,	D#7
-----	---	-----

Além das autoridades, os demais presentes e, consideramos, os possíveis leitores extra-contextuais do discurso, estão representados pelo vocativo "Senhoras e Senhores". Essa qualidade heterogênea dos interlocutores em D#7 o faz diferenciar de D#8 no que se refere à variável relações do contexto de situação.

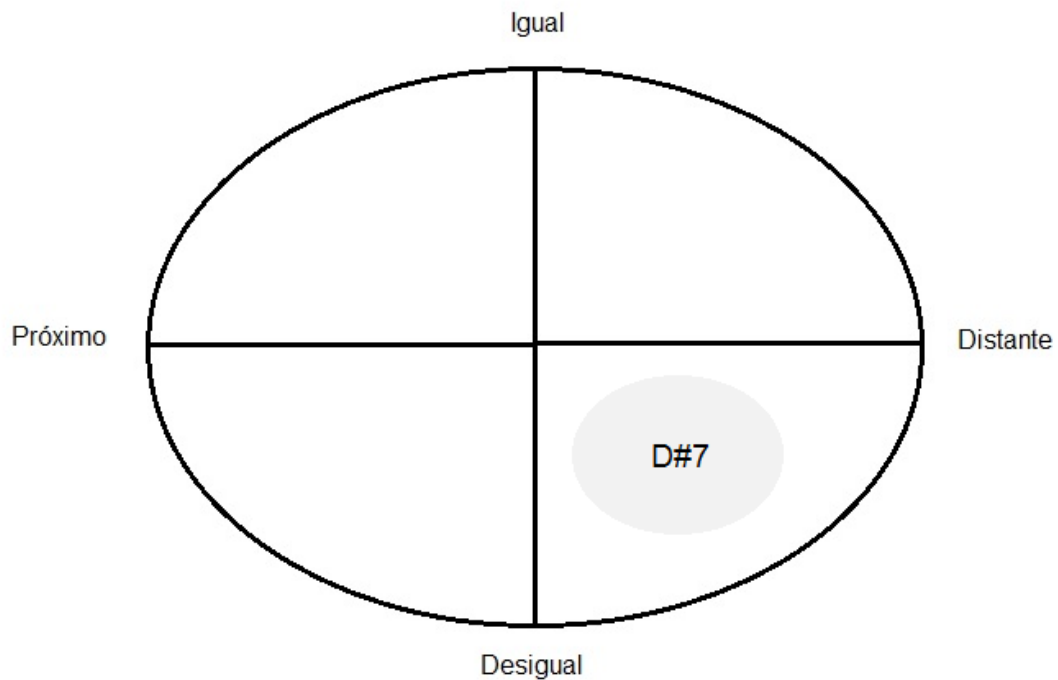
Com base nos dados apresentados, a imagem construída, pelo discurso, do presidente Collor o coloca em uma posição de superioridade frente aos interlocutores. O presidente faz declarações, asserções, avaliações sobre a política, o país, a economia, a História, a partir de seu ponto de vista. Isso fica evidente pela recorrência de pronomes em primeira pessoa do singular - que colocam o locutor em uma posição de superioridade sobre os interlocutores - por meio das construções monoglossicas e da contração dialógica.

Além disso, Collor faz também uso expressivo de itens lexicais de domínio técnico, o que restringe a participação discursiva da audiência aos membros familiarizados com o campo político. Esses fatores pendem o eixo do *status* para o pólo desigual, uma vez que constroem uma imagem de audiência passiva.

Se considerarmos que o presidente Collor dá preferência ao léxico técnico e que grande parte dos vocativos são direcionados aos membros do governo, podemos argumentar que ele fala a seus colegas políticos, mas deixa evidente suas posições hierárquicas. Relacionada a essa interpretação está a expressiva ocorrência de pronomes³⁷ em primeira pessoa ("meu", "meus", "minha", "minhas" totalizando 49 ocorrências) que colocam o locutor em posição hierarquicamente acima dos ouvintes. Dessa forma, mesmo a distância social entre presidente e [parcela da] audiência sendo relativamente pequena, a maneira como o discurso é construído os coloca mais distantes no eixo da solidariedade. Podemos visualizar a configuração da variável contextual relações na Figura 15.

³⁷ O quadro com o mapeamento dos pronomes mais recorrentes em cada discurso de posse encontra-se no Anexo.

Figura 15 – Dimensões da variável relações em D#7



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 15, o discurso do Presidente Collor situa-se no quadrante inferior direito, deixando evidente a desigualdade de *status* e a distância solidária entre os participantes.

A construção discursiva em D#7 sustenta o imaginário da Modernidade. Ao considerarmos o contexto histórico da posse, compreendemos que a eleição de Collor representava a renovação democrática. Nesse sentido, o presidente constrói para a si a imagem do novo, da mudança, daquele que "tem no sangue" o fazer político e que assim o fará, com "apoio", "respeito", "esforço", "vontade".

Esse é também o argumento de força das crenças compartilhadas - a audiência [os brasileiros] anseiam pelo novo - e é isso que o presidente lhes oferece. Além desse, são também compartilhados os valores de: 1) autoridade de si - o discurso é centrado na pessoa do presidente, por ter sido eleito e por descender de uma família de políticos, ele tem condições para governar -; 2) da desqualificação - das ações políticas do passado -; e da vontade de agir - recorrência de julgamentos de capacidade e tenacidade.

6.2.3 Discurso de posse do presidente Itamar Franco (1992)

O ano de 1992 foi assolado, na área política, por escândalos de corrupção envolvendo o Governo Federal. Conforme relatamos no capítulo 2, em função da renúncia de Collor, Itamar Franco precisou assumir o cargo de presidente da República.

À época, a crise econômica e o cerceamento da corrupção eram as maiores preocupações do novo governo. Esse fator fica evidente nos resultados das análises que realizamos, como é possível observar pelas escolhas lexicais e semânticas que realizam os significados avaliativos (Quadro 19).

A análise do sistema de Avaliação mostra que a categoria atitudinal mais pronunciada é a de apreciação/valorização, com um total de 28 ocorrências. O item "polític(a,o,as)", que aparece oito vezes, funciona como avaliador dos nomes "urnas", "sociedade" (duas vezes), "poder", "integração", "consequências", "elites" e "crises", tal como evidenciamos no exemplo 115.

115	Pode orgulhar-se a Nação capaz de dominar as suas mais graves crises políticas na ordem da Lei.	D#6
-----	--	-----

Os dados da categoria de julgamento por tenacidade são também destacáveis, pois denunciam a preocupação do presidente em mostrar-se determinado a resolver os problemas que emergiram. Assim, o nome "trabalho" e o processo "trabalharei" (exemplo 116), somados, ocorrem seis vezes. Associado a esses, temos o item "compromisso(s)", que, das quatro vezes em que ocorre, refere-se ao governo - ou a "nós" - em três (exemplo 117).

116	Nos dois anos em que estarei incumbido de chefiar o Poder Executivo, trabalharei dentro destes postulados constitucionais.	D#6
-----	---	-----

117	Ao mesmo tempo em que avançamos na integração do Cone Sul, mantemos os nossos compromissos com o Pacto Amazônico.	D#6
-----	--	-----

Quadro 19 – Sistema de Avaliatividade em D#6

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Esperança (4) segurança	Compromiss* (4) tenacidade	Polític* (8) valoração	É (26)	Não (27) Negação	Me (5) reconhecimento	Mais (13) intensidade	Quase (5) precisão
Paz (4) segurança	[o] trabalho (5) Tenacidade	Brasileir* (5) valoração	Há (4)	Mas (11) contraexpectativa	Pode (5) entretenimento	Todos (7)+todas (2) quantidade	Particular (3) precisão
	Trabalharei (1) Tenacidade/capac.	Econômicas (4) valoração		Sem (10) Negação	Mesmo (4) reconhecimento	Também (6) intensidade	
	Cumprimento (4) tenacidade	Mundial (4) Valoração		Estamos (6) pronunciamento		Grande (5) intensidade	
		Nacional (4) valoração				Só (5)	
		Social (4) valoração				Apenas (4) intensidade	
						Dois (4) quantidade	
						Todo (4) + toda (2) intensidade	

Fonte: Autora.

Quanto ao sistema de engajamento, destaca-se a recorrência da contração dialógica por negação. O Adjunto de negação "não" é o mais expressivo, ocorrendo 27 vezes. Soma-se a esse dado o item "sem" (10 ocorrências), indicando também uma postura de rejeição ao passado, restringindo a contestação do interlocutor, como podemos observar no exemplo 118.

118	Não queiramos ocultar, com as ilusões enganosas, o medo que nos domina.	D#6
-----	--	-----

As asserções monoglóssicas também configuram uma estrutura expressiva em D#6. Por meio de processos como "é" (26 ocorrências) e "há" (4), o presidente fecha seu discurso, não dando chance para contestação por parte do interlocutor. Podemos visualizar, no exemplo 119, o processo relacional "é" avaliando assertivamente o item "povo".

119	Sábio é o povo que, na conquista e preservação de sua própria liberdade, expressa veemência no clamor das ruas e na serenidade de seus atos.	D#6
-----	---	-----

Quanto ao sistema de gradação, a categoria que se sobressai é a de força intensidade, com 39 ocorrências no total. A maioria desses itens realizam-se por meio de isolamento (pelos Adjuntos "mais", "também", "apenas", "todo" e "toda"), como no exemplo 120.

120	Inclino-me, também, e com o mais profundo respeito, diante do Poder Judiciário.	D#6
-----	--	-----

Os recursos de Avaliação em D#6 indicam o esforço do presidente em demonstrar-se determinado a trabalhar, com compromisso, para vencer os obstáculos políticos a sua frente. Essa postura pode ser evidenciada pelos significados de julgamento de tenacidade, pelas apreciações de valoração sobre as "crises", a "sociedade" e pelos recursos de força intensificação.

O posicionamento dialógico do presidente restringe o espaço de contestação por parte do interlocutor. As construções monoglóssicas, associadas à contração dialógica, acrescentam ao texto um teor de "objetividade" ao negar o que está errado e ser assertivo sobre o que é certo.

Nesse sentido, a configuração do Sistema de Negação em D#6 constrói-se, predominantemente, por estruturas do modo declarativo que realizam funções de fala declarativas. Foram computadas, no total, 63 ocorrências de modo declarativo realizadas pelos processos "é" (27 vezes); "estamos" (7); "há" (7); "será" (6); "são" (5), entre outros.

Dessas ocorrências, apenas cinco têm função de comando, como no exemplo 121. As demais realizam função de declaração (exemplo 122).

121	Mas é também preciso reconhecer que eles [focos de banditismo] não surgem do acaso [...].	D#6
-----	--	-----

122	O que lhe cabe [ao Brasil], agora, é crescer na prosperidade comum.	D#6
-----	--	-----

A configuração do Sistema de Envolvimento em D#6 pode ser observada no Quadro 20.

Dentre os elementos do Sistema de Envolvimento analisados, destacam-se o léxico técnico (85 ocorrências) e os nomes próprios (46). Os exemplos 123 e 124 mostram, respectivamente, a palavra mais recorrente em cada categoria.

123	Os povos só progrediram participando do mercado mundial que houve em cada tempo.	D#6
-----	---	-----

124	Ao mesmo tempo, está certo de que a recuperação da confiança da sociedade no Governo possibilitará as condições indispensáveis à retomada do desenvolvimento.	D#6
-----	--	-----

Como já argumentamos anteriormente, a recorrência de itens lexicais específicos da área política indica o direcionamento do discurso. Em outras palavras, em D#6, a audiência putativa corresponde a outros políticos. Esse fato pode ser sustentado pela significação dos elementos "povo(s)", "nação", "polític(a, as, o)", "sociedade" e "desenvolvimento", que também correspondem aos interesses do governo Itamar Franco, conforme mostrou a análise do Sistema de Avaliação.

Quadro 20 – Sistema de Envolvimento em D#6

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Governo (16)	Povo(s) (12)	Senhor* (9)		Moços/moças (8)	
Brasil (9)	Nação (7)	Moços/moças (8)			
Estado* (9)	Polític* (6)				
Constituição (3)	Sociedade (6)				
Poder Executivo (2)	Desenvolvimento (6)				
Congresso (2)	Integração (6)				
Governo Federal (2)	Processo (6)				
Estado Nacional (1)	Ajuste (4)				
Poder Judiciário (1)	Atividades (4)				
Congresso Nacional (1)	Medidas (4)				

Fonte: Autora.

Quanto aos nomes próprios (46 ocorrências no total), podemos constatar que, à exceção de "Brasil", os demais itens dizem respeito a instituições, órgãos e poderes públicos do país. Confrontados aos itens lexicais específicos da política, fica evidente a imagem do interlocutor construído em D#6: participantes do contexto político e que estão familiarizados com os desafios e problemas a serem enfrentados pelo novo governo.

Por outro lado, os vocativos - "senhor(as, es)", "moç(as, os)" - atribuem relativo grau de informalidade ao discurso e funcionam tanto como recurso interpelativo argumentativo quanto como uma tentativa de aproximação do locutor com sua audiência. No exemplo 125, é possível visualizarmos essa dinâmica em uma construção vocativa que se repete ao longo do discurso por quatro vezes.

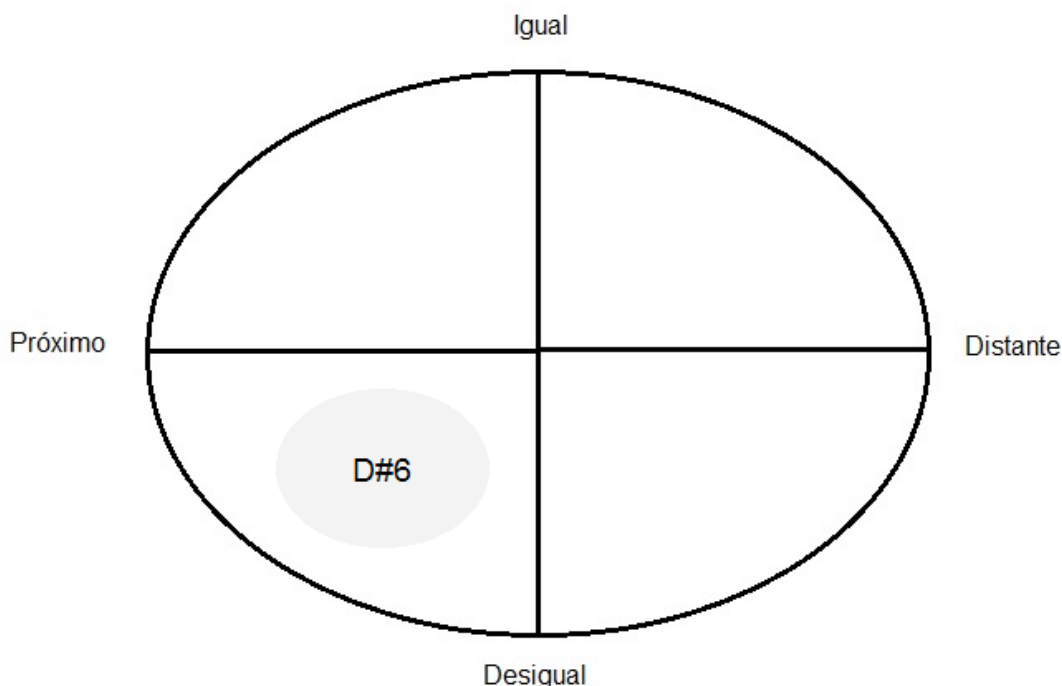
125	Senhoras e Senhores, Moços e Moças, Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros [...].	D#6
-----	---	-----

Ao analisarmos as dimensões da variável relações, constatamos que o eixo do *status* aponta para uma relação desigual entre presidente e audiência. Seu discurso é objetivo e assertivo: há muitas construções declarativas e recursos de negação que contraem o discurso; os elementos como "sociedade", "povo" e "crises" são avaliados por meio de apreciação valoração. Destacam-se também os valores sociais de comprometimento e trabalho e a intensificação das avaliações por meio de força isolamento.

No que concerne ao eixo da solidariedade, apesar de o discurso apresentar um tom assertivo, recursos como o léxico característico do contexto político e a referência às instituições do Poder Público, do Governo, bem como a recorrência de pronomes em primeira pessoa do plural ("nós") encurtam a distância entre os interlocutores. Soma-se a essa interpretação a recorrência de vocativos de menor formalidade, por meio dos quais o presidente se dirige à audiência.

Com base no exposto, podemos visualizar as dimensões da variável contextual relações na Figura 16.

Figura 16 – Dimensões da variável relações em D#6



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 16, o discurso do Presidente Itamar Franco situa-se no quadrante inferior esquerdo, deixando evidente a desigualdade de *status* e a proximidade solidária entre os participantes.

Articulado como está, D#6 constrói o a imagem da virtude e da seriedade. O presidente dirige-se à audiência com objetividade, realizando asserções, comandos, reforçando seu compromisso e sua determinação para o trabalho.

Seu discurso baseia-se na crença compartilhada de que os problemas são emergentes e de que o trabalho e o comprometimento são a solução. Nesse sentido, o presidente demonstra vontade de agir, atribuindo a si a imagem do "chefe" que agrega esforços e que espera o engajamento de sua "equipe".

6.2.4 Discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995)

O momento, dadas as turbulências políticas do mandato Collor, que buscaram ser contornadas durante o mandato Itamar Franco, era propício ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Prometendo, entre outras medidas, dar continuidade ao Plano Real, como discutimos no Capítulo 2, FHC profere seu discurso de posse.

Com base na análise do Sistema de Avaliação, constatamos que em D#5 há, dentre as palavras mais recorrentes, um equilíbrio de avaliações de julgamento e apreciação. O Quadro 21 apresenta os dados de Avaliatividade identificados.

Quadro 21 – Sistema de Avaliatividade em D#5

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Liberdade (7) Segurança	[o] apoio (7) capacidade	Social (8) Valoração	é (25)	Não (29) Negação	Me (6) reconhecimento	Mais (23) intensidade	
Esperança (6) Segurança	Direito* (7) propriedade	Internacional (6) Valoração	São (10)	Mas (20) contraexpectativa		Todos (13)+todas (2) quantidade	
	Justiça (5) propriedade	Externa (4) Valoração	Tem/têm (9)	Eu (13) pronunciamento		Maioria (9) quantidade	
		Nacional (3) Valoração		Sem (10) Negação***		Grande (8) intensidade	
				Vamos (8) pronunciamento		Também (8) intensidade	
				Nem (6) Negação		Mesmo (7) intensidade	
						Muito (7) intensidade	
						Só (6) intensidade	
						Melhor (5) intensidade	
						Cada (4) quantidade	

Fonte: Autora.

Há 21 ocorrências de apreciação valorização no total. O item mais recorrente, "social", recai sobre os elementos "melhoria", "justiça", "atraso", "condição", "desenvolvimento", "meio", "área" e "revolução", indicando que as desigualdades e as condições da sociedade são temas valorizados em D#5, como podemos visualizar no exemplo 126.

126	Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.	D#5
-----	--	-----

As ocorrências de julgamento privilegiam os significados de propriedade expresso pelos itens "direito(s)" e "justiça", conforme mostram os exemplo 127 e 128, respectivamente. Além desses, há destaque para o nome "apoio", que se refere a "todo" (2), "uns aos outros" (2), "da maioria", "da sociedade", "do Congresso", e que associa o significado de capacidade ao presidente e a seu governo, como vemos no exemplo 129.

127	Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais [...]	D#5
-----	---	-----

128	Falta a justiça social.	D#5
-----	--------------------------------	-----

129	O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: Solidariedade	D#5
-----	---	-----

No que diz respeito ao sistema de engajamento, a categoria mais expressiva, assim como tem sido constatado pelas análises apresentadas nos demais discursos, é a contração dialógica. Das 78 ocorrências, 45 são de negação, realizadas pelos itens "não" (29), "sem" (10) e "nem" (6). Também relevantes são as realizações monoglóssicas, cuja quantificação apontou 44 ocorrências, sendo 25 expressas pelo processo "é". Os exemplos 130 e 131 destacam construções de negação e monoglossia respectivamente.

130	Devemos isso não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco [...]	D#5
-----	---	-----

131	Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem.	D#5
-----	--	-----

As avaliações e o posicionamento dialógico em D#5 são graduadas predominantemente por mecanismos de força. A intensificação - do tipo isolada - é a categoria mais recorrente, apresentando 56 itens frente a quantificação, que apresenta 28 elementos gradativos. O exemplo 132 demonstra o Adjunto "mais" funcionando como intensificador de qualificadores negativos para o período de transição à democracia.

132	Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países.	D#5
-----	--	-----

A análise do Sistema de Negociação em D#5 revelou 93 ocorrências de modo declarativo expressas por processos como "é", "são", "tem", "vem" e locuções verbais como "vamos fazer" e "deve ser". A função de fala mais recorrente é a declaração, com 84 realizações (exemplo 133). Houve ainda nove ocorrências de comando (exemplo 134).

133	[Meu mandato veio] dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência [...]	D#5
-----	---	-----

134	Vamos fazer da solidariedade o fermento, da nossa cidadania, em busca da igualdade.	D#5
-----	--	-----

A prevalência do modo declarativo exercendo a função de fala declaração, como argumentamos nas análises anteriores, demonstra que o presidente prioriza o tom assertivo no discurso. Ele aponta o que não está de acordo com a democracia, os erros do [dos mandatos] passado[s], mas também as soluções para que esses problemas sejam resolvidos.

O mapeamento do Sistema de Envolvimento em D#5, conforme exposto no Quadro 22, indica que a categoria de léxico técnico é a mais abundante.

Quadro 22 – Sistema de Envolvimento em D#5

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Brasil (21)	Desenvolvimento (10)	Senhor* (11)	Excelentíssim* (9)		
Governo (14)	País* (17)				
Congresso (5)	Presidente (9)				
Congresso Nacional (1)	Economia (8)				
Nação (5)	Povo (7)				
República (5)	Justiça (5)				
Forças Armadas (2)	Cidadania (5)				
Forças de Defesa (1)	Crescimento (5)				
	Inflação (5)				
	Mundo (5)				
	Democracia (4)				
	Mandato (4)				

Fonte: Autora.

Os itens lexicais do contexto político mais recorrentes são "país/países" (17 vezes) e "desenvolvimento" (10), conforme exemplos 134 e 135, respectivamente.

134	Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil.	D#5
-----	--	-----

135	Recuperamos a confiança no desenvolvimento .	D#5
-----	---	-----

Além desses itens lexicais, também ocorrem "presidente", "economia", "povo", "justiça", "cidadania", "crescimento", "inflação", "mundo", "democracia", "mandato". Essa expressividade de elementos técnicos atribui a D#5 uma restrição de participação dialógica, pois indica que o público pretendido / idealizado corresponde aos membros da política. Soma-se a esse fator, a alta presença de nomes próprios ligados a instituições políticas: "Governo"; "Congresso"; "Nação"; "República", "Forças Armadas/ de Defesa".

Quanto aos vocativos, identificamos o item "senhor(res, oras)", cujas realizações inserem-se todas na saudação inicial do discurso, como mostra o exemplo 136.

136	Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados; Altas Autoridades da República; Senhoras e Senhores;	D#5
-----	---	-----

A ausência de vocativos no restante do texto reforça nossa interpretação quanto ao tom assertivo unilateral que D#5 demonstra. Nesse sentido, a audiência putativa - que compreende [mais] figuras políticas e [menos] demais cidadãos - tem uma papel de espectadora passiva do discurso.

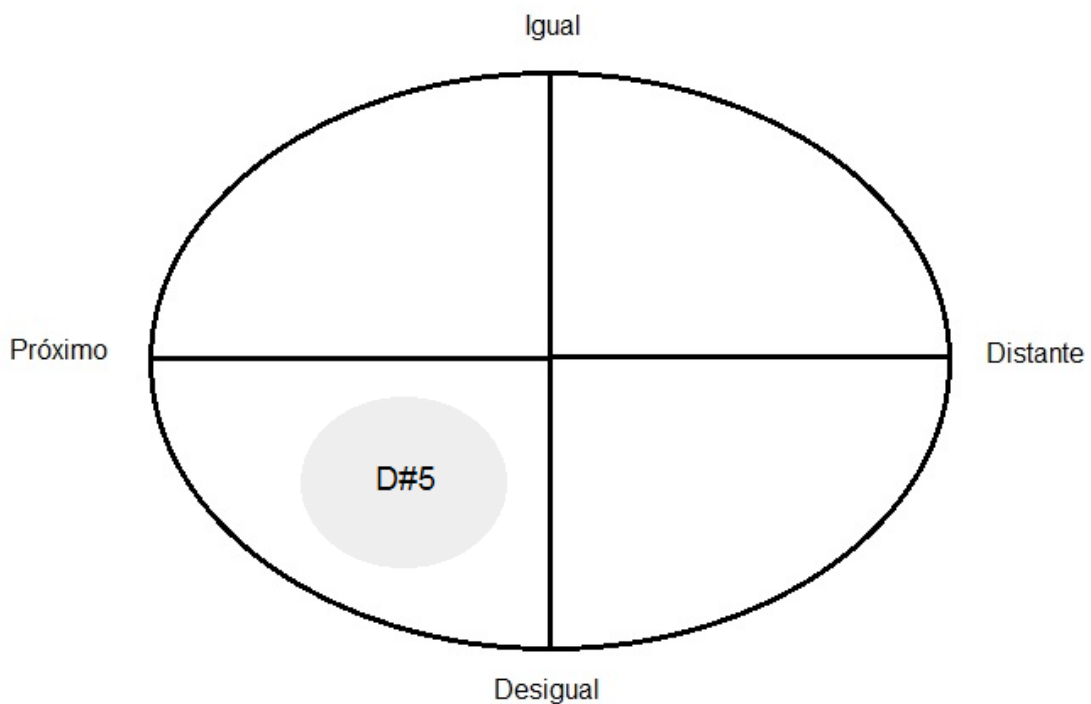
Partindo da interpretação dos dados que apresentamos, podemos considerar, quanto à configuração contextual das relações no discurso do presidente FHC, que

esse está situado no quadrante "desigual" no eixo do *status*. Destacam-se as construções monoglóssicas, a contração dialógica, a recorrência do modo declarativo realizando funções de fala congruentes.

No que se refere à solidariedade, argumentamos que a distância social entre os participantes dessa interação é relativamente baixa. Essa constatação sustenta-se pela escolha lexical do discurso - alto índice de palavras pertencentes ao contexto político, incluindo os nomes próprios destacados -, pela avaliação dos termos "apoio", "direito" e "justiça" (realizados pelas estratégias de julgamento capacidade e propriedade); e "comércio internacional", "cenário internacional", "melhoria social", "justiça social", entre outros (realizados pelas estratégias de apreciação valoração) e pela recorrência de pronomes pessoais em terceira pessoa do plural ("nós"). Dessa forma, o eixo da solidariedade pende para o lado da proximidade entre os participantes.

A Figura 17 traz a esquematização da dinâmica das relações interpessoais em D#5.

Figura 17 – Dimensões da variável relações em D#5



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 17, o discurso do Presidente FHC situa-se no quadrante inferior esquerdo, deixando evidente a desigualdade de *status* e a proximidade solidária entre os participantes.

O Presidente constrói para si a imagem de "chefe", que determina o que, e como, precisa ser feito, mas, ao mesmo tempo, tempo busca o "apoio" dos interlocutores. Agrega-se a ele também a imagem de "virtude" e de "humanidade", por privilegiar o direito, a justiça, a liberdade e a esperança.

São compartilhados entre presidente e audiência os valores de peso das circunstâncias: o momento é favorável para o Brasil, o Plano Real estabilizou a economia e FHC representa a continuidade dessa boa fase. Além disso, a imagem de "chefe" constrói entre os interlocutores o valor de "vontade de agir", tanto da parte do presidente quanto da de sua audiência.

6.2.5 Discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999)

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi inaugurado por um discurso de posse relativamente menor em extensão de palavras do que o anterior (D#4 - 2.753; D#5 - 3.269). O momento político já não era o mesmo que acomodou sua primeira candidatura. Fatores como a desvalorização do Real e a insegurança econômica fizeram com que o presidente, mesmo vencendo a eleição, percebesse a crescente força que a oposição vinha conquistando.

Nesse sentido, o Sistema de Avaliatividade em D#4 apresenta recursos de afeto do tipo segurança. Podemos visualizar os itens avaliativos, identificados dentro da parcela mais recorrente do discurso, no Quadro 23.

De acordo com os dados, diferentemente das análises realizadas nos discursos anteriores, em D#4 há mais recorrência de significados de afeto segurança (7) em comparação com os de julgamento capacidade (3). Mesmo assim, predominam ainda os significados de apreciação valoração, com 40 ocorrências. O exemplo 137 mostra o item "qualidade" funcionando como avaliador de "serviços".

137	O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população.	D#4
-----	--	-----

Quadro 23 – Sistema de Avaliatividade em D#4

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Confiança (4) segurança	Apoio (3) capacidade	Brasileir* (5) Valoração	É (30)	Não (21) Negação		Mais (38) intensidade	
Esperança (3) segurança		Fundamental (3) Valoração	Será (7)	Mas (11) contraexpectativa		Melhor* (12) intensidade	
		Naciona* (3) Valoração		Sem (3) Negação		Muito (8) intensidade	
		Públic* (11) Valoração		Nunca (3) Negação		Ainda (7) intensidade	
		Qualidade (4) Valoração		Sei (3) pronunciamento		Também (6) intensidade	
		Social (4) Valoração				Mesmo (5) intensidade	
		Novas (3) Valoração				Todos (5) + todas (1) quantidade	
		Internacion* (7) Valoração				Cada (4) quantidade	
						Maioria (4) quantidade	
						Sempre (4) intensidade	
						Tanto (4) intensidade	
						Tudo (4) intensidade	
						Milhares/ milhões (5) intensidade	

Fonte: Autora.

Quanto ao engajamento, há 37 construções monoglóssicas e 41 de contração dialógica. Não identificamos elementos que indicassem, dentre as palavras observadas, ocorrência de expansão. Os exemplos 138 e 139 respectivamente demonstram ocorrências monoglóssicas e de contração negação.

138	Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo [...].	D#4
-----	--	-----

139	O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.	D#4
-----	---	-----

O mecanismo de contração dialógica mais evidente é a negação (27 ocorrências). Além desse, há a contraexpectativa (11), exemplo 140, e o pronunciamento (3), exemplo 141.

140	Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre	D#4
-----	---	-----

141	Sei que temos divergências, em vários campos.	D#4
-----	--	-----

O discurso D#4 apresenta, ainda, predomínio de estratégias de gradação por força do tipo intensificação (93 ocorrências). À exceção das palavras "milhares/milhões", que realizam intensificação-fusão (exemplo 142), os demais itens lexicais compreendem mecanismos de intensificação-isolamento (exemplo 143).

142	Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite [...].	D#4
-----	---	-----

143	[O Brasil] Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito .	D#4
-----	--	-----

A análise do sistema de Avaliação indica que o presidente prioriza, mais uma vez, as avaliações de cunho apreciativo valorativo de nomes, como, por exemplo:

"povo", "economia" brasileira; "Nação", "opinião", "setor", "políticas", "déficit" público; "sistema financeiro", "crises", "sistema" internacional. Tais escolhas deixam evidente as temáticas em torno das quais o discurso gira. Acrescenta-se a esses dados o alto índice de gradação por força intensificação, que atribui intensidade às avaliações. Quanto ao posicionamento dialógico do discurso, as realizações de monoglossia e de contração, assim como nos discursos analisados anteriormente, trazem para o texto uma "restrição" de interação presidente-audiência.

Nesse sentido também, mantém-se o predomínio do modo declarativo em D#4, uma vez que a análise das orações com os processos mais recorrentes não identificou construções de modo interrogativo ou imperativo. Destacamos ainda que das 102 realizações mapeadas, 98 exercem a função de fala declaração (exemplo 144). Apenas quatro têm função de comando (exemplo 145).

144	O rumo está certo.	D#4
-----	---------------------------	-----

145	Nossos partidos [...] precisam modificar-se para ser, agora, instituições da sociedade.	D#4
-----	--	-----

A análise do Sistema de Envolvimento, como é possível observarmos no Quadro 24, apresenta maior concentração de itens lexicais da área política. Dentre as mais recorrentes estão "sociedade", "democracia", "economia", "políticas", "povo", "estabilidade"

No total, são 145 ocorrências de léxico específico do contexto político. Concorrendo com esses dados está a recorrência dos nomes próprios (36 ao todo) "Brasil", "Estado", "Congresso", "Congresso Nacional", "Governo" e "[Plano] Real". Essas escolhas corroboram nossa interpretação de que os interesses do presidente refletidos no discurso direcionam-se para os problemas da máquina governamental. Dessa forma, destacam-se as referências às instituições políticas do Estado, aos Plano Real, à democracia, à economia.

Concomitantemente, a presença de vocativos nomeia, no discurso, a audiência - Senhores membros do Congresso Nacional. Com base na análise exposta aqui, podemos argumentar que a audiência putativa em D#4 corresponde às autoridades políticas nomeadas.

Quadro 24 – Sistema de Envolvimento em D#4

(continua)

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Brasil (15)	Sociedade (11)	Senhores Congressistas (3)			
Estado (8)	Democracia (9)	Senhores membros do Congresso (2)			
Congresso (4)	Economia (8)	Senhores			
Congresso Nacional (3)	Políticas (6)				
Governo (3)	Povo (6)				
[o] Real (3)	Estabilidade (6)				
	Crescimento (5)				
	Política (5)				
	Saúde (5)				
	Serviços (5)				
	Contas (5)				
	Desigualdade (5)				
	Mundo (4)				
	Nacional (4)				
	Público (4)				
	Social (4)				
	Apoio (3)				
	Crise (3)				
	[a] Crítica (3)				
	Diálogo (3)				
	Direitos (3)				
	Educação (3)				
	Emprego* (5)				
	Medidas (3)				
	Mercado (3)				

Quadro 24 – Sistema de Envolvimento em D#4

(conclusão)

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal ³⁸	Linguagem informal	Expletivos
	Mudanças (3)				
	Opinião (3)				
	Partidos (3)				
	Presidente (3)				
	Pública* (6)				
	Renda (3)				
	Sistema (3)				
	Transformações (3)				
	Urnas (3)				

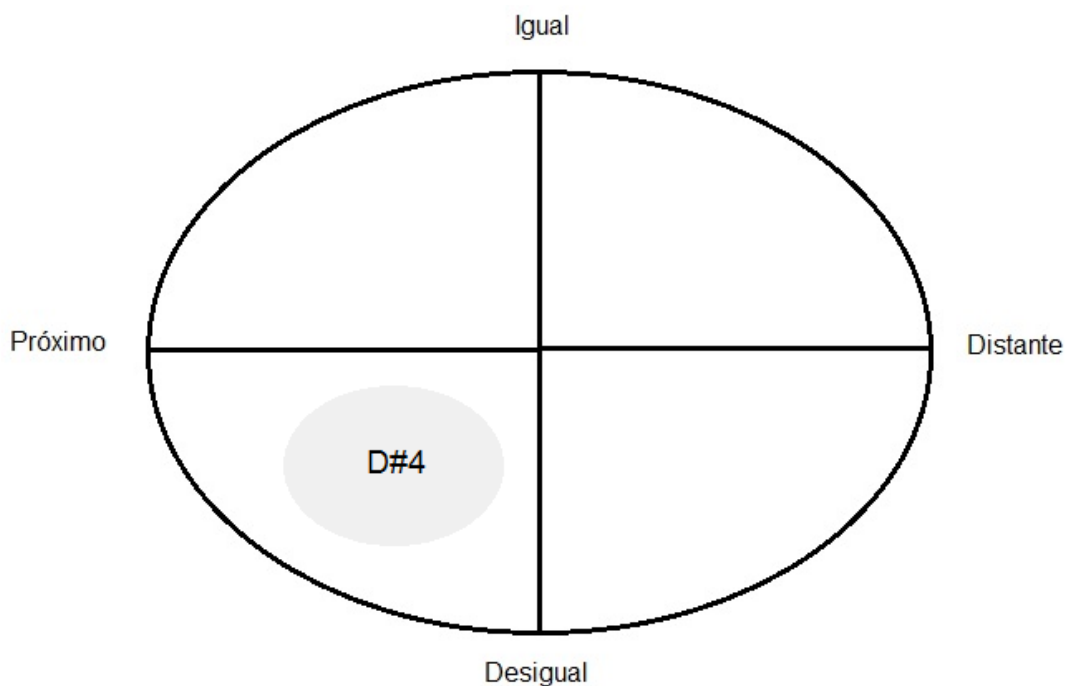
Fonte: Autora.

³⁸ Dentre a parcela de itens lexicais analisada (segundo recorte metodológico que considera apenas os 10% mais recorrentes no texto), não foram identificados elementos que realizam, nesse contexto, linguagem formal, informal e expletivos. Assim, neste e nos demais quadros representativos das categorias analíticas dos sistemas, as colunas em branco não indicam a inexistência dessa categoria no discurso analisado; elas demonstram a não recorrência de itens com essa classificação.

Assim, quanto ao grau de solidariedade entre os participantes, podemos considerar que, ao dirigir-se diretamente aos políticos presentes na cerimônia, usar mais pronomes em primeira pessoa do plural e, estando ambos compartilhando os mesmos significados, há uma proximidade social entre presidente e audiência. Por outro lado, ao considerarmos a construção avaliativa em D#4 (o tom assertivo do discurso, o expressivo uso de contração dialógica e de declarações), argumentamos que o grau de *status* entre os interactantes é desigual.

Transpondo nossa interpretação para a forma visual, podemos visualizar o exposto na Figura 18.

Figura 18 – Dimensões da variável relações em D#4



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 18, e semelhante ao que ocorre em D#5, D#4 situa-se no quadrante inferior esquerdo, deixando evidente a desigualdade de *status* e a proximidade solidária entre os participantes.

Assim como nos demais discursos analisado, em D#4 também é construída a imagem do "chefe", uma vez que o presidente assume sua posição de autoridade maior do Estado e fala diretamente com os membros do Congresso. Apesar do tom assertivo, FHC faz avaliações centradas no afeto e apela para a "confiança" e a

"esperança". Nesse sentido, ao considerarmos o contexto político da época em que o discurso fora proferido - o fato de a oposição ter ganhado força nas últimas eleições e as crises que assolavam o país -, o presidente também atribui a si a imagem do "homem conhecedor do problemas". Dessa forma, ele mostra que sabe já conhece o caminho a ser percorrido e pede a confiança da audiência.

O presidente sustenta em seu discurso a "vontade de agir" e "a autoridade de si". Além desses, é presente no discurso também a "crença compartilhada" de que FHC tem a condição necessária para reverter a(s) crise(s), já que fora capaz de contornar a problemática da inflação ao ser um dos responsáveis pelo Plano Real.

6.2.6 Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003)

A posse do presidente Lula foi considerada por muitos brasileiros como uma renovação da esperança sobre os novos rumos do Brasil. Conforme expusemos no Capítulo 2, as promessas de campanha direcionavam esforços em favor do combate às desigualdades sociais. Essa preocupação pode ser observada no discurso que analisamos.

D#3 apresenta 3.887 palavras diferentes, dessas, assim como nos discursos anteriores, analisamos a parcela que compõe os dez por cento mais recorrentes. Os itens lexicais selecionados foram mapeados, inicialmente, segundo as categorias do Sistema de Avaliatividade (Quadro 25).

A avaliação em D#3 concentra-se nas categorias de apreciação (81 ocorrências) e julgamento (19). Os valores de apreciação valoração recaem em itens como "justiça", "dimensão", "pacto", "desenvolvimento" (socia*); "projeto", "desenvolvimento" (nacional) e "sociedade", "povo" (brasileiro). Por meio da recorrências desses itens valorados, podemos constatar o mesmo interesse firmado na campanha de Lula: combater as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento do povo brasileiro, como é possível visualizar no exemplo 146.

146	Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais , contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social .	D#3
-----	--	-----

Quadro 25 – Sistema de Avaliatividade em D#3

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Amar (4) felicidade	[nossa]Capacidade(4) [do povo] (1) Capacidade	Socia* ³⁹ (19) Valoração	É (31)	Não (30) Negação	Contra (4) Distanciamento	Mais (21) intensidade	Própri* (8) precisão
	Luta (5) Tenacidade	Nacional (14) Valoração	Será (7)	Mas (13) contraexpectativa		Todos (14) + todas (4) quantidade	
	Força* (5) Capacidade	Brasileir* (14) Valoração	São (5)	Sem (10) negação		Mesmo* (16) intensidade	
	Novo (2) Normalidade	Econômico* (9) Valoração	Estão (4)	Vamos (10) pronunciamento		Cada (11) Quantidade	
	Justiça (2) Propriedade	Nov* (6) Valoração				Também (11) intensidade	
		Político* (4) Valoração				Grande (8) intensidade	
		Internaciona* (8) Valoração				Muito (8) intensidade	
		Pública (7) Valoração				Maior (7) intensidade	
						Até (5) intensidade	
						Milhões (4) intensidade	
						Sobretudo (5) intensidade	
						Além (4) intensidade	
						Tantas (4) quantidade	
						Todo/toda (7) intensidade	

Fonte: Autora.

³⁹ O asterisco representa as diversas forma em que a palavra aparece no texto com a mesma classificação. Nesse caso, "socia*" significa "social" e "sociais".

Os valores de julgamento realizam-se na forma de significados de capacidade (10), tenacidade (5), normalidade (2) e propriedade (2). Os elementos "capacidade", "luta" e "força" são os mais recorrentes e evidenciam o senso de determinação que o presidente ativa ao apresentar suas propostas, como no exemplo 147.

147	Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.	D#3
-----	---	-----

O sistema de Envolvimento apresenta um predomínio de recursos de contração dialógica (63 ocorrências), cuja categoria predominante é a negação (40). Nesse sentido, ao usar em seu discurso a negação (exemplo 148) e construir asserções monoglóssicas (exemplo 149), o presidente atribui a si a imagem de autoridade: fala em prol do combate às desigualdades, mas de uma posição dialógica que restringe a participação da audiência.

148	Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações.	D#3
-----	---	-----

149	É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas [...] trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional.	D#3
-----	---	-----

Somam-se a esses dados as ocorrências de gradação por força intensificação (96) e força quantificação (33). Podemos visualizar nos exemplo 150 e 151 a quantificação e intensificação respectivamente.

150	O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.	D#3
-----	---	-----

151	Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente Africano [...].	D#3
-----	--	-----

A partir dos processos listados entre as palavras mais recorrentes em D#3, realizamos a análise do Sistema de Negociação. Constatamos que as 123 ocorrências pertencem ao modo declarativo. Dessas, 12 realizam função de fala de comando (exemplo 152), enquanto o restante tem função de declaração (exemplo 153).

152	[Acabar com a fome] Essa é uma causa que pode e deve ser de todos [...]	D#3
-----	---	-----

153	Este é um país extraordinário.	D#3
-----	--------------------------------	-----

O alto índice de realizações congruentes de declarações, somado às construções monoglóssicas e à contração dialógica, demonstram que a postura do presidente privilegia o tom assertivo.

Quanto ao sistema de Envolvimento (Quadro 26), as categorias que se destacam são a de léxico técnico (202 ocorrências) e nomes próprios (49). Há também 11 ocorrências de vocativos, todos presentes na saudação inicial do discurso, e cinco de linguagem formal.

Como já argumentamos anteriormente, a recorrência de léxico relativo às práticas políticas indica que a audiência - pretendida - do discurso é também participante desse contexto. Tal fator é reforçado pelos vocativos direcionados às autoridades políticas presentes na cerimônia de posse, algumas, inclusive, nomeadas. Há também o uso de "senhoras e senhores", no final das saudações, que compreende os demais presentes. Vemos, no exemplo 154, os vocativos em D#3.

154	Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet; Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.	D#3
-----	---	-----

Quadro 26 – Sistema de Envolvimento em D#3

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Brasil (24)	Nacional (4)	Sr. (5)	Excelentíssimo (5)		
[Meu] Governo (5)	Desenvolvimento (13)	Senhor* (6)			
Governo Federal	Povo (14)				
Estado* (4)	Fome (13)				
Mercosul (4)	Nação (12)				
Congresso Nacional (2)	Brasileir* (26)				
[nosso] Governo (2)	Econômico (6)				
América do Sul (3)	Mudança (7)				
EUA (2)	Mundo (7)				
América (1)	Projeto (7)				
América Latina (1)	Segurança (7)				
	Política (6)				
	Presidente da República (2)				
	Reforma (6)				
	Crescimento (5)				
	Internaciona* (9)				
	Justiça (5)				
	Luta (5)				
	Países (5)				
	Sociedade (5)				
	Estado (2)				
	Pacto (4)				
	Pública (4)				
	Socia* (20)				
	Terras (4)				
	Trabalho (4)				

Fonte: Autora.

Além dos vocativos, os nomes próprios mais recorrentes no discurso compreendem o "Brasil", "América do Sul", "EUA", "Mercosul" e instituições políticas como "Congresso", "Governo", "Estado". Essas ocorrências estão correlacionadas com o teor lexical do texto: contexto e temas políticos.

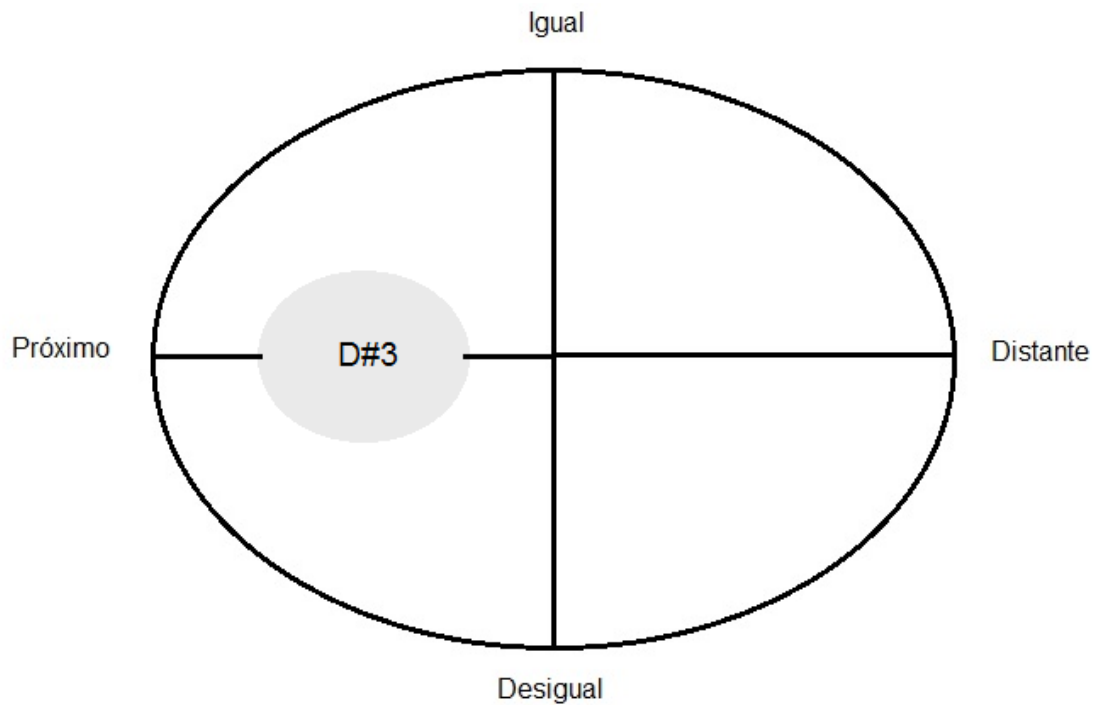
Podemos, nesse sentido delinear a audiência de D#3 como sendo, predominantemente, pertencente ao contexto político. O presidente dirige-se às autoridades presentes, seu discurso é assertivo, contraído dialogicamente e reforçado pelos recursos de força intensificação.

O foco temático do discurso, de acordo com o teor das avaliações, está nos problemas sociais do país. Sendo assim, ao falar assertivamente sobre esse tema às autoridades políticas ali presentes, o presidente constrói uma relação de quem cobra soluções e ações conjuntas (uso da terceira pessoa do plural na forma de pronomes e de verbos como "vamos", "podemos", "temos", "teremos", "podemos") para saná-las.

No que diz respeito às relações interpessoais, consideramos que, no eixo do *status*, a relação presidente-audiência é relativamente igual. Apesar do tom assertivo do discurso, na ocorrência significativa de comandos, além das declarações, direcionados às autoridades políticas, o presidente coloca-se como participante da "mudança". Ele não apenas profere determinações, mas sim indica o problemas, as soluções e insere-se nelas como agente.

Quanto à solidariedade, considerando a audiência putativa em D#3, compreendemos que há proximidade entre os interactantes. O presidente dirige-se a membros da política - que são, inclusive, nomeados na saudação - e com eles compartilha o léxico específico de seu contexto. Na Figura 19, podemos visualizar a dinâmica das relações no discurso de posse analisado.

Figura 19 – Dimensões da variável relações em D#3



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 19, o discurso do Presidente Lula situa-se entre os quadrantes inferior e superior esquerdos, indicando um equilíbrio de *status* (nem igual, nem desigual) e uma proximidade solidária entre os participantes.

A imagem construída pelo discurso representa um presidente "determinado" e "competente", com força e capacidade para "lutar" pelas minorias. Nesse sentido, podemos considerar que Lula elabora para si a imagem de chefe que valoriza sua "humanidade" e "caráter". Essas representações estão sustentadas no valor das crenças compartilhadas com a audiência. O presidente apela para: 1) a crença comum de que é preciso "mudar"; 2) a "vontade de agir", centrada na disposição que é característica do brasileiro; 3) a "autoridade de si, por ter origem humilde, ele sabe por que passa o povo.

6.2.7 Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007)

O segundo mandato do presidente Lula inicia-se com um discurso menor do que o anterior em extensão de palavras (2.244 no total). O momento político já não

era o mesmo que no primeiro governo. A economia não estava reagindo conforme o esperado e os escândalos de corrupção abalavam a imagem do partido.

Pela análise do discurso D#3 pudemos constatar que a linguagem fora construída de forma a diminuir a distância e estreitar as relações de *status* entre presidente e audiência. Em D#2, como pretendemos demonstrar, a interação entre as partes está ainda mais diminuta.

O mapeamento do Sistema de Avaliatividade (Quadro 27) revela que o significado avaliativo atitudinal mais recorrente é o julgamento. As avaliações de julgamento compreendem 23 ocorrências, sendo oito de capacidade, sete de tenacidade e quatro de propriedade e normalidade. Como visto, há um equilíbrio entre as duas primeiras categorias. Esse fator evidencia a preocupação com os comportamentos associados à prática política - trabalhar, ser presidente, ter direito a, ser companheiro, ser "um" homem. Os exemplo 155 e 156 mostram ocorrências de julgamento tenacidade e capacidade, respectivamente.

155	Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos, homens trabalhadores , saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família.	D#2
-----	---	-----

156	Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados	D#2
-----	--	-----

A categoria de apreciação, menos expressiva se comparada aos discursos analisados anteriormente, apresenta 19 ocorrências do tipo valorção. Os significados de apreciação recaem sobre o "povo brasileiro", o "Estado brasileiro", a "Sociedade brasileira"; a "escola de qualidade", a "educação de qualidade", "o "salto de qualidade". No exemplo 157 vemos ocorrência de apreciação valorção.

157	[...] só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.	D#2
-----	---	-----

Quadro 27 – Sistema de Avaliatividade em D#2

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Grato (5) felicidade	Trabalhadores (7) tenacidade	Brasileir* (16) valorização	É (15)	Não (23) negação		Mais (21) intensidade	
	[sou, sendo, ser] Presidente (4) capacidade	[de] qualidade (3) valorização		Mas (8) contraexpectativa		Cada (11) quantidade	
	[este, "o", um] homem (4) normalidade			Sou (7) pronunciamento		Muito (11) intensidade	
	Direito (4) propriedade			Estou (3) Pronunciamento		Todos (5)+ todas(2) quantidade	
	Companheir* (4) capacidade					Já (6) intensidade	
						Profunda* (6) intensidade	
						Também (6) intensidade	
						Mesmo (5) intensidade	
						Muitas (4) quantidade	

Fonte: Autora.

Quanto aos posicionamentos dialógicos, há prevalência de contração dialógica (41 no total), sendo a negação a categoria mais recorrente (23 ocorrências). As construções monoglóssicas (15 ao todo) expressam-se por meio do processo "é", conforme mostram os exemplos 158 e 159.

158	É com muita emoção que eu subo a este Parlatório [...].	D#2
-----	---	-----

159	Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira [...]	D#2
-----	--	-----

Quanto à gradação das avaliações, encontramos apenas mecanismos de força (77 no total). A categoria mais recorrente é a intensificação-isolamento (49 ocorrências). Já a categoria de quantificação apresenta 22 ocorrências. Nos exemplos 160 e 161, podemos visualizar, respectivamente, estratégias de intensificação e quantificação.

160	E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.	D#2
-----	---	-----

161	E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.	D#2
-----	---	-----

Com base nos dados obtidos pela análise do sistema de avaliação, é possível compreender que, em D#2, Lula prioriza valores comportamentais como trabalho, companheirismo, e o fato de ele (ter sido e continuar a) "ser" o presidente do país. Os valores de apreciação recaem sobre o povo, o Estado, a sociedade, a escola, a educação, evidenciando que os interesses do governo. As avaliações são intensificadas por advérbios como "mais" e "muito", mas também por repetições, como no exemplo 162.

162	Quero agradecer [...] Quero dizer [...] Quero agradecer [...] Quero olhar [...] Quero dizer [...]	D#2
-----	---	-----

A recorrência de contração dialógica e de construções monoglóssicas revela um posicionamento dialógico fechado, que restringe a participação efetiva da audiência. Mesmo assim, apesar do caráter assertivo do texto, o discurso apresenta uma nuance mais acolhedora, que será explicitada com as análises a seguir.

O Sistema de Negociação apresenta apenas ocorrências de modo declarativo, são 121 ao todo. Desse total, 11 realizam a função de fala comando. O restante (110) compreendem realizações congruentes, ou seja, funcionam como declarações. Nos exemplos 163 e 164 evidenciamos o Modo declarativo funcionando como comando e declaração respectivamente.

163	[...] é preciso que a família brasileira seja a base [...].	D#2
-----	---	-----

164	[...] já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram.	D#2
-----	---	-----

Podemos compreender que o que o presidente está trocando com a audiência são declarações e comandos. Nesse sentido, a postura esperada da audiência corresponde a aceitação - do que é declarado, afirmado ou negado - e a ação - conforme comandos proferidos.

Quanto à análise do Sistema de Envolvimento, destacado no Quadro 28, evidenciamos a presença de léxico técnico, que é característico da condição política do discurso de posse. Além dessa categoria, são também presentes os nomes próprios, os vocativos, a linguagem informal e os expletivos.

Assim como nos demais discursos de posse analisados, a categoria de léxico técnico é a categoria mais densa também em D#2. Conforme argumentamos anteriormente, essa característica deve-se ao direcionamento do discurso e à situação formal que estrutura o contexto de situação ao qual o texto pertence. Contudo, é relevante observarmos a recorrência de itens pertencentes à linguagem informal, diferentemente do discurso do primeiro mandato. Enquanto há 109 elementos lexicais do contexto político, há 47 palavras que estão relacionadas às interações informais: "gente", "vocês", "casa", "família", "coisa" e o verbo "tem", com sentido de haver.

Quadro 28 – Sistema de Envolvimento em D#2

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
José de Alencar (7)	País (25)	Companheir* (4)		Gente (15)	[obrigado, meu] Deus
[o] Palácio (6)	Povo (14)	Brasileir* (2)		Vocês(15)	
Brasil (5)	Crescimento (12)			Casa (7)	
Deus (4)	Brasileir* (15)			Família (5)	
Congresso Nacional (4)	Democracia (7)			Coisa (3)	
	Governo (6)			Tem [há] (2)	
	Presidente (7)				
	Política (6)				
	Naciona* (3)				
	Presidente da República (4)				
	Presidência da República				
	Sociedade (5)				
	Estado (4)				

Fonte: Autora.

No exemplo 165 vemos duas características - linguagem técnica e informal - funcionando juntas no texto.

165	[...]eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês , para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País	D#2
-----	--	-----

Cabe destacar ainda que, dentre os nomes próprios mais recorrentes, como "José Alencar", "Palácio [do Planalto]", "Brasil", está o nome "Deus" (quatro vezes). Essa ocorrência aparece também na forma de expletivo "Obrigado, meu Deus", cuja funcionalidade está atrelada à coloquialidade.

Quanto aos vocativos, o presidente dirige-se à audiência por meio das palavras "companheiros" e "brasileiros", conforme exemplo 166. Essas escolhas, somadas à linguagem informal, delineiam uma audiência putativa composta pelos cidadãos brasileiros, mais especificamente, pelos eleitores do presidente.

166	Por isso, meus companheiros e companheiras , eu vou parar por aqui [...]	D#2
-----	--	-----

Apesar de fazer uso de palavras pertencentes ao contexto político, o presidente não está "falando" com os membros governistas que o auxiliarão a gerir o país. Ele está falando com o "povo", com seus "companheiros". Construída dessa forma, a linguagem em D#2 revela que o grau de *status* entre presidente e audiência situa-se no quadrante da igualdade de posição. Argumentam em favor dessa interpretação a proporcionalidade de ocorrências dos pronomes indicativos das pessoas do discurso (primeira pessoa do singular (24 ocorrências); primeira pessoa do plural (26), segunda pessoa (23))

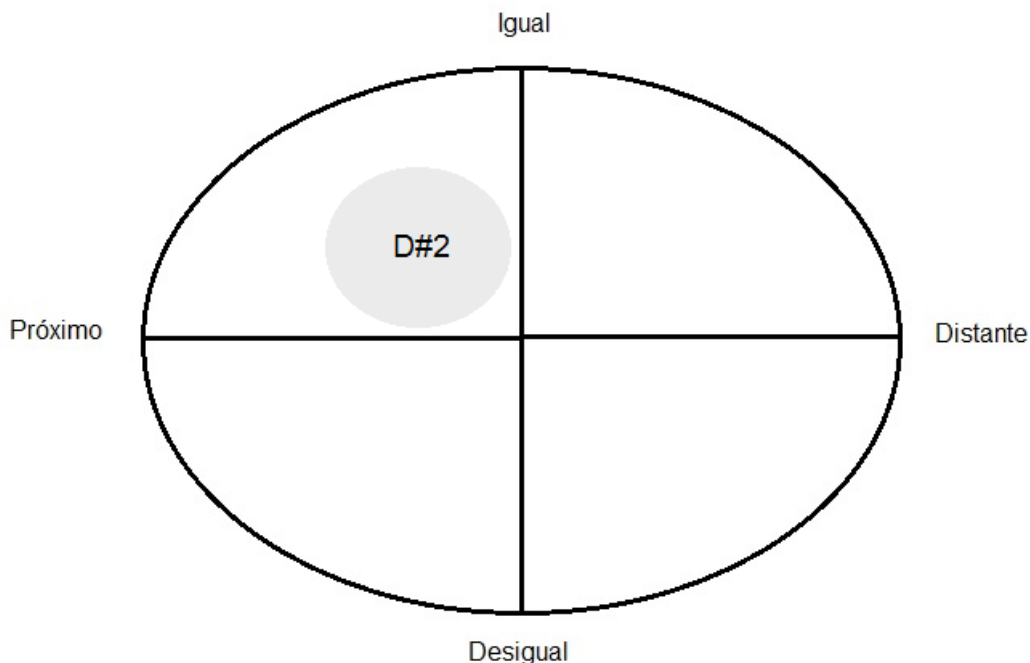
Lula elabora a linguagem, colocando-se como um brasileiro que teve o orgulho e a graça de ocupar o mais alto cargo político do país, como demonstra o exemplo 167. Ele marca seu poder com asserções e comandos, mas o faz ressaltando sua origem humilde e o que aprendera com os percalços por que passou.

167	Meus queridos brasileiros e brasileiras, É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês. Hoje é para mim um dia de profunda emoção. Primeiro, porque ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus, porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.	D#2
-----	---	-----

A distância social entre os participantes é pequena, o presidente dirige-se à audiência como "companheiros" e constrói para si a imagem de uma mãe que cuida de todos os filhos, mas primeiramente daqueles que mais necessitam. Além disso, o compartilhamento de palavras de cunho informal denuncia que o eixo da solidariedade pende para a proximidade das relações.

Assim, em D#2, diferentemente do que observamos nas análises anteriores, a variável relações apresenta relativa igualdade de *status* e proximidade entre presidente e audiência. A Figura 20 esboça essa dinâmica.

Figura 20 – Dimensões da variável relações em D#2



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 20, o discurso do Presidente Lula situa-se no quadrante superior esquerdo, deixando evidente a igualdade de *status* e a proximidade solidária entre os participantes.

A imagem construída em D#2 corresponde ao que Charaudeau (2013, p. 163) denomina "solidariedade". Como pudemos compreender pela análise, Lula demonstra-se como parte da audiência, partilha[ou] as mesmas dificuldades que o povo, mas é presidente e, por isso, pode "cuidar" de seus "companheiros".

Os valores compartilhados estão centrados na crença de que o brasileiro é um povo trabalhador e que "juntos" (presidente e cidadãos) construirão a mudança. Soma-se a esse o valor da "vontade de agir", pautado na determinação do povo pelo trabalho. Outro valor presente é o "humor", o tom descontraído do discurso culmina no comentário irônico que encerra o pronunciamento (conforme discutimos no Capítulo 4).

6.2.8 Discurso de posse da presidente Dilma Rousseff (2011)

Dilma Rousseff entrou para a história por ter sido a primeira mulher a se tornar presidente da República. Seu governo sucedeu o do presidente Lula, mas manteve a proposta de governar para todos, incluindo as minorias.

O discurso de Dilma possui extensão de 3.617 palavras e, de acordo com nossa análise, no que se refere aos significados avaliativos, apresenta maior densidade de apreciações e de afeto. O Quadro 29 elenca os itens avaliativos mais recorrentes em D#1.

A categoria de apreciação apresenta 50 itens lexicais do tipo valorização. As avaliações recaem sobre o "povo" brasileiro, a "mulher" brasileira, as "famílias" brasileiras; a qualidade dos "serviços públicos", do "ensino e do "avanço" social, como podemos ver no exemplo 168.

168	Ele [o caminho] pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural.	D#1
-----	---	-----

A segunda categoria mais recorrente em D#1 é a de afeto. O itens "querid(o, os, a, as)" e "carinho" ocorrem 27 vezes no total e realizam os significados de felicidade. O exemplo 169 mostra uma ocorrência de afeto com a palavra carinho atribuída à imagem da mulher corajosa.

169	Mas mulher não é só coragem. É carinho também.	D#1
-----	---	-----

Quadro 29 – Sistema de Avaliatividade em D#1

AVALIAÇÃO							
Atitude			Engajamento			Gradação	
Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
Querid* (23) felicidade	Coragem (5) Capacidade	Brasileir* (14) Valoração	É (18)	Não (19) Negação		Mais (30) intensidade	
Carinho (4) Felicidade	Defesa (5) capacidade	Qualidade (11) Reação	Será (8)	Mas (17) Contraexpectativa		Todos/todas (24) Quantidade	
	Compromisso (4) Capacidade	Socia* (11) Valoração		Quero (6) Pronunciamento		Também (9) intensidade	
	[meu]Compromisso(3) Capacidade	Polític* (5) Valoração		Vamos (5) Pronunciamento		Longo (8) Intensidade	
	Presidenta (3) Capacidade	Ambiental (5) Valoração		Vou (5) Pronunciamento		Só (8) Intensidade	
		Essencial (4) Valoração				Grande (7) Intensidade	
						Todo/toda (7) intensidade	
						Miséria (6) intensidade	
						Ainda (6) Intensidade	
						Cada (6) Quantidade	
						Força (6) Intensidade	
						Maior (6) Intensidade	

Fonte: Autora.

Quanto ao engajamento, D#1 apresenta apenas elementos de contração dialógica (52 no total) entre os itens mais recorrentes. São eles: o Adjunto "não", que realiza negação, e o operador "mas", que configura contraexpectativa. O exemplo 170 evidencia ocorrências de cada uma dessas categorias no texto.

170	Mas mulher não é só coragem.	D#1
-----	--	-----

As construções monoglóssicas são realizadas em D#1 pelos processos "é" e "será" e representam 26 ocorrências no total. Podemos observar no exemplo 171 uma dessas realizações monoglóssicas.

171	Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.	D#1
-----	--	-----

As avaliações são graduadas pelos mecanismos de força intensificação (93 ocorrências) e quantificação (30). Há um predomínio de intensificação isolada (60) sobre fusionada (33). No exemplo 172 apresentamos o elemento "mais" funcionando como intensificador de uma apreciação.

172	Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.	D#1
-----	---	-----

Com base nos dados apresentados, podemos considerar que as avaliações da presidente recaem mais sobre o povo, a mulher, as famílias e as emoções de felicidade (carinho e queridos). Quanto a seu posicionamento dialógico, o texto está construído de forma a restringir a participação da audiência, uma vez que há estruturas monoglóssicas e mecanismos de contração dialógica.

O tom assertivo em D#1 deve ao predomínio do modo declarativo, por meio do qual a presidente expõe seu discurso. A partir da análise do Sistema de Negociação, foi possível identificarmos 112 ocorrências verbais declarativas, cujos processos são "é", "será", "ser", "quero", "vamos", "vou", entre outros. Desse montante, apenas sete realizam a função de fala comando. As demais têm função de declaração. Nos exemplo 173 e 174 podemos visualizar o modo declarativo com função, respectivamente, de comando e de declaração.

173	[...] quero contar com o Legislativo e o Judiciário [...]	D#1
-----	--	-----

174	A corrupção será combatida permanentemente [...]	D#1
-----	---	-----

Ao fazer uso do modo declarativo para proferir declarações e comandos, a presidente demonstra que a relação de troca com a audiência pressupõe como resposta a aceitação das asserções e / ou a ação conforme o comando. Dessa forma, constrói a imagem de uma audiência passiva.

A configuração do Sistema de Envolvimento (Quadro 30) demonstra que a categoria de léxico técnico é a mais recorrente com 166 itens pertencentes ao contexto da política.

O léxico técnico, que é compartilhado pelos participantes de um contexto discursivo, segundo argumentamos nas análises anteriores, além de indicar as temáticas abordadas, também indica a quem o texto se dirige. Nesse caso, uma vez que o léxico técnico pertence ao campo da política, espera-se que o(s) interlocutor(es) seja(m) político(s). Entretanto, apesar de sabermos que a audiência da cerimônia oficial de posse presidencial é constituída por altas autoridades políticas, chefes de Estado, representantes das instituições oficiais, a linguagem em D#1 pressupõe uma audiência "familiar".

A recorrência do mesmo vocativo "Queridas brasileiras e queridos brasileiros" ao longo de todo o discurso, estreita a relação entre a presidente e os interlocutores, colocando-os em uma posição de proximidade afetiva. Somam-se essa construção, a recorrência de palavras de cunho informal, como "vida" e "família" que atribuem à imagem da presidente uma característica maternal. Ela fala com autoridade, em tom assertivo, profere comandos para que as soluções sejam alcançadas. Mas, ao mesmo tempo, reforça seu lado feminino, forte, corajoso e o fato de ser "presidenta" (conforme ocorrências de julgamento capacidade) por meio de um tratamento carinhoso para com os "brasileiros e brasileiras".

Nessa dinâmica de relação interpessoal, o eixo do *status* pende relativamente para o lado desigual. Como uma mãe, a presidente tem o "poder" de ditar as regras, a ordem, mas não deixa de ser afetuosa, próxima de seus filhos. Nesse sentido também, as relações sociais - a solidariedade - entre eles é de proximidade, o que pode ser reforçada pela recorrência de pronomes em primeira pessoa do plural.

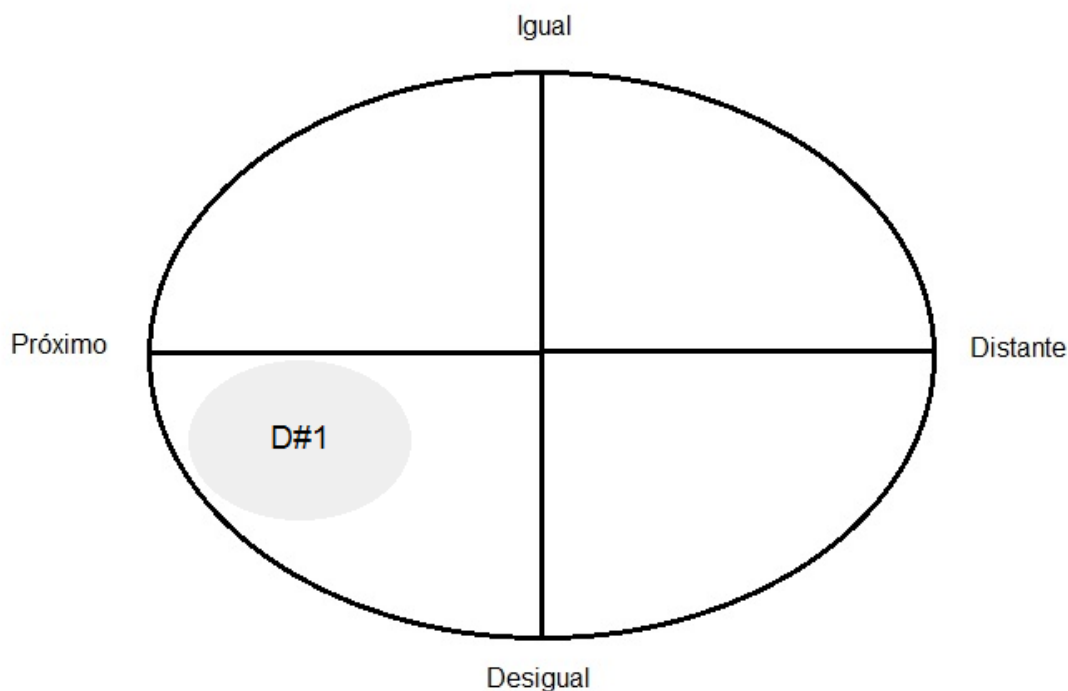
Quadro 30 – Sistema de Envolvimento em D#1

ENVOLVIMENTO					
Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
Brasil (17)	Povo (13)	Queridas brasileiras e queridos brasileiros (12)		Vida (13)	
Lula (5)	Ação (10)			Querid* (23)	
	Política (10)			Famílias (6)	
	Mundo (9)			Presidenta (3)	
	Social (9)				
	Nação (8)				
	Saúde (8)				
	Governo (8)				
	[meu] Governo (7)				
	Sociedade (7)				
	Desenvolvimento (7)				
	Ensino (7)				
	Presidente [Lula] (6)				
	Crescimento (6)				
	Investimento (6)				
	Miséria (6)				
	Produção (6)				
	Serviços (6)				
	Ambiental (5)				
	Educação (5)				
	Investimentos (5)				
	Segurança (4)				
	Democracia (4)				
	Empregos (4)				

Fonte: Autora.

As dimensões da variável relações em D#1 podem ser visualizadas na Figura 21.

Figura 21 – Dimensões da variável relações em D#1



Fonte: Autora.

Conforme demonstra a Figura 21, o discurso da Presidente Dilma situa-se no quadrante inferior esquerdo, deixando evidente a desigualdade de *status* e a proximidade solidária entre os participantes.

A imagem que se constrói em D#1 é a de "mãe" corajosa, determinada, rígida e, ao mesmo tempo, carinhosa. A presidente Dilma recorre à crença compartilhada de que a mulher tem poder, coragem e capacidade para assumir a mais alta posição de poder em uma República. Relacionada a essa está a crença de que a presidente representa todas as mulheres brasileiras e que a elas irá honrar.

Outros valores acrescentam-se a imagem maternal. Dilma reforça sua "vontade de agir", pois tem coragem e compromisso para tal, e sua "autoridade" para comandar o país e "consolidar" a obra do presidente Lula.

6.3 ANÁLISE SEMÂNTICO-INTERPRETATIVA

Para podermos visualizar analiticamente como a interpessoalidade, entendida aqui como a conjunção dos sistemas interpessoais e da realização da variável relações, é expressa pelos/nos discursos de posse, faz-se necessário o confronto dos dados individuais. Nesse sentido, discutimos, a seguir, os dados coletivos de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento nos oito discursos analisados.

6.3.1 Síntese da Avaliatividade nos discursos de posse

Reunimos a soma de ocorrências lexicais de cada discurso no Quadro 31, que especifica as categorias de análise do Sistema de Avaliatividade. De acordo com o que discutimos na seção 6.2 deste capítulo, e que pode ser contemplado a seguir, há relativo equilíbrio na recorrência lexical em determinadas subcategorias.

Quadro 31 – Síntese da Avaliatividade nos discursos de posse

AVALIAÇÃO								
Discursos	Atitude			Engajamento			Gradação	
	Afeto	Julgamento	Apreciação	Monoglossia	Contração	Expansão	Força	Foco
D#1	27	20	50	26	52	0	123	0
D#2	5	23	19	15	41	0	77	0
D#3	4	19	81	47	63	4	119	8
D#4	7	3	40	37	41	0	107	0
D#5	13	19	21	44	86	6	92	0
D#6	8	14	29	30	54	14	56	8
D#7	32	58	141	58	117	8	131	0
D#8	3	20	0	0	8	4	8	0
TOTAL	97	158	254	257	462	36	713	16

Fonte: Autora.

Na atitude, a categoria de apreciação foi a que apresentou maior densidade lexical. Contudo, é preciso ressaltar que três discursos (D#2 e D#8) não seguem esse padrão.

Em nosso entendimento, o predomínio de avaliações sobre aspectos como instituições, leis, países, povo, conceitos, está relacionada ao momento político que permeia a situação comunicativa estabelecida na posse presidencial. Nesse sentido, dois fatores se complementam.

De acordo com o levantamento histórico realizado no Capítulo 5, a instauração de um novo governo, ou mandato, é um momento de regozijo sobre os protocolos democráticos. Dessa forma, vimos, em todos os discursos, a preocupação dos presidentes em destacar o poder "público" as leis "brasileiras", a democracia "nacional", o desenvolvimento "social".

Outro fator a ser destacado é o interesse do enunciador. Ao assumir o mais alto cargo de uma República, o foco do presidente não está direcionado a comportamentos humanos ou a emoções (mesmo esses significados sendo recorrentes, não são tanto quanto a apreciação). Como consideramos nas análises anteriores, o discurso tem a função de afirmar a posição do enunciador sobre sua audiência. Assim sendo, através da construção discursiva, ele marca seu *status* hierárquico avaliando processos, eventos, entidades, fatos da política nacional e internacional.

Articulados a esse entendimento estão os dados do engajamento. O elevado índice de ocorrências monoglóssicas condiz com a busca da marcação de poder do presidente sobre os interlocutores. Além disso, mesmo abrindo espaço para outras vozes, os recursos mais frequentes são os de contração dialógica. Essa configuração deixa evidente que, nos discursos de posse, o presidente busca expor suas determinações, seja por meio de asserções embasadas no seu ponto de vista, seja negando pontos de vista contrários.

Outra constante nos discursos é o predomínio dos recursos de gradação força. Esses mecanismos, de acordo com a revisão bibliográfica apresentada no Capítulo 3, na seção 3.3, demonstram o grau de alinhamento do falante com as suas avaliações. Nesse sentido, podemos compreender que o investimento dos presidentes sobre suas avaliações é alto. Conforme exposto, as regularidades avaliativas nos oito discursos analisados competem para a construção de uma identidade autoral que demonstra alto grau de comprometimento com as avaliações, predominantemente apreciativas, e constrição do diálogo com os interlocutores.

6.3.2 Síntese da Negociação nos discursos de posse

Assim como na Avaliatividade, a quantificação das ocorrências no que se refere ao Sistema de Negociação foram reunidas no Quadro 32. Conforme exposto na seção 6.2 deste capítulo, é uma constante nos discursos de posse o uso do modo declarativo. Tal como destacamos anteriormente, no Capítulo 3, nosso *corpus* apresenta uma particularidade quanto aos movimentos de interação que advém da caracterização funcional do discurso político.

Quadro 32 – Síntese da Negociação nos discursos de posse

NEGOCIAÇÃO							
Discursos	Modo			Função de fala			
	Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
D#1	112	0	0	105	0	0	7
D#2	121	0	0	110	0	0	11
D#3	123	0	0	111	0	0	12
D#4	102	0	0	98	0	0	4
D#5	93	0	0	84	0	0	9
D#6	63	0	0	58	0	0	5
D#7	124	0	0	123	0	0	1
D#8	12	0	0	11	0	0	3
TOTAL	750	0	0	700	0	0	52

Fonte: Autora.

Os discursos de posse são a autoexpressão da voz autoral, ou seja, do presidente. Não há possibilidade de resposta imediata por parte da audiência que dê continuidade à conversação. Mais uma vez, por meio da linguagem, o "poder" é reafirmado. Ao proferir declarações através do modo declarativo, os presidentes assumem a posição de superioridade com relação à audiência. O cargo de presidente da República os autoriza a declarar informações a interlocutores para os quais não há espaço imediato de resposta.

Além de declarações, os discursos expressam também, com significativa redução, comandos. Todas as ocorrências são realizadas incongruentemente pelo modo declarativo. Trata-se de atos de fala indiretos, uma vez que dão uma ordem

por meio de uma declaração. De acordo com Martin e Rose (2008, p. 229), essa estrutura não representa apenas um pedido, mas sim uma oferta de informações, reforçando o *status* desigual entre falante e ouvinte.

Sistematicamente, podemos concluir quanto à Negociação que os discursos de posse são o movimento inicial de uma conversação, a autoexpressão do presidente. O que está sendo negociado são informações, predominantemente, e serviços, com menor frequência. O papel de fala que prevalece é a declaração, mas há também ocorrência de comandos. O falante assume a posição de "conhecedor" e atribui à audiência a o papel de "conhecedor secundário".

6.3.3 Síntese do Envolvimento nos discursos de posse

A quantificação das ocorrências relativas ao Sistema de Envolvimento, deixa evidente, como mostra o Quadro 33, que os significados mais presentes no *corpus* pertencem à categoria de léxico técnico.

Quadro 33 – Síntese do Envolvimento nos discursos de posse

ENVOLVIMENTO						
Discurso	Nomes próprios	Léxico técnico	Vocativos	Linguagem formal	Linguagem informal	Expletivos
D#1	22	166	12	0	45	0
D#2	26	109	6	0	47	1
D#3	49	184	11	0	0	0
D#4	36	121	5	0	0	0
D#5	54	84	11	9	0	0
D#6	46	55	17	0	8	0
D#7	111	259	21	9	0	0
D#8	6	11	0	3	0	0
TOTAL	350	989	83	21	100	1

Fonte: Autora.

Segundo destacamos no Capítulo 3, o uso de léxico técnico está relacionado ao compartilhamento de significados específicos de grupos sociais. Poynton (1990, p. 29) considera que palavras e expressões que estabelecem a diferença de

relações sociais e interpessoais são mais comuns na linguagem daqueles que subjagam. Dessa forma, em consonância com o que observamos em relação aos outros dois sistemas interpessoais, os presidentes, por meio dos discursos, fazem escolhas linguísticas que os colocam em situação de superioridade com relação à audiência. Cabe afirmar que eles, ao recorrerem frequentemente ao léxico específico do contexto político, estabelecem sua autoridade e seu poder, frente aos interlocutores.

Além disso, conforme discutimos nas análises individuais dos discurso, na seção 6.2 deste capítulo, a recorrência de palavras relacionadas à política também denuncia/caracteriza a audiência putativa dos discursos. Sendo assim, ao compartilhar um léxico específico de um grupo, no caso, políticos, o presidente alinha a sua imagem a uma audiência que, assim como ele, partilha desses significados. Nesse mesmo movimento, que se estabelece, em um *continuum*, com maior ou menor igualdade, desalinham-se daqueles que não fazem parte do "grupo".

A categoria dos nomes próprios é a segunda mais recorrente quanto ao Sistema de Envolvimento. Ocorrências desse tipo aparecem mais frequentemente no *corpus* referindo-se à instituições públicas (Congresso, Senado), países, continentes, conceitos (como História, Justiça), e menos em relação à pessoas. Tais elementos funcionam nos textos como complementos da categoria de léxico técnico, uma vez que sua significação e função estão fortemente relacionadas ao contexto político.

Quanto aos vocativos, se considerarmos a média de ocorrências gerais no *corpus*, representa a terceira categoria mais frequente. Esses elementos, computados e detalhados na seção 6.2, realizam-se na forma de títulos de respeito (Vossa Excelência, Senhores), marcadores de *status* (Sr. Presidente do Congresso Nacional), epítetos (Meus queridos brasileiros). A presença de vocativos no texto, além de funcionar como uma estratégia persuasiva, por meio da qual o falante interpela diretamente o ouvinte a fim de buscar sua atenção para o discurso, serve para localizar simultaneamente os interactantes dentro de um contexto mais abrangente. Nesse sentido, os presidentes estabelecem o tipo de relação que está sendo construída pelo discurso.

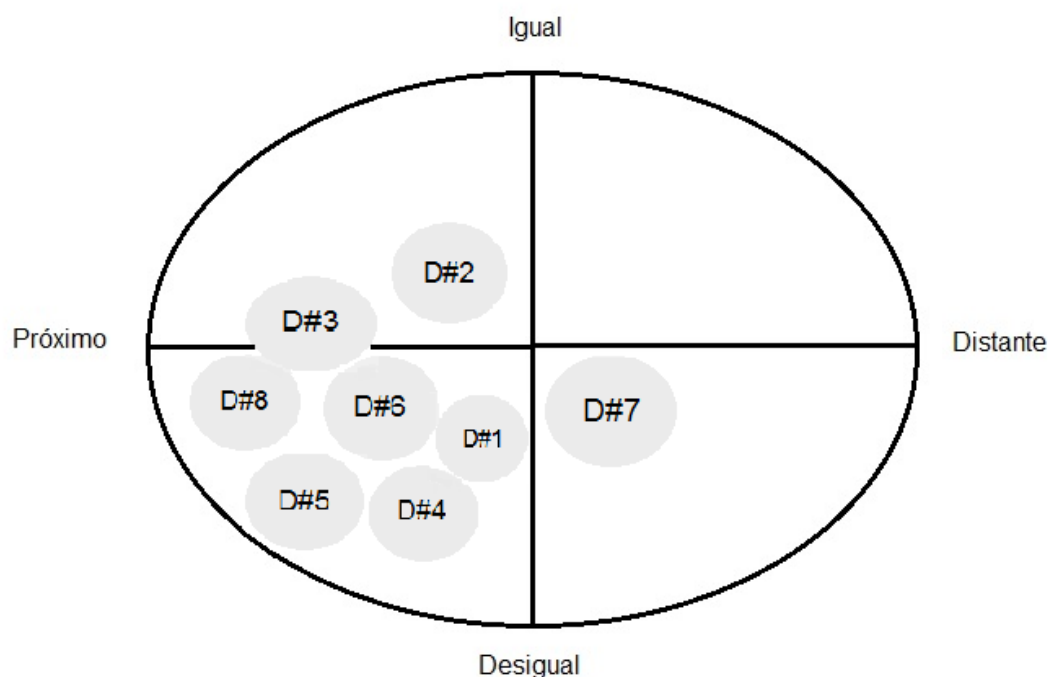
Tão variados quanto os tipo de vocativos são as relações que esses constroem. Como demonstramos nas análises individuais, apesar de os discursos D#2 e D#3 apresentarem um *status* mais próximo da igualdade, o que prevalece no

restante é a desigualdade hierárquica expressa por marcadores de *status* e por títulos de respeito.

6.3.4 Síntese da variável relações nos discursos de posse

A variável relações sistematiza os papéis desempenhados pelos produtores do discurso. Conforme discurremos no levantamento bibliográfico do Capítulo 2, as escolhas linguísticas interpessoais de um texto evidenciam - e constroem - imagens e vínculos sociais entre falante e ouvinte. Sendo assim, com base nos dados coletados e analisados em cada discurso de posse, caracterizamos, na seção 6.2 deste capítulo, cada texto no que se refere às dimensões contextuais relacionais *status* e solidariedade. Os resultados dessa análise interpretativa, assim como fizemos com os dados de cada sistema interpessoal, foram reunidos na Figura 22, que reúne a configuração relacional e aos papéis desempenhados pelos presidentes em cada discurso.

Figura 22 – Síntese da variável relações nos discursos de posse



Conforme mostra a Figura 21, a maioria dos discursos está situado nos quadrantes esquerdos, ou seja, evidenciam, em termos de solidariedade, uma proximidade social entre presidentes e audiência. De acordo com nossa argumentação, quando da análise individual dos textos e das sínteses apresentadas nesta seção 6.3, a maioria dos presidentes (com exceção aos discursos D#2 e D#7, que seguem outra configuração relacional e que serão discutidos separadamente) estabelecem com os interlocutores uma relação de relativa proximidade, uma vez que suas escolhas linguísticas demonstram que há um compartilhamento de significados específicos do contexto político. Esse fato deixa evidente que os presidentes endereçam seus discursos, não para o público geral, mas sim para autoridades políticas e demais membros de seu governo.

É também característico desses discursos, a disparidade no que se refere ao *status*, ou seja, às relações de poder. Mesmo a distância social sendo baixa, ao considerarmos que os presidentes dirigem-se a seus "colegas de profissão" e com eles compartilham significados específicos de seu contexto profissional, as escolhas lexicais e semânticas dos textos evidenciam a desigualdade entre eles.

Os presidentes exercem sua autoridade, seu poder, sobre a audiência por meio de mecanismos linguísticos como declarações, comandos, contração dialógica, conforme análises descritas na seção 6.2 deste capítulo. Dessa forma, os presidentes estabelecem para si o papel de alguém que está autorizado - pela vontade da maioria dos eleitores e pelo relevância social do cargo que assumem - a expressar determinações, desejos, ordens, avaliações. Ao assumirem esse papel, eles instituem seu poder e subjagam a audiência aos seus desígnios.

Tendo em vista a topologia das dimensões de *status* e solidariedade, em seis dos oito discursos de posse analisados, os presidentes atribuem para si a imagem de um "chefe" ao assumir uma nova equipe. Apresentam sua visão sobre o trabalho a ser realizado, enfatizam seu ponto de vista, ditam comandos segundo suas intenções. Além disso, fazem uso de uma linguagem altamente técnica, "selecionando" a audiência, e a ela dirigem-se promovendo as posições hierárquicas por meio de vocativos pautados em títulos de respeito e marcadores de *status*.

Em contrapartida, dois dos discursos diferenciam-se dessa dinâmica relacional. Em D#7, assim como na maioria dos discursos, o Presidente Collor atribui para si o papel de "chefe" ao dirigir-se a políticos e autoridades públicas. No entanto, tendo em vista o elevado índice de pronomes centrados na primeira pessoa do

discurso, referindo-se a si próprio ("meu", "meus", "minhas"), que deixam evidente o distanciamento social e hierárquico entre o Presidente e os ouvintes, D#7 situa-se no quadrante referente à solidariedade distante e ao *status* desigual. Pela topologia desse discurso, Collor estabelece sua vontade, seu ponto de vista acima dos demais, tal como ocorre na maioria dos discursos analisados, porém, essa distância é intensificada pelas escolhas linguísticas.

Em D#2, a dinâmica das relações difere no que concerne à posição de *status* entre o presidente e a audiência. De acordo com as análises realizadas, o Presidente Lula, no discurso de posse de seu segundo mandato, estabelece com seus interlocutores uma proximidade social, pois com eles compartilha de uma linguagem técnica que os situa no mesmo contexto de interesse. Contudo, no que se refere ao *status*, a relação de poder entre eles é atenuada. O Presidente endereça seu discurso a seus "queridos brasileiros e brasileiras", fazendo uso de epíteto que demonstra afetividade, em vez de preferir fazê-lo pelos marcadores de *status* e títulos sociais. Essa topologia relacional distinta faz com que o papel social desempenhado pelo Presidente possa ser associado ao de um irmão mais velho, que tem conhecimento, experiência e autoridade para "guiar" os irmãos mais novos diante do que deve ser feito.

No próximo capítulo, aproximando-nos do fechamento desta pesquisa, apresentamos a Conclusão dos estudos depreendidos e o delineamento do perfil interpessoal dos presidentes da República em cada discurso de posse analisado.

CONCLUSÃO – ENCERRANDO O DISCURSO

Nos capítulos desta pesquisa de doutorado, reportamos a investigação do perfil interpessoal dos presidentes da República nos discursos de posse que cobrem um período de 26 anos (oito mandatos datados entre 1985 e 2011). O objetivo geral deste trabalho foi determinar, por meio da investigação dos recursos interpessoais contextuais e semântico-discursivos, a identidade autoral (MARTIN e WHITE, 2005, p. 1) dos presidentes brasileiros em diferentes momentos políticos e delinear a audiência construída por esse enunciador.

Os objetivos específicos foram:

- 1) descrever as variáveis contextuais campo, relações e modo (HALLIDAY, 1989) dos discursos de posse que compõem o *corpus*;
- 2) analisar os recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais interpessoais utilizados pelos presidentes recém eleitos a fim de descrever os sistemas de Avaliatividade, de Negociação e de Envolvimento (MARTIN; WHITE, 2005);
- 3) caracterizar, a partir das escolhas linguísticas dos enunciadores dos textos, a audiência (MARTIN; WHITE, 2005) de cada discurso de posse analisado;
- 4) identificar, a partir da análise da variável contextual relações, as dimensões de “*status*” e “*solidariedade*” (MARTIN; WHITE, 2005) em cada exemplar de discurso de posse;
- 5) relacionar os resultados da análise dos sistemas interpessoais aos valores e estratégias do discurso político (CHARAUDEAU, 2013);
- 6) estabelecer relações entre o panorama histórico e os resultados das análises de cada discurso, com base no perfil dos presidentes nos diferentes mandatos.

Para tanto, realizamos, em cada texto, a coleta dos dados quantitativos, com o auxílio da ferramenta *WordSmith Tools* (SCOTT, 2008). Nessa primeira etapa, as ocorrências relevantes, do ponto de vista interpessoal, foram mapeadas segundo critérios categóricos, discutidos no Capítulo 3 e sintetizados no Quadro 17, que cobrem recursos relativos aos níveis léxico-gramatical, semântico e contextual. Em uma segunda etapa, desempenhamos a análise semântica dos dados à luz do contexto histórico que permeia - e instaura - cada discurso. Os resultados desse passo evidenciaram, a partir das escolhas interpessoais dos presidentes, tanto a

imagem de si que eles constroem pelo discurso quanto a da audiência putativa. A terceira etapa consistiu em uma síntese dos resultados individuais a fim de traçarmos regularidades quanto aos sistemas interpessoais e a variável relacional contextual no *corpus* como um todo. Cada etapa e passo metodológico aplicado ao *corpus* contribuiu para que delineássemos o perfil interpessoal estabelecido entre os presidentes e seus ouvintes.

As análises revelaram que, em D#8, o Presidente Sarney recorre aos significados avaliativos de julgamento como uma forma de reafirmar sua capacidade e competência para assumir o cargo. Faz-se necessário lembrarmos de que esse discurso difere dos demais quanto à dinâmica contextual, uma vez que Sarney fora escolhido para exercer a vice-presidência, mas, tendo em vista a incapacidade médica do então Presidente eleito Tancredo Neves, precisou tomar posse em seu lugar. Além disso, de acordo com o levantamento histórico realizado no Capítulo 5, trata-se de um período delicado para a política nacional. O Brasil acabara de encerrar um longo período de ditadura militar, muitos direitos de cidadania estavam sendo restabelecidos e, nesse cenário, a assunção de um político, escolhido para o cargo de vice, à presidência, poderia despertar rejeição por parte da audiência, o que justifica a recorrência de elementos atitudinais de julgamento.

Ainda em D#8, destacam-se a contração dialógica, os mecanismos de gradação por força e as construções declarativas que concorrem para marcar o distanciamento com o período que se encerrara e que, juntamente com os significados de julgamento capacidade, atribuem ao Presidente a imagem de líder competente e determinado. Quanto à audiência, a recorrência de léxico técnico, os nomes próprios e a linguagem formal, escolhas linguísticas relacionadas ao fazer político, evidenciam que os interlocutores do discurso de posse de Sarney são também políticos, mais especificamente, Ministros recém-empossados. Entre eles, mantém-se uma relação de proximidade social e de desigualdade de poder; ambos partilham os mesmos interesses, mas a voz que se impõe é a do Presidente. Nesse sentido, pelo discurso, Sarney atribui a si a imagem de "chefe" e a sua audiência, a de agentes de suas determinações.

Em D#7, as análises revelaram que o Presidente Collor, primeiro a ser eleito pelo voto popular após o período ditatorial, recorreu predominantemente aos recursos atitudinais de apreciação, atribuindo avaliações a partir de seu ponto de vista a elementos relacionados ao governo, aos mercados, aos acontecimentos, à

economia, aos problemas do Brasil. Somam-se a esses significados, a recorrência de construções monoglóssicas, a contração dialógica, os recursos de gradação por força e o predomínio de declarações. Essas escolhas linguísticas atribuem ao discurso uma condição de verdade absoluta, sob a ótica do Presidente, sobre o que está sendo dito, negado, avaliado, reforçado.

Destaca-se ainda o léxico técnico, recursos de linguagem formal e o uso de vocativos marcadores de *status*. Tais elementos inserem o discurso em uma condição de formalidade e de distanciamento entre os interlocutores. Mesmo compartilhando significados de cunho político com a audiência, o que aproximaria os interlocutores, os demais recursos semântico-discursivos do texto colocam o Presidente Collor em uma condição de superioridade e de alijamento de sua audiência. Na dinâmica das relações, a solidariedade entre Collor e a audiência é distante e seu *status*, desigual.

É relevante lembrarmos, mais uma vez, do contexto histórico que levou o Presidente Collor a ser eleito. Tendo encerrado o período de transição à democracia, o então candidato Collor, construiu sua campanha política sobre o fato de ser jovem, de representar a mudança, a atualização da política nacional. Sendo assim, é compreensível que, em seu discurso de posse, esse imaginário seja reafirmado e que a imagem de si construída pelo texto o coloque como autoridade suprema frente a uma audiência, cuja imagem atribuída é de passividade.

Em D#6, discurso do Presidente Itamar Franco, as análises revelaram a recorrência de significados atitudinais de apreciação, construções monoglóssicas, contração dialógica e mecanismos de gradativos de força realizados por declarações. Essa configuração, que se repete na maioria dos discursos analisados, deixa evidente a autoridade do Presidente ao avaliar o cenário político brasileiro, pronunciar resoluções para os problemas e intensificar suas afirmações. Além disso, são recorrentes também o léxico técnico e os nomes próprios relacionados ao contexto político. Esses fatores caracterizam a audiência como personagens da política nacional, com as quais o Presidente interage por meio de vocativos marcadores de *status* médio (senhores) e informal (moços). Nesse sentido, Itamar Franco investe em uma aproximação relativa com a audiência, estabelece uma solidariedade próxima e um *status* desigual.

Ao assumir o lugar do então afastado Presidente Collor, Franco necessita demonstrar assertividade e objetividade para gerir os problemas emergentes, mas

também precisa de apoio dos interlocutores. Essa situação faz com que a imagem de si construída pelo Presidente seja a do "chefe" experiente e sábio que fala a sua "equipe", generalizada como "Senhoras e senhores, moços e moças".

Em D#5, discurso do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há um equilíbrio entre os significados atitudinais de apreciação e julgamento. Além disso, destacam-se as estruturas monoglóssicas, a contração dialógica e os mecanismos de gradação força. O Presidente destaca valores de apoio, direito e justiça, bem como avalia elementos relacionados à política nacional e ao "seu" governo, por meio de declarações que assertam e negam fatos de forma intensificada.

O léxico técnico, os nomes próprios pertencentes ao cenário político e o endereçamento formal aos interlocutores (marcadores de *status* "Excelentíssimo Senhor") caracterizam a audiência de D#5 como membros do contexto político. Todos esses elementos estabelecem uma solidariedade próxima e um *status* desigual entre FHC e a audiência. Nesse sentido, o Presidente mostra-se como "chefe", ao expor determinações a partir da sua visão de governo e demonstrar vontade de agir segundo os direitos e a justiça. À audiência, atribui-se a condição de "apoio" e "confiança", embasados na credibilidade adquirida por FHC com o êxito econômico do Plano Real.

Em D#4, discurso de posse do segundo mandato do Presidente FHC, prevalecem os significados atitudinais de apreciação, as construções monoglóssicas, a contração dialógica, os mecanismos de gradação força, realizados por meio de declarações. O Presidente avalia predominantemente o cenário político a partir de seu ponto de vista. É assertivo, proferindo afirmações e negações e demonstrando propriedade e autoridade ao fazê-lo.

A recorrência de léxico técnico é maior do que em D#5, os vocativos realizam-se por marcadores de *status*, sem o acréscimo de formalidade, que identificam a audiência ("Congressistas"). Dessa forma, estabelece-se uma solidariedade próxima e um *status* desigual entre os interlocutores. O Presidente mantém a dinâmica de relações construída no discurso de posse do primeiro mandato, porém estreita a distância social com os ouvintes ao compartilhar mais significados técnicos e ao dirigir-se a eles com menos formalidade. Essa dinâmica atribui a FHC a imagem de "chefe" autorizado pela experiência a liderar sua equipe com assertividade. À audiência, cabe o papel de "apoiadores".

Em D#3, discurso de posse do primeiro mandato do Presidente Lula, destacam-se as ocorrências de apreciação, construções monoglóssicas, contração dialógica, mecanismos de força, realizados predominantemente por declarações. Há recorrência de léxico técnico, de nomes próprios relacionados à política, e de vocativos endereçados por meio de marcadores de *status* ("Senhores") reforçados de formalidade ("Excelentíssimo"). Esse perfil interpessoal coloca o Presidente em uma posição de autoridade para, de forma assertiva, avaliar os problemas políticos do país, propor soluções, afirmar o que deve ser realizado e negar os pontos de vista contrários. Essa posição, com a qual Lula constrói seu discurso, está pautada no contexto histórico de sua eleição. Após anos de atuação política contra os governos vigentes, Lula assume a presidência da República e estabelece sua visão de governo.

À audiência, Lula mostra-se capaz e com ela interage compartilhando léxico político e valorizando os protocolos formais da ocasião e construindo solidariedade de proximidade entre eles. Diferentemente do que ocorre nos demais discursos, Lula coloca-se na mesma posição de seus ouvintes como "agente" das mudanças a serem desempenhadas. Essa particularidade faz com que o *status* entre os interlocutores seja relativamente igual - o Presidente dá o direcionamento das ações, mas demonstra-se participante delas. A imagem que o discurso atribui a Lula é a de líder que agirá em defesa de todos, ao mesmo tempo insere a audiência nas ações a serem realizadas.

Em D#2, predominam os significados avaliativos atitudinais de julgamento, o uso de monoglossia, a contração dialógica e os mecanismos de força, realizados através de declarações. Há também recorrência de léxico técnico, de nomes próprios relacionados à política e à religiosidade (Deus), vocativos - dirigidos a "Companheiros" e "Brasileiros" -, e palavras e expressões características da linguagem informal. Essas escolhas que o Presidente busca destacar sua capacidade de governar, a vontade de trabalhar, por meio de construções assertivas e intensificadas. A interação delineada pelo discurso coloca Lula em uma posição de proximidade solidária com a audiência ao passo que estabelece um *status* de igualdade relativa entre ambos. O Presidente tem autoridade e capacidade para proferir declarações sob seu ponto de vista, mas também é um homem do povo, um "companheiro" dos brasileiros.

Diante do cenário político da época, a reeleição do mandato e a credibilidade pessoal e profissional que o Lula conquistou, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como sua história de vida, o autorizam a falar em nome do, pelo e para o povo. Nesse sentido, a imagem do Presidente que o discurso estabelece pode ser associada à de um irmão ("companheiro") mais velho, que vivenciou os percalços da vida e, por isso, tem autoridade para conduzir os mais "jovens".

Em D#1, discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff, destacam-se significados atitudinais de apreciação e afeto, construções monoglóssicas, contração dialógica, mecanismos de força, declarações, léxico técnico, vocativos acompanhados de epíteto afetivo e elementos de linguagem informal. Esse perfil interpessoal atribui ao discurso duas características distintas. Por um lado, a Presidente estabelece sua autoridade de forma assertiva valorando o cenário político, econômico, social brasileiro e restringindo o diálogo e a participação da audiência. Por outro lado, Dilma recorre a significados afetivos de felicidade para se dirigir aos interlocutores, os trata como "queridos" e faz uso de palavras relativas ao convívio familiar.

Por ter sido a primeira mulher eleita como Presidente da República no Brasil e por se propor a dar continuidade aos projetos propostos por Lula, cujos interesses políticos centravam-se na diminuição das desigualdades sociais, Dilma constrói com a audiência, em termos de solidariedade, proximidade social. Mesmo recorrendo ao léxico relacionado ao contexto político, a Presidente dirige-se, não aos políticos, mas aos ("queridos") brasileiros. O *status* marcado por essa interação, contudo, é desigual dado o tom assertivo do discurso. Essa dinâmica atribui à Presidente a imagem de mãe, cuja autoridade se faz respeitar com imponência e assertividade, mas também com carinho e cuidado.

Destacamos, ao iniciar esta pesquisa, a tese de que, por meio da investigação contextual e semântico-discursiva interpessoal, é possível delinear como os presidentes da República, cada um a seu tempo, se posicionaram frente ao povo brasileiro e de que forma essa audiência é caracterizada. A análise do perfil interpessoal dos discursos de posse selecionados indicou que os presidentes posicionaram-se, na maioria das vezes, como autoridades, exercendo a figura de "chefes" (em D#8, D#6, D#5, D#4) ao assumirem uma nova equipe. Nesses casos, à audiência putativa foram atribuídos os papéis de agentes das ações (em D#8 e D#6) e de apoiadores do projeto do Presidente (em D#5 e D#4).

Distancia-se desse padrão o discurso D#7, no qual Collor posiciona-se com autoridade máxima, cujo distanciamento da audiência a coloca na posição de ouvintes (no sentido literal da palavra) passivos. Em D#3, Lula assume para si a imagem de líder agente, que guiará mudanças de forma ativa. À audiência, cabe o papel de coagentes. Em D#3, Lula posiciona-se como companheiro do povo, enquanto atribui à audiência a imagem de povo sofrido e trabalhador. Em D#1, a Presidente Dilma assume a posição de mãe que, com firmeza, competência e carinho, cuidará dos brasileiros, colocando seus interlocutores no papel de "filhos" queridos.

É possível considerar que não houve alteração nas posições assumidas pelo Presidente FHC e atribuídas à audiência nos discursos de posse D#5 e D#4, que inauguram seus dois mandatos. Essa constância deve-se ao fato de que, sendo sociólogo e cientista político de formação, o Presidente mantém a imagem do político conhecedor dos problemas e das soluções, que necessita apenas da confiança e do apoio dos interlocutores para fazer o que julga preciso.

Outra correlação possível diz respeito aos discursos referentes aos dois mandatos de Lula. Há um crescente interativo de D#3 para D#2. No primeiro discurso, o Presidente demonstra um equilíbrio relativo de *status* com a audiência, ao colocar-se como agente ao mesmo tempo em que solicita a participação dos interlocutores para com as ações do governo. Já no segundo discurso, diminui-se ainda mais o *status*, levando o Presidente a posicionar-se como "homem do povo", "companheiro" da audiência. A solidariedade (CHARAUDEAU, 2013), ou tendência populista (BONFIM, 2010), pode ser observada também em D#1, que instaura o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, no qual a Presidente Dilma apresenta-se como "mãe" do povo.

Cabe destacar ainda que sete dos oito discursos analisados estabelecem uma relação de proximidade social entre presidentes e audiência. Tal característica se justifica pela necessidade de o locutor construir um alinhamento interdiscursivo que facilite a adesão do interlocutor às ideias defendidas. Contrariamente, em D#7, Collor distancia-se socialmente da audiência, uma vez que não busca adesão, mas sim apenas expor "sua" visão de governo.

Por fim, acreditamos ter respondido ao proposto na Introdução desta pesquisa, contudo, ressaltamos a pontualidade dos objetivos definidos para um *corpus* tão significativo. Essa relevância dá-se tanto do ponto de vista linguístico,

haja vista a multiplicidade de enfoques teóricos e metodológicos que se pode aplicar aos discursos, quanto social, político e histórico, uma vez que, conforme argumentamos aqui, trata-se do registro textual de um evento que formaliza o início de um novo ciclo político. Acreditamos, nesse sentido, que esta pesquisa possa contribuir para posteriores trabalhos no campo da Análise do Discurso Político em Língua Portuguesa por propor um aparato teórico-analítico que evidencia as relações estabelecidas, pelo discurso, entre o político e sua audiência. Para além da política, aos estudos em Linguística Sistêmico-Funcional, consideramos poder servir como referência a futuras pesquisas sobre interpeçoalidade, dada nossa empreitada investigativa que reuniu análises dos três sistemas (Avaliatividade, Negociação e Envolvimento) interpeçoais.

Sugerimos, a estudos posteriores, a investigação comparativa de um amplo conjunto de discursos de posse presidencial no Brasil, para verificar congruências e especificidades entre eles e, assim, traçar uma definição do gênero discurso de posse presidencial. Em acréscimo, a fim de complementar a análise da interpeçoalidade nos discursos de posse e fomentar os estudos sobre semântica discursiva em língua portuguesa, propomos a investigação das estratégias metadiscursivas, com especial atenção ao uso de mecanismos delimitadores, ou "hedges" (HYLAND, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. H. T. de; WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, F. A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** – volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Rideel, 2007.

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre a mudança do regime político: o caso brasileiro. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 7, n. 17. p. 11-31, nov. 2001.

BARBARA, L.; MACÊDO, C. M. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1. P. 89-107, 2009.

BARDELIN, C. E. A. **Os efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido no Brasil em 2001 e 2002, com ênfase no consumo de energia elétrica**. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2004.

BARRIONUEVO, A. **The Health of a Likely Presidential Candidate Comes Under Brazil's Microscope**. New York Times, Nova York, 23 mai. 2009. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2009/05/24/world/americas/24brazil.html?_r=2&scp=1&sq=Dilma%20Ro usseff&st=cse](http://www.nytimes.com/2009/05/24/world/americas/24brazil.html?_r=2&scp=1&sq=Dilma%20Ro%20usseff&st=cse)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BOCHETT, A. C. **Modalidade em discursos ambientalistas: jogo de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas**. Santa Maria: UFSM, 2015. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

BONFIM, J. B. B. **Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2004.

CABRAL, S. R. S. Transitividade e auto/representação em um debate político. In: **Cadernos de linguagem e sociedade**, v. 16, n. 1. p. 9-35, dez. 2015.

CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 12, n. 22. p. 179-194, jun. 2004.

CASTRO, L. B. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985 - 1989). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

_____. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990 - 1994). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHILTON, P. **Analysing political discourse: Theory and practice**. London: Routledge, 2004.

CNI – IBOPE, Pesquisa. **Avaliação do governo**: dezembro 2012. Brasília: CNI, 2012.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 15, n. 25. p. 83-106, nov. 2005.

CORRÊA, E. K. C. **Discurso político de Lula**: o papel do marcador “não” na construção da persona textual. Santa Maria: UFSM, 2015. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. In: **Economia e Tecnologia**, v. especial, n. 7. p. 91-103, 2011.

DE SOUZA, V. **Power relations in Padre Cícero's epistolary political letters**: an investigation in the light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 4. ed. Los Angeles: Sage Publications Inc., 2005.

EGGINS, S.; MARTIN, J. Genres and registers of discourse. In: DIJK, T. A. Van. (ed.). **Discourse as Structure and Process**: Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction. London: Sage, 1997. p. 230-256.

ESPIRITO SANTO, P. do. Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976 - 2006. In: **Estudos em comunicação**, v. 1, n. 2. p. 185-216, dez. 2007.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political discourse analysis**: a method for advanced students. New York: Routledge, 2012,

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, E. G. **A palavra do presidente**: análise dos discursos presidenciais de posse desde o Golpe Militar até Lula. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

GASPAR, M.; TOYAMA, L. Eleição de Dilma deve incentivar uma maior participação feminina nos postos de comando das empresas. **Senado Federal**, Brasília, nov. 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/portaldoservidor/jornal/jornal120/carreira_gestao.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995 - 2002). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003 - 2010). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Hodder Education, 2014.

_____. **An Introduction to functional grammar**. 4 ed. Oxford: Routledge, 2004.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o "milagre" econômico (1964 - 1973). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HUSTON, S.; THOMPSON, G. **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HYLAND, K. **Hedging in scientific research articles**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1998.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2013

KINZO, M. D. A. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 15. p. 3-12, out. /dez. 2001.

MARTIN, J. R. **English text: system and structure**. Amsterdam: Benjamins, 1992.

_____. Technicality and abstraction: language for the creation of specialized texts. In: BURNS, A.; COFFIN, C. **Analysing English in a global context: a reader**. Routledge: New York: 2006.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Genre relations: mapping culture**. London: Equinox, 2006.

_____. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. London: Continuum, 2008.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

OTEIZA, T. Evaluative patterns in the official discourse of Human Rights in Chile: giving value to the past and building historical memories in society. In: **D.E.LT.A.**, v. 25, n. especial. p. 609-640, out. 2009.

POYNTON, C. M. K. **Address and the Semiotics of Social Relations**: a systemic-functional account of address forms and practices in Australian English. Melbourne: University of Sydney, 1990. Thesis (Doctor of Philosophy). Linguistics Department of University of Sydney, 1990.

REDENTI, M. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: AARÃO, D. R. F.; REDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

REZENDE, R. P. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo LULA**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas). Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RODRIGUES, D. L. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. Santa Maria: UFSM, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus**. Barueri: Editora Manole, 2004.

SCOTT, M. **Programa Word Smith Tools**. Versão 5.0. Oxford University Press, 2008.

SILVA, F. C. T. da. A modernização autoritária: do golpe à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000a.

_____. Brasil, em direção ao Século XXI. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000b.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial. p. 909-941, dez. 2012.

VAINER, B. Z. Breve histórico acerca das constituições do Brasil e do controle de Constitucionalidade brasileiro. In: **Revista Brasileira de direito constitucional**, v. 16, n. 16. p. 161-191, jan./dez. 2010.

VIAN JR. O. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem de avaliação em Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

VIEIRA, E. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**: a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

Sites consultados

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2013.

PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>> Acesso em: 26 out. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br>> Acesso em: 31 mar. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GOVERNO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/descubra-curiosidades-sobre-a-posse-presidencial>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ANEXO

ANEXO A – RECORRÊNCIA DE PRONOMES NO CORPUS

Relação de pronomes							
D#1 Dilma 2011	D#2 Lula 2007	D#3 Lula 2003	D#4 FHC 1999	D#5 FHC 1995	D#6 Itamar 1992	D#7 Collor 1990	D#8 Sarney 1985
Noss* (46)	Nós (23)	Sua*/seu* (42)	Noss* (19)	Noss* (48)	Noss* (35)	Meu*/minha* (49)	Noss* (7)
Minha*/ meu* (36)	Minha*/ meu* (20)	Noss* (38)	Seu*/sua* (17)	Meu*/minha* (18)	Seu*/Sua* (24)	Noss* (42)	Me (3)
Seu*/sua* (23)	Vocês (15)	Meu*/minha* (22)	Me (6)	Seu*/sua* (18)	Nos (14)	Seu*/sua* (32)	Eu (3)
Ele* (12)	Sua*/ seus* (8)	Nós (10)	Meu*/minha* (7)	Nos (14)	Me (5)	Nos (7)	Ele
Nos (6)	Me (4)	Nos (8)	Nos (5)	Eu (13)	Ele* (5)	Me (6)	Meu
Eu (4)	Nos (3)			Nós (7)	Nós (4)		Minha
Me (4)				Me (6)			Suas
				Ele* (5)			

ANEXO B – MAPEAMENTO DO SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO

NEGOCIAÇÃO EM D#7						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
[Congresso], cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.			X			
Assim é nas grandes democracias.			X			
Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia			X			
É meu dever apresentar-lhes [...]as diretrizes do meu projeto [...]			X			
Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia.			X			
Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização.			X			
Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: [...] heterogênea e complexa como é [...]			X			
A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana [...]			X			
Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o Governo do povo [...]			X			
Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral.			X			
[A cultura da inflação] É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo.			X			

[a inflação] Ela é , sabidamente, o imposto mais cruel.			X			
[a inflação] É uma agressão permanente aos assalariados [...]			X			
A inflação é , além disso, um enorme fator de desmoralização.			X			
[...] a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: [...]			X			
[...] é liquidá-la. [a inflação]			X			
É imperativo equilibrar o orçamento federal [...]			X			
[...] é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita.			X			
É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios [...]			X			
A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado [...]perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar.			X			
[...] o que é ainda mais grave, [o Estado] passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.			X			
Meu pensamento, neste ponto, é muito simples.			X			
[iguais oportunidades] pois outra coisa não é a justiça [...]			X			
[...] a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza [...]			X			
[...] tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele [capital estrangeiro], embora, é claro, sem privilegiá-lo.			X			

[...]essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política [...]			X			
[...]o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças [...]			X			
O cuidado com o meio ambiente [...] não é para nós uma celeuma artificial.			X			
O cuidado ecológico é uma delas [das considerações].			X			
A outra [consideração], Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social [...]			X			
A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça.			X			
[O mercado] nem sempre é satisfatório como seu distribuidor.			X			
Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação.			X			
É preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.			X			
Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional.			X			
[...]é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.			X			
O momento é único na história do País e do mundo [...]			X			
[...] e o papel da ação diplomática é estratégico [...]			X			
É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista [...]			X			
É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil [...]			X			

A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional [...]			X			
[...]o grande espaço imediato é a América Latina [...]			X			
Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias [...]			X			
Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações.			X			
Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz [...]			X			
É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação [...]			X			
Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: [...]			X			
A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema [...]			X			
Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida [...]			X			
A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma [...]			X			
O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual [...]			X			
Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta.			X			
Essa é a real vocação do Brasil.			X			
[Não viver da política, mas viver para a política] É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política [...]						X

[...] contei com a mais viva simpatia da sociedade [...] sensibilizada como é para o esforço de integração social do País.			X			
O que tem faltado [...] é uma prática coerente com aquela [a predica da modernização].			X			
Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.			X			
Meu compromisso na Presidência da República é realizar um Governo digno das melhores qualidades da nação [...]			X			
Entre parceiros de tão longa data [...] são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.			X			
[América Latina] onde as próprias raízes são também européias.			X			
[o Brasil e seus irmãos de além-mar] são capazes de ajudar-se mutuamente [...]			X			
As perspectivas de aproximação são claras [...]			X			
Os anseios de justiça são permanentes [...]			X			
São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.			X			
A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo [...]			X			
[...] leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais.			X			
Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor [...]			X			

[...]no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas [...]			X			
[a concessão de benefícios, a definição de privilégios] são incompatíveis com a receita do Estado.			X			
Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se [da inflação]			X			
[Tópicos do governo] São eles: democracia e cidadania [...]			X			
Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos [...]			X			
Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elites.			X			
Há elites responsáveis, modernas e criadoras [...]			X			
E há elites anacrônicas [...]			X			
O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos [...]			X			
A política externa de meu Governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras.			X			
Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar.			X			
[...]não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.			X			
Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa [...]			X			
[...] a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular [...]			X			

Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos.			X			
Assim há de ser no Brasil.			X			
Assim há de ser no Brasil.			X			
Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.			X			
[os verdadeiros servidores] não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes [...]			X			
O Estado deve ser apto [...] a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais.			X			
A privatização deve ser completada [...]			X			
[...]a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório [...]			X			
Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa [...]			X			
[os anseios de justiça] Não podem ser abandonados [...]			X			
A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho [...]			X			
A Espanha [...] não deixará de ser vista pelo Brasil,			X			
Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente [...]quanto preciso da crítica [...]			X			
[...]é preciso aproximar o Governo do povo [...]			X			

[...]é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita.			X			
É preciso , sobretudo, acabar com a concessão de benefícios [...]			X			
É preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.			X			
[...]é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional.			X			
[...]é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.			X			
É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil [...]			X			
Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis.						x
[...]a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas.			X			
Comigo não será assim.			X			
A guerra contra a inflação será uma luta incondicional [...]			X			
A contribuição para a paz e a justiça será permanente.			X			
[...]a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.			X			
A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo será reforçada.			X			
[...] Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil.			X			

Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia [...]			X			
A paz parece estar ao alcance de nossas mãos [...]			X			
[...]receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar [...]			X			
O Brasil [...] não pode senão figurar à frente desse movimento [...]			X			
Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado [...]			X			
[...]ressaltei que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório [...]			X			
[...] pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.			X			
Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados [...]			X			
Mas tenho certeza de que [...] ainda este ano haveremos de ferir de morte [...] a inflação no Brasil.			X			
[...] tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira [...]			X			
Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção [...] serão tratadas de forma construtiva [...]			X			
[...] tenho certeza de que, ao esforço brasileiro [...] corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.			X			
O Estado deve ser apto [...] a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais.			X			

[o Estado] Deve prover o acesso à moradia [...]			X			
A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica.			X			
[...]entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias [...]			X			
Essa perversão das funções estatais [...] exige que se redefina [...] o papel do aparelho estatal entre nós.			X			
Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular [...]			X			
[...]a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas.			X			
A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo [...]			X			
Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado.			X			
[...] o Brasil foi [...] o país que mais cresceu.			X			
E foi nessa mesma intenção [combater o egoísmo das elites] que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder.			X			
Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil [...]			X			

NEGOCIAÇÃO EM D#6						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
Sábio é o povo que [...]			X			
[O que cabe ao Brasil] É vencer as desigualdades internas.			X			
É conviver com os outros povos [...]			X			
[...] como é de nossa índole [...]			X			
como é de sua dignidade [...]			X			
É preservar a esperança.			X			
Essa razão é a de construir uma sociedade livre [...]			X			
[...] a única coisa que se distribui com equidade é o medo.			X			
É dever do Estado agir com todo o rigor [...]			X			
Mas é também preciso reconhecer que eles não surgem do acaso [...]						X
[...] a redução per capita registrada é de quase dez por cento.			X			
	Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro?		X			

O que muda no processo é a sua orientação ética.			X			
É o que nos determina a Constituição Federal [...]			X			
A saúde é um dos primeiros compromissos do Governo.			X			
Apesar de todo o progresso industrial, é ainda nas atividades agropecuárias que repousam a segurança e a prosperidade das nações.			X			
[...] é tarefa de longo prazo, mas deve começar a ser executada agora.			X			
A sua capacidade de análise e de crítica nos é indispensável neste momento [...]			X			
O que lhe cabe [ao Brasil], agora, é crescer na prosperidade comum.			X			
Essa redução é ainda insatisfatória.			X			
Igualmente indispensável é o trabalho de nossos pesquisadores e cientistas.			X			
Embora os tempos sejam curtos, é possível reduzir a distância que nos separa dos países mais avançados			X			
Trazê-las [as crianças] para a dignidade da vida é tarefa inseparável do nosso projeto de Nação.			X			
Quando falamos no conhecimento e na juventude, é natural que se associe a nossa preocupação o problema da educação.			X			
Educar, conforme a própria etimologia, é conduzir [...]			X			
[...] é mostrar os caminhos, [...]			X			

é libertar a capacidade criadora para a plena realização humana.			X			
Estamos certos de que os agentes econômicos e financeiros entenderão [...]			X			
Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história.			X			
Estamos participando do MERCOSUL [...]			X			
Não estamos sós no mundo [...]			X			
Estamos tomando medidas para que os remédios e alimentos se tornem mais baratos.			X			
Estamos convencidos de que o ajuste fiscal será capaz de fazer com que todos paguem [...]			X			
[...] estamos empenhados em restaurar a dignidade tradicional dos mestres.			X			
Não há força que nos impeça cumprir o grande destino [...]			X			
Não há poder político legítimo que se eleve sobre os Parlamentos.			X			
Há ainda, entre nós, praticantes de um capitalismo selvagem [...]			X			
Só há uma forma de a elas [desigualdade] se contrapor e afastar a ameaça de dissídios divisionistas [...]			X			
Há uma crise do Estado [...]			X			

Há mais de trinta milhões de brasileiros, que constituem a metade da nossa população economicamente ativa [...]			X			
Este tempo começa com medidas há muito aguardadas.			X			
A organização das atividades rurais [...] será preocupação constante do nosso Governo.			X			
As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será [...] três vírgula sete por cento menor do que o PIB que registrávamos em 31 de dezembro de 1989.			X			
A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente [...]			X			
Estamos convencidos de que o ajuste fiscal será capaz de fazer com que todos paguem [...]			X			
Este será um Governo honrado [...]			X			
Esta passagem do ano[...] não será apenas uma marca no calendário [...]			X			
[empresários lúcidos] São os que consideram a empresa como instrumento do progresso social e não como mera fonte de lucro.			X			
[praticantes do capitalismo] São os apressados em reunir e dissipar fortunas.			X			
Estamos certos de que os agentes econômicos e financeiros entenderão agora que a paz e a tranquilidade social são também de seu interesse permanente.						X
As instituições financeiras do Governo Federal [...] retornarão aos seus objetivos, que são os de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.			X			
Os homens maiores são aqueles que [...]podem ver a grandeza no horizonte [...]			X			

A Constituição da República [...] encerra e resume a razão de ser do Estado Nacional.			X			
A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos.						X
O princípio que orientará as relações com os outros povos deve ser o da estrita reciprocidade.						X
No particular assume posição de destaque a questão fundiária, a ser resolvida por reforma agrária adequada à realidade brasileira.			X			
Trazê-los [os desempregados] para o mundo do trabalho pelo processo educativo é tarefa de longo prazo, mas deve começar a ser executada agora.						X
Disse Ulysses Guimarães [...] que a cidadania começa no alfabeto.			X			
No alfabeto começa também o homem econômico.			X			
Tem sido inestimável o trabalho desenvolvido por confissões religiosas, a começar pela Igreja Católica [...]			X			
Este tempo começa com medidas há muito aguardadas.			X			
Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes quase imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida de fato [...]						X
Soubemos caminhar estes meses difíceis, sem arranhar as nossas leis e sem violar aqueles princípios permanentes do Direito que, embora não escritos, constituem o fundamento das sociedades políticas.			X			
Os alimentos constituem a mais importante reserva estratégica dos povos.			X			

Há mais de trinta milhões de brasileiros, que constituem a metade da nossa população economicamente ativa [...]			X			
--	--	--	---	--	--	--

NEGOCIAÇÃO EM D#5						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
[A campanha] "O petróleo é nosso" [...]			X			
[...] a democracia é uma conquista definitiva.			X			
Não é mais uma questão de esperança, apenas.			X			
Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter.			X			
Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia [...]			X			
Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século.			X			
[...] o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém.			X			
[...] eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.			X			
[...] nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda.			X			

O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.			X			
É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil [...]			X			
Num mundo em que a comunicação é global e instantânea [...] a identidade cultural torna-se o cimento das nações.			X			
[A cidadania] é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.			X			
E [o Governo] se jogará por inteiro no grande desafio - que é do Brasil [...]			X			
[...] e não é [o desafio] apenas desta ou daquela região [...]			X			
[o desafio] que é de todos e não apenas dos excluídos [...]			X			
Escola não é só a função do professor [...]			X			
[a escola] é muito mais que isso.			X			
[a escola] É o lugar de convivência [...]			X			
É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos" [...]			X			
Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual [...]			X			
Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo.			X			
O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente.			X			

É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros [...]			X			
[a solidariedade] É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho [...]			X			
[...] hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia.			X			
E vamos fazer .			X			
Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.			X			
[a cidadania] é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.			X			
É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos" [...]			X			
Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo.						X
Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias			X			
[...] quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.						X
Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional [...]						X
Vamos fazer da solidariedade o fermento, da nossa cidadania, em busca da igualdade.						X

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.			X			
É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil [...]						X
[...]pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho [...]			X			
Mas a saúde tem que ser encarada -						X
E assim vai ser no meu Governo			X			X
A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino.						X
O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos			X			
Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina [...]			X			
Quando os brasileiros puderem ser mais informados [...]			X			
quando [os brasileiros] puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana [...]			X			
As condições internacionais são favoráveis.			X			
[Os trabalhadores] Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são , de reivindicar seus direitos [...]			X			
[Meu mandato veio] dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência [...]			X			
Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa			X			

muito positiva do exterior.						
Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e combate às formas de criminalidade internacional.			X			
Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo.			X			
As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas [...]			X			
[...]combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas.			X			
Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo [...]						X
Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo! (MONOGLOSSIA)			X			X
Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo - [...]			X			
[...] mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.			X			
[...] não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História.						X
Quero prestigiá-los e dar -lhes condições para que sejam construtores da cidadania [...]			X			
Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa.			X			

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.			X			
[O apoio mais importante] É o apoio que fomos capazes de dar uns aos outros [...]			X			
Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos [...]						X
Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica [...]						X
[...] vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino [...]						X
Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças [...]						X
Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais [...]						X
[...] orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.			X			
Mas a saúde tem que ser encarada [...]						X
O Governo tem um papel fundamental [...]			X			
O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade.			X			
É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos" [...]			X			
[As prioridades do povo] Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do Governo.			X			

Parte fundamental dessa tomada de consciência [...] vai depender dos meios de comunicação de massa.			X			
[Meu mandato veio] dos que clamam por justiça porque têm , sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos [...]			X			
Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.			X			
Sei que terei o apoio da maioria da Nação, inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.			X			
Nossos meios de comunicação [...] têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública.			X			
Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor [...]			X			X
Vem de longe a chama deste sonho.			X			
Vem dos heróis da Independência.			X			
Vem dos abolicionistas.			X			
Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.			X			
Este ano será melhor. O ano que vem , melhor ainda.			X			
Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.						X
E [O Governo] se jogará por inteiro no grande desafio [...] de diminuir as desigualdades até acabar com elas.						X

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso [...]			X			
[...]é preciso também acabar com a miséria espiritual [...]						X
[...] a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional.			X			
Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito [...]						X
Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto.			X			
Temos, sim, que estar atentos a eles [aos rumos da História] para influenciar o desenho da nova ordem [...]						X
Quando os brasileiros puderem [...]pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.			X			

NEGOCIAÇÃO EM D#4						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se.			X			
É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva.			X			

É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.			X			
Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo [...]			X			
Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais [...]			X			X
[participação e integração] É o que estamos fazendo no Mercosul [...]			X			
É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado [...]			X			
É o que se reflete em nossa visão da integração =hemisférica [...]			X			
Senhores Membros do Congresso Nacional, se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer.			X			
Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla.			X			
A continuidade delas é indispensável [...]			X			
[...] pois a esperança do povo é como a do sementeiro [...]			X			
O direito de manifestar o pensamento e de =crítica é fundamental para vitalidade democrática.			X			
Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.			X			
A democracia que queremos ter é a do diálogo plural [...]			X			
Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva.			X			

Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.			X			
O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria.			X			
Avançamos nessa área. É inegável.			X			
Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades [...]			X			X
É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.			X			
Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.			X			
[os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam]. Assim é na educação fundamental e na saúde.			X			
Esta é uma revolução.			X			
Essa é a minha visão do País para o século XXI.			X			
Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros [...]			X			
O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.			X			
Essa é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros [...]			X			
[...] não há razão de ser para o flagelo da fome.			X			
O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente [...]			X			
Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo [...]			X			

[...] mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre [...]			X			
O Brasil voltou a ser respeitado no exterior.			X			
Nossos partidos [...] precisam modificar-se para ser , agora, instituições da sociedade.			X			X
Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise.			X			
Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.			X			
Senhores Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social.			X			
Este quadro tem que ser revertido.			X			
Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser .			X			
[Agradeço aos que] sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo .			X			
[Muitos] Relutam a reconhecer que estamos avançando [...]			X			
É o que estamos fazendo no Mercosul - dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia.			X			
É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz [...]			X			
Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los.			X			
Estamos fazendo um acerto de contas com o passado [...]			X			

As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas.			X			
Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia [...]			X			
O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda.			X			
Depois, foi a estabilidade [...]			X			
Senhores Membros do Congresso Nacional, se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer.			X			
A vertebração da sociedade cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi , aos que mais têm [...]			X			
A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão.			X			
[Pertencço a uma geração que] Foi ativa na Universidade [...]			X			
Essa foi a missão que recebi das urnas.			X			
Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta [...]			X			
Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente.			X			
O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia [...]			X			
A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e do controle das políticas.			X			
Tudo que o Governo puder fazer na área do emprego será feito .			X			

E [o País] será um mercado mais atraente para os investimentos [...]			X			
Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos [...]			X			
O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.			X			
Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas [...]			X			
[...] muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos.			X			
O Brasil está , assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.			X			
O desafio está em transformar os Valores e as normas em práticas quotidianas.			X			
[Um país que] domou a inflação e está construindo a estabilidade [...]			X			
O rumo está certo.			X			
[Agradeço aos que] sufragaram as ideias que temos defendido [...]			X			
Sei que temos divergências, em vários campos.			X			
Mas temos que fazer mais.			X			
Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades [...]			X			
[...] a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado , preço elevado.			X			

Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.			X			
[...] onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo [...]			X			
[...] não há razão de ser para o flagelo da fome.			X			
Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias.			X			
Não há democracia onde subsiste a violência.			X			
Não há milagres nesta área.			X			
Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de "opinião pública" era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade [...]			X			
Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir .			X			
Na saúde[...] mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal,			X			
Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias			X			
Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam.			X			
Estou pronto para a nova jornada.			X			
Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.			X			
Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação			X			

os graus de desigualdade [...]						
A vertebrção da sociedade [...] cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam [...]			X			
Nossos partidos [...] precisam modificar-se para ser, agora, instituições da sociedade.			X			X
Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam .			X			
Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.			X			
A democracia que queremos ter é a do diálogo plural [...]			X			
Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser .			X			
Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres [...]			X			
As políticas são coerentes.			X			
Essas são as vozes que ouço nas ruas.			X			
Sei da responsabilidade que assumo.			X			
Sei que temos divergências, em vários campos.			X			
Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias.			X			
É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se.			X			
Este quadro tem que ser revertido.			X			X

Um país que venceu o autoritarismo [...] tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.			X			
---	--	--	---	--	--	--

NEGOCIAÇÃO EM D#3						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
"Mudança": esta é a palavra-chave [...]			X			
Vamos mudar [...] tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado [...]			X			
O Brasil é um país imenso [...]			X			
Este é um país extraordinário.			X			
[...] o que vejo em todo lugar é um povo maduro [...]			X			
[Vejo] um povo que sabe o que é sofrer [...]			X			
[...] mas sabe também o que é alegria [...]			X			
Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor [...]			X			
[...] a nossa força é maior do que a nossa miséria [...]			X			

[...] a nossa esperança é maior do que o nosso medo.			X			
Essa é uma história antiga.			X			
É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país.			X			
Essa é uma causa que pode e deve ser de todos [...]			X			
[...] somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.			X			
Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer [...]			X			
Da mesma forma, é necessário incrementar [...] o mercado interno [...]			X			
É necessário também investir em capacitação tecnológica [...]			X			
É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade [...]			X			
Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar.			X			
É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos.			X			
O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna [...]			X			
A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos [...]			X			
O Brasil é grande.			X			

Esta é uma Nação que fala a mesma língua [...]			X			
[É uma nação que] se sente que é brasileira.			X			
[Uma nação] Onde toda migração é bem-vinda [...]			X			
Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade [...]			X			
Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações.			X			
[Construir uma América do Sul politicamente estável] Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul [...]			X			
[O Mercosul] é sobretudo um projeto político.			X			
A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade [...]			X			
É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas [...]trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional.			X			
Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade.			X			
Este é o país do novo milênio [...]			X			
hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.			X			
Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado [...]			X			

Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem [...]			X			
[Acabar com a fome] Essa é uma causa que pode e deve ser de todos [...]						X
Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar.			X			
Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa [...]			X			
Mas esse projeto [Mercosul] repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.						X
As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas.						X
Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos [...]						X
O que nós estamos vivendo hoje [...] pode ser resumido em poucas palavras [...]			X			
Vamos mudar , sim.			X			
[...] vamos acabar com a fome em nosso país.			X			
Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar [...]			X			
[...] vamos incrementar também a agricultura familiar [...]			X			
Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego [...]			X			
Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar .			X			

[...] vamos adotar um novo estilo de Governo [...]			X			
Sobretudo vamos produzir .			X			
Vamos valorizar as organizações multilaterais,			X			
E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país [...]						X
[...] ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.			X			X
Isso [A fome] não pode continuar assim.			X			X
[Acabar com a fome] Essa é uma causa que pode e deve ser de todos [...]			X			
O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento			X			
O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo.			X			
Este é um país que pode dar , e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade.			X			
O que nós estamos vivendo hoje [...] pode ser resumido em poucas palavras [...]			X			
[...] será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.			X			
A reforma agrária será feita em terras ociosas [...]			X			
Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão.			X			
O pacto social será , igualmente, decisivo [...]			X			

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [...]			X			
a ação diplomática do Brasil [...] será , antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.			X			
A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável [...]			X			
[...] será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica [...] organizada e planejada.			X			
O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer [...]			X			
O Brasil precisa fazer [...] um mergulho para dentro de si mesmo [...]			X			X
Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo.			X			
Cada um de nós [...] sabe também que podemos fazer muito mais.			X			
[...] basta acreditar em nós mesmos [...] e em nossa disposição para fazer .			X			
[...] a sociedade brasileira escolheu mudar [...]			X			
Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar .			X			
[vamos] Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia [...]						X
[...] mudar tendo consciência [...]						X
Mas começaremos a mudar já [...]						X

[As formas de economia solidária] Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária [...]			X			
[...] são , na verdade, complementares [...]			X			
[...] a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.			X			
Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus [...]			X			
As negociações comerciais são hoje de importância vital.			X			
Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão.			X			
Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens [...]			X			
Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas [...]			X			
[O Brasil precisa] criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte.			X			X
E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.			X			
Este é um país que pode dar, e vai dar , um verdadeiro salto de qualidade.			X			
Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo [...]			X			
Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.						X
Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro.						X

Estou convencido de que temos , dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país.			X			
Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo [...]			X			
[...] temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto [...]						X
[...] teremos de exercer quotidianamente duas virtudes [...]						X
Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais,						X
[...] teremos que pisar na estrada com os olhos abertos [...]						X
[...] teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.			X			
O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.			X			
[...] cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros [...]			X			
[Todos] estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.			X			X
[...] o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida [...]						X
[Reafirmamos [...]nossa disposição de contribuir ativamente [...]			X			
No entanto, milhões de brasileiros [...] estão , neste momento, sem ter o que comer.			X			

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas [...]			X			
O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos.			X			
Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito [...]			X			
"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.			X			
Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.			X			
Este foi o sentido de cada voto dado a mim			X			
Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco [...]			X			
Não podemos deixá-lo [o Brasil] seguir à deriva [...]						X
Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar.						X
[...] vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.			X			
[Vejo] um povo que sabe o que é sofrer [...]			X			
[...] mas sabe também o que é alegria,			X			
Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco [...]			X			
[...] mas sabe também que podemos fazer muito mais.			X			

No entanto, milhões de brasileiros [...] estão, neste momento, sem ter o que comer.	c		X			
O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento [...]						X
Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura [...]			X			

NEGOCIAÇÃO EM D#2						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
É com muita emoção que eu subo a este Parlatório[...]			X			
Hoje é para mim um dia de profunda emoção.			X			
[...] salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos [...]			X			
[...] é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais [...]			X			
[...] é assim [com acesso à universidade] que a gente vai construir uma democracia forte [...]			X			
[...] já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram.			X			
[o que precisa crescer] é o crescimento da melhoria da qualidade de vida [...]			X			
É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade [...]			X			
[...] é o crescimento de uma distribuição de renda [...]			X			

[...] o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira [...]			X			
[...] é preciso que a família brasileira seja a base [...]			X			X
O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro [...]			X			
[...] aquilo que está acontecendo é resultado de erros históricos acumulados [...]			X			
Isso é terrorismo e tem que ser combatido [...]			X			
Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos [...]			X			
[...] essa é uma tarefa [...]			X			
[...] que não é de um homem [...]			X			
[...] e não é de um partido [...]			X			
[...] é de toda uma nação, de todos os estados e de todas as cidades.			X			
[...] amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar [...]			X			
[...] o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas [...]			X			
[...] precisa receber reis [...]			X			
[...] precisa receber príncipes [...]			X			

[...] precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios [...]			X			
[...] precisa receber deputados, senadores, governadores [...]			X			
[...] mas este Palácio precisa se habituar a receber aqueles que vivem nas ruas [...]						X
Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País.						X
Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres.						X
E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio.						X
[...] mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito [...]			X			
[...] sabemos que a economia brasileira precisa crescer [...]			X			
[...] o País precisa crescer [...]						X
[...] mas o que precisa crescer , também, [...] é o crescimento da melhoria da qualidade de vida [...]						X
[a sociedade brasileira] precisa , também, [...] assumir a responsabilidade de ajudar os estados [...]						X
[...] só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa .			X			
[...] deixa o homem trabalhar, senão o País não cresce como precisa crescer .			X			X
[...] ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus,			X			

[o Congresso Nacional], por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando [...]			X			
[...] pode ser diferente [...]			X			
[...] o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro.			X			
[a posse] poderia ser numa sexta- feira, para a gente fazer, realmente, uma grande festa.			X			
Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido [...]			X			
[...] para ser um país de eterno pequeno crescimento [...]			X			
[...] degradação da estrutura da sociedade brasileira, causada, quem sabe, pela perda de valores, quem sabe por problemas que precisam ser resolvidos a partir de dentro da nossa casa [...]			X			
[...] essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum.						X
Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte [...]						X
[uma] prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País e, como tal, tem que ser combatida .						X
Quero agradecer aos trabalhadores [...]			X			
[...] eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores [...]			X			
Quero agradecer a todos vocês.			X			

Quero dizer a vocês que esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho.			X			
Quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui.			X			
Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês:			X			
Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos [...]			X			
O que eu queria dizer para vocês, e quero aproveitar porque eu sei que o governador Sérgio Cabral está aqui [...]			X			
[...] como também quero falar para os governadores de outros estados [...]						
[...] eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais [...]			X			
[...] eu quero , mais uma vez, dizer : obrigado, meu Deus [...]			X			
[...] eu só posso dizer que existe um ser superior [...]			X			
Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês:			X			
O que eu queria dizer para vocês [...]			X			
[...] fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo [...]			X			
[...] precisamos destravar o País para que ele possa crescer [...]			X			
[...] para que ele possa gerar a quantidade de empregos [...]			X			
[...] daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada			X			

compromisso que assumimos com vocês [...]						
[...] para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País [...]			X			
[...] para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito [...]			X			
[...] é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.			X			
Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade [...]			X			
Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores [...]			X			
[...] receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência [...]			X			
[o povo não faltou com] a tarefa de fazer aquilo [...]			X			
[...] que nós não tínhamos condições de fazer .			X			
[A posse] poderia ser numa sexta- feira, para a gente fazer , realmente, uma grande festa.			X			
[...] nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo.			X			
Quando um grupo de chefes, de dentro da cadeia, consegue dar ordens para fazer uma barbaridade daquelas, matando inocentes, eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais [...]			X			
Eu sou profunda e eternamente grato [...]			X			

Sou profundamente grato [...]			X			
E sou profundamente grato [...]			X			
Sou profundamente grato [...]			X			
Sou muito grato aos companheiros [...]			X			
Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos [...]			X			
Sou Presidente de todos [...]			X			
E sou profundamente grato pela lealdade, pelo companheirismo e pela compreensão que este homem tem [...]			X			
Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar [...] foi a relação com o povo.			X			
Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos [...]			X			
[Pessoas] com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura [...]			X			
E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade [...]			X			
[As] pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico [...]			X			
[...] garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo [...]			X			
[...] este País vai ter um crescimento vigoroso.			X			

Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer [...]						X
[...] é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.			X			
[...] o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.			X			
[...] tudo vai ficar mais difícil [...]			X			
[...] não será a polícia que vai resolver .			X			
O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu [...]			X			
[...] precisamos destravar o País para que ele possa crescer [...]			X			
[...] ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário [...]			X			
[...] se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo.			X			
Isso foi discutido com empresários [...]			X			
Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.			X			
[...] o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista [...]			X			
Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos [...]			X			
[...] tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo [...]			X			
[...] tenho noção que [...] nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito [...]			X			

[...] foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País [...]			X			
Eu tenho certeza de que nós teremos quatro anos de muito otimismo neste País [...]			X			
Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação [...]			X			
O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro [...]			X			
[...] essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum.			X			
[...] o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista [...]			X			
[...] eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.			X			
Mas estou aqui, também, por causa de vocês.			X			
Muita gente importante, eu estou vendo daqui [...]			X			
Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação [...]			X			
[...] vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais [...]			X			
Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui [...]			X			
[...] dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês [...]			X			
[...] eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum.			X			

NEGOCIAÇÃO EM D#1						
Modo			Função de fala			
Declarativo	Interrogativo	Imperativo	Declaração	Pergunta	Oferta	Comando
Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial [...]			X			
Meu compromisso supremo é honrar as mulheres [...]			X			
A maior homenagem que posso prestar a ele [Lula] é ampliar e avançar as conquistas do seu governo.			X			
Minha missão agora é de consolidar esta passagem [...]			X			
[...] é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.			X			
[...] é preciso sempre querer mais [...]			X			
[...] é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.			X			
Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política [...]			X			
[...] é preciso garantir a estabilidade de preços [...]			X			
É , portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas [...]			X			
[...] a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.			X			
O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura			X			

familiar [...]						
Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo [...]			X			
É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas [...]			X			
Este é um passo, decisivo e irrevogável [...]			X			
É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada [...]			X			
E este é o sonho que vou perseguir!			X			
Esta não é tarefa isolada de um governo [...]			X			
É com crescimento que serão gerados os empregos [...]			X			
É com crescimento [...] que venceremos a desigualdade de renda [...]			X			
[...] a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.			X			
Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento [...]			X			
O investimento público é essencial [...]			X			
É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos [...]			X			
Mas é mais que necessário melhorá-los já [...]			X			
Porém é preciso melhorar sua (do ensino) qualidade [...]			X			

[...] a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência [...]			X			
O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante [...]			X			
O pré-sal é nosso passaporte para o futuro [...]			X			
A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro [...]			X			
O grande agente desta política é a Petrobrás [...]			X			
A cultura é a alma de um povo [...]			X			
[...] temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso [...]			X			
Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente [...]			X			
Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.			X			
Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo.						X
Ele é o resultado do trabalho [...]			X			
O ser humano não é só realização prática, mas sonho [...]			X			
[...] não é só cautela racional, mas coragem [...]			X			
É com esta coragem que vou governar o Brasil.			X			
Mas mulher não é só coragem.			X			

É carinho também.			X			
É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo [...]			X			
[...] hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.			X			
Ele [governo] sempre será , ao seu tempo, mudança e continuidade.			X			
Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente.			X			
No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais.			X			
A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema [...]			X			
[O PAC] Será também vetor de incentivo ao investimento privado [...]			X			
[...] será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação [...]			X			
Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.			X			
A formação e a presença de profissionais de saúde [...] será outra meta essencial [...]			X			
O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico [...]			X			
Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional [...]			X			
O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje.			X			
A corrupção será combatida permanentemente [...]			X			

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam , no futuro, ser presidenta [...]			X			
[...] sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.			X			
[Podemos garantir] Que podemos ser , de fato, uma das nações mais desenvolvidas [...]			X			
Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade.						X
Quero ser a presidenta que consolidou o SUS [...]			X			
Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser , uma nação desenvolvida.			X			
Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser , mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.						X
Quero , neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro [...]			X			
Quero estar ao lado dos que trabalham [...]			X			
Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos [...]			X			
Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.						X
[...] quero contar com o Legislativo e o Judiciário [...]						X
[...] quero cuidar do meu povo [...]			X			
[...] vamos ajudar decididamente os municípios [...]			X			

[...] vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante [...]			X			
Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde [...]			X			
Vamos investir em cultura [...]			X			
Vamos dar grande atenção aos países emergentes.			X			
Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional [...]			X			
Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa [...]			X			
E este é o sonho que vou perseguir!			X			
[...] vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento [do SUS].			X			
Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.			X			
Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo .			X			
É com esta coragem que vou governar o Brasil.			X			
A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo.			X			
Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente.			X			
Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas [...]			X			

É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos [...]			X			
[...] vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré escolas.			X			
A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo.			X			
Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho [...]			X			
Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia [...]			X			
[...] mas precisamos avançar muito mais.			X			
[...] temos que combater a miséria [...] e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica [...]			X			
Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luis Inácio Lula da Silva [...]			X			
Minha missão agora é de consolidar esta passagem [...]			X			
Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.			X			
Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade [...]			X			
O PAC continuará sendo um instrumento de coesão [...]			X			
O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.			X			

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.			X			
Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial [...]			X			
Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.			X			
Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços [...]			X			
[...] os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida [...]			X			
Vamos dar grande atenção aos países emergentes.			X			
E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular [...]			X			
O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência [...]						X
O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura [...]						X
O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança [...]						X
Só assim poderemos garantir , aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais [...]			X			
[...] é preciso garantir a estabilidade de preços [...]			X			
Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas.			X			

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões [...]			X			
---	--	--	---	--	--	--

ANEXO C – DISCURSOS DE POSSE QUE COMPÕEM O CORPUS

D#8 – JOSÉ SARNEY (1985)

Eu estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota. O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua História.

Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro.

Os nossos compromissos, meus e dos Senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.

Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos, das mudanças e das transformações.

Desejo a todos os Senhores Ministros êxito em suas tarefas.

Declaro empossado o Ministério e encerrada esta solenidade.

D#7 – FERNANDO COLLOR (1990)

O Projeto de Reconstrução Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades, da República, Senhoras e Senhores,

Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem, Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição

democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia.»

Senhores Membros do Congresso Nacional,

É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente,, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la

como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo - inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é - com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. E hora de exercê-lo para fortalecer a Nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo -é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação. E um compromisso sagrado de minha parte.

Estabilização monetária e financeira: prioridade absoluta.

Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas.

A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.

Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um Governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

O propósito imediato de meu Governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização

monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste Governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia.

Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

Modernização econômica pela privatização e pela abertura: a esperança de completar a liberdade política com a liberdade econômica.

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor

complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.

Diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e à expansão do mercado, o imperativo ecológico.

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu Governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltai que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra.

Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento - único meio de resgatar nossa gente da pobreza - com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um temário conservacionista, norteado pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com que me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão — que incorporei às prioridades absolutas de meu Governo de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

Libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça.

Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do Governo e das elites, um comportamento paternalista. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem-estar coletivo, o progresso social duradouro, só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor.

Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inseqüente em prejuízo do esforço produtivo.

Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste País. Do binômio de Juscelino - democracia e desenvolvimento - queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social.

Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu Governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior. Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.

É preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.

Senhores Congressistas,

Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo.

Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo confronto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva.

Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terá de ajustar-se o potencial competitivo de cada país.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.

Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer - e com urgência - a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura. Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não-intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico.

Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a Nação dos tempos novos em que vivemos.

A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.

Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.

A política externa de meu Governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República.

Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo será reforçada. Daí a crescente importância do

processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu Governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.

Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes. Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como Nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia.

O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos

bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.

Meu Governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes conseqüências nas relações internacionais. Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.

Com os países d'África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de apartheid na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.

O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além-mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem-estar.

Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e

dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.

Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco - em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial - e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.

O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação.

Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações.

Dívida: pagar depois de garantido o nosso desenvolvimento econômico. Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em

níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.

Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.

Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias -e muitas serão extremamente penosas a curto prazo - para desenterrar as energias econômicas do nosso País. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca

e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes.

As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas,

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembléia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação.

E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro patriciarismo.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do País.

Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

Não tem faltado, entre nós, a predica da modernização. O que tem faltado, quase sempre - no nível do Estado - é uma prática coerente com aquela. Meu Governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um Governo digno das melhores qualidades da nação, um Governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

D#6 – ITAMAR FRANCO (1992)

Pode orgulhar-se a Nação capaz de dominar as suas mais graves crises políticas na ordem da Lei. Sábio é o povo que, na conquista e preservação de sua própria liberdade, expressa veemência no clamor das ruas e na serenidade de seus atos.

Soubemos caminhar estes meses difíceis, sem arranhar as nossas leis e sem violar aqueles princípios permanentes do Direito que, embora não escritos, constituem o fundamento das sociedades políticas.

Os dirigentes e o nosso povo agiram com a mansidão dos justos, com a paciência dos justos. Com a paciência dos justos, recuperaram os postulados éticos que cimentam e suportam a estrutura dos Estados. A Nação, na firmeza que conduziu estas horas, declarou haver chegado àquele ponto da sua maturidade histórica que não admite mais retrocessos.

Não há força que nos impeça cumprir o grande destino que foi o sonho e o sangue de nossos heróis e mártires. O Brasil está pronto para ocupar o futuro. O que lhe cabe, agora, é crescer na prosperidade comum. É vencer as desigualdades internas. É conviver com os outros povos, dentro das novas e desafiadoras realidades, respeitando-os, como é de nossa índole, e fazendo-se respeitar, como é de sua dignidade. É preservar a esperança.

Senhoras e Senhores, Moços e Moças,

O Congresso Nacional investiu-me, com a autoridade que lhe conferiu o povo brasileiro, na chefia do Estado e do Governo. Não há poder político legítimo que se eleve sobre os Parlamentos. Eles nasceram para dar às sociedades as leis e as normas, reunir as experiências ao calor da inteligência e da razão, a fim de garantir a continuidade da vida nacional, na paz e na justiça.

A essa prevalência me submeto, com a certeza de que muitos de nossos males decorrem dos abusos do Poder Executivo, comuns nos períodos de aparente normalidade republicana e exacerbados nos regimes autoritários.

Inclino-me, também, e com o mais profundo respeito, diante do Poder Judiciário. A ele, na interpretação das leis e, sobretudo, na responsabilidade de zelar pelo cumprimento da Constituição pelos outros dois Poderes, compete garantir, com a força da ética jurídica, a perenidade do estado de direito.

A Constituição da República, nos artigos que proclamam os nossos objetivos e os nossos princípios, encerra e resume a razão de ser do Estado Nacional. Essa razão é a de construir uma sociedade livre, justa e soberana; de garantir o desenvolvimento, de acabar com a pobreza, de eliminar as desigualdades entre os homens e entre as regiões do País, de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos nem discriminações de qualquer natureza. Nos dois anos em que estarei incumbido de chefiar o Poder Executivo, trabalharei dentro destes postulados constitucionais.

Disse, ao empossar os primeiros auxiliares do Governo, que, em meu entendimento, os Estados só existem para promover a justiça e a paz. Disse, ainda, que, em sociedades injustas, como a nossa, a única coisa que se distribui com equidade é o medo.

Não queiramos ocultar, com as ilusões enganosas, o medo que nos domina. Ninguém se sente em segurança, e os mais fracos, acuados também pelo desespero da miséria, sentem-se tentados a colocar-se sob a proteção de delinqüentes que organizam simulacros de Estados, disseminando a violência sob o perverso pretexto de que substituem a justiça. É dever do Estado agir com todo o rigor para manter o monopólio da força, assegurar o cumprimento da Lei e eliminar esses focos de banditismo. Mas é também preciso reconhecer que eles não surgem do acaso, nem se alimentam apenas da criminalidade organizada. A criminalidade encontra os meios de sua realização porque o Estado se ausentou das regiões de pobreza. Senhoras e Senhores, Moços e Moças, Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos.

Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história. A nossa sobrevivência como Nação depende da união de todos e do trabalho comum. Falou-se muito em modernidade nestes meses, como se alguém, em sã consciência, pretendesse retornar ao passado, ou manter o País no atraso. Nos quase três anos em que se

proclamou a falsa modernidade como programa de Governo, o resultado representou alguns passos atrás na economia do País.

As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será, amanhã, dia 31 de dezembro de 1992, três vírgula sete por cento menor do que o PIB que registrávamos em 31 de dezembro de 1989. Como nestes três anos a população aumentou, a redução per capita registrada é de quase dez por cento.

Em suma: o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu o País dez por cento em apenas trinta meses.

Todos nós queremos modernizar o País e o modernizaremos, sem empobrecer a classe média e sem agravar o sacrifício dos trabalhadores.

A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos. A taxa real de juros, paga para refinar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano.

Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro? E de onde poderá tirar o Governo recursos para remunerar com tais taxas os seus credores?

Trata-se, senhores, de uma ilusão, de um pesadelo, do qual devemos despertar, mas dele não despertaremos com choques. A experiência passada demonstra que as chamadas medidas de impacto podem mascarar a situação por algumas semanas ou meses, mas não tocam na estrutura da crise.

Nos meses de interinidade, vencendo resistências de toda ordem, conseguimos reduzir a taxa real de juros dessa parcela da dívida pública a um vírgula cinquenta e cinco por cento ao mês, ou seja, a cerca de vinte por cento ao ano. Essa redução é ainda insatisfatória. Iremos, mediante criteriosa política que combine todos os instrumentos de ação governamental, entre eles o ajuste fiscal, trazer as taxas ao campo do bom senso.

Entre as providências de ajuste, inclui-se rigorosa seleção dos gastos públicos. O Governo investirá obedecendo a critérios sociais e na infra-estrutura. Ao mesmo tempo, está certo de que a recuperação da confiança da sociedade no Governo possibilitará as condições indispensáveis à retomada do desenvolvimento.

Vejo, com estimuladora esperança, que contamos com empresários lúcidos. São os que consideram a empresa como instrumento do progresso social e não como mera fonte de lucro.

Há ainda, entre nós, praticantes de um capitalismo selvagem, anacrônico, depredador. São os apressados em reunir e dissipar fortunas. Observadores isentos têm afirmado que nenhum país do mundo privilegia tanto o capital como o nosso.

Garantiremos a estabilidade das regras econômicas e asseguramos que não serão tomadas decisões arbitrárias. Estamos certos de que os agentes econômicos e financeiros entenderão agora que a paz e a tranquilidade social são também de seu interesse permanente.

Cumpriremos os compromissos firmados com os nossos credores internacionais, de maneira a que o País normalize as suas relações financeiras com o mundo.

Reestruturaremos o Banco Central para que possa desempenhar adequadamente a sua tarefa na estabilização da moeda. As instituições financeiras do Governo Federal, entre elas o BNDES, retornarão aos seus objetivos, que são os de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

Prosseguiremos, sem açodamento, mas sem pausas, o processo de privatização de empresas estatais, cujo controle não seja exigido pelas razões estratégicas. O que muda no processo é a sua orientação ética. Juristas e técnicos examinam o assunto, em busca de diretrizes que ampliem o processo de privatizações, mas evitem prejuízos à Nação. Tampouco caímos na ilusão de que poderemos construir um País moderno levantando barreiras econômicas e pretendendo um desenvolvimento autárquico. Os povos só progrediram participando do mercado mundial que houve em cada tempo. O Brasil nasceu voltado para o comércio externo, e foi o comércio externo que o ajudou no extraordinário desempenho nos cem anos anteriores a 1980, quando foi o País que mais cresceu economicamente no mundo, em termos relativos, à custa, infelizmente, de graves distorções na renda e na riqueza.

Abrir as fronteiras à competição internacional não significa renunciar à soberania. O princípio que orientará as relações com os outros povos deve ser o da estrita reciprocidade.

O mundo, depois da guerra fria, se organiza em grandes blocos regionais, que prenunciam uma sociedade política universal. Estamos participando do

MERCOSUL, e sentimos salutar desafio diante da integração continental. Ao mesmo tempo em que avançamos na integração do Cone Sul, mantemos os nossos compromissos com o Pacto Amazônico. É o que nos determina a Constituição Federal em um dos seus dispositivos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

A nossa participação na sociedade mundial prometida pelo novo milênio pressupõe a nossa própria integração. A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente, mas, sim, a integração do Brasil como um todo com seus vizinhos austrais.

Por isso mesmo não podemos ignorar as consequências sociais e políticas das nossas desigualdades econômicas regionais. Só há uma forma de a elas se contrapor e afastar a ameaça de dissídios divisionistas, alimentados, também, pelo corporativismo exagerado: ajustar, com urgência, novo pacto federativo. Situo-me entre os que esperam, da revisão constitucional de 1993, a atribuição de maiores poderes e de novas responsabilidades administrativas aos Municípios e Estados. Só assim libertaremos o Governo Federal para o cumprimento de seus deveres mais altos. Temos que descentralizar a administração pública, e isso requer grande coragem do Parlamento. Senhoras e Senhores,

Não estamos sós no mundo, em nossas dificuldades e em nossas esperanças. Há uma crise do Estado, em todas as latitudes, com a perda dos valores tradicionais de referência, como os da família, das organizações religiosas, das ideologias. Além dessas perplexidades, o progresso industrial nos trouxe outras, como as de possíveis catástrofes ecológicas.

Diante desse quadro, e sem se afastar dos princípios cardeais de uma política externa que vem sendo a do País desde Rio Branco, o Brasil se esforça, nos organismos e nas conferências internacionais de que faz parte, para que a humanidade prossiga no caminho do desarmamento, participando do controle internacional das atividades nucleares e das tecnologias que possam ameaçar a paz mundial.

A revolução científico-tecnológica permitiu enorme alteração nas relações econômicas, globalizou o processo produtivo e abriu novas perspectivas. Nesse quadro, meio ambiente e tecnologias adequadas se tornaram partes inseparáveis

do processo de desenvolvimento sustentado, que permitirá maior bem-estar para o povo e racional utilização dos recursos naturais.

Tenho procurado, como a Nação pode testemunhar, resolver os problemas aparentemente simples, mas imensos na vida cotidiana dos brasileiros. Estamos tomando medidas para que os remédios e alimentos se tornem mais baratos. E esperamos fazê-lo com relação aos bens de consumo geral. Reduzimos as tarifas de energia elétrica para os pequenos consumidores e estudamos medidas análogas, no quadro de políticas sociais compensatórias. A saúde é um dos primeiros compromissos do Governo.

Sentimos, de forma particular, a situação dos idosos, que depois de decênios de árduo trabalho não encontram na longevidade sua recompensa, mas quase uma punição.

Apesar de todo o progresso industrial, é ainda nas atividades agropecuárias que repousam a segurança e a prosperidade das nações. Os alimentos constituem a mais importante reserva estratégica dos povos. A organização das atividades rurais, com a concessão de créditos e a assistência técnica, que permita uma rápida assimilação de novos processos de cultivo, será preocupação constante do nosso Governo. No particular assume posição de destaque a questão fundiária, a ser resolvida por reforma agrária adequada à realidade brasileira.

Combateremos, sem trégua, os sonegadores. Estamos convencidos de que o ajuste fiscal será capaz de fazer com que todos paguem: os cidadãos recolhendo os seus impostos e taxas de contribuição, e o Governo e a Previdência cumprindo todas as suas obrigações para com os credores e beneficiários.

Este será um Governo honrado e conta com a vigilância do povo na defesa da moralidade e contra a corrupção.

Senhoras e Senhores, Moços e Moças,

O tempo nos pede vencer muitas coisas, e rapidamente. Disse Ulysses Guimarães, ao abrir os trabalhos da Assembléia Constituinte, que a cidadania começa no alfabeto. No alfabeto começa também o homem econômico. Há mais de trinta milhões de brasileiros, que constituem a metade da nossa população economicamente ativa, incapacitados para dominar as mais elementares técnicas de produção. Trazê-los para o mundo do trabalho pelo processo educativo é tarefa de longo prazo, mas deve começar a ser executada agora. Dirijo-me, com

particular atenção, às mulheres. Vejo, com orgulho, a sua crescente participação na vida brasileira.

Tenho uma palavra para as nossas Forças Armadas que, com o seu renovado compromisso democrático e patriotismo, têm contribuído para a superação de nossas dificuldades. Sei dos imensos desafios que devem vencer, dada a precariedade de seus equipamentos, na guarda de nossas fronteiras terrestres, dos nossos céus e de nossas costas marítimas.

Convocarei, em breve, o Alto Comando das Forças Armadas, colegiado nunca antes reunido, para a definição da nossa política militar e de diretrizes para a solução de seus problemas.

Conto com a intelectualidade brasileira, que nos tem sabido apontar caminhos, nem sempre trilhados pelas elites políticas. A sua capacidade de análise e de crítica nos é indispensável neste momento de reerguimento do Estado, e de restauração de uma política cultural.

Igualmente indispensável é o trabalho de nossos pesquisadores e cientistas. Embora os tempos sejam curtos, é possível reduzir a distância que nos separa dos países mais avançados no domínio tecnológico, tendo em vista o acervo que acumulamos no campo da pesquisa. Além da pesquisa fundamental, tenho particular esperança no setor biológico, que nos pode dar, à vista da riqueza de nossa biodiversidade e dos trabalhos já realizados, forte presença mundial.

Coloco, nos moços e moças, toda a certeza no grande futuro do Brasil.

Penso, sobretudo, nas crianças e jovens que vagam pelas ruas das grandes cidades. Trazê-las para a dignidade da vida é tarefa inseparável do nosso projeto de Nação.

Tem sido inestimável o trabalho desenvolvido por confissões religiosas, a começar pela Igreja Católica, no papel que elas exercem na luta pela igualdade de direitos e oportunidades.

Quando falamos no conhecimento e na juventude, é natural que se associe a nossa preocupação o problema da educação. Sem que nos descuidemos dos aspectos materiais, como o dos prédios escolares, estamos empenhados em restaurar a dignidade tradicional dos mestres. Educar, conforme a própria etimologia, é conduzir, é mostrar os caminhos, é libertar a capacidade criadora para a plena realização humana. Os professores devem receber o nosso respeito. E

este respeito não pode resumir-se na retórica do reconhecimento do Governo e da sociedade.

A História só põe à prova os povos fortes. Somos um povo forte, e venceremos esta quadra.

Esta passagem do ano, data em que se renovam as esperanças individuais e coletivas, não será apenas uma marca no calendário, mas, desejamos, o início de um grande tempo para o Brasil.

Este tempo começa com medidas há muito aguardadas. O Governo convocará extraordinariamente o Congresso para, a partir de 11 de janeiro, apreciar, entre outros projetos essenciais neste momento, os que tratam do ajuste fiscal, dos portos, do reajuste dos servidores públicos, da concessão dos serviços públicos, das licitações e da regulamentação do plebiscito marcado para 21 de abril.

Mais adiante o Governo espera que o Congresso legisle sobre matérias igualmente relevantes como propriedade industrial, diretrizes e bases da educação nacional, reforma partidária e reforma agrária.

Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes quase imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida de fato, e não somente de direito, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, na administração do País e no cumprimento de seu destino.

Os homens maiores são aqueles que, trazendo os olhos limpos, podem ver a grandeza no horizonte, não como miragem, e sim como projeto nutrido da esperança criadora. Graças a Deus não nos faltaram esses homens no passado, não nos faltam hoje, não nos faltarão no futuro.

Com eles, e com constante patriotismo da nossa gente, faremos o grande amanhã para o qual nos destinou a Providência.

Muito obrigado.

D#5 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados; Altas Autoridades da República; Senhoras e Senhores;

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração. Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha "O petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano. Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado - este, sim, para todos - de uma dívida externa que

amarrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo -, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo. Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação. Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela. Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que não um longo período de crescimento.

As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e as empresas que produzem riqueza - resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o Governo, cercado da estima que fez por merecer, agradeço, em nome da Nação, a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação. A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação. Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século. Será esse o objetivo número um do meu Governo. Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra" - mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não tinham meios de reclamar seus direitos, mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentirem no coração o horror da escravidão e por entenderem que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros -, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social. Veio também, e em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes, que pagavam a conta da inflação sem terem como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do Governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas» com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro,

No mundo pós-Guerra Fria» a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar» dos sinais vitais da economia — a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica,, a participação no comércio internacional - e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis,

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos* contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos> sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem, É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos,

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o

Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo.

Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos em esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta, no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente. À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea e em que, ao mesmo tempo, os públicos se fragmentam e se especializam, a identidade cultural torna-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania, pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio - que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos - de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu Governo - principalmente como a prevenção da doença, e não só como a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para ter um bom aproveitamento. Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a

miséria espiritual; Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo. Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do Governo.

A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do Governo, principalmente na área social.

As CPIs do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo Governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta. Sei que terei o apoio da maioria da Nação, inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público. O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade. O Governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis — algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado — e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor, mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade, É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias - aos negros, principalmente -, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade. Vamos fazer da solidariedade o fermento, da nossa cidadania, em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar, cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza. Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno. A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso, ao qual pertenci até hoje e que, nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato. Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.
Muito obrigado.

D#4 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999)

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta. Na saúde -o pesadelo de todos

os brasileiros - mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.

E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento, Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no Mercosul - dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional, se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: "Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga".

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas, oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de "opinião pública" era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a essa maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para ser, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nessa área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os Valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e do controle das políticas.

Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações

especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, Senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os Ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens, na extensão do crédito à pequena empresa, nos programas de qualificação do trabalhador e na assistência ao desempregado.

Tudo que o Governo puder fazer na área do emprego será feito. Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante dessa conjuntura desfavorável: "A vida não é senão a posse do

futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido".

Senhores Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social. Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram. Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos quinhentos anos. Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um país que venceu o autoritarismo e implantou a democracia em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade - tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Essa é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós. Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso país. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. A vontade nunca

faltou. Ela continua firme. O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Essa é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Essas são as vozes que ouço nas ruas. Essa foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

"Não se apegue. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País."

Assim farei.

Muito obrigado.

D#3 – LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003)

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas

e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à

pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e

social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo. Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras. Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música

sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia

vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico- tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas

também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública

muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo. Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

D#2 – LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007)

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês. Hoje é para mim um dia de profunda emoção. Primeiro, porque ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus, porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.

Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice. E sou profundamente grato pela lealdade, pelo companheirismo e pela compreensão que este homem tem, da defesa dos interesses nacionais, dos interesses brasileiros.

Sou profundamente grato à compreensão da dona Marisa Letícia que, nesses quatro anos, esteve junto comigo, nos bons e nos maus momentos. E, certamente, José Alencar e eu somos gratos também à dona Mariza, a esposa do José Alencar, porque certamente nos momentos difíceis ela era o ombro, o consolo e a consciência política para nos afirmar: “Continuem lutando, porque a única coisa

que vale, que compensa, é a gente continuar lutando para garantir as conquistas que esse povo tão sofrido vem conquistando ao longo dos anos”.

Sou muito grato aos companheiros do Congresso Nacional, aos deputados e senadores que ajudaram com que o debate político, mesmo quando estava mais radicalizado, não atrapalhasse que as coisas de interesse da nossa Nação fossem votadas e conseguimos aprovar praticamente tudo o que o governo mandou ao Congresso Nacional e, certamente, o Congresso Nacional, pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.

Eu me lembro de que quando fui dirigente sindical, a gente tinha até dificuldade de entrar no Congresso Nacional. Neste Palácio, nem pensar. Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro.

Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência com dignidade.

Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.

E fazemos isso porque queremos consolidar a democracia brasileira de tal forma, numa relação sadia e produtiva com a sociedade, participando das conferências nacionais, ouvindo o povo, porque é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais, e isso falta um pouco na política nacional.

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem tratá-los assim, eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro.

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.

Quero agradecer a todos vocês. Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo. Eu, na política, já fui enganado muitas vezes. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer.

Quero dizer a vocês que esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho. E vamos trabalhar mais do que trabalhamos no primeiro, porque já conhecemos os caminhos das pedras, já conhecemos onde é que as coisas, muitas

vezes, emperram. E nós, que sabemos que a economia brasileira precisa crescer, gerar empregos e distribuição de renda, sabemos que precisamos destravar o País para que ele possa crescer, para que ele possa gerar a quantidade de empregos, e empregos formais, com carteira assinada, porque aí, sim, o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.

Quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui. Muita gente importante, eu estou vendo daqui, muita gente que veio, nesta segunda-feira chuvosa, prestigiar esta posse, que lamentavelmente a gente não conseguiu mudar e continua sendo no dia 1º de janeiro, quando poderia ser numa sexta-feira, para a gente fazer, realmente, uma grande festa.

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo, porque se assim o fosse nós não teríamos a quantidade de pobres que temos no Brasil.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês – que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste País. Isso foi discutido com empresários, com trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo.

Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados. Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento. Nós temos que ter consciência de que

o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens. É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade, é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.

Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira, causada, quem sabe, pela perda de valores, quem sabe por problemas que precisam ser resolvidos a partir de dentro da nossa casa, porque é preciso que a família brasileira seja a base, o alicerce, dessa sociedade pujante que nós queremos criar. Se dentro da família houver desagregação, se pai e mãe não se entenderem, se filho e pai não se entenderem, tudo vai ficar mais difícil, e não será a polícia que vai resolver. O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro e não ficar culpando o governo do estado, não ficar culpando o Presidente da República ou o prefeito da cidade, porque aquilo que está acontecendo é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade brasileira, que precisa, também, a sociedade como um todo, assumir a responsabilidade de ajudar os estados, os municípios e o governo federal, a encontrar uma solução definitiva. Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.

O que eu queria dizer para vocês, e quero aproveitar porque eu sei que o governador Sérgio Cabral está aqui, como também quero falar para os governadores de outros estados: eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro. Aí já extrapolou o banditismo convencional que nós conhecíamos. Quando um grupo de chefes, de dentro da cadeia, consegue dar ordens para fazer uma barbaridade daquelas, matando inocentes, eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais: nós precisamos discutir profundamente, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País e, como tal, tem que ser combatida. Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito

de homens livres e honestos, homens trabalhadores, saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família. Nós não podemos continuar permitindo a inquietação dentro de cada casa, a inquietação dentro de cada cidade ou de cada estado, e essa é uma tarefa que não é de um homem e não é de um partido, é de toda uma nação, de todos os estados e de todas as cidades.

Eu tenho certeza de que nós teremos quatro anos de muito otimismo neste País, de muito crescimento. Por isso, em meu nome, em nome de José Alencar, da minha Marisa e da Mariza do José Alencar, em nome do meu governo, em nome dos meus Ministros, em nome do povo brasileiro, eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus, por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm, porque só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.

Muito obrigado. Feliz Ano Novo e amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar, senão o País não cresce como precisa crescer.

Um abraço.

D#1 – DILMA ROUSSEFF (2011)

"Queridas brasileiras e queridos brasileiros, Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela trás consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo.

Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixou para todos nós.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar.

Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui. Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o

sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população. É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte.

O conagraamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador.

Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade. Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS. A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente. Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil. Recorro a um poeta da minha terra: "o que tem de ser, tem muita força". Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática. Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural. Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio-ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energia hídras terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa Política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Européia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo. Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação. Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio. A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra: "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"

É com esta coragem que vou governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!"